

Oyama Daroszewski Rodrigues

**UM MODELO DE ECOTURISMO COMPETITIVO
COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL – O CASO DE
PARAÚNA/GO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada
para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de
Produção no Programa de Pós-Graduação em
Engenharia da Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis/SC, 16 de Abril 2003

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Paulo Maurício Selig, Dr.
Orientador

Francisco Bragança, Dr.
Examinador

Nelson Casarotto Filho, Dr.
Ms.
Examinador

Patrícia Mattos de Barros,
Co-orientadora

“Dedico este trabalho aos meus familiares, amigos e alunos”

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo Maurício Selig, Dr., por sua orientação, conhecimento e lições concedidas em todas as fases do mestrado.

À Patrícia Mattos Barros, amiga e co-orientadora, pelas importantes sugestões e críticas ao trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção da UFSC pela troca de experiências que contribuíram para meu aprimoramento pessoal, profissional e intelectual. E, em especial ao professor Edson Paladini, pelo profissionalismo, sugestões e estímulos dedicados à turma do CEFET-GO/UFSC.

Ao professor Ítalo ex-diretor, pelo incentivo e pela condução da formalização do convênio CEFET-GO/UFSC.

Aos professores membros da banca examinadora, pela valiosa participação e contribuição dispensadas a este trabalho.

À prefeitura Municipal de Paraúna/GO que me concedeu a grata oportunidade da aplicação prática da pesquisa, especialmente na figura do Prefeito Municipal o Sr. Vicente Coelho, pelo espaço concedido e confiança depositada e aos funcionários que contribuíram para que os resultados pudessem ser obtidos.

Ao meu amigo e colega de curso, Geraldo Silva Almeida, professor e atual Diretor Geral do CEFET-GO, que me apresentou e estimulou a começar o trabalho no Município de Paraúna, local de sua infância.

Aos meus colegas de estudo que participaram das alegrias e decepções.

À minha família, por ter aceitado a minha ausência e em especial aos meus pais, por ter sempre estimulado o crescimento pessoal, e à minha mãe, por ter sido a primeira a lançar semente do interesse pelos estudos.

Aos meus filhos Ohana e Johann pela paciência e compreensão quando eu me fazia ausente, dedicando-me mais às leituras do que ao convívio familiar.

A todos aqueles que estiveram ao meu lado e que de alguma forma contribuíram para o enriquecimento desta dissertação.

“É assim que avança o conhecimento, que não é uma revelação num dado instante, nem mesmo uma marcha linear e simples da ignorância ao conhecimento, mas uma estrada cheia de complicados meandros, que acompanha os acidentes do terreno sobre o qual ela passa e que, por vezes, deve voltar atrás. É apenas uma estrada, um caminho que passa através da natureza: mas como diz Hegel numa fórmula singular e profunda: é um caminho que se faz a si mesmo”.

H. Lefebvre

SUMÁRIO

Lista de Figuras	x
Lista de Quadros	x
Lista de Tabelas	x
Lista de Abreviaturas e Siglas	xi
Resumo	xiii
Abstract	xiv
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	
1.1	Considerações Gerais 1
1.2	Apresentação do Problema 2
1.2.1	Definição do problema 3
1.3	Objetivos 4
1.3.1	Objetivo geral 4
1.3.2	Objetivos específicos 4
1.4	Importância 4
1.5	Limites 7
1.6	Metodologia 8
1.7	Estrutura do Trabalho 10
CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO	
2.1	Introdução 12
2.2	O Modelo Antigo de Desenvolvimento 13
2.3	As Novas Abordagens de Desenvolvimento 21
2.3.1	Desenvolvimento regional endógeno 21
2.3.1.1	Necessidades e benefícios do desenvolvimento regional 22
2.3.2	Desenvolvimento sustentável 26
2.3.2.1	O movimento ambientalista 27
<u>2.3.2.1.1</u>	<u>O conceito de ecossistema</u> 32
<u>2.3.2.1.2</u>	<u>Abordagem ecossistêmica (ecossistema integrado)</u> 40
2.3.2.2	O conceito de sustentabilidade 44
2.3.2.3	Os princípios do desenvolvimento sustentável 48
2.3.2.4	Compatibilização entre desenvolvimentos sustentável e econômico 50
2.3.3	Desenvolvimento de base local 54
2.3.3.1	A busca pelo desenvolvimento econômico local 57
2.3.4	O modelo competitivo de desenvolvimento 65
2.3.4.1	Princípios do modelo competitivo 73
2.3.4.2	Abordagens e métodos do modelo competitivo 74
<u>2.3.4.2.1</u>	<u>O nível meta competitivo</u> 75

2.3.4.2.2	<u>O nível meso competitivo</u>	80
2.4	Conclusão	82

CAPÍTULO 3 – TURISMO

3.1	Introdução	83
3.2	Base Conceitual do Turismo	84
3.2.1	Definições de turismo	84
3.2.2	Tipologia do turismo	87
3.2.2.1	Tipos	87
3.2.2.2	Formas	91
3.2.2.3	Modalidades	92
3.2.2.4	Segmentos	92
3.2.3	Classificação de turista	94
3.2.4	Classificação de acordo com a amplitude territorial	94
3.2.5	Mercado turístico	95
3.2.5.1	Demanda turística	97
3.2.5.2	Oferta turística	98
3.2.6	Turismo sustentável	99
3.3	Ecoturismo	107
3.3.1	Definições de ecoturismo	108
3.3.2	Tipos de ecoturismo	111
3.3.3	Impactos do ecoturismo	113
3.3.4	Princípios do ecoturismo	114
3.3.5	Infra-estrutura para o desenvolvimento do ecoturismo	115
3.3.6	Políticas do ecoturismo	118
3.3.7	Casos de ecoturismo	123
3.4	Conclusão	127

CAPÍTULO 4 – MÉTODO PROPOSTO

4.1	Introdução	128
4.2	O Modelo Competitivo de Desenvolvimento	130
4.2.1	Fases e níveis do método	132
4.2.1.1	Fase I – Conhecer	133
4.2.1.1.1	<u>Níveis da Fase I</u>	134
4.2.1.1.2	<u>Atividades da Fase I</u>	137
4.2.1.1.3	<u>Método de Validação da Fase I</u>	140
4.2.1.2	Fase II – Projetos	141
4.2.1.2.1	<u>Níveis da Fase II</u>	142
4.2.1.2.2	<u>Atividades da Fase II</u>	143
4.2.1.3	Fase III – Estrutura	144
4.2.1.3.1	<u>Atividades da Fase III</u>	145

CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DO MÉTODO

5.1	Introdução	148
5.2	Execução das Atividades	150
5.2.1	Fase I	154
5.2.2	Fase II	157
5.2.3	Fase III	173
5.3	Conclusão	176

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

6.1	Conclusões Finais	178
6.2	Recomendações para Trabalhos Futuros	180

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

181

8 ANEXOS

8.1	Inventário/ Diagnóstico	191
8.2	Questionário Aplicado nas Escolas	210
8.3	Questionário Aplicado na Comunidade	211
8.4	Tabulação dos Dados da Pesquisa Aplicada	212
8.5	O Trade do Ecoturismo do Município de Paraúna	217
8.6	Mapa de Localização do Município de Paraúna/GO	218
8.7	Microrregiões Homogêneas do Estado de Goiás	219
8.8	Base Cartográfica	220
8.9	Mapa Hipsométrico	221
8.10	Mapa de Solo	222
8.11	Mapa de Recursos Hídricos	223
8.12	Mapa de Uso da Terra	224
8.13	Mapa dos Pontos Turísticos	225
8.14	Curso de Fotografia Amadora	226
8.15	Curso de Guia Turístico	228
8.16	Curso para Professores do Ensino Fundamental	236
8.17	Janela do Site Paraúna Município GeoDigital	247
8.18	Esboço do Atlas Geoambiental de Paraúna	248
8.19	Concurso de Fotografias	249

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenvolvimento Sustentável no Nível Local	53
Figura 2 – Linhas de Trabalho e Instrumentos para o Processo de Desenvolvimento Local	64
Figura 3 – Abordagem Sistêmica – Ciclo de Causalidade	71
Figura 4 – Tipologia de Mieczkowski	88
Figura 5 – Valores e Princípios do Turismo Sustentável	102
Figura 6 – Relações do Turismo	105
Figura 7 – Estágios do Turismo Sustentável	106
Figura 8 – A Face Mutante do Ecoturismo	112
Figura 9 – Uso do Modelo Teórico	129
Figura 10 – Fases e Níveis do Método	133
Figura 11 – Esquema de Funcionamento da Fase II	141
Figura 12 – Oportunidades de Desenvolvimento	143
Figura 13 – Esquema de Funcionamento do Método	145
Figura 14 – Esquema do Projeto	157
Figura 15 – Esquema Básico da Estrutura de um Sistema de Informação e Controle	170
Figura 16 – Processo de Construção da Análise do Espaço	172
Figura 17 – Diagrama da Competitividade Sistêmica do Ecoturismo	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Segmentação da Demanda Turística	92
Quadro 2 – Princípios do Turismo Sustentável	104
Quadro 3 – Tipos e Atividades Ecoturísticas	112
Quadro 4 – Infra-Estrutura Turística	116
Quadro 5 – Necessidades dos Visitantes X Necessidades de Gestão	117
Quadro 6 – Papéis da Política Referente a Turismo em órgão canadense e norte-americanos	120
Quadro 7 – Principais Pólos Ecoturísticos do Brasil	126
Quadro 8 – Níveis e Critérios de Análise do Perfil Competitivo Regional	133
Quadro 9 – Índices de Avaliação Competitiva	138
Quadro 10 – Estrutura do Método	145
Quadro 11 – Operacionalização dos objetivos específicos da pesquisa com suas questões	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de Núcleos de Turismo Sustentável	103
Tabela 2 – Investimentos Atuais Diretos e Indiretos que Promovem o Turismo (US\$)	122
Tabela 3 – Políticas de Desenvolvimento do Turismo da EMBRATUR	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE = AVENTURA, CULTURA E ECOTURISMO
 ADR = AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
 BIC = BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS
 BID = BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
 CEFET-GO = CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS
 CEO = CHIEF EXECUTIVE OFFICER
 CIDA = CANADA INTERNATIONAL DEVELOPMENT IS THE AMERICAS
 CMIR = CADASTRO MUNICIPAL DE IMÓVEIS RURAIS
 CMMAD = COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
 CNI = CONSELHO NACIONAL DA INDÚSTRIA
 CNUMAD/UNCED = CONFERENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
 COMIGO = COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DO SUDOESTE GOIANO
 COMTUR = CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO
 CPDS = COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21
 ECTWT = COALIZÃO ECUMÊNICA DE TURISMO DO TERCEIRO MUNDO
 EMBRATUR = INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
 ESA = ECOLOGICAL SOCIETY OF AMÉRICA
 GO = GOIÁS
 IBAMA = INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
 IBGE = INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
 ICLEI = INTERNACIONAL COUNCIL FOR LOCAL ENVIRONMENTAL INITIATIVES
 IBT = INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
 ICMacro = ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE MACRO
 ICMeso = ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE MESO
 ICMicro = ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE MICRO
 IPTU = IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
 ISS = IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS
 ITU = IMPOSTO TERRITORIAL URBANO
 ITR = IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
 IUCN/UICN = UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
 JICA = JAPAN INTERNATION COOPERATION AGENCY
 MICT = MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E DO TURISMO
 MMA = MISNISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
 MPT = MUNICÍPIO DE POTENCIAL TURÍSTICO
 MT = MUNICÍPIO TURÍSTICO

OECD = ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT
OMT= ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO
ONGs = ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
ONU = ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PGA = PLANTA GENÉRICA DE VALORES
PMEs = PEQUENAS E MICRO EMPRESAS
PMGeo = PARAÚNA MUNICÍPIO GEODIGITAL
PMP = PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚNA
PNMT = PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO
PNUD = PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PNUMA = PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
PRODETUR = PROGRAMA DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
PROECOTUR = PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL
RINTUR = ROTEIRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
RPPN = RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NACIONAL
SAGE = STRATEGIC ADVISORY GROUP ON ENVIRONMENT
SEBRAE = SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SEMA = SECRETARIA ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE
SGA = SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL
SICAP = SISTEMA INFORMATIZADO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO DE PARAÚNA
TA = TURISMO ALTERNATIVO
TBC = TURISMO BASEADO NA COMUNIDADE
TMC = TURISMO DE MASSA CONVENCIONAL
UI = UNIDADE IMOBILIÁRIA
UICN = UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
UNDP = UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME
USAID = US AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT
WTTC = WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL
WWF = FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA

UM MODELO DE ECOTURISMO COMPETITIVO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL – O CASO DE PARAÚNA/GO

RESUMO

As exigências advindas da Sociedade da Informação e da competitividade impõem novos procedimentos para o setor de turismo, assim, esta dissertação apresenta estudos preliminares de uma pesquisa-ação realizada no município de Paraúna/GO, apontando um modelo de ecoturismo competitivo como contribuição para o desenvolvimento local, na perspectiva de dotar a gestão municipal do acesso às novas tecnologias de gerenciamento, bem como do entendimento da própria tecnologia, tanto como produto quanto como processo. Para que o turismo apresente padrões mais estáveis de desenvolvimento, é necessário assumir procedimentos que direcionem para a busca da sustentabilidade.

Portanto, até onde crescer, como manter procedimentos de estabilidade, que padrões adotar? Estas são questões que, antes do empirismo que representam, suscitam aspectos teóricos fundamentais para o efetivo enfrentamento dos problemas relacionados à sustentabilidade do turismo.

Assim sendo, a abordagem utilizada nesta pesquisa, identifica duas grandes limitações, uma de ordem conceitual que ainda não se define oficialmente, de maneira clara, o que se entende por desenvolvimento, sustentabilidade e ecoturismo. A outra limitação é de ordem operacional referente a aplicação do modelo o qual, na terceira fase – Estrutura, os resultados preliminares não serão suficientes para realizar-se uma validação do modelo teórico quanto do método proposto de desenvolvimento competitivo local, além disso a proposta aqui definida tratar-se-á da viabilidade do projeto.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Ecoturismo, Competitividade

ABSTRACT

RODRIGUES, Oyama Daroszewski. A Model of Competitive Ecotourism as a Contribution for the Local Development – The Case of Paraúna/GO. 2003. XXXp. Dissertation (Master's Degree in Production Engineering) – Production Engineering Post-Graduation Program, UFSC, Florianópolis.

The requirements of the Information Society and of the competitiveness impose new procedures for the tourism sector; thus, this dissertation presents preliminary studies of a research-action carried out in the municipal district of Paraúna/GO, showing a competitive ecotourism model as a contribution for the local development, in the perspective to supply the municipal management with access to the new technologies of management, as well as the understanding of technology itself as a product and as a process. In order that tourism presents more steady standards of development, it is necessary to adopt procedures that direct it for the search of sustainability.

So, what are the limits to expand, how to keep stability procedures, what standards to adopt? These are questions that, preceding the empiricism that they represent, cause to happen basic theoretical aspects for the effective confrontation of the problems related to the sustainability of the tourism.

That way, the approach used in this research identifies two main limitations, one of conceptual order that still is not defined officially, in a clear way, what it is understood by development, sustainability and ecotourism. The other limitation is of operational order and relates to the application of the model which, in the third phase – Structure – the preliminary results will not be enough to do a validation neither of the theoretical model nor of the proposed method of the local competitive development; moreover, the proposal defined here will be about the viability of the project.

Keywords: development, ecotourism, competitiveness.

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Gerais

Verifica-se no mundo um acelerado processo de transformação, surgem os espaços supranacionais, efetiva-se a globalização e, cada vez mais velozmente manifestam-se as mudanças técnico-científico-informacionais, que transformam o mundo no mesmo ritmo. Uma compreensão mais ampla da tecnologia como fenômeno social permite verificar o desenvolvimento de processos tecnológicos diversos. A incorporação das sofisticadas ferramentas da ciência e da tecnologia amparados nos conhecimentos e reflexões sobre as relações entre a tecnologia e a totalidade cultural, redimensiona tanto a produção quanto a vivência cotidiana dos homens, concebida como solução de problemas concretos combinados a uma revisão do papel dos componentes sócio-culturais. A revolução tecnológica ao criar novas formas de socialização e processos de produção, instituindo novas definições de identidade individual e coletiva, consolida um grande embate sobre o futuro da multiculturalidade. As tendências internacionais, tanto em realidades mais próximas da nossa como nas mais distantes, acentua a importância do entendimento da própria tecnologia, tanto como produto quanto como processo.

Nesse contexto, algumas questões, como as referidas acima, impõem imediatamente à todas as áreas do conhecimento uma revisão metodológica e paradigmática e o turismo, não fugindo a regra, consolida essa preocupação. Afinal, os seres humanos ainda não alcançaram a sociedade verdadeiramente justa, não alcançaram o equilíbrio entre produção/consumo e, conseqüentemente o controle do desgaste irreversível da natureza.

Assim, esta pesquisa é uma primeira abordagem, teórico-prática, na perspectiva de sistematizar um modelo de ecoturismo competitivo como contribuição para o desenvolvimento local, apontando o município de Paraúna como cenário da aplicação do modelo proposto. Trata-se de uma abordagem sistêmica, onde a cultura existente se torna o elemento determinante para o sucesso da implantação e da consolidação de

idéias-guia dos projetos para estabelecimento do pacto territorial. Daí considerar-se que a mais importante atribuição conferida a presente pesquisa seja a de transformar o ecoturismo em um valor para todos os integrantes do processo, de forma que suas ações sejam pautadas por ela. Isso é válido no gerenciamento tanto do ambiente como em sua própria estrutura, ou seja, o da utilização de processos de transformação, que têm, como ponto de partida, a realidade existente e, como alvo, a realidade desejada.

A presente pesquisa ao discutir a própria conceituação de desenvolvimento, turismo, ecoturismo e sustentabilidade, introduz parâmetros que permitem considerar diferentes níveis de intervenção e que refletem a complexidade do assunto, daí a importância de sua abordagem.

1.2 Apresentação do Problema

Ao longo do processo evolutivo da chamada “sociedade industrializada”, a economia vem sofrendo inúmeras transformações motivadas pela necessidade de superar os problemas e encarar os novos imperativos, fruto das novas necessidades que a reprodução ampliada do capital veio impondo.

No cenário atual percebe-se que muitas nações têm obtido grande sucesso com modelos de desenvolvimento que priorizam a capacidade das forças locais em criar e sustentar o seu desenvolvimento. O município passa a ser o ponto focal das ações de desenvolvimento e um dos principais elos de ligação do pacto territorial local. É justamente ao nível microrregional, onde há maior identidade econômica, social e cultural, que existem maiores possibilidades de ganhos competitivos. Para tanto, o governo municipal deve estar inserido num ambiente institucional que lhe dê o suporte técnico e político necessário para esta nova função. Neste trabalho, “agir local” significa incluir a questão do ecoturismo na gestão pública da menor unidade federativa, o município.

A luz desta preocupação apresenta-se o município de Paraúna, que assim como vários outros municípios goianos, possui um invejável ecossistema, composto por rios, cachoeiras, grutas, serras, fauna e flora do cerrado que lhe outorgou a EMBRATUR a classificação de “MPT” - Município de Potencial Turístico. Paraúna é um bom exemplo de como a operacionalização do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do

Turismo) nem sempre cria condições para que as populações locais possam engajar e organizar de modo adequado o processo do desenvolvimento do turismo.

Para que o turismo apresente padrões mais estáveis de desenvolvimento, é necessário assumir procedimentos que direcionem para a busca da sustentabilidade (econômica, social, ecológica cultural e espacial) através da adoção de políticas indutoras que levem a organização de forças competitivas locais.

1.2.1 Definição do Problema

O ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo. Em muitos locais, o ecoturismo se desenvolve, mas ele é formalmente reconhecido apenas ou os administradores preferem não promovê-lo. Mas para a maioria dos locais, a razão pelo qual o ecoturismo não prospera é que nestas áreas não existem relações sociais entre os diversos atores, que habitam o local. Desta forma, o desenvolvimento local tem como enfoque, identificar e desenvolver os potenciais existentes, através de uma visão estratégica com implementação de ações concretas. A seguir apresenta-se a problemática que envolve o assunto:

a) Problemática Empresarial ou Social – embora o impacto do turismo sobre o meio ambiente natural, cultural e artificial tenha sido reconhecido há muito tempo, a ação demorou muito a se materializar. E considerando que o ecoturismo é uma tendência em termos de turismo mundial que aponta para o uso sustentável de atrativos do meio ambiente e nas manifestações culturais, sua viabilidade encontra dificuldades significantes. Como podem ser avaliados os ganhos e perdas sociais, econômicos e ambientais? A otimização do uso dos recursos é compatível com a prosperidade econômica local? As causas principais deste problema (prováveis/possíveis) estariam na ausência de coordenação entre a política de desenvolvimento e a ambiental? A conservação ambiental vista como oposição à política de desenvolvimento é considerada uma coisa à parte do desenvolvimento econômico e social? E por fim a

ausência de sincronismo e seqüência no setor de turismo, levaria a sua fragmentação e ineficiência econômica?

b) Problemática Teórica – o caráter multidimensional na inter-relação turismo e meio ambiente de forma sistêmica e holística leva a uma política-administrativa ambiental fragmentada dirigida a questões específicas, com aspectos limitados de qualidade ambiental, num universo de ecossistema totais. Estabelecer grandes eixos ou bases para o desenvolvimento do ecoturismo passa pela determinação de políticas e estratégias de uso e ordenamento de seus recursos turísticos, oportunizando seu pronto acompanhamento, avaliação e revisão, referentes aos investimentos, hierarquização e unidos por uma infra-estrutura comum.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Desenvolver um modelo de ecoturismo competitivo como contribuição ao desenvolvimento da menor unidade federativa, o município.

1.3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Estabelecer a ordenação geopolítica e administrativa dos recursos ambientais naturais, culturais e artificiais do município de Paraúna/GO.
- ✓ Promover o desenvolvimento endógeno, auto-centrado, participativo e articulado com os diversos segmentos sociais, visando a eficácia/eficiência econômica, a prudência ecológica e a justiça social.
- ✓ Relacionar a política de sustentabilidade com a eficiência econômica e a justiça social.
- ✓ Caracterizar, classificar e quantificar a demanda atual de bens e serviços ecoturísticos do município de Paraúna/GO.

1.4 Importância

O aspecto mais crítico para o desenvolvimento do turismo é a estabilidade da atividade em altos padrões de desempenho. Significa que, após o incremento das atividades turísticas em uma localidade, o freqüente decréscimo, resultante ou não de um modismo e/ou de uma depauperação das condições locais, pode ser minimizado se o processo tiver sido planejado e as inúmeras variáveis incluídas no sistema tiverem sido analisadas e trabalhadas de modo a gerar melhores resultados competitivos. Dentre as variáveis a mais crítica é a ecológica, pois grande parte dos empreendimentos turísticos não a leva em consideração, voltados que estão para os aspectos econômicos mais imediatos. Nesse contexto, Pellegrini Filho (1993) ressalta que, a falta de compreensão da variável ecológica, constitui um ângulo de 360°, abrangendo além de plantas, animais, poluição, lixo, ruído urbano etc., o direito humano de dispor de qualidade de vida, com direito a terra, moradia decente, saúde, educação e preservação de sua cultura, constitui a verdadeira ecologia humana.

Dessa maneira, o mercado turístico aponta o grande potencial de crescimento do ecoturismo, cujas características particulares merece um estudo científico, aqui apresentado no âmbito da produção, voltado para o desenvolvimento competitivo local. As pressões para a proteção ambiental e a justiça social, conduzem à transformação dos processos produtivos, com posições pró-ativas e criativas focados no desenvolvimento humano em sua totalidade. Como local, entende-se não somente um espaço geograficamente definido seja um bairro, um município ou uma microrregião, mas como um espaço em que existem relações sociais entre os diversos atores, que habitam o local.

O enfoque local se justifica pelas diversidades existentes, que estabelecem condições diferentes, e, por isso, precisam de soluções adequadas. O desenvolvimento local tem como enfoque, identificar e desenvolver os potenciais existentes. O envolvimento dos diversos atores na elaboração de uma visão estratégica com implementação de idéias-guia constitui o elemento chave neste processo.

Portanto, deve-se considerar um input externo com algum nível de controle político, atuação individualmente definida e socialmente constante, gerenciável, bem como um output qualificado, em termos do bom nível dos produtos oferecidos. Visto a longo prazo, o ecoturismo deve, então, envolver medidas que promova a melhoria da

qualidade de vida da comunidade hospedeira, como também assegurar as boas condições ambientais, de modo a garantir sua sustentabilidade.

Integrando-se os pólos de interesses individuais do turista, de cunho mais hedonista e imediato, aos de interesse da comunidade, com uma perspectiva mais duradoura, pode-se conceber o ecoturismo como um processo completo que vai desde a divulgação correta da imagem do local a ser alcançado, por meios diversos, pelo turista, sua permanência e satisfação, até a sua volta ao local de origem, de modo que a localidade turística permaneça conservada, em longo prazo, para a continuidade do atendimento qualificado, da garantia das boas condições de vida para a população local e da preservação do meio ambiente envolvido.

No geral, a questão fundamental passa a ser a competitividade do produto ecoturístico como alavanca do desenvolvimento local, através de uma visão sistêmica acerca da realidade competitiva local. O desenvolvimento é fruto do acúmulo do capital social, garantindo maior governância sobre o território e seus elementos, por parte dos atores regionais. Desta forma está instituído o pacto territorial capaz de criar o caráter distintivo ao produto ecoturístico, o que dará a vantagem competitiva sustentável à região.

A seguir destacam-se os resultados teórico e prático esperados e modelo de resolução:

a) Resultados teóricos esperados – a consolidação de um modelo de ecoturismo competitivo como contribuição para o desenvolvimento local, com novos referenciais de posicionamento de atividade sustentada; a consolidação do termo desenvolvimento de base local no setor de turismo, através de uma nova gestão dos recursos naturais que possibilite, ao mesmo tempo, eficácia e eficiência na atividade econômica e que se possa manter a diversidade e estabilidade do meio ambiente e com destaque ao seu significativo e fundamental papel na melhoria da qualidade de vida das populações.

b) Resultados práticos esperados – o planejamento sistêmico integrado do turismo, através de planos de longo prazo (referem-se a metas e objetivos específicos) e projetos estratégicos (referem-se a identificação e solução de questões imediatas), e por último, deve refletir a vontade da população em seu efetivo envolvimento e participação nas atividades de planejamento e desenvolvimento e em sua desejada sustentabilidade.

c) Modelo de resolução – no planejamento ecoturístico de iniciativas privadas, públicas municipais, estaduais e comunitárias na descentralização da educação profissional e no repasse de novas tecnologias; na integração do turismo e meio ambiente em sua totalidade, possibilitando o pleno desenvolvimento econômico e social, através do seu pronto acompanhamento, avaliação e revisão; e na manutenção de um equilíbrio sustentável entre o turismo, o desenvolvimento regional e a proteção do ambiente (natural, cultural e artificial), através de um efetivo planejamento e gerenciamento que leve a eficiência, qualidade e competitividade do produto turístico.

1.5 Limites

Dada a complexidade do assunto, ainda não se define oficialmente, de maneira clara, o que se entende por ecoturismo, desenvolvimento e sustentabilidade, assim sendo, a fundamentação teórica apresenta uma gama de embates conceituais, assumindo a desmistificação, ancorada na negação dos princípios banalizados da sustentabilidade.

Para que o turismo apresente padrões mais estáveis de desenvolvimento, é necessário assumir procedimentos que o direcionem para a busca de sustentabilidade. Caminhar em direção ao permanente crescimento, principalmente econômico, dos empreendimentos turísticos, certamente que inviabiliza qualquer perspectiva de sustentabilidade. Portanto, até onde crescer, como manter procedimentos de estabilidade, que padrões adotar? Estas são questões que, antes do empirismo que representam, suscitam aspectos teóricos fundamentais para o efetivo enfrentamento dos problemas relacionados à sustentabilidade do turismo.

Assim sendo, a abordagem utilizada nesta pesquisa, identifica duas grandes limitações, a primeira de ordem conceitual que ainda não se define oficialmente, de maneira clara, o que se entende por desenvolvimento, sustentabilidade e ecoturismo e a segunda de ordem operacional através da aplicação do modelo onde a Fase III – Estrutura, cujos resultados preliminares não serão suficientes para realizar-se uma validação do modelo teórico, quanto do método proposto de desenvolvimento competitivo local. Assim sendo, a proposta aqui definida tratar-se-á da viabilidade do projeto, tendo em vista que, a adequação do método continuará em curso mesmo após a conclusão desta dissertação.

Outra limitação da atual pesquisa é o caráter endógeno-indutor da aplicação do método de difícil separação dos resultados de outras ações desenvolvimentistas implementadas em conjunto ou em paralelo a sua aplicação. Além de sua dependência de fatores alheios à vontade do pesquisador, como falta de vontade política, desconfiança e isolamento, dificuldades de manejo da Informação, baixo grau de instrução, integração deficiente com outros setores e falta de linhas de créditos, constituem verdadeiros gargalos, que podem inviabilizar ou modificar o curso das ações propostas neste trabalho.

1.6 Metodologia

A Ciência tem como objetivo fundamental a aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota. Por este prisma a pesquisa tem um caráter pragmático, constituindo um “... processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (Gil, 1999, p.42).

O método de pesquisa utilizado neste trabalho situa-se entre os desenvolvidos em ciências sociais, que fazem parte das ciências empíricas, as quais tratam de fatos e processos.

Desta forma, a metodologia utilizada neste trabalho enquadra-se nas seguintes classificações :

- ✓ Quanto a sua natureza, é uma “Pesquisa Aplicada”, que objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais;
- ✓ Quanto a forma de abordagem do problema, é uma “Pesquisa Qualitativa”, fundamentada na percepção dos atores sociais envolvidos direta e indiretamente na atividade, inserida na técnica de análise da localidade turística, que segundo Kotler, Haider e Rein (1994), consiste em catalogar as características do lugar e agrega-las à identificação das forças e fraquezas principais, assim como suas oportunidades e ameaças para que se tenha a real visão analítica do lugar, pois os autores acreditam firmemente que a percepção de vários segmentos de atores

- ✓ com peculiaridades, interesses e percepções comuns determinam uma forma de auxiliar os planejadores turísticos a beneficiar o lugar e manter a imagem existente (idem, p. 82).
- ✓ Quanto aos seus objetivos, é uma “Pesquisa Explicativa”, pois visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade explicando a razão das coisas, que nas ciências sociais, requer o uso de método observacional (Gil, 1999, p. 43).
- ✓ Quanto aos procedimentos técnicos, é uma “Pesquisa-Ação”, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. É, a estratégia aconselhada quando o pesquisador se encontra na seguinte situação: o pesquisador participa ativamente da aplicação metodológica, interagindo com seus resultados e promovendo ações corretivas se necessário; o ambiente de aplicação da metodologia é bastante complexo, a ponto de influenciar seus resultados e a própria aplicação prática; o modelo teórico e a metodologia não são suficientemente bem desenvolvidos na literatura existente a ponto de possibilitar uma aplicação controlada e bem segmentada, em termos do que é o método e o que é a aplicação (Pires, 2001, p.10).

“Nos dias de hoje, embora haja muitas pesquisas em diversas áreas do conhecimento aplicado, sente-se a falta de uma maior segurança em matéria de metodologia quando se trata de investigar situações concretas. Além disso, no plano teórico, a retórica sem controle corre solta. Há um crescente descompasso entre o conhecimento usado na resolução de problemas reais e o conhecimento usado apenas de modo retórico ou simbólico na esfera cultural. A linha seguida pelos partidários da pesquisa-ação é diferente: pretendem ficar atentos às exigências teóricas e práticas para equacionarem problemas relevantes dentro da situação social” (Thiollent, 2000, p.9).

As classificações dos métodos de pesquisa descritos vão se materializando ao longo da pesquisa até chegar a pesquisa-ação, pois existe o processo de observação da realidade com a construção de um modelo intrínseco a esta realidade e retorno ao concreto, desta forma mais estruturada.

“O método parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se, a seguir, ao nível abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando, por fim, ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social” (Marconi e Lakatos, 2000, p. 95).

Desta forma, os fenômenos e as relações sociais podem ser compreendidas no contexto em que ocorrem, e do qual fazem parte, possibilitando uma análise integrada.

A pesquisa-ação, segundo Thiollent (2000, p.25), (...) “não é considerada como metodologia. Trata-se de um método, ou de uma estratégia de pesquisa agregando vários métodos ou técnicas de pesquisa social, com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa de captação de informação”.

As bases lógicas à investigação científica, desta presente pesquisa, identificam duas dentre as quatro abordagens clássicas:

- ✓ Método Dialético, na qual as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser considerados fora do contexto social, político, econômico, etc. Empregado em pesquisa qualitativa (Gil, 1999; Lakatos & Marconi, 1993).
- ✓ Método Fenomenológico, não é dedutivo nem indutivo. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento. Empregado também na pesquisa qualitativa (Gil, 1999; Triviños, 1992).

Os segmentos de atores sociais envolvidos na pesquisa foram: Poder Público Municipal, Associações, Cooperativas, etc., ou seja, segmentos organizados da sociedade, vizinhos fronteiros aos equipamentos turísticos e proprietários dos equipamentos turísticos.

1.7 Estrutura do Trabalho

Este trabalho está estruturado em 6 capítulos, distribuídos da seguinte forma:

O **Capítulo Inicial** traz as considerações gerais à presente pesquisa, apresenta e define o problema, contempla os objetivos do trabalho, a importância do tema, a limitação, a metodologia e a estrutura do trabalho.

O **Capítulo 2** apresenta o que tem sido escrito para resolver o problema da pesquisa e para alcançar os objetivos deste trabalho. Os dados foram obtidos na pesquisa da literatura referente aos itens: desenvolvimento, sustentabilidade, ecossistema e modelo competitivo de desenvolvimento, de acordo com as necessidades e disponibilidade de informações.

O **Capítulo 3** apresenta as bases conceituais do turismo e ecoturismo.

O **Capítulo 4** apresenta o desenvolvimento do método proposto, definindo os aspectos gerais, os elementos básicos e as estratégias que compõem a estrutura do método.

O **Capítulo 5** apresenta a aplicação do método proposto no município de Paraúna/GO.

O **Capítulo 6** faz uma análise dos resultados parciais alcançados, trazendo as conclusões finais da pesquisa, bem como as recomendações para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 2 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO

2.1 Introdução

O constante acirramento da concorrência, agravado pelo atual processo de “globalização” que permite a qualquer organização, localizada em qualquer região do globo, ter acesso, quase que instantâneo, a mercados, recursos, informações e tecnologia, trouxe consigo uma pressão competitiva cada vez maior sobre as empresas e as regiões, onde a busca crescente por eficiência operacional (Porter, 1996) tem levado a uma onda crescente de fusões, aquisições e redução contínua nos custos (especialmente de mão-de-obra empregada), a fim de alcançar o que Michael Porter chama de fronteira da produtividade, ou seja, a melhoria contínua da eficiência organizacional.

No cenário atual, de um lado temos a crescente tendência de aumento do tamanho dos conglomerados organizacionais, que procuram obter maiores ganhos de escala nas linhas de produção e em nível operacional, a partir de fusões, aquisições e parcerias. Por outro lado, de forma menos freqüente, tem ocorrido a busca pela diferenciação, adotada pelas empresas como alternativa para fugir estrategicamente da competição puramente baseada em custos, que é bastante destrutiva. A busca pela diferenciação tem feito grande pressão nos setores de Pesquisa e Desenvolvimento das organizações, perseguindo o que se poderia chamar de inovação contínua.

No entanto, em ambas alternativas, o modelo mental dominante tem as características do modelo clássico de desenvolvimento, que seriam:

- ✓ intensividade de capital na busca de um modelo de produção em massa e aumento das escalas de operação;
- ✓ é dominado pelas grandes empresas, sinônimo de prosperidade econômica para as regiões de sua instalação;
- ✓ é exógeno, uma vez que depende de poucas lideranças, restritas ao âmbito do governo ou das grandes lideranças empresariais, que fornecem, de “cima para baixo”, as condições estruturais para o desenvolvimento de uma região.

Este modelo tem gerado mega-corporações e mega-investimentos, extremamente intensivos em capital, que com as facilidades da globalização, não possuem nacionalidade. Isso tem feito com que grande parte dos países mais desenvolvidos, por exemplo, tenham perdido fábricas para regiões menos desenvolvidas do globo, onde a mão-de-obra e os custos sociais são menos elevados (Porter, 1997).

Diante do quadro, nos países subdesenvolvidos as taxas de mortalidade das pequenas e micro empresas têm sido bastante altas. E poder-se-ia esperar que houvesse graves crises econômicas e sociais nas regiões mais desenvolvidas ou a sua intensividade em grandes corporações e concentração de capital. Contudo, isto não se legitimou. Nos últimos dez anos tem sido dada muita atenção a um novo modelo competitivo, baseado em fatores locais e regionais e redes de pequenas e micro empresas. Dentro deste modelo, a Itália tem sido o seu principal expoente, onde mais de 98% da composição empresarial é formada por pequenas e micro empresas (PMEs), e mesmo assim, o país está entre os mais competitivos do globo (Casarotto e Pires, 1998).

Segundo Bianchi (1996), este modelo tem se mostrado mais adequado à realidade da região em desenvolvimento, pois não é intensivo em capital e não pressupõe grandes investimentos estatais em infra-estrutura, sendo, ao mesmo tempo, socialmente mais justo (distribuição de renda e de emprego) e competitivamente mais adequado.

Este modelo caracteriza-se por uma mudança de paradigma em termos de desenvolvimento regional, pois seus pressupostos diferenciam do modelo imposto, que poderia ser chamado de “exógeno”, onde as políticas e ações desenvolvimentistas, que no caso brasileiro, baseia-se na oferta de condições e incentivos diretos para o desenvolvimento de uma região.

No cenário atual percebe-se que muitas nações têm obtido grande sucesso com modelos de desenvolvimento que priorizam a capacidade das forças locais em criar e sustentar o seu desenvolvimento.

2.2 O Modelo Antigo de Desenvolvimento

A noção de desenvolvimento, no decorrer dos anos, vem tomando novas formas, umas mais restritivas outras mais amplas. As mais restritivas caracterizam-se pelo

enfoque econômico/quantitativo, objetivando o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e o aumento das rendas pessoais através da industrialização e da modernização tecnológica. Uma concepção mais ampla, atual e qualitativa de desenvolvimento envolve aspectos relacionados com as questões sociais, não desprezando os econômicos, mas priorizando a liberdade dos indivíduos com o acesso a serviços de saúde e educação, como também, aos direitos civis que garantem a participação ativa dos indivíduos nas questões públicas.

A política de desenvolvimento empregada no Brasil, fundamentada primeiramente no desenvolvimento econômico, teve como proposta atender as deficiências de ordem econômica, política e social. Contudo, o sistema de desenvolvimento adotado, desencadeou, no âmbito social, as distorções decorrentes do próprio modelo. A rápida ascensão na transformação do modo de produção da agricultura, bem como implantação do parque industrial no país, converteram-se em danos consideráveis à população e ao meio ambiente, sem, contudo atender seu principal objetivo, o desenvolvimento econômico, como meio de melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

A fase próspera dos países industrializados (1945-70) também permitiu aos países subdesenvolvidos iniciar sua industrialização. Estes países, entre os quais o Brasil, usaram o Estado e o setor público da economia para implantar um parque industrial, almejando a substituição das importações pela produção nacional no processo de industrialização (Singer, 1997).

A estratégia de substituição das importações pela produção nacional apresentou um forte desempenho nos segmentos de produtos intermediários, uma vez que o país passou a incorporar com mais intensidade segmentos industriais nos gêneros de metalurgia, minerais não-metálicos, química, papel e celulose, bens de capital e petróleo. O resultado foi positivo na participação destes segmentos, porém os mesmos são intensivos no uso de recursos naturais, energia e altamente poluidores, inclusive produtores de lixo tóxico (Castro, 1985).

A disponibilidade de recursos naturais e energéticos de baixo custo favoreceu o incremento deste setor industrial no país, ocorrendo a inversão da posição de país importador para exportador. Isso ocorreu em certos casos após 1980, período em que as exportações se concentravam nos produtos primários de origem agropecuária, indústria alimentícia, mineral e madeira.

A partir de então, a participação de produtos industriais não vinculados à agropecuária cresceu muito, enquanto caiu a participação dos produtos primários (Martine, 1996, p.45).

A grande transformação econômica em curso no país, a partir dos anos 70, evidenciou um processo de transformação estrutural do sistema de produção, identificado pela ruptura entre a produção e o emprego e desse com a renda. A produtividade crescente, pela utilização de tecnologia, resultou em menor necessidade de trabalho, contudo repôs as riquezas socialmente produzidas, independentes do emprego. A redução da necessidade de trabalho pelos processos produtivos nas sociedades industrializadas, transformou a economia do trabalho e aumentou o desemprego. De intermitente, o desemprego passa a ser de longa duração, provocando o crescimento da pobreza estrutural, que atinge não somente os velhos e desqualificados, mas também os jovens que nunca participaram do mercado de trabalho. A mão-de-obra sem qualificação e os trabalhadores dos setores tradicionais com baixa qualificação ou desatualizados, fazem parte de uma sociedade em construção dualista, no qual num extremo encontra-se um número decrescente de bem-empregados e no outro um número crescente de desempregados ou marcados pelos precários trabalhos e baixos salários. Esse fenômeno tem efeito no aumento da demanda sobre os sistemas de proteção social, que se tornam incapazes de responder a luta contra a pobreza (Silva e Silva, 1997 p.161-162).

O crescimento do setor industrial e agro-industrial não se expandiu em proporções suficientemente para absorver a população ativa, oriunda do crescimento vegetativo e do êxodo rural ocorrido no século passado. A transformação dos meios de produção, através da apropriação da natureza, em busca do desenvolvimento e do crescimento, se deu de forma acelerada, em contra partida o homem foi despojado dos meios de produção fruto de tecnologia e da incapacidade do governo em equilibrar os meios de produção e distribuição de renda.

Com relação aos termos crescimento e desenvolvimento, a abordagem de crescimento para Morcillo (1987) se refere à expansão da escala das dimensões físicas do sistema econômico, ou seja, o incremento da produção econômica, enquanto que desenvolvimento é o padrão das transformações econômicas sociais e estruturais, através da melhoria qualitativa do equilíbrio relativo ao meio ambiente.

Todavia, o emprego da palavra desenvolvimento, como sinônimo de progresso, tem sido polêmico, já que subjaz a ambas, em princípio, um contexto positivo, de sentido favorável. Entretanto, Brügger (1994, p.49) e Bellia (1996) postulam que crescimento significa, sobretudo, aumento, com conotação quantitativa. Assim, crescimento econômico, por se referir à expansão da escala das dimensões físicas do sistema econômico, deveria referir-se tão somente a incremento, enquanto que desenvolvimento, por ser o padrão das transformações econômicas, sociais e estruturais, através da melhoria qualitativa do equilíbrio relativo ao meio ambiente, envolveria, além de incremento, os aspectos éticos desse incremento.

Para Brügger (1994), o desenvolvimento da técnica pela sociedade industrial, tornou dominante a visão do mundo pelo avanço tecnológico, referenciando-se como parâmetro de progresso e desenvolvimento entre diferentes nações.

No entanto, de acordo com Morcillo (1993, p.331-332), o processo de crescimento de uma economia ocorre pelo desenvolvimento, aplicando-se novas tecnologias e produzindo transformações sociais que possam dispor uma melhor distribuição de riqueza e da renda. Milone (1998, p. 407) enfatiza que o crescimento econômico, como o crescimento contínuo do produto nacional bruto, em termos globais ou per capita, ao longo do tempo, implica, também, numa melhor eficiência do sistema produtivo.

Para caracterizar um processo de desenvolvimento econômico deve-se observar, ao longo do tempo, a existência de:

- ✓ crescimento do bem-estar econômico, medido por meio dos indicadores de natureza econômica, como, por exemplo: produto nacional total, produto nacional per capita;
- ✓ diminuição dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdades;
- ✓ elevação das condições de saúde, nutrição, educação, moradia.

O desenvolvimento, em uma abrangência maior, pode ser complementado por índices que representem a qualidade de vida dos indivíduos.

Deste modo, para Morcillo (1993), é relevante a utilização de um conjunto de indicadores que reflita alterações sociais, políticas e institucionais, tais como: consumo real per capita; variáveis sociais, políticas e demográficas; expectativa de vida; mortalidade infantil; fertilidade; educação; analfabetismo; distribuição de renda entre diferentes classes e setores; centralização da atividade econômica e poder político, entre outros.

O crescimento econômico nem sempre tem como consequência correspondente à melhoria da qualidade de vida, pois o crescimento pela desigualdade, baseado em uma economia de mercado sem controles, pode somente aprofundar a dualidade interna de cada sociedade. De acordo com Morcillo (1993, p.439), no início da década de 80, o Brasil tinha um dos maiores índices de desigualdade do mundo, quanto à distribuição da renda, tanto em termos regionais como entre os segmentos sociais. De forma idêntica, o Relatório do Banco Mundial de 1995 descreve que no final da década de 80, as famílias 10% mais ricas possuíam mais que 50% da renda total no país. A distribuição da renda não possui apenas determinantes econômicos, uma vez que metodologicamente, a economia política se encarrega de explicar ou interpretar não só a atividade essencialmente econômica, mas também, suas condicionantes sociais e políticas.

Atribui-se à industrialização, como fator preponderante, a degradação ambiental do planeta. A utilização desenfreada dos recursos naturais pelas empresas provoca a destruição dos recursos hídricos e do solo, etc. A poluição atmosférica, conforme discorre Martine (1996, p.45), passou a escalas exponenciais a partir da Revolução Industrial.

Os problemas comuns a todo planeta, decorrente do modelo de desenvolvimento econômico empregado, são constituídos: pelo efeito estufa, pela depleção da camada de ozônio, pelo acúmulo de lixo tóxico, pela perda da biodiversidade e pelo esgotamento dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Esses fenômenos lesam a humanidade, pela dificuldade de reversibilidade e reparação dos danos. Segundo Martine (1996, p. 22-3), outros fenômenos como a chuva ácida, a desertificação, a erosão, a poluição do ar, as enchentes, o esgotamento de recursos hídricos, a contaminação radioativa, entre outros, são suscetíveis de controle e reversibilidade de seu quadro, pela localização mais pontual e utilização de tecnologias disponíveis.

As experiências passadas por países já industrializados, representam pouco aos emergentes na sua produção industrial, pois se repete, o mesmo tipo de crescimento acelerado, com a poluição e agressão ao meio ambiente. Torna-se transparente, que o sistema de desenvolvimento econômico adotado não apresentou os resultados esperados, pois as próprias conseqüências econômicas converteram-se em divergências às questões sociais e ambientais.

Chegando-se ao âmbito municipal, o desenvolvimento econômico limitou-se a ações na oferta de serviços urbanos, de infra-estrutura física e de controle do uso do solo, pois o próprio planejamento das cidades esteve às margens do planejamento econômico, a cargo dos governos estaduais e, principalmente federal.

Uma explicação para a pobreza e a exclusão social está nos frutos do desenvolvimento. Segundo Valladao (2000), o desenvolvimento busca um avanço impetuoso que conseqüentemente acaba por destruir todas as alternativas socioculturais que não se baseiam nas leis de crescimento e mercado. O mercado, baseado na competição entre os indivíduos e os grupos, provocaria uma desorganização nas relações de confiança e nos laços sociais. Como salienta Benko (1996, p. 55), “... o subdesenvolvimento de uns seria o desenvolvimento de outros, e a riqueza desses últimos se alimentaria a miséria dos primeiros”.

Uma alternativa para combater a pobreza crescente está baseada nas capacidades ou potencialidades de que os indivíduos dispõem para levar uma vida digna. A dignidade, o exercício da liberdade e o respeito aos direitos serão alcançados quando forem melhorados os processos de distribuição e de acesso aos recursos privados e coletivos (Salama e Destremau, 2001; Sen, 2000).

Nesse sentido, as políticas de combate à pobreza devem oferecer possibilidades de emancipação da pobreza e não privilegiar o caráter paternalista. A concepção atual de desenvolvimento procura valorizar aspectos característicos da região e que a sociedade seja autora das mudanças, ela deve alcançar a responsabilidade e o domínio de seu próprio destino, e não depender dos poderes públicos ou de outras entidades ou organismos. Os indivíduos devem se engajar nas lutas sociais, ativar suas capacidades para a construção de seus próprios direitos e orientar o crescimento no sentido de seus próprios interesses (Salama e Destremau, 2001, p. 102).

Para Amartya Sen (2000) o desenvolvimento deve ser visto, além de garantir qualidade de vida, como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Mas para isto é necessário excluir ou reduzir as principais fontes de privação da liberdade, como: "... pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos" (Sen, 2000, p. 18).

Como salienta Maluf (2000, p.71-72), desenvolvimento, no sentido literal, é formado por duas idéias principais, melhoria e processo – melhoria em consequência do processo (econômico e social). Assim, desenvolvimento econômico é definido como uma ação – processo – contínua e prolongada de uma atividade que objetive a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, cuja qual tenha participação direta na construção dos fins e dos meios que compõem esta ação. Caso não haja melhoria da qualidade de vida, não há desenvolvimento econômico.

Atualmente a noção de desenvolvimento tem na liberdade o seu principal meio (Sen, 2000). Liberdade para escolher quem deve governar (política), para utilizar recursos econômicos (econômica), para ter acesso a educação, saúde, etc. (social), para lidar uns com os outros numa relação clara e sincera (transparência), e para garantir uma segurança social (segurança protetora). Estes são os cinco tipos de liberdade instrumental que Amartya Sen (2000, p.54-57) apresenta como contribuintes para a liberdade global.

Talvez esta relação entre desenvolvimento e liberdade (global) esteja ligada aos resultados das políticas de desenvolvimento que valorizaram estritamente o crescimento econômico para conseqüentemente reduzir o nível de pobreza. Segundo Maluf (2000), as pesquisas relacionadas à desigualdade e a pobreza não confirmaram claramente que o crescimento econômico possibilita-se impactos positivos ou negativos no grau de equidade, mas que em sociedades com alto grau de concentração de renda a porção mais pobre não é favorecida com o crescimento econômico. Para que haja melhoria na qualidade de vida das camadas mais pobres da sociedade é necessário um processo de médio e longo prazo que procure manter constante a distribuição de renda, um processo econômico e social que aumente o grau de homogeneização da sociedade.

Nesta linha de pensamento (homogeneização da sociedade), Amartya Sen (2000) salienta que o crescimento econômico pode ajudar no combate a pobreza, desde que, além de aumentar a renda privada, possibilite o Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Um crescimento econômico que possibilite a expansão de serviços sociais, um processo econômico e social (socioeconômico) contínuo (médio e longo prazo).

Hirschman (1971, 1996) estudou várias experiências de desenvolvimento que utilizavam procedimentos seqüenciais de crescimento – crescimento desequilibrado – ou procedimentos simultâneos. No crescimento desequilibrado – denominado de uma coisa por vez, por exemplo, as tarefas a serem empreendidas são separadas de acordo com o grau de interesse dos governantes, escolhem uma entre as diversas áreas de política desejáveis e deixam as demais para serem abordadas mais tarde. Assim, em muitos casos nunca chega o momento de escolher outra área a ser empreendida, já que o avanço numa área pode dificultar ou impossibilitar uma ação nas demais áreas.

Outras limitações ao desenvolvimento, são os governantes, a implementação de políticas de desenvolvimento esbarra, com freqüência, na falta de engajamento (vontade) dos administradores públicos, restringindo os resultados da ação. Apesar da percepção micro de Hirschman, seus estudos colaboraram para desmistificar a idéia de desenvolvimento, já que a melhor forma de aprender a fazer desenvolvimento, segundo o autor, é fazendo desenvolvimento. E como fazer desenvolvimento? Através de políticas de desenvolvimento autóctones, levando como referência o comunitário, o local e o regional – espaços socialmente construídos (Maluf, 2000). Políticas públicas que priorizem a criação de oportunidades sociais como ação pública por educação, serviços de saúde, reformas agrárias etc. Segundo Sen (2000, p.170-171), estas oportunidades sociais proporcionam que o grosso da população participe diretamente do processo de expansão econômica. Cabe ressaltar que o processo de melhoria da qualidade de vida deve ser de longa duração e contínuo, já que para capacitar parte da sociedade é necessário despender tempo, dinheiro e paciência, mas que mesmo cessando o crescimento econômico, segundo Hirschman (1996. p. 250-251), os avanços sociais adquirem vida própria, tornando-se irreversíveis e iniciando processos de difusão próprios. “Tais processos são essenciais à compreensão do crescimento e desenvolvimento. Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco” (Sen, 2000, p. 71).

Assim, a sociedade envolvida no processo social e econômico deve participar ativamente para que os benefícios econômicos e sociais possam ser atribuídos e compartilhados coletivamente. A participação ativa da sociedade – valorização do indivíduo comum – traz benefícios para a auto-estima, isto é muito importante quando se trata de população pobre. É através da liberdade que se constrói desenvolvimento amplo para a sociedade, desenvolvimento que busca saciar os anseios dos indivíduos.

2.3 Novas Abordagens de Desenvolvimento

2.3.1 Desenvolvimento regional endógeno

O estudo do desenvolvimento regional endógeno, elaborado por Sérgio Boisier (1996), trata a questão da organização social como base para consolidar o desenvolvimento regional, especialmente em regiões subdesenvolvidas da América Latina. Para a construção do estudo de desenvolvimento regional endógeno, Boisier sugere a superação de barreiras ao planejamento, neste sentido, é ressaltada a importância da comunidade regional como ente preponderante na tomada de decisões globais.

A primeira barreira a ser superada é a prática monodisciplinar centrada na economia. É importante entender que as demandas de região-sujeito vão mais além do econômico e precisam de um entendimento mais amplo e diverso.

De outro lado, é importante entender que as políticas globais não são neutras, ou seja, dizer que elas não apresentam conseqüências sobre as regiões é omitir este ponto. Ao contrário, tais políticas atingem direta ou indiretamente as regiões, e por isso é importante a participação dos planejadores regionais na política global.

Na tentativa de planejar em nível regional, Boisier sugere a identificação de macroparâmetros que são simultaneamente as características básicas do meio socio-político e os “graus de liberdade” das propostas de desenvolvimento regional.

O estudo de desenvolvimento regional endógeno de Boisier considera como atores, de um lado o Estado como figura jurídica e, por outro, a região como figuração geo-social, cada um deles com diversidades de parâmetros ou decisões de ordem

política, econômica e social. Todo esse processo traz consigo a hipótese de que o desenvolvimento de uma região, a longo prazo, depende da interação de três processos:

1. A participação relativa da região no uso dos recursos nacionais, isto é, no processo de alocação inter-regional dos recursos.
2. O impacto que o quadro global da política econômica tem sobre a região, do qual dependerá o dinamismo ou a estagnação do crescimento regional.
3. A capacidade de organização social da região que é talvez, para Boisier, o elemento mais importante no processo de desenvolvimento econômico regional, e que à diferença dos dois processos anteriores, é tipicamente endógeno à região; tem a ver com a maior autonomia da região, aumentando a capacidade para reter e investir o excedente econômico, e com o crescente melhoramento social e a preservação do meio ambiente.

É, portanto de grande importância o peso que o autor atribui à organização social, não como instrumento de dominância de políticas assistencialistas ou de conotação socialista, mas como um instrumento fundamental para poder aspirar a um determinado desenvolvimento regional sustentado pelos próprios beneficiados: a população da região. Em termos gerais, faz-se necessária uma força endógena eficiente e transformadora para desenvolver a região.

2.3.1.1 Necessidades e benefícios do desenvolvimento regional

Atualmente a discussão sobre desenvolvimento abarca as características locais. Segundo Hirschman (1971, 1996), existem dois tipos de projetos de desenvolvimento, os que assumem as características do contexto onde são realizados, e outros que transformam as feições da realidade onde estão sendo implementados. Parece que as experiências passadas revelaram as limitações e as conseqüências da transformação abrupta de uma sociedade (características geográficas, econômicas e sociais). A população envolvida, a cultura local e o meio ambiente são componentes fundamentais para a elaboração de políticas de desenvolvimento. Desenvolvimento local, espacial e territorial são matizes do chamado desenvolvimento.

Trata-se de processos econômicos e sociais que objetivam uma melhor inserção no mercado (competitividade), tornando um ambiente dinamizador e com capacidade de manter/atrair a população, garantindo qualidade de vida. Mas não se pode descartar a influência do mundo externo (globalização) nos contextos mais restritos (locais), influências determinantes nos processos de construção das identidades sociais e econômicas. Nesta perspectiva, objetiva-se fazer uma breve relação entre global e local como combinação para uma ação de desenvolvimento local, respeitando as características da região.

Inicialmente deve-se apresentar os conceitos, segundo Benko (1996, p. 50), de local – regional - e global – internacional. O local é identificado por características físicas e humanas, instituições e meio ambiente, tornando o meio local distinto dos demais, isto é a construção de uma personalidade regional, única – área de limites definidos. O global é definido pelo conjunto das identidades locais que produz uma nova identidade fruto de uma estrutura mais vasta. Na abordagem global, a região é produto da relação entre centro e periferia – inter-regionalismo. Nesse sentido, pode-se dizer que a identidade local guarda influências do meio externo, consequência da relação centro-periferia.

Com base nestes dois conceitos – local e global, pode-se discutir sobre a teoria da dependência – teoria globalmente estruturalista – e o desenvolvimento regional endógeno – rompimento com o estruturalismo global. A teoria da dependência pressupõe a divisão internacional do trabalho, os países centrais – dominadores – são responsáveis pelos setores secundário e terciário, ou seja, ficam com a parte do mercado que possibilita maiores valores agregados e conseqüentemente maiores lucros. Os países periféricos, por sua vez, são responsáveis pela produção de bens primários, agrícolas e minerais, isto é, fornecedores de matéria-prima para os países centrais. Nesta relação desigual, os países periféricos ficam restritos a condição de dominados devido às elevadas barreiras à entrada, já que são responsáveis pelo setor de menor valor agregado, e com isso, impossibilitando acumular condições/meios para romper com as barreiras impostas pelos países centrais.

Para romper com a relação centro/periferia e valorizar a personalidade do território local como aspecto importante a ser levado em consideração para a elaboração de políticas de desenvolvimento, pesquisadores europeus, principalmente os italianos Arnaldo Bagnasco, Carlo Trigilia, Giacomo Becattini, Gioacchino Garofoli, Sebastião, Brusco e Vittorio Capecchi, que estudaram o caso da Terceira Itália (Benko, 1996), centraram seus estudos em regiões industriais que obtiveram um crescimento fora do normal, regiões que conseguiram superar as barreiras ao crescimento devido a valorização de suas características, promoveram seu desenvolvimento devido a sua dinâmica interna.

Segundo Benko (1996) e Veiga (2000), as principais características sociais dessas regiões compõem de um misto de concorrência-emulação-cooperação, num contexto de pequenas e médias empresas (familiares) de elevado nível tecnológico, com uma razoável distribuição de renda, com condições favoráveis em termos de comunicações e de serviços, e uma divisão territorial do trabalho entre cidade e campo. Na realidade, a relação centro/periferia, característica da teoria da dependência, também ocorre no desenvolvimento regional endógeno, mas num âmbito mais restrito ao território local e talvez menos desigual, barreiras à entrada mais fáceis de serem transpostas.

Sabe-se que as regiões próximas a grandes centros urbanos podem tirar melhor proveito dessa relação, já que as regiões mais distantes ficam esquecidas, caso não tenham nenhuma característica que possibilite tirar alguma vantagem econômica.

De acordo com Benko (1996, p. 77), na economia espacial de uma região, o contexto rural que está no entorno de uma grande cidade, sofre influências que transformam as características deste espaço. Estas influências estão diretamente relacionadas ao mercado urbano e a distância ao centro, elas possibilitam uma reestruturação do espaço através de uma série de círculos concêntricos que são especializados num tipo particular de produção e sem causar interferência na cultura local.

Um exemplo de especialização é o fenômeno da pluriatividade que é mais visível nas regiões periurbanas, já que o acesso aos meios de transporte é mais fácil e a distância é menor, facilitando a inserção do indivíduo residente no meio rural no mercado de trabalho urbano. Mas a relação cidade/campo não pode ficar restrita a este pequeno espaço, é necessário tanto a cidade como o campo conectarem-se as dinâmicas econômicas de outros espaços. Segundo Veiga (2000), as áreas rurais dos países avançados que permanecem subdesenvolvidas são aquelas que não conseguiram encontrar um diferencial econômico que favorecesse uma relação mercantil com outros espaços urbanos ou rurais. Cabe ressaltar, segundo Veiga (2000, p.3-4), que o meio rural não precisa urbanizar-se para lograr o desenvolvimento, pois as novas fontes de crescimento econômico, relacionadas ao meio rural, estão ligadas a peculiaridades do patrimônio natural e cultural, o que intensifica o contraste entre o campo e a cidade.

A busca pelo desenvolvimento rural deve ser um esforço coletivo da sociedade em questão, objetivando uma transformação que proporcione uma nova dinâmica que permita aos indivíduos acesso a condições dignas de vida (Veiga, 2001). Para pensar em desenvolvimento rural a ação pode ser local/territorial/regional, preservando as características da região, mas não perdendo de vista o contexto mais amplo (nacional, internacional). Os resultados devem ser locais (principalmente aumento da qualidade de vida), mas a construção de ações de desenvolvimento deve atentar, principalmente, para as relações, ou para as possíveis relações, com os mercados externos (regionais, nacionais e internacionais), já que a economia mundial vai transformando-se numa zona única de produção e de trocas. A exclusão desse processo econômico e social pode ser desastrosa, causando assim o aumento das desigualdades regionais e por conseqüência uma acentuação do contraste centro/periferia.

Observa-se que as iniciativas atuais de desenvolvimento que buscam reduzir a pobreza rural estão priorizando alguns aspectos que eram pouco explorados nas concepções de desenvolvimento relacionados com crescimento econômico. Como se pôde ver o desenvolvimento está mais direcionado para resultados qualitativos do que para quantitativos.

Há a preocupação em valorizar as características ambientais, econômicas, geográficas, sociais e culturais, como também respeitar e incentivar a participação da sociedade local para torná-la auto-suficiente, ou seja, ampliando a liberdade da população através do acesso a recursos públicos e privados. Esta perspectiva de desenvolvimento tem como pano-de-fundo a preocupação em reduzir a dependência da periferia em relação ao centro, tornando-a mais ativa e autônoma no processo de desenvolvimento.

E um dos instrumentos que compõe este novo enfoque de desenvolvimento é o capital social. Segundo Robert Putnam (1996), em estudo realizado numa região italiana denominada de Terceira Itália, a noção de capital social pressupõe que: haja relações de confiança entre os atores sociais de uma sociedade, ou seja, uma comunidade que cultive historicamente laços de amizade, indivíduos (famílias) que conheçam uns aos outros e, por conseqüência, tenham um alto grau de sociabilidade; uma sociedade que preserve e valorize as normas de comportamento cívico, uma sociedade que tenha uma noção de conjunto, de comunidade, que tenha ambições, sobretudo, coletivas; e um nível de associativismo que caracterize essa sociedade.

2.3.2 Desenvolvimento sustentável

Segundo Starke (1991), o termo desenvolvimento sustentável surge pela primeira vez em 1980, no documento Estratégia de Conservação Mundial; conservação dos recursos vivos para o desenvolvimento sustentável. Esse documento foi publicado

pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), pelo Fundo Mundial para Vida Selvagem (WWF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

De acordo com esse documento: “para ser sustentável, o desenvolvimento precisa levar em conta fatores sociais e ecológicos, assim como econômicos; as bases dos recursos vivos e não vivos; as vantagens alternativas, a longo e a curto prazos” (Starke, 1991, p.9).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, elabora um novo significado para o termo. Para a Comissão, desenvolvimento sustentável passa a ser “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (Comissão, 1988, p.46).

Lelé (1991) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável ocupa uma posição central dentro do ambientalismo, particularmente após a publicação do relatório Nosso Futuro Comum. O mesmo autor coloca que “... nos últimos anos, o antigo debate dos anos 70, que de certa forma separava as questões ambientais do desenvolvimento, é substituído por outro mais convergente e otimista, preocupado centralmente na questão de como fazer para alcançar um desenvolvimento sustentável” (Léle, 1991, p.78-102).

Apesar da inegável importância da definição do termo desenvolvimento sustentável, este gera uma diversidade de idéias que reflete a falta de precisão na conceituação corrente do mesmo. Baroni (1992) apresenta uma visão crítica do termo apontando as contradições e inconsistências das definições adotadas.

Segundo a autora, há uma linha de pensamento que trata o termo desenvolvimento sustentável como sendo o mesmo que “sustentabilidade econômica”, isto é, aquela que somente tem relação com a capacidade dos recursos se reproduzirem ou não se esgotarem.

Há autores, porém, que assumem uma postura mais relacionada às “atividades econômicas”. Estes autores preconizam a idéia de que “... deve haver limites para o crescimento econômico porque ele é insustentável do ponto de vista dos recursos” (Baroni, 1992, p.17).

Outros ainda entendem como desenvolvimento sustentável um patamar superior do desenvolvimento: “... substituem a idéia tradicional do desenvolvimento sustentável, onde a incorporação do adjetivo sustentável à idéia tradicional do desenvolvimento

reconhece implicitamente que este não foi capaz de aumentar o bem-estar e reduzir a pobreza, como é sua proposta” (Baroni, 1992, p.17).

Em suma Baroni (1992) conclui que há um consenso por parte dos autores que abordam o termo, em sugerir que desenvolvimento sustentável é buscar o fim da pobreza, acrescida da preocupação em reduzir a poluição ambiental e o desperdício no uso dos recursos.

Em junho de 1992 no Rio de Janeiro, na CNUMAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), reconheceu-se a importância de assumir a idéia de sustentabilidade em qualquer programa ou atividade de desenvolvimento.

2.3.2.1 O movimento ambientalista

O movimento ambientalista começou a tomar vulto à partir das décadas de 50 e 60, nos países do primeiro mundo, e nas décadas de 80 e 90 em países mais pobres. A década de 60 foi marcada pelo conflito de interesses entre preservacionistas e desenvolvimentistas, originando o que alguns autores denominam questão ambientalista. O conflito da questão ambientalista prolongou-se enquanto políticas desenvolvimentistas eram definidas como aquelas que visavam incrementar a atividade humana e a preservacionista aquela que buscava restringir tal atividade (Steer, 1992, p.18-23).

A ênfase na questão ambiental ocorreu no Brasil, no início da década de 70, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA - (1973), fruto do compromisso assumido pelo governo brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.

As administrações públicas, após a promulgação da Constituição Federal (1988), das Estaduais (1989) e Leis Orgânicas Municipais (1990), instituíram modificações às suas organizações com relação às questões ambientais, em atendimento à demanda de qualidade de vida da população e às exigências legais.

Antes deste período, a atenção sobre o meio ambiente era da responsabilidade de movimentos e entidades embasados na conscientização, principalmente governamental, sobre a relevância da questão ambiental e da qualidade de vida.

Em Estocolmo, as abordagens centrais estiveram voltadas aos aspectos políticos, sociais e econômicos, "... onde as recomendações passaram a ser mais realistas e mais

próximas da vida e da qualidade da vida humana". A premissa de crescimento zero, conforme afirma Maimon (1992) foi questionada e protestada, onde os conceitos de crescimento zero aos países em desenvolvimento foram substituídos por metas de desenvolvimento sustentado.

Nos últimos anos, porém, a noção de “meio ambiente como fator restritivo” deu lugar à noção de “meio ambiente como parceiro”. Dessa forma, simpatizantes da linha desenvolvimentista conscientizaram-se de que é ineficaz querer aumentar as rendas e o bem-estar, sem levar em conta os custos dos danos causados ao meio ambiente. Por sua vez, os preservacionistas convenceram-se de que a solução de muitos problemas – especialmente os dos países subdesenvolvidos – consiste em acelerar, em vez de retardar, o aumento de rendas, e paralelamente, adotar políticas ambientais adequadas (Steer, 1992, p. 68).

O primeiro grande encontro internacional que iniciou o despertar de uma consciência ecológica mundial foi a reunião do Clube de Roma, em 1970, que entre outros objetivos, buscava alertar as autoridades para a necessidade de diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico. No ano seguinte resultou desta reunião um informe denominado “Limites do Crescimento” (Souza, 1993).

O estudo em questão mostra que, a persistir as taxas de crescimento demográfico e econômico do mundo, efeitos catastróficos ocorrerão em meados do próximo século, tais como: envenenamento geral da atmosfera e das águas, escassez de alimentos, bem como o colapso da produção agrícola e industrial, decorrentes da crescente escassez e esgotamento dos recursos naturais não-renováveis (Meadows, 1973).

Sobre a questão da escassez de alimentos, Batista (1993, p. 48) faz uma comparação interessante, afirmando que a emergência do problema ambiental recoloca questões tradicionais como a questão malthusiana da escassez. O temor malthusiano da era pré-industrial, a respeito da incapacidade humana de produzir alimento suficiente para uma população que se multiplicava, é substituído pelo temor neomalthusiano de não haver capacidade de produção nas quantidades requeridas pelo padrão de consumo do Primeiro Mundo, a não ser ao custo de danos insuportáveis ao meio ambiente e do esgotamento do estoque de recursos naturais do planeta.

Este documento, “Limites do Crescimento”, colaborou para que em junho de 1972, em Estocolmo, se realizasse a Primeira Conferência das Nações Unidas, que segundo Caldwell (1973) colocou a questão ambiental nas agendas oficiais das

organizações internacionais. Para Caldwell, foi a primeira vez que representantes de governos uniram-se para discutir a necessidade de tomar medidas efetivas de controle dos fatores que causam a degradação ambiental.

Nesse mesmo evento a então ministra da Índia, Indira Gandhi fez a seguinte afirmação: “A pobreza é a maior das poluições”. Isto fez com que os países subdesenvolvidos afirmassem que a solução da poluição não significa brechar o desenvolvimento e sim orienta-lo para preservar o meio ambiente e os recursos não-renováveis (Strong, 1996).

Para Caldwell (1973), essa conferência tornou-se de fundamental importância, pois incentivou as nações industrializadas a promulgarem legislações e regulamentos ambientais, criar ministérios e organismos encarregados do meio ambiente, a fim de enfrentar de maneira mais eficaz a degradação da natureza.

Outro fator importante, após a realização desta primeira Conferência das Nações Unidas, foi a incorporação da questão ambiental em programas das organizações intergovernamentais. Além disso, um grande número de ambientalistas e de organizações não-governamentais surgiu em todo o mundo. Empresários passaram a levar mais a sério assuntos ecológicos e a conscientização dos cidadãos cresceu gerando possibilidade de discussões mais ampliadas e aprofundadas. (Strong, 1992).

O relatório da Comissão Brundtland, apresentado à Assembléia Geral da ONU em 1987, Nosso Futuro Comum, foi um outro marco importante e auxiliou na integração dos conceitos: meio ambiente e desenvolvimento. Sua principal função foi alertar as autoridades governamentais para tomarem medidas efetivas no sentido de coibir e controlar os efeitos desastrosos da contaminação ambiental, com o intuito de alcançar o desenvolvimento sustentável. (Comissão, 1988).

Neste relatório Nosso Futuro Comum, aponta-se a pobreza como uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais, afirmando que isso decorre do modelo econômico praticado nos países desenvolvidos. Ele também contém alguns conceitos de Desenvolvimento Sustentável, a saber:

"Meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados. O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as conseqüências da destruição ambiental. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas

fragmentadas. Eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito" (p.40).

"... O Desenvolvimento Sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de confiança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.... em última análise, o Desenvolvimento Sustentável depende do empenho político" (p.10).

"... tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas por todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim, o Desenvolvimento Sustentável é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações em desenvolvimento, mas também pelas industrializadas" (p.40).

Segundo Guimarães (1992), as recomendações da Comissão Brundtland serviram de base para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, conhecida também por Rio/92 ou, popularmente denominada de ECO/92 realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, por ocasião do 20º aniversário da Conferência de Estocolmo. O principal objetivo da Conferência do Rio seria avaliar como os critérios ambientais haviam sido incorporados nas políticas e no planejamento dos países desde a Conferência de Estocolmo. Mas o marco principal foi a elaboração da Agenda 21, um compromisso ambicioso de referência para as ações na área ambiental, com objetivos claros a serem alcançados pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O antigo conceito de preservação ambiental, baseado na intocabilidade dos recursos naturais é substituído por outro que condiciona a preservação a um novo modelo de desenvolvimento da civilização, fundamentado no uso racional dos recursos naturais, para que estes possam continuar disponíveis às gerações que ainda virão. A este novo desenvolvimento, que não esgota, mas, conserva e realimenta sua fonte de recursos naturais, que não inviabiliza a sociedade mas promove a repartição justa dos benefícios alcançados, que não é movido apenas por interesses imediatistas mas sim baseado no planejamento de sua trajetória e que, por estas razões, é capaz de manter-se no espaço e no tempo, é que damos o nome de "desenvolvimento sustentável".

Esse novo conceito foi consolidado como diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global que foi definida pelos 170 países presentes à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Para tornar realidade as novas aspirações, a Conferência aprovou dois importantes documentos: a Carta da Terra (também conhecida como Declaração do Rio) e a Agenda 21. A Declaração do Rio, de acordo com Souza (1993, p.43), visa, entre outros aspectos, “... estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento”. O segundo documento, a Agenda 21, dedica-se aos problemas da atualidade e almeja preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete o consenso global e o compromisso político no seu mais alto nível, objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental. Porém, um ponto de extrema relevância para a implementação bem sucedida desta Agenda é a necessidade do engajamento e responsabilidade dos governos, através de uma série de compromissos acordados pelos países signatários, que assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas públicas, princípios que desde já os colocavam a caminho do desenvolvimento sustentável. (CNUMD, 1992).

A Agenda 21 constitui um plano de ação que tem como objetivo colocar em prática, programas para frear o processo de degradação ambiental e transformar em realidade os princípios da Declaração do Rio. Esses programas estão subdivididos em capítulos que tratam dos seguintes problemas: atmosfera, recursos da terra, agricultura sustentável, desertificação, florestas, biodiversidade, biotecnologia, mudanças climáticas, oceanos, meio ambiente marinho, água potável, resíduos sólidos e tóxicos, rejeitos perigosos, entre outros.

Partindo desse princípio, o governo brasileiro, por decreto presidencial em 26/02/1997, cria a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional – CPDS, que tem como principal atribuição coordenar o processo de elaboração e implementação da Agenda 21 Brasileira. Em 2000, apresentam a Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão, considerado o resultado da primeira etapa do processo de incorporação do conceito de sustentabilidade ao desenvolvimento brasileiro (Agenda 21 Brasileira, 2000).

Em suma, uma das mais importantes contribuições de toda esta evolução da questão ambiental foi a necessidade de maior integração e o estreitamento de relações

entre desenvolvimento e meio ambiente, que por sua vez, auxiliou no surgimento do termo Desenvolvimento Sustentável, cujo principal objetivo é a busca do desenvolvimento econômico e da preservação do meio ambiente.

2.3.2.1.1 O conceito de ecossistema

Desde o tempo de Charles Darwin (1809-1882), a perspectiva do gerenciamento científico obteve conceitos que consideram os recursos naturais.

A idéia de luta pela sobrevivência, expressa por Darwin, avança contribuições de características notáveis à teoria ecológica. Em seu estudo “On the Origin of Species by Means of Natural Selection”, publicado pela primeira vez em 1859, Darwin apresenta os mecanismos relacionados à diversificação e ao desenvolvimento dos ecossistemas. Nesse trabalho, segundo Emílio F. Moran (1994, p.56):

“Darwin começou por admitir que todos os seres vivos estão relacionados e que a diversidade das espécies resulta de uma ramificação contínua. Esta ramificação é o produto de um processo conhecido como seleção natural. Segundo o princípio da seleção natural, os organismos mais capacitados a sobreviver e se reproduzir em um determinado ambiente suplantarão em número aqueles menos adaptados. Espécies não adaptadas às condições existentes serão reduzidas a números insignificantes e possivelmente extintas”.

Ecólogos, no entanto, no sentido de avançar o papel meramente determinístico dos aspectos físicos e biológicos, têm indicado a importância da trajetória do conceito de ecossistema que há muito ultrapassou o interesse acadêmico. Sua evolução tem guiado não só a pesquisa científica e sócio-ecológica, mas proporcionando direções para o gerenciamento de recursos e ambiental que, ao ultrapassar os limites da simplificação, trabalha com a noção de uma abordagem abrangente, holística e integrada.

Ao refletir uma variedade de temas e possibilidades, o conceito insere, ao mesmo tempo, a preocupação com as sensibilidades ecológicas enquanto natureza do mundo, a perspectiva da sociedade humana e o papel da própria sociedade na manutenção dos ecossistemas. Seu papel de força aglutinadora, nessa dinâmica, tem como meta as possibilidades de um presente e um futuro seguros. Segundo Moran, do seu surgimento com Arthur Tansley em 1935, muitos outros cientistas como Raymond Lindeman's (1942), G. Evelyn Hutchinson (1946), Howard T. Odum (1950) e Eugene

Odum (1950) se debruçaram na sua análise ecológica e no aperfeiçoamento desse conceito. De acordo com Evaristo E. de Miranda (1995, p.32), o ecossistema pode ser apresentado como:

“Um sistema aberto composto por organismos vivos e o meio com o qual e no qual interagem, trocando material e energia. Um ecossistema contém componentes bióticos, como plantas, animais, microorganismos, e componentes físicos ou abióticos, como água, solo e outros. Esses componentes interagem para formar uma estrutura com várias funções vinculadas aos vários processos físicos e bióticos (transpiração, produção, acidificação). Assim, os ecossistemas estão sempre estruturados no tempo e no espaço.”

Por volta dos anos 60, um grande número de ecologistas interpretou a natureza em termos de ecossistemas, ou seja, uma grande biosfera. No interior do ecossistema, energia e nutrientes são trocados, consumidos e transformados, e os laços de feedback asseguram que, dentro de limites, o sistema ficaria em equilíbrio. Tal interpretação teve severas implicações.

Na perspectiva de Stephen Bocking (1994, p.15), a noção de equilíbrio fez com que muitos cientistas construíssem a imagem da natureza como uma máquina, suscetível de manipulação, convincente. Nos anos 30, o movimento tecnocrático tinha oferecido uma visão de sociedade futura estável e eficiente, gerenciada por tecnocratas livres para realizar alterações na natureza, diante dos interesses econômicos e políticos. Após a Primeira Guerra Mundial, percebeu-se que a contribuição da vitória da organização industrial e científica de longa escala deram uma demonstração da instabilidade social, e a promessa da engrenagem cibernética rompeu o novo otimismo tecnocrático.

Ao emergir na década de 70 (Allen et al, 1997, p. 1), o conceito de ecossistema integrado confere à ciência ecológica um papel fundamental. Ao enfatizar o relacionamento entre a humanidade e seus ambientes, bem como os aspectos de ordem teórica e normativa, a sociedade humana, ao considerar os valores intrínsecos do ecossistema, passa a ter um compromisso de uma relação diferente, responsável e harmoniosa.

Perspectivas teóricas para a noção de ecossistema integrado têm desenvolvido percepções de um ecossistema enquanto um sistema complexo que estrutura e mantém alguma organização interna e identidade, e que possui capacidade homeostática e auto-

organização. Essa perspectiva remete para os esforços de especificar indicadores do ecossistema integrado. A idéia de trabalhar com o impacto de stress antropogênico, bem como com a restauração do próprio ecossistema, implica uma questão política do ecossistema integrado. Emerge a necessidade de participação da sociedade no processo político (Bocking, 1994, p. 17).

Sistemas ecológicos, tentativas e construções de modelos de conotação holísticos estão, diretamente associados ao desenvolvimento da teoria geral dos sistemas (Von Bertalanffy e Buckley, apud Moran, 1994, p. 28). Esses contêm, ao mesmo tempo, elementos que favorecem sua aplicabilidade. Dessa ótica, abordagem dos sistemas pode ser considerada uma forma de pensamento baseado num método de solução de problemas. De maneira geral, a abordagem de sistemas, segundo Larry Harris et al (apud Moran, 1994, p.31), visa:

1. definir metas e objetivos;
2. estabelecer limites conceituais para distinguir o sistema e o ambiente;
3. definir os componentes e processos a serem considerados;
4. levar a uma consideração formal de como cada componente está relacionado a todos os demais.

No entanto, quando da adoção de modelos, a preocupação colocada está relacionada aos riscos de simplificação da realidade e à idéia de equilíbrio estático e determinístico. Conforme Moran (1994, p.32), tanto ecologistas como sociólogos, têm salientado que os modelos de equilíbrio, tão facilmente formulados no passado, não são assim tão confiáveis ou vantajosos como se pensava. Nesse sentido:

“Uma noção mais realista seria conceitualizar as sociedades humanas como sistemas adaptativos complexos. Os sistemas fechados caracterizam-se por eles muito pequenos com o resto do mundo e por uma capacidade interna mínima para mudanças. Os sistemas abertos, por outro lado, enfatizam que os fluxos externos são capazes de alterar significativamente os componentes internos do sistema. Os fluxos de informação acerca do estado do mundo externo acarretam processos de retroalimentação, os quais, ao contrário de restabelecerem o equilíbrio ao sistema, o conduzem por novos caminhos que aumentam a sua capacidade de ajuste a condições de mudança. Um dos desafios na elaboração de

modelos é lidar com a forma como as mudanças ocorrem, em vez de procurar obter modelos que não representam as demandas de sobrevivência enfrentadas pelos organismos vivos”.

Essa ótica e nova percepção da realidade, que trabalha com a interdependência dos fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, culturais, econômicos e político-institucionais, faz com que o mundo seja visto pela percepção sistêmica em termos de relações e de integração. Para Fritjof Capra (1982, p.260):

Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores. Em vez de se concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização. Os exemplos de sistemas são abundantes na natureza. Todo e qualquer organismo – desde a menor bactéria até os seres humanos, passando pela enorme variedade de plantas e animais – é uma totalidade integrada e, portanto, um sistema vivo... Mas os sistemas não estão limitados aos organismos individuais e suas partes. Os mesmos aspectos da totalidade são exibidos por sistemas sociais... e por ecossistemas que consistem numa variedade de organismos e matéria inanimada em interação mútua. O que se preserva numa região selvagem não são árvores ou organismos individuais, mas a teia complexa de relações entre eles.

Todos esses sistemas naturais são totalidades cujas estruturas específicas resultam das interações e interdependência de suas partes. A atividade dos sistemas envolve um processo conhecido como transação – a interação simultânea e mutuamente independente entre componentes múltiplos. As propriedades sistêmicas são destruídas quando um sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados. Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes.

Capra (1982, p.1996) salienta ainda que os sistemas conferem uma natureza intrinsecamente dinâmica, de estruturas flexíveis e estáveis.

Segundo Maria J. Pompilio (1990, p.41), a Teoria Geral dos Sistemas foi considerada por Richard Hatshorne (apud Pompilio, 1990) adequada ao estudo de

“Terra” como morada do homem no contexto da ótica espacial. Em seus estudos enfatiza, ainda, as contribuições de Brian J.L. Berry (apud Pompilio, 1990), quando argumenta que “todo o sistema que focalize habitat humano deve ser descrito como um ecossistema homem-terra”; e de R.J. Chorley e B. Kennedy (apud Pompilio, 1990), onde o ecossistema, em sua concepção original, derivado da ecologia, corresponde ao “conjunto de seres vivos mutuamente dependentes uns dos outros e do meio ambiente em que vivem”.

A essa perspectiva, Pompilio (Ibid, 42) ressalta ainda que duas importantes referências teóricas podem ser colocadas. A visão de John R. Gold (apud Pompilio, 1990) onde “a teoria ecológica conta com uma visão holística de formas de vida esforçando-se para adaptarem-se, com sucesso, ao seu meio ambiente”. E a formulação de Barry (apud Pompilio, 1990), segundo o qual:

“A Terra, como habitat do homem, é um ecossistema gigantesco onde o indivíduo, dotado de cultura, tornou-se elemento ecológico dominante. Seus ambientes terrestres são assim não simplesmente, e cada vez menos, o físico e o biológico, mas também o cultural, de sua própria criação”.

Porém, uma das lições oferecidas pela teoria de sistemas é a necessidade de se mostrar, com cuidado, especificidades do sistema explicitamente, identificando hierarquia, limites, entre outros, dentro de um contexto de tempo e espaço. Parte desse processo possibilita a identificação de assuntos importantes no sentido de contextualizar uma avaliação de integridade.

Assim, para James J. Kay (1993, p.201-212), a idéia de integridade ecológica também é possível quando, aliada aos assuntos biológicos e físicos, incorporam-se especificidades dos sistemas sócio-econômico e político. Esta perspectiva vem de encontro da necessidade de se incluir questões e assuntos da sociedade e de valores em qualquer avaliação de integridade ecológica. A importância destes aspectos está diretamente relacionada ao fato de que quando as pessoas especificam sistemas, estas, muitas vezes, não estão tratando necessariamente de especificidades baseadas em critérios da ciência objetiva, mas com a maneira de olhar o mundo, sendo que estes aspectos sempre refletem um sistema de valor.

Porém, integridade deve ser analisada em contexto específico. Em outras palavras, em um contexto onde sejam analisadas características físicas, biológicas, sociais e culturais da área geográfica específica, onde o humano é parte integrante do ecossistema em questão.

Estes aspectos estão também, na base do trabalho de Kay (1993, p. 9) quando se refere à teoria de sistema complexo. Segundo esse autor:

“Teoria de sistemas complexos tem muito para dizer sobre o tipo de mudanças a esperar em um sistema ecológico em desenvolvimento. Tais sistemas são descritos como não-lineares e significa que se comportam como um todo conectado. O comportamento dos sistemas não podem ser explicados decompostos em pedaços, pedaços estes que podem ser somados linearmente a comportamentos individuais para traduzir o comportamento do todo. Assim, as pessoas não podem entender o comportamento de ecossistemas ao examinar só o comportamento de indivíduos e espécies”.

Nesse sentido, o desenvolvimento teórico e a perspectiva de aplicabilidade do ecossistema integrado têm enfatizado algumas importantes dimensões:

- a) o ecossistema como casa;
- b) tudo está conectado com tudo;
- c) sustentabilidade;
- d) entendimento dos ambientes/lugares;
- e) a integração de processos.

Essas dimensões, que estão na base de entidades de pesquisa e de grupos de corte ecológico, como a Royal Commission on the Future of Toronto Waterfront (Bocking, 1994, p.17; Dearden e Mitchell, 1998, p. 183-187), ampliam as bases normativas e empíricas para a atividade humana e seu comportamento, sua perspectiva e seu lugar, como também sua contribuição e participação em processos de soluções governamentais para as questões do meio ambiente.

Essas considerações remetem, mais uma vez, portanto, para a importância e a riqueza do conceito de ecossistema e seus desdobramentos que apontam para uma perspectiva holística.

Incorporadas aos recentes debates científicos, as crises econômicas e ecológicas da modernidade vêm sendo relacionadas ao viés unidimensional da tradição neoclássica que, ao privilegiar o econômico, imprimiu marcas profundas nos ecossistemas afetando, dessa forma, a biodiversidade e a qualidade de vida das populações humanas. Inseridos nesse debate, muitos autores remetem suas reparações quanto aos limites da ciência clássica na explicação de fenômenos complexos. Tais procedimentos resultaram em leis universais com base em comportamento de fenômenos locais, imprimindo paradigma reducionista, simplificado, com trajetórias lineares e deterministas e, portanto, não responde aos desafios impostos pelas questões orientadas para o estudo dos sistemas dinâmicos.

Esta ênfase está relacionada à percepção e à maneira como os cientistas e a ciência estão olhando o mundo nos últimos tempos. Segundo James J. Kay e Eric Schneider (1994, p. 3-4), a revolução aconteceu entre 1890 e 1910, com os trabalhos de Ludwig Boltzmann, Albert Einstein, entre outros. A revolução da passagem do século, naquela época, estava relacionada à maneira de como os cientistas viam o mundo através do microscópio. Não mudou o olhar e a percepção do mundo cotidiano. A revolução atual, por sua vez, está relacionada à maneira de olhar o mundo, numa perspectiva macro, e como isto afeta nossas vidas, no dia-a-dia, nossas instituições e nossas decisões.

As mudanças da ciência da natureza que acompanhamos no presente explora uma perspectiva teórica a partir da dinâmica, da incerteza, da diversidade e da complexidade. Essa nova maneira de pensar e estudar a ciência, no âmbito da natureza para além daqueles elementos que permanecem e aqueles que estão em constantes transformações, está na base do que Ilya Prigogine e Isabelle Stengers (1997, p.5) chamaram de “metamorfose da ciência”. De conformidade com os autores:

“A Ciência de hoje não é mais a ciência clássica. Os conceitos básicos que fundamentavam a concepção clássica do mundo encontraram hoje seus limites num progresso teórico que não hesitamos em chamar de metamorfose. A própria ambição de reduzir o conjunto de processos naturais a um pequeno número de leis foi abandonada. As ciências da natureza descrevem, de ora em diante, um universo fragmentado, rico de diversidades qualitativas e surpresas potenciais. Descobrimos que o diálogo racional com a natureza não constitui mais o

sobrevôo desencantado dum mundo lunar, mas a exploração, sempre local e eletiva, duma natureza complexa e múltipla”.

A idéia e o conceito de natureza, ao se transformar, incorporam também os seres humanos, seus valores e cultura. Também influenciam, definitivamente, o desenvolvimento das ciências. Esse viés está presente no que se traduz, segundo Prigogine e Stengers (1997), em uma “nova aliança” entre natureza, economia e sociedade.

Ao ressaltar a importância da teoria dos sistemas para o entendimento do ecossistema, Edgar Morin (1984, p. 97-100 e p. 249-254), a partir de sua perspectiva ecológica generalizada, chama a atenção para a dimensão complexa dos ecossistemas desenvolvendo um novo pensamento ecossistêmico. O autor critica a noção conceitual de ecossistema criada até então pela ecologia, ao somente englobar o ambiente físico (biótico) e o conjunto das espécies vivas (biocenose) existindo e interagindo num espaço e num nicho determinado.

Em sua ótica, torna-se cada vez mais fundamental avançar o que considera historicamente ignorado pelo pensamento clássico. Ou seja, ressaltar o homem enquanto um sistema e como este pode ser considerado dentro de um pensamento ecossistêmico. Para Morin (1984, p.251):

“O ser vivo, e a “fortiore” o homem, é um sistema aberto. Um sistema fechado, por exemplo, um mineral, não efetua nenhuma troca com o ambiente exterior; um sistema aberto só vive porque é alimentado a partir do exterior, ou seja, no caso do ser vivo, a partir do ecossistema. Todo o sistema aberto vivo (auto-organizador) é, evidentemente, relativamente independente no ecossistema; produz o seu determinismo próprio para responder aos acasos exteriores, e suas “liberdades” ou indeterminações próprias para responder ao determinismo exterior. Tem a sua originalidade. Mas esta independência é uma dependência do ecossistema, quer dizer, constrói-se multiplicando as ligações com o ecossistema. Assim, por exemplo, um indivíduo autônomo do século XX constrói a sua autonomia a partir do consumo de uma grande variedade de produtos, de uma variedade enorme de energia (extraídos do ecossistema) e de uma aprendizagem escolar muito longa (que não é senão a aprendizagem do mundo exterior). Assim, quanto mais independentes nos tornamos, mais nos

tornamos dependentes do mundo exterior; é o problema da sociedade moderna que pelo contrário, julga emancipar-se do mundo exterior dominando-o”.

Morin (Ibid., 251) acrescenta ainda que, quanto mais evoluído, isto é, complexo e rico for um sistema, mais aberto ele será. Assim, o homem é o sistema mais aberto de todos, o mais dependente na independência. E, nesse contexto, Morin entende ecossistema não só a natureza, mas também o ecossistema técnico-social, que se sobrepõe ao primeiro e o torna ainda mais complexo. Na argumentação de Morin (1984, p. 98):

“Este ecossistema sócio-urbano não é senão a sociedade moderna considerada do ponto de vista ecológico, ou seja, do ponto de vista dos indivíduos, grupos, instituições, e etc, que estão, no interior, em relação de sistema aberto ao ecossistema. Ora, quanto mais evoluída for a sociedade, quer dizer, quanto maiores forem o número, o lugar, o papel dos artefatos, objetos produzidos pela e para a atividade industrial, maior é o caráter “técnico” do ecossistema social”.

O ecossistema sócio-urbano é constituído, então, não somente pelo conjunto dos fenômenos de características urbanas, mas também pelo conjunto de fenômenos de corte sociais e pelo conjunto de fenômenos naturais e biogeoclimáticos localizados no seu interior.

2.3.2.1.2 Abordagem ecossistêmica (Ecossistema Integrado)

Baseado nos predicativos da chamada “nova aliança” Kay (1993; 1994) e Kay e Schneider (1994) refletem quanto à perspectiva do pensamento ecossistêmico. Nesse sentido consideram fundamental a necessidade de olhar os ecossistemas de uma perspectiva hierárquica, com cuidado e atenção tanto com a escala e extensão quanto com o exame dos aspectos espacial e temporal, termodinâmico e informacional dos sistemas.

Os autores reconhecem que os ecossistemas são dinâmicos, não determinísticos, se auto-organizam e conferem, ao mesmo tempo, um grau de imprevisibilidade exibido em fases de rápidas mudanças, para Kay e Schneider (1994, p.37):

“Ecossistemas não são coisas estáticas, eles são entidades dinâmicas compostas de processos de auto-organização. Metas de administração que envolve a

manutenção de algum estado fixo em um ecossistema, maximizando alguma função (biomassa, produtividade, número de espécies) ou minimizando alguma outra função, sempre conduzirá a um desastre em algum ponto. Nós temos que reconhecer que os ecossistemas representam um equilíbrio, um ponto ótimo de operação e este balanceamento está mudando constantemente para vestir um ambiente variável. E, nós temos que ter em mente que todo sistema vivo enfrenta morte e regeneração. Isto é requerido pela Segunda Lei, é uma necessidade termodinâmica. Para nós, a noção de integridade ecológica significa aceitar tudo isso. Se as atividades humanas mantêm a integridade de auto-organização das entidades que nós chamamos vida, nós estaremos certos. Caso contrário, nós seremos selecionados fora dos sistemas. Nós temos uma escolha simples, ser os mordomos de integridade ou desfazedores de integridade. Não há solo mediano”.

A fim de demonstrar a integridade de um ecossistema, Kay e Schneider (1994, p.37) apontam três facetas de corte organizacional: saúde do ecossistema, enquanto habilidade para manter operações normais sob condições ambientais normais; convivência com mudanças (que podem ser catastróficas) em condições ambientais e processo de auto-organização em base contínua. Essas facetas incluem a capacidade de desenvolver e proceder através do nascimento, crescimento, morte e ciclo de renovação.

Em estudo de maior detalhe, Kay (1994) sintetiza a idéia do ecossistema integrado, cujos pressupostos hoje estão presentes nas reflexões de vários autores, como por exemplo, Philipi Dearden e Mitchell (1998), que ressaltam:

1. ecossistemas são inerentemente dinâmicos e podem mudar no tempo e no espaço. Limites de ecossistemas não são entidades fixas, mas dinâmicas e permeáveis. Qualquer consideração de limites de ecossistemas tem que levar em conta sua natureza dinâmica e deve estar atenta a fluxos de energia, nutrientes e espécies;
2. processos dentro de um sistema ecológico operam em uma variedade de níveis. Então, a idéia de extensão é uma ferramenta necessária para a avaliação e integridade ecológica. Qualquer definição de integridade ecológica tem que avaliar um ecossistema em larga extensão para capturar processos inteiros;

3. qualquer taxa de integridade ecológica tem que reconhecer que ecossistemas são sistemas complexos. Quer dizer, eles não exibem pontos de equilíbrio estável, mas um conjunto de estados fixos no tempo e no espaço;
4. ecossistemas exibem sintomas de tensão. Têm sua integridade ameaçada. Sintomas de tensão, como produtividade diminuída, pode ser indicativo da remoção do sistema para longe de seu ponto operacional ótimo. Inerente em qualquer discussão de tensão é a perda de integridade, e a habilidade do sistema para responder a tensão e voltar ao seu ponto operacional ótimo. O conceito de poder de recuperação é crítico, em qualquer definição e taxa de integridade de ecossistema;
5. o componente humano em ecossistema freqüentemente é visto como entidade separada do componente natural. Humanos estão unidos indissoluvelmente e dependentes dos muitos ecossistemas para sua sobrevivência. Atividades humanas induzem tensões em ecossistemas que devem ser monitoradas;
6. o conceito de ecossistemas é carregado de valores. O que poderia ser considerado integridade para uma pessoa, necessariamente não define integridade para outra. Por conseguinte, qualquer definição de integridade tem que identificar juízos de valores humanos que explicitamente influenciam sua perspectiva.

Dessa perspectiva complexa e considerando-se que as atividades humanas podem manter a integridade da auto-organização das entidades que chamamos vida, o ecossistema integrado será então definido como: "... a habilidade de absorver mudanças ambientais sem algumas mudanças permanentes no ecossistema" (Kay e Schneider, 1994, p.37). Ainda nesse contexto cabe ressaltar que, para esses autores, os julgamentos científicos sobre certo e errado aparentemente são possíveis, quando vemos o mundo como uma seta de bolas de bilhar. Essa é uma visão de mundo mecanicista e reducionista. E aqui está o ponto crucial da questão, já que, se nós estamos para usar uma abordagem ecossistêmica e se isso nos auxilia para termos sustentabilidade, ela constitui-se um meio para um caminho fundamental. Ou seja, "... como nós governamos a nós mesmos, como nós desenhamos e operamos nossos processos decisórios e instituições, e como nós pensamos os negócios da ciência, do gerenciamento de recursos

e ambiental” (Ibid., 37). Esse é o real desafio apresentado por uma abordagem ecossistêmica.

Variantes da abordagem ecossistêmica têm sido aplicadas, em muitos países com variados graus de sucesso. No Canadá, por exemplo, Dearden e Mitchell (1998, p.183), ao se referirem à Royal Commission on the Future of the Toronto Waterfront apontam, didaticamente, as principais características de uma abordagem ecossistêmica. Similar à de Kay, a armação conceitual considera que uma abordagem ecossistêmica:

- a) inclui todo o sistema, não somente suas partes;
- b) enfoca o inter-relacionamento entre os elementos;
- c) reconhece a natureza dinâmica do ecossistema;
- d) incorpora os conceitos de condução de capacidades, poder de recuperação e sustentabilidade, sugerindo que existem limites para as atividades humanas;
- e) usa uma larga definição de ambientes: natural, físico, econômico, social e cultural;
- f) engloba atividades rurais e urbanas;
- g) está baseada nas unidades geográficas naturais, antes do que limites políticos;
- h) abraça todos os níveis de atividade; local, regional, nacional e internacional;
- i) entende que os seres humanos são partes da natureza, não separados dela;
- j) enfatiza a importância das outras espécies além da humana, e as futuras gerações além das atuais;
- k) está baseada na ética, sendo que o progresso é mensurado pela qualidade, integridade e dignidade nos acordos entre os sistemas natural, social e econômico.

Enquanto tais aspectos encontram desafios políticos, jurisdicionais, entre outros, o importante ponto aqui é que estas idéias são agora aplicadas na prática.

Políticas governamentais em vários países estão, hoje, atentas para aplicar a “abordagem ecossistêmica” nas pesquisas de gerenciamento, políticas e administração pública. Exemplos são identificados no Canadá, Estados Unidos, Austrália e em programas que integram várias nações, tal como a complexidade do ecossistema do Mar Báltico, que inclui 14 países e envolve uma população de 80 milhões de habitantes (Dearden e Mitchell, 1998, p. 61-71).

2.3.2.2 O conceito de sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade – cuja origem remete às relações entre os seres humanos e o meio ambiente (recursos naturais), conforme Mangel et al. (1993), pode ser focado sobre três diferentes aspectos:

- uso sustentável, que ocorre quando os seres humanos utilizam os recursos renováveis, permitindo que os processos naturais de reposição ocorram e assim o sistema passa renovar-se indefinidamente;
- crescimento sustentável, onde a questão básica que se impõe é se o crescimento econômico pode ser sustentável sem o controle do crescimento populacional e do consumo per capita de recursos que ocorrem, geralmente, desconsiderando a limitação de recursos e promovendo a degradação de habitat;
- desenvolvimento sustentável, o termo mais usado e o de mais difícil definição. De acordo com Mangel (op. cit.), o desenvolvimento sustentável torna-se uma tarefa impossível quando sinônimo de crescimento sustentável da população e do consumo de recursos. No entanto, pode ser considerado como uso sustentável e, neste caso, torna-se um conceito de base mais realista. Ou seja, em se tratando de desenvolvimento sustentável, o crescimento descontrolado mina as possibilidades de promoção da melhoria social e econômica da população do planeta, que poderia ser promovida pelo uso sustentável de recursos renováveis.

No que concerne às prioridades da pesquisa ecológica, a Ecological Society of América (ESA) adotou uma definição específica de sustentabilidade como práticas de manejo que não degradarão o sistema explorado ou nenhum outro sistema adjacente (Meyer & Helfman, apud Lubchenco et al., 1991).

O conceito de sustentabilidade aplicado à prática de manejo pressupõe a necessidade de informações científicas como base para o processo de tomada de decisão, muito embora, de acordo com o exposto por Pitelka & Pitelka (1993) se reconhece que a decisão sobre o que fazer em relação a um problema ambiental envolva um julgamento de valor mais do que um julgamento científico, o que implica incluir a dimensão humana na resolução de problemas ambientais – seus desejos, motivações e necessidades – além de considerações econômicas e políticas.

Ludwing et al. (1993) referindo-se às limitações da ciência como base para manejo e a tomada de decisão, ressalta que tais limitações resultam da impossibilidade de tratar questões ambientais a partir de abordagens reducionistas e da dificuldade de se atingir o consenso entre cientistas, o que, por sua vez, deve-se à complexidade dos sistemas biofísicos e a variabilidade natural; esta última mascarando os efeitos da exploração, tornando-os detectáveis somente após ter sido atingido, algum grau de irreversibilidade ou dano severo ao ambiente. Ainda, segundo Ludwing (op. cit.), o poder político e social gerado pela riqueza conduz, de modo inexorável, à exploração desenfreada dos recursos naturais. Assim, grande parte do insucesso de iniciativas sustentáveis deve-se a políticas que insistem na manutenção de determinados empreendimentos às custas de riscos adicionais para os recursos, sobrepondo interesses econômicos de curto prazo a interesses sociais e ambientais de longo prazo.

Se, por um lado, a busca por sustentabilidade implica uma mudança de valores, e neste processo a educação ambiental desempenha um papel relevante, por outro, a perspectiva sistêmica fornece alternativas de se lidar com questões complexas onde a abordagem reducionista torna-se um empecilho.

Mooney & Sala (1993, p.565) observam que, no âmbito da pesquisa em sustentabilidade, tem ocorrido, nos últimos anos, uma maior interação entre as ciências sociais e naturais, e um dos aspectos iniciais desta abordagem, relacionada à pesquisa sobre a mudança global, consiste em determinar os direcionamentos sociais que levam às mudanças no uso da terra e que, uma vez conectados, permitem entender as conseqüências de tais mudanças em termos de feedbacks para a atmosfera.

Dentro da biologia, essa nova corrente é representada pela biologia evolutiva e pela abordagem sistêmica, e inclui a análise da estrutura e dinâmica de populações,

ecossistemas e paisagens, além das interações humanas e bióticas no contexto planetário (Holling, apud Mooney & Sala, 1993, p. 198).

Segundo Sachs (1993), todo o planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta, simultaneamente, as seguintes dimensões de sustentabilidade:

1. Sustentabilidade social, que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por outro crescimento e subsidiado por uma visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e pobres.
2. Sustentabilidade econômica, que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.
3. Sustentabilidade ecológica, que pode ser melhorada através das seguintes ferramentas:
 - ✓ ampliar a capacidade de carga da espaçonave Terra, através da criatividade, isto é, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida;
 - ✓ limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não-agressiva ao ambiente;
 - ✓ reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem;
 - ✓ promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta;
 - ✓ intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologia de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;

- ✓ definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.
4. Sustentabilidade espacial, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, com ênfase no que se segue:
- ✓ reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas;
 - ✓ frear a destruição dos ecossistemas frágeis, mas de importância vital, através de processos de colonização sem controle;
 - ✓ promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através das técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através de pacotes tecnológicos adequados, do créditos e do acesso a mercados;
 - ✓ explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e ao seu papel na criação de oportunidades de emprego não agrícola nas áreas rurais;
 - ✓ criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.
5. Sustentabilidade cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

As condições estratégicas de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, devem ensaiar vários sistemas de produção integrada de alimentos, energia e outros bens; promover o manejo sustentável das florestas e as atividades agroflorestais; valorizar os recursos aquáticos; incentivar a produção de bioenergia e de uma ampla variedade de produtos industriais derivados da biomassa; isso sem esquecer a gestão do meio ambiente urbano.

Políticas públicas que estimulem e apoiem as iniciativas locais devem ocupar um papel muito importante no conjunto de políticas de desenvolvimento sustentável.

A solidariedade para com as gerações futuras só faz sentido como um complemento à solidariedade para com aqueles que hoje são marginalizados: o não-desenvolvimento, como uma solução para a preocupação ambiental global, não é aceitável devido ao seu custo social, exceto para áreas protegidas limitadas e particularmente frágeis.

As estimativas são de que as regiões subdesenvolvidas, onde se estima ocorrer 90% do aumento populacional, se voltarem para o caminho da sustentabilidade ou seus problemas afetarão as áreas mais prósperas do globo.

Para Rajiv Gandhi Primeiro-Ministro da Índia, citado por Schmidheiny (1992), é importante e imprescindível "... reconhecer que o desenvolvimento sustentável começa em casa e que os custos do desenvolvimento devem incluir integralmente os custos da conservação, os quais, se não forem pagos agora, serão extraídos do processo de desenvolvimento, mais tarde, ou em qualquer outro lugar...".

2.3.2.3 Os princípios do desenvolvimento sustentável

A seguir listar-se-á as principais recomendações da Declaração de Tóquio, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 27 de fevereiro de 1987: "Todas as nações do mundo, cada uma e todas juntas, a incluir o desenvolvimento sustentável em suas metas e a orientar suas políticas pelos seguintes princípios":

- ✓ Reativar o crescimento: a pobreza é a principal causa da deterioração ambiental...É preciso estimular o crescimento econômico, sobretudo nos países em desenvolvimento, e ao mesmo tempo ampliar a base de recursos. Os países industrializados podem e devem contribuir para a reativação do crescimento econômico mundial.
- ✓ Mudar a qualidade do crescimento: é preciso que, uma vez reativado, o crescimento passe a incluir com determinação, entre suas metas principais, a sustentabilidade, a equidade, a justiça social e a segurança. Fontes de energia seguras e que não agridam o meio ambiente são parte imprescindível dessa postura... Uma distribuição melhor da renda, menor vulnerabilidade a catástrofes naturais e riscos tecnológicos, melhores condições sanitárias e

preservação do patrimônio cultural – tudo isso contribui para um crescimento qualitativamente melhor.

- ✓ Conservar e fortalecer a base de recursos: para haver sustentabilidade, é indispensável que sejam conservados os recursos ambientais, como ar, água, florestas e solos despoluídos; que seja mantida a diversidade genética; e que sejam usados com eficiência a energia, a água e as matérias-primas. É imperativo que a maior eficiência na produção seja mais rapidamente alcançada, a fim de se reduzir o consumo per capita dos recursos naturais e estimular o emprego de produtos e tecnologias não-poluentes.
- ✓ Garantir níveis populacionais sustentáveis: devem ser formuladas políticas populacionais que se integrem a outros programas de desenvolvimento econômico e social – educação, saúde e maior apoio à melhora das condições de vida dos pobres.
- ✓ Reorientar a tecnologia e administrar os riscos: é preciso reforçar a capacidade de inovação tecnológica nos países em desenvolvimento. Também é preciso modificar a orientação do desenvolvimento tecnológico em todos os países, levando mais em conta os fatores ambientais... Os processos decisórios relativos a meio ambiente e desenvolvimento devem contar muito mais com a participação da opinião pública, que deveria ter livre acesso às informações pertinentes.
- ✓ Integrar o meio ambiente e a economia nos processos decisórios: para haver sustentabilidade, é preciso que mais gente assuma a responsabilidade pelos impactos das decisões políticas. Aqueles que elaboram tais políticas devem ser responsabilizados pelo impacto das mesmas sobre os recursos ambientais de seus países. É melhor que essas autoridades se concentrem mais nas causas do que nos sintomas da deterioração ambiental.
- ✓ Reformar as relações econômicas internacionais: a fim de que os países em desenvolvimento possam ter mais oportunidades de diversificar suas bases econômicas e comerciais e buscar a auto-suficiência, é necessário um aperfeiçoamento básico no acesso ao mercado, na transferência de tecnologia e nas finanças internacionais.
- ✓ Revigorar a cooperação internacional: em todos os campos do desenvolvimento internacional deveriam ser mais prioritários a monitoração,

a avaliação, a pesquisa e o desenvolvimento do meio ambiente. Para tanto, é necessário que todos os países se empenhem mais para que as instituições multilaterais atuem de modo satisfatório; para que sejam formuladas e observadas regulamentações internacionais em áreas como comércio e investimento; e para que haja um diálogo construtivo quanto às questões nas quais não haja, a princípio, concordância de interesses nacionais... O progresso humano sustentável requer, essencialmente, novas dimensões de multilateralismo.

2.3.2.4 Compatibilização entre desenvolvimentos sustentável e econômico

A economia tem sido utilizada como um mecanismo destinado a aumentar o consumo, independentemente da sociedade a que pertence. Um bom exemplo disso é o próprio conceito de desenvolvimento que se transforma em sinônimo de crescimento econômico e reduz sociedades diversificadas e historicamente ricas ao rótulo de subdesenvolvidas, já citada no item 2.3 deste capítulo.

Desta maneira, a ciência econômica desenvolveu ao longo dos anos, diversas formas de análise relacionada ao ambiente natural. A economia de recursos naturais, análise bastante difundida nas décadas de 60 e 70, tinha sua ênfase na utilização dos recursos naturais. Seu grande objetivo era alcançar o uso ótimo de recursos renováveis e não renováveis (o que freqüentemente significava apenas maior retorno financeiro com menor custo). Percebeu-se, porém, que mesmo sob esse uso ótimo, não se evitava a degradação ambiental, e podia-se levar os recursos naturais à completa exaustão ou extinção.

Tal abordagem, feita por Merico (1996, p.15), comporta ainda que, a economia ambiental alcançou um grande desenvolvimento na década de 80 e teve a sua ênfase largamente voltada à questão da poluição. Nessa análise, a poluição é percebida como uma externalidade do processo de produção e consumo, ou seja, uma falha dos mecanismos de mercado, que pode ser tratada pelos vários meios de internalização de custos ambientais nos preços dos produtos.

Estas duas formas da análise visavam, então, à introdução das questões relacionadas ao ambiente natural nas estruturas e modelos de análise econômica. Incluem-se aí as análises de custo-benefício, em que custos e benefícios são

considerados através do tempo, facilitando comparações e auxiliando as tomadas de decisões em relação a qual ou quais usos seriam mais interessantes do ponto de vista econômico. Tanto as economias de recursos naturais, quanto a economia ambiental, se mostraram insuficientes para produzir ampla introdução do ambiente natural na análise econômica, dado que não discutem uma escala adequada das atividades econômicas em relação aos ecossistemas e, em última análise, em relação à própria biosfera.

A busca de aumento da renda nacional, através do crescimento econômico, e esse no aumento do bem-estar social e como indicador de sucesso econômico, colaborou de forma substancial para o desgaste de muitos países.

Em regra geral, aponta Schmidheiny (1992, p.162-163), trata-se da carência de recursos naturais, meios financeiros ou talentos humanos que acarretam os principais obstáculos ao desenvolvimento econômico. São as políticas e os padrões de alocações de recursos que determinaram o desenvolvimento e o crescimento econômico. O crescimento econômico representa uma condição necessária, mas não suficiente para uma maior igualdade social e para o desenvolvimento mais ambientalmente sustentável.

A maioria dos países subdesenvolvidos tende a procurar o crescimento econômico pela identificação e exploração de muitos recursos naturais como fatores de insumo de custo zero. Essa abordagem impõe um imenso ônus para o meio ambiente, e pode gerar enormes custos ambientais que um dia terão de ser pagos. Essa percepção de Schmidheiny (1992, p.164-165) contempla ainda que a busca de novos rumos sustenta-se fundamentalmente em iniciativas e decisões locais, apoiadas na cooperação dos países industrializados e subdesenvolvidos em busca do aprender sistematicamente.

Schmidheiny (1992) afirma ainda que, cada país tem suas próprias pré-condições e necessidades, seu próprio caminho de desenvolvimento. Entretanto, certos conceitos básicos oferecem a todos os países uma orientação para o futuro. Há um consenso de que as populações empobrecidas são as mais diretamente dependentes dos recursos naturais, utilizando-os à exaustão e sofrendo as conseqüências dos desequilíbrios gerados pela degradação ambiental. Outro enfoque dessa questão relaciona-se com as diferenças de consumo entre os povos, onde a Europa excede à média global em 2,3 vezes enquanto os Estados Unidos em 5,4 vezes.

Para Shrivastava e Stuart (1998), o crescimento econômico deverá ocorrer dentro dos limites físicos dos ecossistemas e serão necessárias mudanças estruturais nas economias industriais. Essas mudanças concentrarão esforços no uso mais eficiente de

energia e recursos, em processos de produção não-poluente, na redução de resíduos e emissões e no gerenciamento de riscos tecnológicos.

Na busca de uma melhor utilização dos recursos, as três formas mais comumente utilizadas, que vão ao encontro do desenvolvimento sustentável são: reaproveitamento de materiais; adoção de tecnologias limpas pela substituição de processos e matérias-primas e legislação e normas internacionais.

Para Sachs (1996) a reciclagem de resíduos, a conservação de energia e da água e a manutenção do estoque de equipamentos e das infra-estruturas são intensivas em mão-de-obra, criando empregos autofinanciados pelas economias realizadas na utilização de matérias-primas. Este é um campo ainda inexplorado de oportunidades de empregos, onde considerações sociais, econômicas e ambientais seguem juntas, e que oferece um ponto de partida conveniente para o planejamento de estratégias de ecodesenvolvimento.

A necessidade de um desenvolvimento econômico sustentável incide no tripé crescimento econômico, equidade social e harmonia ambiental. Para atingir o desenvolvimento econômico, a prioridade ambiental é fundamental e desta depende não somente a qualidade de vida, mas a vida humana em si mesma.

A responsabilidade da iniciativa por um ambiente ecologicamente sustentável, parte dos decisórios políticos, dos quais, proporcionam um efeito multiplicador envolvendo as organizações em seus mais diversos fins, grupos não governamentais e a comunidade como um todo. No contexto municipal, o atendimento e solução dos problemas locais refletem na melhoria do próprio ambiente, e participam da melhoria dos problemas globais.

Na Figura 1, o desenvolvimento sustentável busca mecanismos sistêmicos no atendimento de seus preceitos a visão do todo, possibilita a formação de um diagrama com suas reais importâncias e prioridades, que conjuntamente resultam em melhores resultados sinérgicos.

Figura 1: Desenvolvimento Sustentável no Nível Local



Fonte: ICLEI, 1996

A questão primordial ao desenvolvimento sustentável está na diminuição dos níveis de pobreza, e por que não em sua eliminação. Partindo desse pressuposto, as demais questões problemáticas, principalmente em nível municipal, tornam-se menos agravantes, pois as mesmas absorvem quantidades expressivas de recursos em atendimento às necessidades básicas como alimentação, grandes custos em atendimento à saúde, moradia, infraestrutura básica, educação, entre outros. Esse assunto será tratado com maior propriedade no próximo item.

2.3.3 Desenvolvimento de base local

A discussão acadêmica do desenvolvimento socioespacial, embora de grande importância, ainda não alcançou sua merecida posição de destaque junto aos centros de pesquisa geográfica no Brasil. Por este motivo, pouco se tem escrito sobre o assunto, que só agora começou a despertar maior interesse pelo fato de os modelos tradicionais de desenvolvimento não estarem atendendo a contento aos anseios de seus gestores, que a cada dia sofrem novas pressões de boa parcela da população brasileira, insatisfeita com sua baixa qualidade de vida.

Por não ser ainda, um termo familiar aos estudiosos e órgãos públicos, costuma-se confundir a dimensão territorial do planejamento voltado para o crescimento de um determinado setor produtivo em uma área específica, com o que nesta pesquisa se considera como desenvolvimento socioespacial, que é, na realidade, a busca da promoção de bem-estar e da justiça social. Partindo deste princípio, o desenvolvimento local seria uma expressão cabível à definição de uma dada porção do espaço onde o projeto seria implementado. Já a expressão “socioespacial”, caberia a uma abrangência maior do processo do desenvolvimento, que deve se valer os recursos (de toda ordem) disponíveis em cada coletividade, estando, desta forma, comprometido com a realidade, possibilidades e anseios de cada grupo, embora autores de grande respeitabilidade, como Cavaco (1996, p.94-121; apud Rodrigues, 1997) utilizem a expressão “local” com a mesma conotação de socioespacial.

As incontáveis mudanças ocorridas na história político-econômica brasileira, sobretudo a partir da década de 90, tornou-se necessário redefinir os rumos da gestão territorial, que vem sendo dificultada a cada dia pelo adensamento do conteúdo técnico da sociedade brasileira, bem como da complexificação de suas formas de produção.

Surgiu, então, uma infinidade de novas estratégias gerenciais, que permitiu uma administração do espaço mais compatível com os interesses neoliberais emergentes, expressos hoje, entre outros exemplos, pela descentralização do poder decisório, que isenta a esfera do Governo Federal de uma série de responsabilidades, outrora assumidas pelos governos ditatoriais.

O município, até então, amparado paternalmente pelas instâncias Federal e Estadual, passa a figurar como uma unidade de gestão de desenvolvimento, recebendo

uma nova carga de poderes para direcionar seus processos particularizados, de acordo com suas prioridades, possibilidades e anseios.

Trata-se, portanto, de um novo momento político-administrativo na história nacional, em que os muitos programas de municipalização ganham força, fazendo surgir a oportunidade de emergência das forças locais, onde a população através da iniciativa de inúmeras instituições sociais; ONGs, igrejas, sindicatos, partidos políticos, e outros, já começa a mostrar grande força de vontade para adquirir capacidades de auto-gestão, onde o desenvolvimento socioespacial apresenta-se realmente como uma possibilidade viável.

Calcagno (1990), entende por desenvolvimento os processos de crescimento e de troca relacionados sistematicamente entre si e que expressam uma aspiração por uma sociedade melhor. Assim, se incorporam elementos de poder político e econômico, sociais, tecnológicos, setoriais e regionais, que configuram o tipo de sociedade a qual se quer chegar. O tipo de sociedade à qual se aspira não é um conceito global, mas sim um conceito que se vincula às características regionais em todas as suas dimensões.

Já Rojas (1995) frisa que não se deve esquecer o mecanismo global do desenvolvimento e suas conseqüentes relações entre regiões. Não se pode pretender desenvolver uma região totalmente isolada; deve-se considerar todas as possíveis interações, de qualquer tipo, com outras regiões, vizinhas ou não. Durante as duas últimas décadas, segundo Garafoli (1992), tem-se observado o progressivo surgimento de novos modelos de desenvolvimento que incorporam o nível local, que tradicionalmente se situava à margem das estruturas teóricas. As regiões têm agora a possibilidade de promover seu desenvolvimento, aproveitando suas características próprias, que determinam, na grande maioria, a capacidade para criar novas formas de atividade econômica e fortalecer as existentes. Está comprovado empiricamente que o crescimento econômico vem acompanhando o crescimento urbano. Existe uma relação direta entre o crescimento da renda, do investimento, do emprego e o crescimento e a expansão do sistema de cidades de um país. Continua sendo objeto de discussão o tipo e a forma das relações que se estabelecem entre as cidades durante o processo de crescimento e mudança estrutural (ibid, 1992). Lasüen (1994), assinala que uma das preocupações da teoria do desenvolvimento regional tem sido responder a pergunta: Onde se localizam os investimentos?

O desenvolvimento local depende da formação de um processo empreendedor e inovador, fortemente articulado ao território, onde um dos fatores condicionantes é a origem do investimento (Massuti, 1998).

Segundo Garafoli e Camagni, citados por Masutti (1998), a teoria do "milieu innovateur" sobre o papel do território no desenvolvimento, valoriza positivamente os impulsos que proporcionam os fatores locais e reconhecem que a troca tecnológica é uma variável não substitutiva no processo de reestruturação produtiva. Essa interpretação difere em importância em função da história produtiva de cada localidade e na forma de perceber a mudança tecnológica no território.

Partindo da hipótese de que todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (humanos, econômicos, institucionais e culturais), que constituem seu potencial de desenvolvimento endógeno, em nível local se detecta, por exemplo, a dotação de uma determinada estrutura produtiva, mercado de trabalho, capacidade empresarial, recursos naturais, estrutura social e política, tradição e cultura, sobre a qual se pode articular o crescimento econômico e a melhora do nível de vida da população (Masutti, 1998).

Nas abordagens anteriores, o desenvolvimento é apontado como um processo integrado cuja idéia, coloca-se acima das fragmentações a ele imposto, mas que na prática se perde quando delimita no tempo, no espaço e nas práticas sociais que as engendram. Enfim, na direção orientada pelo seu planejador: desenvolvimento urbano, rural, turístico, industrial, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, a genérica expressão desenvolvimento sustentado, entre muitos outros; trata-se de um número incontável de fragmentos de um mesmo processo, que tem como principal objetivo a satisfação de planos, também parcelados, de intervenção nas muitas esferas da vida social.

Souza (1992, p. 123), ao analisar a validade e as limitações do planejamento integrado do desenvolvimento socioespacial, advertiu sobre os riscos dos parcialismos analíticos que ainda hoje dominam a produção intelectual. Alertou ainda sobre a fragilidade com que as articulações intertemáticas e interescales se apresentam, mostrando que os recortes temáticos, por ele criticado, empobrecem o entendimento global, constituindo um claro exemplo do caráter positivista do trabalho acadêmico, que

tenta dividir a realidade social em esferas dotadas, cada uma, de “vida própria”: econômica, política, cultural e outras.

2.3.3.2 A busca pelo desenvolvimento econômico local

Para determinados segmentos da sociedade a esperança de um mundo menos desigual está depositada num processo de desenvolvimento que não se restringe ao campo das questões econômicas. Neste sentido, um segmento dos estudiosos das teorias do desenvolvimento começa a destacar a importância de uma concepção de desenvolvimento num contexto amplo, valorizando a relação entre o ambiente, a sociedade e o desenvolvimento.

Restringindo a discussão no âmbito do desenvolvimento local, uma questão que vem tomando proporção na agenda atual refere-se a "rural livelihood", principalmente quando o pano-de-fundo são as regiões características de pobreza (geralmente regiões periféricas), sendo uma delas a América Latina. Segundo Anthony Bebbington (1999), a análise sobre pobreza e meio de vida deve extrapolar os aspectos materialistas e cotejar outros mais hermenêuticos e centrados nos atores. Max-Neef (1994, p. 82), em sua obra "Desarrollo a Escala Humana", discutiu inúmeros aspectos referentes ao "desenvolvimento" como sendo um processo capaz de, antes de tudo, satisfazer as necessidades humanas, tidas por ele não somente como metas a serem atingidas, mas sim como a razão de existência deste processo. Para o mesmo autor:

“El desarrollo a Escala Humana no exclue metas convencionales como crecimiento económico para que todas las personas pueden tener un acceso digno a bienes y servicios. Sin embargo, la diferencia respecto de los estilos dominantes radica en concentrar las metas del desarrollo en el proceso mismo del desarrollo. En otras palabras, que las necesidades humanas fundamentales pueden comenzar a realizarse desde el comienzo y durante todo el proceso de desarrollo; o sea, que la realización de las necesidades no sea la meta, sino el motor del desarrollo. Ello se logra en la medida en que la estrategia de desarrollo sea capaz de estimular permanentemente la generación de satisfactores sinérgicos”.

Assim, para efeito desta pesquisa, admitiu-se a idéia de “Desenvolvimento Socioespacial” proposta por Marcelo J. L. de Souza, cujas reflexões, além de serem compatíveis com os propósitos desta investigação, avançaram na discussão teórica do “desenvolvimento”, representando uma das mais consistentes contribuições da Geografia brasileira à análise deste processo. Segundo Souza (1996, p. 05):

“Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social”.

O autor lembra ainda que a necessidade de se buscar o desenvolvimento, é uma característica das sociedades ocidentais e/ou ocidentalizadas, que têm na idéia de “modernidade” (em suas múltiplas nuances), a base cultural de sustentação deste processo. Após levantar uma série de questionamentos sobre o contexto cultural em que se construiu (e ainda se constrói) a noção de desenvolvimento, salienta que qualquer tentativa de apreendê-lo, avançará teoricamente quando se admitir uma ruptura consciente com o etnocentrismo e com a idéia heterônima de uma verdade absoluta. Também não se deve tentar defini-lo de uma vez por todas, sendo mais sensato buscar um princípio norteador, de modo que a reflexão esteja sempre aberta a novas contribuições. Assim, o autor, entende o desenvolvimento socioespacial como:

“... um processo de aprimoramento (gradativo ou, também, através de bruscas rupturas) das condições gerais do viver em sociedade em nome de uma maior felicidade individual e coletiva, o princípio mais fundamental sobre o qual pode se assentar esse processo parecer a autonomia individual e coletiva ... não define um conceito de desenvolvimento, mas justamente propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de cada cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento; as prioridades, os meios, as estratégias” (Souza, 1996, p. 10).

Enquanto processo, o desenvolvimento socioespacial deve ser pensado em sua totalidade, tanto pela academia, que deve dotar uma postura transdisciplinar, quanto pelos gestores, que devem operacionalizá-lo a partir de um planejamento transsetorial. Esta, na realidade, é a única forma de promovê-lo de forma realmente integrada.

Desta maneira, vislumbra-se uma noção deste processo, que muito se distancia das conceituações tradicionais, onde o aspecto econômico figura como esfera principal de todas as ações. Questiona-se, também, a simplificação da idéia de desenvolvimento, quando considerada como somente superação do subdesenvolvimento, caracterizado comumente como sinônimo de pobreza e/ou poucos recursos para ampliação dos mecanismos de produção, que tem nas nações centrais do mundo capitalista, os “modelos ideais” a serem copiados.

No entanto, quando tomá-se por base as considerações anteriores, vislumbra-se a possibilidade de se pensar o desenvolvimento como processo pertinente a cada grupo, de acordo com suas características particulares, na tentativa de superar os problemas que dificultam a conquista de melhores condições de vida. Cria-se ainda com a discussão da “autonomia” (Souza, 1996, p. 10), a possibilidade de se encarar o lugar como uma escala de planejamento compatível com os anseios de cada grupo social, bem como no envolvimento amplo de seus membros na gestão participativa de seus processos individualizados.

Para Milton Santos (1996, p. 122), a idéia de lugar está intimamente relacionada com o conceito de espaço, argumentando que, “o espaço total e o espaço local são aspectos de uma mesma e única realidade”. Em sua clássica obra “Espaço e Método” (1985, p. 12), este autor afirma que:

“... cada lugar é marcado por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual uma estrutura técnica própria, específica e uma estrutura de capital própria, específica, às quais corresponde uma estrutura própria, específica do trabalho ... Em cada lugar, as variáveis A, B, e C, ... não tem a mesma posição no aparente contínuo, porque elas são marcadas por qualidades diversas. Isto resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas quantitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico – daí a diferença entre eles”.

E é justamente este caráter único dos lugares, conferindo-lhes identidade própria, que requer a necessidade de serem pensados em suas especificidades. Por outro lado, considerando-se a sua íntima vinculação às grandes estruturas de produção/regulação capitalista, devem ser focalizados também dentro de uma perspectiva integrada, ou seja, sua articulação com o global.

Partindo-se destas considerações, o lugar, em suas muitas esferas, se mostra como a dimensão do espaço vivido, onde as pessoas se tornam importantes elementos na sua produção, em contrapartida aos mecanismos padronizadores do mundo globalizado. O lugar é, neste sentido, aquela instância ambígua, onde o global se materializa, mas ao mesmo tempo permite uma organização muito particular de sua energia, resultando na manifestação individual do mundo tecnificado. É, portanto, o espaço imediato dos acontecimentos mais simples e também mais complexos da vida cotidiana.

“O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo” (Carlos, 1996, p. 20).

Quando se discute estratégias de reprodução social, na percepção de Bebbington (1999), deve-se atentar ao acesso de cinco tipos de ativos de capital: o capital produzido, o humano, o natural, o social e o cultural. A utilização deste conjunto de capitais pode ter um papel mais amplo que simplesmente recursos utilizados na elaboração de estratégias de reprodução social, mas serem ativos que proporcionam a sociedade envolvida a capacidade (*capability*) de ser e agir, criar alternativas autóctones de desenvolvimento local. Poder criticar, participar e engajar-se nas iniciativas locais. A idéia é capacitar e dar condições de acesso a população local para poder colaborar ativamente na organização e na administração de programas de desenvolvimento para que os benefícios, em geral, possam ser atribuídos e compartilhados coletivamente.

Cabe ressaltar que a intensidade e a importância que cada um dos cinco tipos de ativos de capital têm na composição das "livelihoods strategies" das famílias pode variar conforme o espaço (região), os grupos sociais, o gênero, e a etnia. Ou seja, a elaboração das estratégias de reprodução social sofre influência tanto de aspectos objetivos como de subjetivos que variam conforme o contexto onde estão inseridas as famílias rurais, sem desprezar as próprias características destes grupos familiares.

Para De Vylder, os capitais que constituem fatores de produção são: capital financeiro, capital físico (máquinas, equipamentos, infra-estruturas), capital humano (formação escolar e profissional) e capital social (apud Rist, 2000, p. 141).

O esquema analítico que considera capital social e acesso, elementos centrais das iniciativas de redução da pobreza implicam em dividir a atenção entre a agricultura e os tipos de recursos, instituições e mercado que as famílias podem ter acesso para organizarem suas estratégias de reprodução social (Bebbington, 1999).

Uma análise mais ampla que o restrito agrícola, valoriza as relações e as transações entre as famílias e os outros atores. Aspectos determinantes do desempenho econômico e social das famílias. Além da noção de capital social, apresentada por Putnam (1996) anteriormente (p.27), existem outras que enfatizam aspectos não muito diferentes, mas que de modo geral são concepções que valorizam aspectos subjetivos. De acordo com a revisão sobre capital social, Kliksberg (2000) apresenta algumas concepções que têm em comum a valorização da união da sociedade para alcançar resultados que influenciam na qualidade de vida da população. Nos autores relacionados por Kliksberg (2000) são comuns expressões como confiança (Coleman, 1990; Kenneth Newton, 1997; Stephan-bass, 1997; Bullen e Onyx, 1998), reciprocidade (Coleman, 1990; Kenneth Newton, 1997; Bullen e Onyx, 1998) e cooperação (Kenneth newton, 1997), que resultarão em ajuda mutua, coesão social e redes de confiança, elementos necessários para superar as falhas de mercado e proporcionar equidade social.

Observa-se que no debate referente ao desenvolvimento local, a valorização do ativo capital social tem como um dos objetivos transformar ambições individuais em coletivas, ou torná-las secundária. Ou seja, criar o sentimento de comunidade e não simplesmente uma soma de indivíduos, para isto a família tem um papel significativo, já que é o berço da sociabilidade.

Considerada um componente central do capital social, a família (capital social básico), enquanto unidade, tem importância no processo de desenvolvimento,

principalmente quando relacionada à agricultura familiar. É na família, e principalmente nas famílias de agricultores familiares, que as ambições coletivas (familiar) são priorizadas em virtude da reprodução social, os membros da família organizam-se de maneira que possam implementar atividades que assegurem a manutenção econômica e social do grupo familiar. Regiões que possuem famílias bem estruturadas, coesas e que facilitam os contatos interpessoais conseqüentemente terão sociedades com distribuições de renda mais igualitárias, com maior harmonia e coesão social, e melhor saúde pública. Em contrapartida, regiões com um significativo grau de desigualdade social (principalmente no que diz respeito à distribuição de renda) possuem baixo capital social e saúde pública problemática (Kliksberg, 2000, p. 31).

Ao tratar de capital social, segundo Bebbington (1999), Kliksberg (2000), Valladao (2000) e Rist (2000), deve-se dispensar atenção a questão cultural, já que políticas de desenvolvimento economicistas são marcadas pelo fracasso por não levarem em conta o meio ambiente cultural das sociedades envolvidas nesses processos de desenvolvimento. Valladao (2000) ressalta que se deve potencializar esta variável (cultura), considerada como um capital social, para que os benefícios do desenvolvimento cheguem às camadas mais necessitadas da sociedade, através da participação direta das comunidades, a partir das práticas e costumes que lhes são próprios, como também da discussão sobre a aplicação das opções de desenvolvimento.

Segundo Rist (2000, p.130-131), cultura pode ser entendida de duas maneiras diferentes, uma concepção estreita e a outra ampla. Na concepção estreita, a cultura está relacionada com as atividades e produtos do espírito humano, ou seja, uma concepção que se refere às práticas específicas (cultura cultivada, por exemplo, a literatura, os museus). No sentido amplo, a cultura refere-se ao conjunto de relações que os membros de uma sociedade mantêm entre si, com a natureza e com o sagrado, como também as práticas que derivam destas relações.

Para Valladao (2000, p.151), a cultura, no sentido amplo, inclui o conjunto de símbolos, laços sociais e práticas que caracterizam o funcionamento de uma determinada comunidade. A cultura é uma riqueza, entre outras, pouco explorada pela sociedade. Quando se abarca o capital social nas políticas de desenvolvimento necessariamente há uma valorização dessa riqueza, mesmo que ela constitua um mecanismo de poder no qual o laço social é mantido e administrado por instituições e indivíduos mais ou menos legítimos. Um sistema de poder que garante o funcionamento

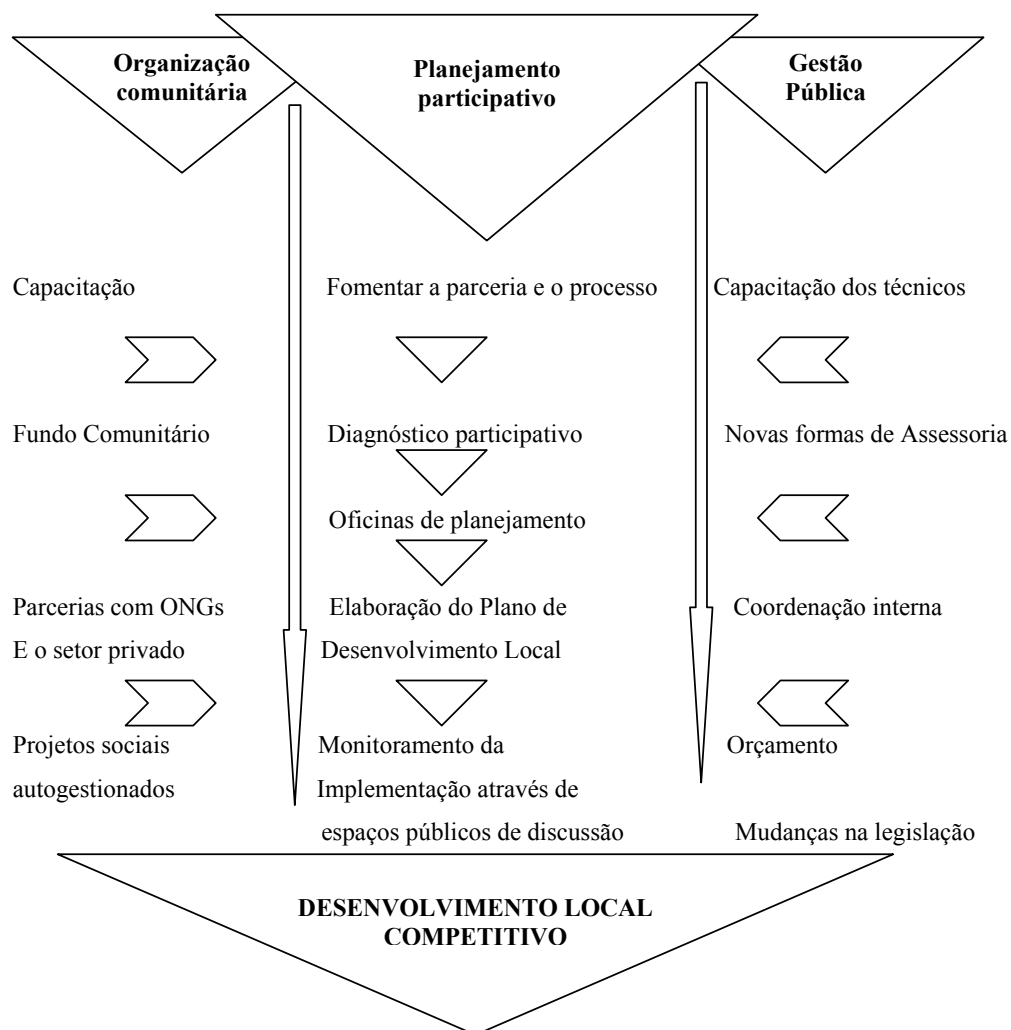
de regras que permite a distribuição, de forma equilibrada, dos bens simbólicos e materiais.

Segundo Valladao (2000, p.153), esse sistema de poder surge de forma espontânea, natural, e por isso possui uma certa fragilidade quanto a ações externas, ou seja, a indução exógena da valorização do capital social em uma comunidade pode provocar desequilíbrios nesse sistema de poder, provocando o favorecimento de alguns e a exclusão de outros (marginalização ou empobrecimento). Essas ações externas resultarão numa nova distribuição de poder que provavelmente terá regras distintas ao sistema de poder anterior. Há uma relação estreita entre capital social e cultura, já que os dois estão vinculados ao sistema de poder, e, segundo Valladao (2000, p.153), "... toda cultura en el sentido amplio constituye de por sí un mecanismo de valorización, es decir, un sistema de poder ...".

Para finalizar, Rist (2000) ressalta que as iniciativas de desenvolvimento não devem dar somente importância ao capital social como pré-requisito para facilitar os resultados, mas essas iniciativas devem encontrar, ou contemplar, meios para conservá-lo e aumentá-lo. Segundo o autor, "... la cultura, la confianza y el capital social no son medios con miras al 'desarrollo', sino fines que serán alcanzados sólo a condición de modificar radicalmente el modelo de 'desarrollo' basado en la lógica del mercado" (Rist, 2000, p. 149-150). Deve-se pensar em uma política de desenvolvimento, seja qual for o âmbito, que tenha a preocupação de capacitar a sociedade local com ferramentas que possam gerar processos de crescimento e desenvolvimento com vida própria (Hirschman, 1996), um desenvolvimento com liberdade (Sen, 2000), com acesso aos recursos públicos e privados (Salama e Destremau, 2001).

Na Figura 2, da página seguinte, esquematiza-se exemplo de linhas de trabalho e instrumentos para o processo de desenvolvimento local.

Figura 2 – Linhas de trabalho e instrumentos para o processo de desenvolvimento local



Fonte: Adaptado do projeto Prorenda/RS - Promoção de processos de desenvolvimento local, 2002.

Políticas estas que valorizem a cultura popular, principalmente das regiões de pobreza, já que a cultura dos pobres é desvalorizada e estigmatizada por alguns setores da sociedade como inferior, precária e atrasada. Valorizar a cultura local, propiciará uma elevação da auto-estima grupal e pessoal, e, segundo Kliksberg (2000, p.50), o fortalecimento da auto-estima pode ser um importante indutor da criatividade.

2.3.4 O modelo competitivo de desenvolvimento

Segundo Pires (2001), em termos de política de desenvolvimento econômico nota-se o afastamento gradual do Estado da economia, eliminando, desta forma a sua influência sócio-econômica. Este fato traz a luz a necessidade do repasse para que outras forças privadas assumam o papel de organizar o desenvolvimento. O que temos em curso é a mobilização de todos os segmentos da sociedade na busca de soluções.

Trata-se de uma forte tendência mundial, onde o desenvolvimento de organizações interempresariais é utilizado para a reestruturação do aparato produtivo do território e para a modernização das empresas, melhorando sua competitividade (Casarotto e Pires, 1998). Como exemplo temos, Agências de Desenvolvimento Regional, Centros Regionais de Serviços, Consórcios Empresariais, Cooperativas Regionais, etc.

Pires (2001), chama a atenção para o fato de que estas ações concretizam a passagem de uma abordagem exógena de desenvolvimento regional para uma abordagem endógena, onde as nações passam a acreditar menos em políticas estruturantes e passam a acreditar mais em políticas indutoras à criação de um ambiente regional propício para a organização das próprias forças competitivas locais. Esta tomada de consciência, por parte dos atores de um território é uma das características marcantes do novo modelo competitivo.

Neste novo cenário desloca-se a responsabilidade do desenvolvimento para a sociedade, mudando o foco de atenção do governo para a governância. Enquanto o processo de globalização econômica se expressa na competição transnacional, o de regionalização compreende um crescente esforço das sociedades locais para configurar e sustentar seu processo de desenvolvimento, a partir do entendimento e da coordenação de esforços (Casarotto e Pires, 1998), em função das suas vantagens comparativas particulares (Porter, 1997).

“O rápido desenvolvimento de tecnologias redutoras de espaço e a emergência da competição global nos anos 80 e meados dos 90 não trouxeram o fim das regiões. Exatamente o oposto: a globalização é um intenso fenômeno localizado. Alguns preferem o termo ‘glocalização’ ”(Galvão e Vasconcelos, 1999, p. 13).

Apesar da crise de emprego mundial, as regiões mais desenvolvidas do globo continuam aumentando a sua participação na geração mundial de renda, em decorrência da competitividade que está ligada ao território no qual as empresas estão instaladas. Cria-se uma relação de dependência muito clara entre a competitividade de uma empresa e seu ambiente competitivo.

“Em casos de grandes potencialidades naturais ou na quase total restrição das mesmas, a potencialidade básica de qualquer local, região ou país está assentada em sua população, ou mais amplamente, em seu ambiente: a interação dessa gente, por meio de sua cultura, com o território e suas relações externas. Essa é a alavanca principal do processo de desenvolvimento e requer grandes esforços de promoção e fomento” (Casarotto e Pires, 1998, p.87).

Segundo Bertini (1998), na exitosa experiência de desenvolvimento italiana, percebe-se que aspectos culturais, ligados à história, à estrutura social das comunidades locais e aos hábitos arraigados de trabalho e empreendedorismo, tiveram um papel fundamental na geração espontânea deste sistema de alta performance industrial.

Deste modo, o sistema social local e regional passa a desempenhar um papel cada vez mais importante para a competitividade das empresas. Segundo Bandeira (1999, p. 06) “as divisões microrregionais adotadas pelos diferentes órgãos públicos estaduais e federais tendem a não ser mais compatíveis entre si”. Este cenário marca uma nova geografia, onde as políticas de desenvolvimento não são espacialmente concentradas em “antigas” regiões delimitadas pelos Estados e pelos setores tradicionais da economia, concentrando-se nos eixos regionais de desenvolvimento, nas cadeias produtivas e nos clusters. Abre-se espaço para o surgimento de novas instituições, que irão cumprir o papel econômico que as instituições com capacidade de operação limitada pela geografia política e setorial não podem ou não se interessam em executar.

"A organização da sociedade civil, nesse caso, guarda especificidades em âmbito tanto territorial quanto temático. Em âmbito territorial, tais práticas participativas referem-se a espaços sub-regionais, ou seja, espaços intermediários entre o estado e o município, em que não se encontram instâncias político-administrativas correspondentes" (Bandeira, 1999, p. 04).

Com esta nova organização espacial de desenvolvimento, efetiva-se a tendência de atuação em nível de microrregiões, pois estas iniciativas têm apresentado melhores resultados do que as políticas de desenvolvimento concebidas e implementadas em grandes áreas (Pires, 2000).

"A experiência ao longo do tempo, por sua vez, mostrou que estímulos horizontais dos mais diversos tipos (serviços de informação tecnológica, formação de pessoal para pesquisa, desenho industrial, etc.) se articulam muito melhor em torno das regiões do que ao redor dos estados nacionais. A proximidade dos problemas permite às autoridades regionais um conhecimento mais aprofundado da economia de seu território, que sempre apresentará diferenças em relação às regiões e, por conseguinte, ao conjunto nacional" (Brito e Bonelli, 1997, p. 03).

Bandeira (1999) e Brito e Bonelli (1997) criticam o desenvolvimento deste novo modelo em nosso país pela falta de uma política de desenvolvimento explícita e pelas grandes diferenças regionais, mas eles acreditam ser possível desenvolver várias linhas convergentes de argumentação para destacar a importância da articulação da sociedade e da articulação de atores sociais nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento, seja em escala nacional, regional ou local.

A seguir serão abordadas cinco dessas linhas que dão o embasamento teórico necessário para os três pressupostos sobre os quais o método de desenvolvimento formulado por Pires (2001) se enquadra, a ser apresentado no capítulo 4.

a) Envolvimento dos Atores Regionais - Destaca-se a necessidade de consulta aos segmentos da comunidade diretamente afetados, quando da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos, relacionados com o desenvolvimento. Tais informações são averiguadas com o intuito de assegurar sua eficiência e sustentabilidade.

"Regiões adjacentes, com perfis setoriais similares, possuindo aproximadamente as mesmas vantagens e deficiências, diferem notavelmente quanto ao desempenho econômico, tanto ao longo do tempo quanto em termos

comparativos. Essa diferença pode ser atribuída à prevalência das falhas transacionais no sistema econômico local, ou seja, incapacidade para aproveitar integralmente os benefícios potenciais da cooperação, da colaboração e da coordenação no nível local, causada pela falta de confiança, por sentimentos mal orientados de competição e por ausência de liderança" (OECD, 1996, p. 16).

A solução para este tipo de problema, segundo este comitê, depende de um esforço de construção institucional, como o apontado anteriormente, capaz de ajudar a difundir novas atitudes mais efetivas para a promoção do desenvolvimento. Necessidades estas, que podem ser abordadas de forma eficaz através da criação de instituições voltadas para a análise sistêmica e para a solução de problemas. As tarefas amplas dessas instituições para reduzir as falhas transacionais podem ser resumidas da forma seguinte (OECD, 1996):

- ✓ Desenvolver a confiança e a cooperação - as instituições podem proporcionar um fórum e um quadro referencial adequado para o intercâmbio cooperativo de informações - não por meio da regulamentação formal, mas por meio de um fluxo de informações que capacite as empresas. As associações industriais podem proporcionar algum grau de auto-regulamentação e arenas similares para a discussão, mas as instituições do tipo 'ponte' podem ampliar os contatos entre indústrias diferentes, porém relacionadas.
- ✓ Criar coalizões políticas - são necessários conselhos econômicos regionais para dar publicidade a determinados temas e para extrair consensos, recursos e ímpeto de uma ampla variedade de atores. Esses conselhos devem concentrar-se em analisar as possibilidades de desenvolvimento no longo prazo e em educar seus membros quanto à necessidade de adotar novas políticas, sugerindo meios pelos quais objetivos possam ser alcançados para o benefício de todos.
- ✓ Desenvolver a cooperação inter-regional - o sucesso do crescimento econômico regional traz consigo o problema das relações com outras regiões concorrentes, dentro ou fora do país. Uma atitude de concorrência acirrada entre regiões pode ter efeitos destrutivos sobre a riqueza nacional, além de trazer resultados desastrosos para suas economias.

b) Governância - Registra-se a importância da vitalidade de uma sociedade atuante na vida pública para a boa governância e para o desenvolvimento participativo. Uma das conexões desse ponto é a implicação de que a participação da sociedade é importante para assegurar a transparência das ações e para permitir o combate eficiente à corrupção no setor público.

"A governância pode ser vista como o exercício da autoridade econômica, política e administrativa para gerenciar um país em todos os níveis. Compreende os mecanismos, processos e instituições por meio dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercitam seus direitos legais, cumprem com suas obrigações e mediam suas diferenças" (Bandeira, 1999, p.15).

Pires (2001), destaca dois aspectos da participação, um é o seu caráter de elemento essencial da própria idéia de democracia; e o outro, é o seu importante papel instrumental, derivado da funcionalidade da participação para a articulação de atores sociais e para a viabilidade de processos de capacitação e de aprendizado coletivos, extremamente relevantes para a promoção de desenvolvimento.

"Assim como a JICA, também o UNDP, a OECD, a USAID e outras instituições similares produziram documentos de políticas que se baseiam nos conceitos de desenvolvimento participativo e 'good governance'. Esses conceitos constituem, na atualidade, a base do enfoque dominante na assistência ao desenvolvimento por parte dos países desenvolvidos e das principais organizações internacionais" (Bandeira, 1999, p. 17).

Em termos de políticas de desenvolvimento, além de ser um tema preocupante, a governância pode explicar o sucesso das regiões mais desenvolvidas do mundo, como por exemplo o caso da Itália que possui regiões com grande capacidade competitiva, a região do Cholet na França, a região do Vale do Silício dos Estados Unidos que se tornou benchmarking mundial, principalmente da atuação integrada entre a municipalidade de San Jose e a entidade "Silicon Valley Manufacturing Group", na Alemanha o Vale do Baden-Württemberg e no Japão os 'Keiretsu'. A governância pressupõe a adoção de uma ótica regional ampliada por parte dos atores regionais, no sentido de perceberem a interdependência entre os mesmos.

c) Capital Social - Vincula-se a participação à acumulação de capital social. Segundo Pires (2001), o capital social é composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas, constituindo importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento.

"O elemento central desse enfoque, que destaca a importância dos fatores culturais para o processo de desenvolvimento, é o conceito de capital social. Ao lado do capital físico e do capital humano, este terceiro tipo de capital seria de importância decisiva para explicar as diferenças entre países e regiões, quanto à prosperidade econômica" (Bandeira, 1999, p.19).

Pires (2001), ressalta que além das iniciativas do tipo tradicional (implantação de infra-estrutura, as ações de fomento e os esforços voltados para a atração de investimentos privados), devem ser adotadas medidas, que contribuam para a acumulação de capital social, fortalecendo a coesão das comunidades, promovendo a colaboração na solução de problemas comuns e estimulando os vários atores sociais a participarem ativamente da discussão das questões de interesse público.

d) Visão Sistêmica - Estabelece conexões entre a operação de mecanismos participativos na formulação e implementação de políticas públicas e, também, o fortalecimento da competitividade sistêmica de um país ou de uma região.

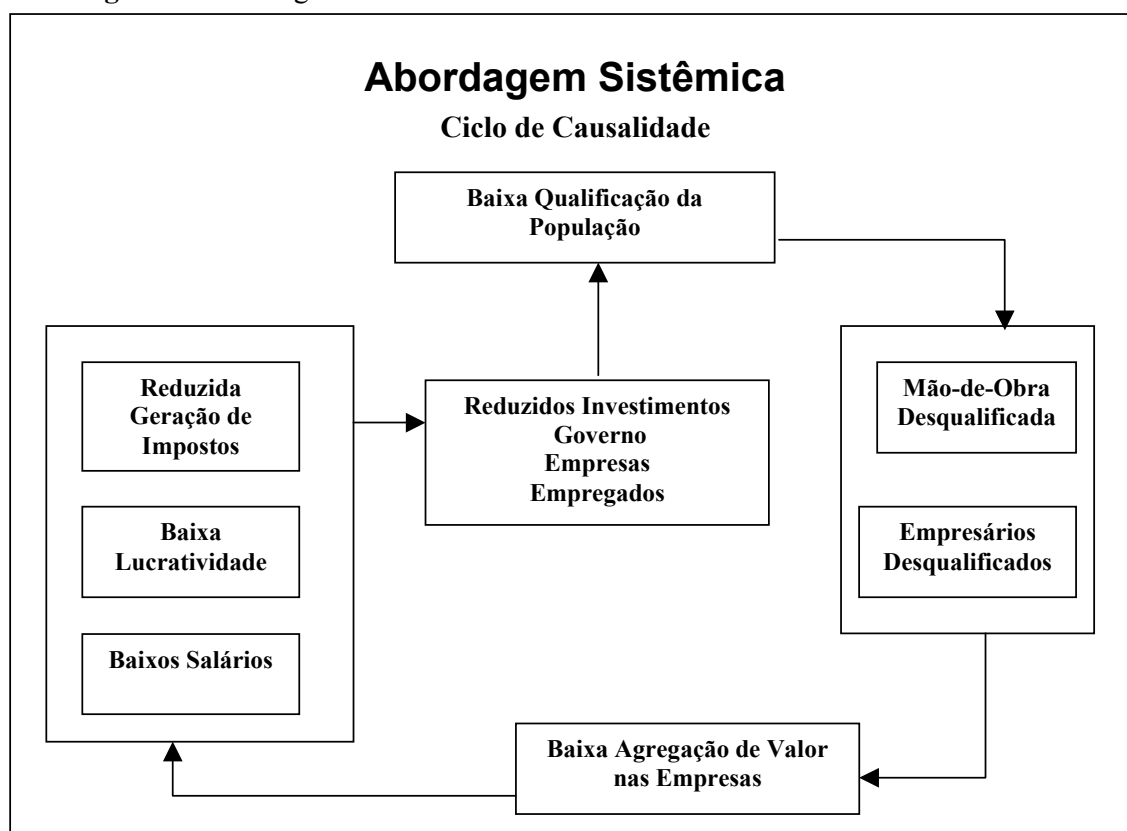
A visão sistêmica, base da competitividade sistêmica, é um padrão ótico - modelo mental - (Senge, 1990) que permite aos atores regionais a percepção ampliada da sua estrutura competitiva, relacionando eventos, antes tomados como isolados e dissociados no espaço e no tempo, e identificando os padrões estruturais de funcionamento do sistema competitivo. A partir desta percepção ampliada, fica mais claro o rumo de ação a ser tomado nos pontos de alta alavancagem deste sistema, onde normalmente, ações integradoras entre os diferentes atores regionais são necessárias, pois estes pontos usualmente estão localizados fora das fronteiras de ação das instituições e dos indivíduos tomados de forma isolada. A participação, à medida que possa contribuir para a acumulação de capital social e para a articulação dos atores

sociais regionais, facilitará a formação de consensos básicos relevantes para o desenvolvimento e contribuirá também para reforçar as bases da competitividade sistêmica de uma região.

“... à medida que as sociedades tornam-se cada vez mais diferenciadas, e as empresas e demais atores passam por processos de aprendizado, a competência estratégica e a capacidade de planejamento deslocam-se do setor público para o privado, tanto nos países da OECD quanto nos países em desenvolvimento mais avançados do ponto de vista industrial" (Altenburg, Hillebrand e Meyer-Stammer, 1997, p. 15 e 16).

Na Figura 3, visualiza-se exemplo de um ciclo de causalidades.

Figura 3- Abordagem Sistêmica – Ciclo de Causalidades



Fonte: Exemplo de Ciclo de Causalidade, Pires (2001)

e) Identidade Regional - Ressalta o papel desempenhado pela participação no processo de formação e consolidação das identidades regionais, que facilitam a construção de consensos básicos entre os atores sociais que são essenciais para o desenvolvimento.

A identidade regional, assim como o capital social, não deve ser entendida como algo que simplesmente existe devido a uma determinada conjugação de fatores e circunstâncias, mas sim, como algo que é construído historicamente. Surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais, que fazem com que os habitantes de um determinado território consolidem a percepção de que, apesar das diferenças e divergências que possa haver, existem também fortes afinidades e muitos interesses em comum.

Segundo Pires (2001), a prática reiterada da participação de membros dos diferentes segmentos da comunidade na discussão, formulação, implementação e avaliação de ações de interesse da região pode contribuir para fortalecer essa percepção, ajudando a consolidar a identidade regional. Sem essa identidade, uma região constitui-se apenas do resultado de uma segmentação arbitrária do território, não podendo ser considerada um verdadeiro ente social. Caso se trabalhe com áreas que não possam ser encaradas como entes sociais, perde-se aí grande parte do significado, do conteúdo e da eficácia das ações de planejamento regional, como registra Boisier:

"A planificação do desenvolvimento regional é, antes de mais nada, uma atividade societária, visto ser uma responsabilidade compartilhada por vários atores sociais: o estado, evidentemente, por razões variadas e conhecidas, e a própria região, enquanto comunidade regional, polifacética, contraditória e difusa, por vezes, mas comunidade, enfim, locacionalmente específica e diferenciada. Sem a participação da região como um verdadeiro ente social, o planejamento regional consiste apenas - como mostra a experiência histórica - em um procedimento de cima para baixo para distribuir recursos, financeiros ou não, entre espaços erroneamente chamados de regiões" (Boisier, 1995, p. 47 e 48).

A identidade regional é fundamental também para a promoção da competitividade da região, na medida em que facilita a formação de consensos básicos

entre os atores sociais em função de suas vantagens comparativas particulares. Esses consensos constituem-se em requisitos básicos da competitividade sistêmica. Assim, como registra Millán, entre as características de uma região inteligente e competitiva está:

"Uma integração social adequada, ou seja, a integração, a identidade e o compromisso convergente dos atores básicos do desenvolvimento regional, em função de objetivos possíveis de serem alcançados, são explicitados em uma estratégia coerente de desenvolvimento regional, esteja ou não escrita em um Plano-livro" (Millán Constaín, 1994, p.38).

2.3.4.1 Princípios do modelo competitivo

Seguindo o modelo proposto por Pires (2001), a introdução teórica feita até o momento serve para abstrair e caracterizar os três princípios fundamentais do modelo de desenvolvimento em questão:

- ✓ a competitividade é sistêmica , ou seja, fruto da interdependência de diversos fatores. Com isso, as regiões mais competitivas são aquelas onde os atores regionais possuem uma percepção ampliada da sua situação competitiva, identificando problemas comuns e agindo de forma integrada para a sua solução. Este é o princípio sistêmico;
- ✓ a competição é, cada vez mais, uma atividade territorializada, ou seja, a grande resposta à globalização é a regionalização. Para tanto, cada região competitiva elenca uma determinada estratégia específica de competição, baseada em suas vocações regionais, em sua identidade regional. Esta especialização, em torno de pontos diferenciados da situação competitiva regional, é o princípio distintivo;
- ✓ a grande diferença competitiva que existe entre as diferentes regiões do globo se dá fundamentalmente em termos de quantidade de capital social, ou da capacidade da população da região em resolver, de forma endógena, seus problemas. Para que os atores regionais cheguem ao entendimento da melhor estratégia regional, integram esforços em problemas comuns e acham as

soluções mais efetivas ao seu contexto. É preciso reforçar o terceiro princípio do método, o princípio endógeno.

2.3.4.2 Abordagens e métodos do modelo competitivo

A abordagem a seguir trata da identificação dos métodos que serão utilizados na metodologia elaborada, apresentada no próximo capítulo. Esta identificação parte dos estudos de Pires (2001) cuja análise é oriunda do Instituto de Desenvolvimento Alemão, considerados pioneiros na abordagem sistêmica da competitividade, utilizando quatro níveis de entendimento da situação competitiva de uma região. Estes quatro níveis são:

- ✓ Nível Micro - representa as empresas e as redes de empresas, e como estas estão organizadas para se tornarem mais competitivas. Como elementos fundamentais do nível micro estão os determinantes internos - tecnológicos e organizacionais da capacidade competitiva das empresas, assim como as externalidades criadas pela formação de redes de empresas;
- ✓ Nível Meso - aborda as instituições e as políticas específicas para o desenvolvimento regional. Neste nível, cabe destacar as políticas e instituições dedicadas, de forma específica, à criação de vantagens competitivas. Este é o campo por excelência para as iniciativas locais e regionais que visam reforçar a competitividade, por meio da dotação de infra-estrutura, das iniciativas voltadas para a qualificação e treinamento de mão-de-obra, para geração e difusão de tecnologia, por exemplo;
- ✓ Nível Macro - aborda as condições econômicas gerais, os principais condicionantes da competitividade sistêmica que são a estabilidade e previsibilidade das condições macroeconômicas;
- ✓ Nível Meta - engloba as variáveis mais lentas na competitividade, como as estruturas sócio-culturais e a capacidade dos atores regionais formularem visões estratégicas. No caso o determinante fundamental é o consenso básico em torno da necessidade e da desejabilidade do desenvolvimento industrial e da integração competitiva aos mercados.

Não havendo consenso entre os atores sociais e políticos quanto a esses pontos, as políticas adotadas nos níveis macro e meso tenderão a ser errôneas, e as empresas tenderão a adotar posturas defensivas para se protegerem e reagirem rapidamente às mudanças de regras. É neste último nível (meta) que mais se destaca a importância das características culturais e dos mecanismos sociais e políticos que contribuem para fortalecer a vocação de uma sociedade para a formação de consensos.

2.3.4.2.1 O nível meta competitivo

Em termos de estratégias e de organização dos recursos do território, principalmente a partir da relação entre o setor público (o governo em suas três categorias) e o setor privado, este nível caracteriza-se pela governância. É neste nível que se observa até que ponto a sociedade está preparada para gerenciar seu desenvolvimento econômico-social. Dessa forma procura-se:

- ✓ um maior consenso social sobre uma política econômica dirigida ao mercado nacional e internacional;
- ✓ um padrão básico de organização jurídica, política, econômica e social que permita aglutinar as forças dos atores, potencializar as vantagens nacionais de inovação, de crescimento econômico e de competitividade, e por em curso processos sociais de aprendizagem e comunicação;
- ✓ disposição e capacidade de implementar uma estratégia de médio e longo prazo com objetivo de desenvolvimento tecnológico e industrial orientado à competitividade.

O perfil de poder clássico do governo central sofre alteração, como órgão interventor e "gerador" maior de desenvolvimento de uma região e de um país.

"A retirada do Estado da economia e de muitas funções sociais pressupõe que outras forças privadas assumirão os papéis ou a humanidade será tomada pelo caos. O pressuposto é de que organizações espontâneas possam assumir os papéis" (Casarotto e Pires, 1998, p. 19).

Há uma série de funções que poderiam ser desempenhadas pelo governo central no sentido de dar as condições ambientais e estruturais para o desenvolvimento endógeno regional. Este é o principal motivo para a criação do nível meta competitivo, visto que usualmente, em termos econômicos, utiliza-se apenas os níveis macro e micro competitivos.

"Isso não significa que o sucesso de uma região depende da sua história, o que levaria a conclusão errônea de que as políticas de intervenção são inúteis em áreas que já não sejam uma promessa econômica. Nós acreditamos que é possível estabelecer um ambiente produtivo pela estimulação das forças locais a criar um contexto institucional local que seja provedor de externalidades comuns a todas as empresas" (Bianchi, 1996, p. 14).

A seguir tem-se o alicerce conceitual do nível meta-competitivo:

a) O Pacto Territorial – constitui um dos conceitos mais importante do nível meta competitivo, pois representa a formação de um consenso entre os atores regionais a cerca do rumo de ação a ser tomado.

"Entende-se por pacto territorial o encontro, em um contexto orgânico comum, dos setores de natureza diferente (administrações, instituições de serviço, associações etc.) atuantes no território, com o objetivo de tornar mais eficazes as políticas de desenvolvimento" (Casarotto e Pires, 1998, p.98).

Segundo Casarotto e Pires (1998), um pacto territorial, para ser eficaz e não se resumir exclusivamente em um evento político deve ter os seguintes requisitos:

- ✓ deve mobilizar os diversos atores em torno de uma idéia "guia";
- ✓ deve poder contar com empenho destes atores desde a fase de elaboração dos projetos de desenvolvimento (processo endógeno);
- ✓ deve definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades produtivas de um território e que tenha prazo definido de duração;

- ✓ deve prever a "criação" de uma estrutura gerenciadora que expresse o acordo e a união dos atores envolvidos, e que possa acompanhar e avaliar os projetos desenvolvidos, divulgando seus resultados (governância do processo);
- ✓ deve evitar que existam muitas iniciativas divergentes, para não desagregar os esforços dos atores locais (acumular capital social);
- ✓ deve assegurar um alto nível de entendimento entre as instituições;
- ✓ deve evitar que as ações sejam estipuladas excessivamente de "cima para baixo";
- ✓ deve melhorar a base de informação, para que os projetos e os atores possam compartilhar um profundo conhecimento da situação local (modelo mental compartilhado).

Dentro deste contexto, é imprescindível o processo de aperfeiçoamento das instituições de apoio competitivo existentes. É essencial a mudança na cultura e na forma de ação destas instituições, por meio de uma profunda análise de sua missão, sob a ótica de longo prazo, para que possam se tornar catalisadores do processo de desenvolvimento nas suas regiões.

"A existência de comunidades interligadas com um sistema de valores comum facilita a confiança e as atitudes cooperativas, o que torna possível a colaboração, a troca de informações, e reduz as potenciais fontes de conflito" (Galvão e Vasconcelos, 1999, p. 09).

Sobre o quadro institucional brasileiro Fleury e Fleury (1995) ponderam que dificilmente poderíamos qualificar hoje como sistêmico, o que revela fraca articulação entre os elementos que comporiam um sistema nacional de inovação. A própria designação de "ilhas de excelência" caracterizando as empresas líderes, empresas que se destacam num contexto sombrio de desarticulações e conservadorismo, atesta este fato.

O desafio colocado, de acelerar este processo de aprendizagem e inovação, depende, e muito, da reintegração e rearticulação entre as partes. Atestando sem dúvida o fato de que o quadro institucional brasileiro está muito longe dos conceitos discutidos sobre pacto territorial.

b) As Agências de Desenvolvimento – também considerado como importante elemento para caracterizar o nível meta competitivo, as Agências de Desenvolvimento nos últimos anos tem proliferado, principalmente na Europa, uma nova forma institucional que objetiva preencher as lacunas políticas e técnicas deixadas, em nível local e regional, pela geografia política orientadora da criação e operação das instituições tradicionais existentes num território. As Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) são, talvez, um dos principais frutos do pacto territorial na Europa, servindo de mecanismo de governância regional.

Segundo Brito e Bonelli (1997), embora seja difícil apresentar uma definição precisa para o que sejam as Agências de Desenvolvimento Regional (ADR), pode-se propor uma aproximação que englobe a maioria delas: organismos criados para auxiliar a promoção do desenvolvimento de uma zona territorial determinada, contando para isso com instrumentos diversos e, principalmente, com um nível apreciável de autonomia.

As ADRs tem funcionado como órgão principal de articulação (governância), tanto em nível político quanto técnico. Em nível político servem como plataforma isenta para a efetivação do pacto territorial, e de nível técnico garantem a criação de uma base comum de conhecimento sobre a situação regional.

Segundo Pires (2001), para que isso aconteça, agência tem que estar inserida na vida econômica, social e cultural da região, ou seja, ela deverá ter a função de um observatório, que necessita de:

- ✓ uma compreensão profunda dos problemas e potenciais de um território;
- ✓ uma forte habilidade de trabalhar com (não de trabalhar para) as estruturas econômicas, culturais, sociais e políticas já existentes na região;
- ✓ um padrão de intervenção realmente concreto e operacional, de modo que seu trabalho possa ser reconhecido como útil e importante, econômica e

socialmente, dando estímulo à criação de novos empregos, novas oportunidades e novas soluções;

- ✓ mobilizar os recursos financeiros, públicos e/ou privados, necessários à sua estrutura básica e à implementação de novos projetos;
- ✓ ter autonomia e a independência necessária para tomar as suas próprias decisões no contexto regional interinstitucional.

Pires (2001) salienta que estas instituições intermediárias de governância, responsáveis pela consolidação do pacto territorial e de um plano estratégico regional, podem ter outras denominações. No caso brasileiro, por exemplo, esta função pode ser tomada por algumas instituições intermediárias já existentes no contexto competitivo, bastando para isso um reordenamento da sua missão e das suas ações.

"... uma Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) é uma plataforma técnico-institucional de caráter eminentemente operativo, que realiza a identificação de problemas de desenvolvimento setorial ou promove projetos que tendem a otimizar as soluções em função do(s) problema(s) identificado(s), sem nunca esquecer a permanente avaliação dos mesmos" (Soares, 1998, p. 12).

c) O conceito de "Triple Helix" e o papel da universidade – a governância mais efetiva do território passa pela ação tripla integrada entre universidades/institutos de pesquisa, governo e meio empresarial que tem sido de fundamental importância nas regiões mais desenvolvidas, sendo fundamentada pelo conceito de "Triple Helix", ou hélice tripla.

"O conceito de "triple helix" ou hélice tripla é fundamental no trabalho conjunto entre universidades/institutos de pesquisa, governo e meio empresarial pelo mesmo objetivo - o de alavancar o desenvolvimento sócio-econômico e científico, nas esferas locais, regionais e nacionais" (Quelhas, 2001, p. 01).

A universidade e os institutos de pesquisa, sem dúvida, são parceiros importantes no processo, cada vez mais importantes para o desenvolvimento econômico, que é a inovação. A formação de sistemas locais de inovações e pesquisas são uma das características das regiões mais desenvolvidas, é o que Porter (1997) chama de "clusters" maduros. Nesta situação, tanto as universidades, quanto os institutos de

pesquisa são "dedicados" para a área de conhecimento no qual a região é especializada. É necessário que as universidades e os institutos de pesquisa, existentes sejam importante centro difusor de conhecimento em nível mundial. Para tanto, estas instituições de apoio competitivo, particularmente importante precisam dedicar sua estrutura, direcionando seus projetos, para o trabalho em conjunto com o tecido empresarial e governo local, que no Brasil ainda não apresenta uma coordenação ideal.

2.3.4.2.2 O nível meso competitivo

O nível meso competitivo caracteriza-se pela governância em nível local e regional, onde surgem novas formas competitivas no entrelaçamento dos elementos citados no nível meta competitivo.

Nesta estrutura, onde se busca a integração entre instituições de apoio e empresas, todo o processo é coordenado por um fórum de desenvolvimento local, o que equivale às agências de desenvolvimento. A coordenação do Fórum Local de Desenvolvimento é chamado de governância, pois permite a articulação efetiva entre os atores. Desta articulação surgem uma série de outras instituições intermediárias, de atuação mais específica, que suprem paulatinamente as deficiências estratégicas e competitivas das empresas da região. Desta forma, o Fórum ou a Agência terá estreita relação com os mecanismos de articulação, sendo a ação articulada destes mecanismos que caracterizará o nível meso competitivo.

A governância é executada por um conjunto de instituições que passam a discutir de forma integrada a competitividade do seu ambiente empresarial.

A seguir tem-se o provável resultados de tais ações:

a) Formação de Consórcios

Constituem um dos primeiros resultados práticos do pacto territorial e do acúmulo de capital social entre as PMEs de uma região.

“As histórias sobre consórcios, relatadas anteriormente, mostram o quanto de seu desenvolvimento depende diretamente da iniciativa das empresas.

Intervenção pública, pelo contrário, possui um papel marginal, particularmente durante as fases iniciais” (Bertini, 1997, p.11).

Os consórcios possuem a função básica de desempenhar tarefas importantes à competitividade local, que não podem ser desempenhadas pelas empresas de forma isolada, principalmente em ambientes com grande número de micro e pequenas empresas.

Segundo Casarotto e Pires (1998), pode-se citar os seguintes serviços prestados pelos consórcios às empresas:

- ✓ Informações: cenários, mercados, competidores, tecnologia, investidores, pesquisas.
- ✓ Qualidade e inovação tecnológica: coordenação da cadeia produtiva, formação, consultorias.
- ✓ Suporte financeiro: fontes de financiamento e gestão financeira.
- ✓ Promoção territorial: campanhas de marketing, participação em feiras.
- ✓ Atração de investimentos externos.
- ✓ Suporte gerencial.

b) Centros de Serviços

Além dos consórcios, existem outros agrupamentos com fins específicos como: centros catalisadores de tecnologia, os observatórios econômicos e as cooperativas de créditos, como no caso da Itália, constituindo um estágio mais avançado do nível meta competitivo. Os consórcios de primeiro grau terão maiores chances de sucessos e integrados a estes mecanismos associativos mais evoluídos (Casarotto e Pires, 1998).

“Esta sinergia poderá resultar, por exemplo, na instituição de centros de serviços voltados para o controle da qualidade, monitoramento das tendências tecnológicas e do design a nível mundial, promoção comercial, formação de recursos humanos, articulação institucional, etc., constituindo assim os chamados fatores “de eficiência coletiva”, e levando a uma mobilização de esforços que extrapola muito o âmbito das empresas individualmente, e coloca a indústria em um patamar mais elevado de competitividade” (CNI, 1998, p.10).

“O que nós temos visto é que são estes centros especializados de serviços que atuam como pontos de referência para a indústria e, então, contribuem para a criação de relações de cooperação entre as empresas, e entre estas e as organizações. Estes centros de serviços ajudam as empresas oferecendo suporte em áreas onde estas pequenas empresas não poderiam atuar de forma isolada” (Bianchi, 1996, p.66).

Os Centros de Serviços são considerados instrumentos oriundos do pacto territorial consolidado e das experiências colaborativas bem sucedidas como a formação de consórcios, onde os atores percebendo a competitividade local e regional de forma sistêmica, começam a implementar ações de “adensamento da cadeia produtiva”, trazendo instituições especializadas em funções secundárias e de apoio competitivo que reforcem a função produtiva principal fomentando mais ainda a capacidade competitiva regional. Todo este movimento é que irá gerar os centros de serviços.

2.4 Conclusão

Este capítulo constituiu o arcabouço teórico da presente pesquisa na forma da evolução do pensamento sobre o desenvolvimento, a partir de uma análise do antigo e do novo. A sua construção traz o conflito existente entre crescer e desenvolver, mostrando que o pensamento econômico convencional não tem oferecido respostas plausíveis à saúde dos ecossistemas biológicos que servem de suporte à economia, e sua política de desenvolvimento, não atingiu o proposto original, pois além da deficiência econômica persistir, outras como o desenvolvimento sustentável passa a incorporar as necessidades municipais pelas agressões sociais e ambientais ocasionadas.

A ciência econômica convencional não considera a base ecológica do sistema econômico, dentro de seu arcabouço analítico, levando assim à crença no crescimento ilimitado. A idéia de sustentabilidade, por sua vez, implica em uma limitação definida nas possibilidades de crescimento.

Assim, mesmo que o conceito de desenvolvimento sustentável ofereça diretriz, mas não um modelo, sua verdade principal é que o progresso econômico, o progresso social e a gestão sadia dos recursos ambientais devem ocorrer no mesmo ritmo. Querer atingir o primeiro alvo ignorando o segundo é destruir a base de todo o progresso.

CAPÍTULO 3 – TURISMO

3.1 Introdução

Nos últimos anos, o fenômeno do turismo vem projetando-se como tema de pesquisa nos mais variados meios acadêmicos de todo o mundo, graças aos fantásticos índices de crescimento por ele alcançado. Apresenta-se como um fenômeno extremamente complexo, que no entender dos pesquisadores mais renomados deve ser estudado em uma perspectiva transdisciplinar, como observou A. B. Rodrigues (1996, p.20) tanto por influenciar os mais diversificados setores produtivos e ser por eles influenciado, como ainda por não se ter constituído em ramo totalmente autônomo do saber científico. A este respeito, Andrade (1992, p.11) afirmou que “o turismo nasce de um conjunto de natureza heterogênea que impede a constituição de ciência autônoma e de técnicas específicas independentes. Não dispõe de ordenamento disciplinado e rígido, nem de metodologia própria”.

Para esse autor, o turismo deve ser estudado por um complexo teórico-técnico decorrente da contribuição de um significativo número de ciências, cujas bases teórico-metodológicas já estejam mais estruturadas. Nesse sentido, a Geografia assume papel fundamental, como uma das muitas ciências que pesquisa o turismo, dedicando-se aos estudos dos processos de (re)produção do espaço turístico, sua organização e o aproveitamento de suas potencialidades em benefício tanto dos que os ocupam, quanto dos que nele buscam os recursos recreacionais de que necessitam.

No entanto, é válido lembrar que toda formação acadêmica produz deformações metodológicas uma vez que a “disciplinarização do saber gera o empobrecimento da apreensão da realidade”, conforme argumentou A. B. Rodrigues (1996, p.20). Assim, a compreensão da dinâmica de produção do espaço turístico não pode basear-se somente nos estudos já realizados pela Geografia, de modo que outros subsídios foram buscados num conjunto maior das ciências afins. No caso desta pesquisa, a Engenharia de Produção; Gestão da Qualidade e Produtividade. A respeito deste assunto, Beni (1990, p.16 apud A. B. Rodrigues, 1996, p.20) advertiu:

“...o que se nota é que os especialistas do assunto estudam um ou mais componentes em separado tratando-os minuciosamente, mas não se

preocupando, quase sempre, em correlaciona-los com os demais, também muito importantes, deixando de mostrar o quadro amplo e total em que surgem, tocam-se, entrelaçam-se e casam-se para produzir o fenômeno global”.

Assim, a busca de uma abordagem geográfica integrada a gestão da qualidade e produtividade do tema proposto para esta pesquisa, constituiu um esforço constante, de analisar o espaço eleito para as investigações pretendidas sob uma visão holística.

3.2 Base Conceitual do Turismo

O conceito de turismo é, no léxico da geografia do turismo, sem dúvida, o mais polêmico de todos. Desde o aparecimento das primeiras viagens organizadas, nos idos do século XIX – o chamado Grand Tour – até os dias de hoje, muita coisa mudou. E continua mudando. E é justamente a dinamicidade das sociedades que faz essa transformação no significado do que se habituou chamar de turismo.

O turismo, que antes de tudo, é uma prática social, vem mudando de sentido ao longo da história e cada nova definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável.

3.2.1 Definições de turismo

Entre as inúmeras definições de turismo, há que se destacar aquela adotada por um organismo oficial, de injunção global, que é a Organização Mundial de Turismo (OMT). Segundo essa organização, o turismo é definido como “o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivado por razões não-econômicas”.

A importância da definição de turismo adotada pela OMT reside no fato de esta orientar o trabalho realizado por organismos oficiais de turismo em todo o mundo e, conseqüentemente, ter rebatimentos sobre o planejamento e a gestão da atividade, mas não serve para definir a real magnitude desse fenômeno.

Vários autores procuraram conceituar o fenômeno e ainda continuam nessa discussão. Já em 1910, o economista austríaco Herman Von Schullard definia o turismo como “... a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente

relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região” (Schullard, apud Wahab, 1977).

Mais tarde surgiu a Escola de Berlim que estudou o turismo nos seus aspectos econômicos. Arthur Bormann definiu o turismo como “... o conjunto de viagens que tem por objetivo o prazer ou motivos comerciais, profissionais ou outros análogos, durante os quais é temporária sua ausência da residência habitual. As viagens realizadas para locomover-se ao local de trabalho não se constituem em turismo” (Bormann apud Andrade, 1998).

Na década de 40 alguns autores evoluíram a conceituação da Escola de Berlim. Hunziker e Krapf conceituaram turismo como “... o conjunto das inter-relações e dos fenômenos que se produzem como consequência das viagens e das estadas de forasteiros, sempre que delas não resulte um assentamento permanente nem que eles se vinculem a alguma atividade produtiva” (Idem, ibidem).

Robert McIntosh definiu: “Turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes aloja-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos” (McIntosh, 1972).

Jafar Jafari apresenta uma definição mais holística do turismo: “É o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora” (Jafari apud Beni, 1997).

Mais recentemente, Fuster assim definiu: “Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; de outro, os fenômenos e as relações que essa massa produz em consequência de suas viagens” (Fuster, 1973).

Oscar de La Torre definiu da seguinte forma: “O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural” (De La Torre, 1992).

José Vicente de Andrade fez a seguinte definição: “Turismo é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais” (Andrade, 1992).

Como se vê pela diversidade das definições, o turismo é um fenômeno complexo. Todas as definições excluem do turismo as viagens desenvolvidas por motivos de negócios, de lucros. No entanto, essas viagens são responsáveis por grande parte da ocupação dos meios de transportes, dos hotéis, da estrutura de entretenimento, das locadoras de veículos, dos espaços de eventos. Todos esse elementos são considerados empreendimentos turísticos. Não é por outra razão que se desenvolveram os termos turismo de negócios ou turismo de eventos.

Assim, Ignarra definiu: “O turismo como o deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante. Uma pessoa que reside em um município e se desloca para outro diariamente para exercer sua profissão não estará fazendo turismo. Já um profissional que esporadicamente viaja para participar de um congresso ou para fechar um negócio em outra localidade que não de sua residência estará fazendo turismo” (Ignarra, 1991).

Como se vê, os viajantes são consumidores de serviços turísticos, quaisquer que sejam suas motivações. Porém, de acordo com a OMT – Organização Mundial do Turismo esses consumidores podem ser classificados em turistas, excursionistas e visitantes.

Turista na conceituação tradicional é aquele que viaja com objetivo de recreação. Já em 1945 a ONU – Organização das Nações Unidas adotou o conceito de turista como: “Toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de imigração”.

Quando o visitante não pernoita em uma localidade turística ele é considerado excursionista. Aquele que viaja e permanece menos de 24 horas em localidade que não seja a de sua residência fixa ou habitual, com as mesmas finalidades que caracterizam os turistas, mas sem pernoitar nesse local visitado, é considerado excursionista ou turista de um dia. Por singularidade, alguns autores tem utilizado o termo visitantes para designar aqueles que se hospedam em residências secundárias ou em casas de parentes.

3.2.2 Tipologia do turismo

Em decorrência da enorme demanda por diferentes tipos de experiências em viagens, o turismo floresceu com uma enorme variedade de termos que descrevem diferentes tipos de experiências de lazer em diferentes locais, como nenhuma pesquisa disponível descreva esses diversos “tipos” sistematicamente. Nesta pesquisa, a tipologia será tratada dando mais atenção a variações particulares no que se refere às classificações.

Historicamente, a pesquisa sobre turismo tende a se concentrar não nos tipos de turismo, mas nos tipos de turistas e seus diversos traços, características, motivações, necessidades individuais, o que reflete as características muitas vezes díspares e bastante amplas que a tipologia pode abranger. O turista e o turismo podem ser classificados em turismo individualizado ou em turismo de massa. Essa divisão está relacionada com o volume de turistas em cada um. Porém, os termos têm sido utilizados também para classificar o padrão de gastos dos turistas. O turismo individualizado seria praticado por aqueles que consomem mais e de forma mais seletiva e o turismo de massa seria mais econômico e mais coletivo.

O turismo individualizado se caracteriza pela maior indiferença em relação aos níveis de gastos, busca destinações mais distantes e exóticas, procura os meios de transportes mais cômodos, se hospeda em hotéis luxuosos e procura os restaurantes mais famosos. O turismo de massa, ao contrário, se caracteriza por utilização de agências de viagens para aquisição de pacotes, procura destinações mais próximas, viagens com duração mais curta, transportes mais baratos, hotéis econômicos, prefere destinações mais conhecidas, escolhe os períodos de férias escolares.

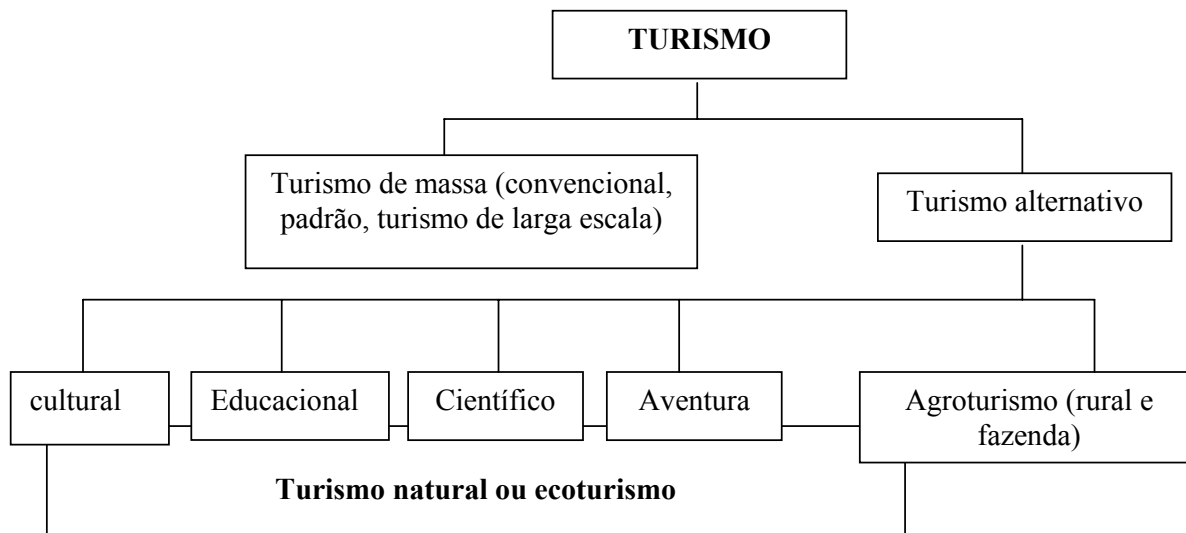
A seção seguinte traz a tipologia necessária para referenciar a base teórica desta pesquisa através da figura 02 de Mieczkowski. O TMC – Turismo de Massa Convencional e o TA – Turismo Alternativo. Contudo, o “turismo alternativo” raramente ocorre de forma específica como uma das classes da literatura tipológica.

3.2.2.1 Tipos

A primeira categoria é o turismo de massa convencional (TMC), que prevaleceu no mercado durante algum tempo. A segunda grande categoria é o turismo alternativo (TA), uma categoria genérica flexível, que inclui uma multiplicidade de forma que apresentam um traço comum – são alternativas ao TMC, ou seja, são formas não associadas ao turismo de massa de larga escala, sendo, basicamente, de pequena escala, baixa densidade, dispersas em áreas não-urbanas, atendendo ao interesse especial de grupos de pessoas que, essencialmente, apresentam uma educação acima da média e uma renda relativamente alta.

Na Figura 4, apresenta-se a tipologia do turismo de acordo com Mieczkowski (1995), que identifica o “turismo alternativo” como um tipo de turismo de uma das duas amplas categorias ao longo de uma gama de tipos de turismo.

Figura 4 – Tipologia de Mieczkowski



Fonte: Adaptado no turismo alternativo (Mieczkowski, 1995: 459)

Quanto à forma específica de TA, Mieczkowski (1995) reconhece as formas: cultural, educacional, científica, de aventura e de agroturismo, envolvendo os subconjuntos rural e fazenda (Figura 4). Significativamente, há alguma sobreposição

com o TMC, mas o principal critério de distinção é a escala e o caráter dos impactos. Outra sobreposição ocorre entre os vários tipos de TA. Por exemplo, o turismo cultural é, em grande parte, educacional, e o ecoturismo se alinha com o turismo baseado na natureza. Assim Mieczkowski (1995) encontra dificuldade para situar o ecoturismo no contexto do TA, pois, embora não coincida diretamente com o turismo cultural, sobrepõe-se às formas educacional, científica, de aventura e de agroturismo.

Logicamente, o termo “alternativo” implica seu oposto. Assim, “turismo alternativo” é oposto ao que é visto como negativo ou prejudicial no turismo convencional: caracteriza-se pela tentativa de minimizar o visível impacto ambiental e sócio-cultural negativo das pessoas em férias, promovendo abordagens radicalmente diferentes em relação ao turismo convencional.

Portanto, as terminologias relativas ao turismo alternativo e ao turismo de massa são mutuamente interdependentes, cada uma delas baseando-se em uma série de julgamentos preconcebidos, que estruturam o conteúdo explicativo dos termos. Assim, o conceito de turismo alternativo pode, em si, ser tão vago e amplo quanto o conceito diametralmente oposto, com diversos tipos de lazer divergentes sendo classificados como turismo alternativo, incluindo férias dedicadas à aventura, férias dedicadas a caminhadas ou viagens solitárias realizadas por viajantes inveterados. Alguns autores chegam até a sugerir que tudo que não se enquadrar na classificação de turismo de massa pode ser considerado turismo alternativo.

Inicialmente, Deroi (1988, p. 253) definiu o turismo alternativo pelo tipo de acomodação: “No turismo alternativo, o “cliente” recebe acomodação em alguma casa do hospedeiro ou na própria residência dele, contando ainda com outros serviços e instalações”. De qualquer modo, continuou a enumerar diversas outras características pelas quais o turismo alternativo pode ser diferenciado do “turismo de massa” (Deroi, 1988, p. 253 apud Wearing & Neil, 2001, p.2):

“Falando de modo simples, o turismo alternativo (TA)/turismo baseado na comunidade (TBC) compõe-se de um conjunto de serviços (e aspectos) de hospitalidade oferecidos privadamente, extensivo aos visitantes, por pessoas, famílias ou comunidade local. Um objetivo primordial do TA/TBC é estabelecer intercomunicação e entendimento pessoal/cultural imediatos entre hospedeiro e hóspede” (Idem, *ibidem*).

De forma semelhante, para a Coalizão Ecumênica de Turismo do Terceiro Mundo (ECTWT): “O turismo alternativo é um processo que promove uma forma justa de viagem entre membros de comunidades diferentes. Ela procura atingir o mútuo entendimento, a solidariedade e a igualdade entre os participantes” (Holden, 1984: 15 apud Wearing & Neil, 2001).

Nesse caso, a ênfase recai sobre a facilitação e a melhoria dos contatos entre hospedeiros e hóspedes, sobretudo por meio da organização de excursões de interesse especial bem preparadas, em vez de recair sobre o desenvolvimento real das instalações.

Em vez de entrar em um debate cada vez mais complexo sobre classificações de formas particulares de turismo alternativo, destaca-se certo aspecto comum ao turismo alternativo, identificando diversas de suas características-chave, aqui apresentadas para proporcionar as idéias conceituais e práticas específicas das formas de turismo que estão em oposição ao “turismo de massa”.

Assim, em seu sentido mais geral, o turismo alternativo pode ser definido como formas de turismo que demonstram ser coerentes com os valores natural, social e comunitário e que permitem que tanto hospedeiros quanto hóspedes desfrutem uma interação positiva e conveniente, e compartilhem experiências.

Outras obras que tratam das tipologias do turismo dão mais atenção a variações referentes às características do turismo alternativo:

- ✓ A tentativa de preservação, proteção e aumento da qualidade do recurso-base, que é fundamental para o projeto turismo (Wearing & Neil, 2001).
- ✓ A promoção fomentadora e ativa do desenvolvimento referente a atrações especiais para o visitante e infra-estrutura com raízes na localidade específica e desenvolvida de modo que se complementem os atributos locais (Wearing & Neil, 2001).
- ✓ O apoio à infra-estrutura (portanto, o desenvolvimento econômico) quando e onde ele melhora as condições locais, e não quando é destrutivo ou supera a capacidade de sustentação do ambiente natural ou os limites do ambiente social, pelo que a qualidade de vida da comunidade é afetada de modo desfavorável (Cox, 1985; 6-7; Yum, 1984 apud Wearing & Neil, 2001).

- ✓ O turismo que procura minimizar seu impacto sobre o meio ambiente é ecologicamente sadio, evitando os impactos negativos de numerosos projetos turísticos de larga escala empreendidos em áreas que não foram previamente desenvolvidas (Bilsen, et al apud Wearing & Neil, 2001).
- ✓ A ênfase na sustentabilidade, não só ecológica, mas também cultural, ou seja, o turismo que não prejudica a cultura da comunidade anfitriã, estimulando o respeito pelas realidades culturais vivenciadas pelos turistas, por meio da educação e dos “encontros” organizados (Holden, 1984 apud Wearing & Neil, 2001).

Diante das características gerais acima mencionadas, pode-se começar a considerar o ecoturismo uma forma de turismo alternativo. Em termos mais simples, o ecoturismo pode ser geralmente descrito como um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas.

Trata-se de uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista é envolvido na experiência ambiental, social e/ou cultural por meio de visita à área e vivência nela. Apesar das interpretações conflitantes e o oportuno aproveitamento do termo “ecoturismo” pela indústria do turismo, uma coisa é certa: o crescente interesse global e o aumento exponencial do ecoturismo não podem ser explicados como qualquer das muitas tendências no ramo do lazer. Pelo contrário, essa tendência reflete uma mudança fundamental do modo como os seres humanos observam a natureza e se relacionam com ela.

3.2.2.2 Formas

- a) Turismo Interno: o dos residentes de um país que viajam unicamente dentro deste.
- b) Turismo Receptor: o dos não-residentes que viajam dentro de certo país.
- c) Turismo Emissor: o dos residentes de certo país que viajam para outro país.

Estas três formas básicas de turismo podem ser combinadas por sua vez, dando origem às seguintes categorias:

- a) Turismo Interno – que compreende o turismo interno e o turismo receptor.
- b) Turismo Nacional – que compreende o turismo interno e o turismo emissor
- c) Turismo Internacional – que compreende o turismo receptor e o turismo emissor.

3.2.2.3 Modalidades

O turismo pode ser classificado de acordo com a amplitude das viagens em:

- a) local, quando ocorre entre municípios vizinhos;
- b) regional, quando ocorre em locais em torno de 200 ou 300 Km de distância da residência do turista;
- c) doméstico, quando ocorre dentro do país de residência do turista;
- d) internacional, quando ocorre fora do país de residência do turista (intracontinental ou intercontinental).

De acordo com a direção do fluxo turístico pode ser classificado como:

- a) turismo emissivo (fluxo de saída de turistas que residem em uma localidade);
- b) turismo receptivo (fluxo de entrada de turistas em uma localidade).

3.2.2.4 Segmentos

Os segmentos vinculados ao turismo dizem respeito à demanda e ao mercado.

A segmentação das demanda turística - pode ser feita a partir de vários critérios, conforme o Quadro 01, a seguir:

Quadro 1- Segmentação da Demanda Turística

CrITÉRIOS de Segmentação	Segmentos
Idade	Infantil / Juvenil / Tradicional / Terceira idade
Formas de Acompanhamento	Individual/Familiar/Grupos
Geográfico	Local/Regional/intermunicipal/Interregional/Intracontinental/Intercontinental
Duração da Viagem	Excursionismo/ Curta Duração/Longa Duração
Motivo da Viagem	Negócios/Eventos/Religião/Saúde/Compras/Lazer/Aventura/Esportes/Cultura/ Visita a parentes/Ecotuismo
Local do Turismo	Praia/Montanha/Campo/Selva/Estação de esqui
Meio de Transporte	Rodoviário/Ferroviário/Aéreo/Ciclismo/Hípico/Náutico/Treking

Fonte: Adaptado de Ignarra (1991)

Esses Segmentos não são estanques e excludentes, visto que, a viagem pode ser fruto de mais de uma motivação (Ignarra, 1991, p. 37).

A segmentação de mercado diz respeito à estratégia de marketing na determinação do mercado-alvo. Quando mais conhecimento das características do mercado desejado, maior a eficiência das técnicas aplicadas. Na segmentação do mercado turístico distinguem-se os tipos:

- ✓ Segmentação geográfica – é uma das mais utilizadas e eficientes no mercado turístico. Muitas são as variáveis que podem ser adotadas, como a urbanização de uma região, o tamanho da população, os tipos de atrativos naturais e artificiais, o clima, a proximidade da costa marítima ou de montanhas etc.
- ✓ Segmentação demográfica – classifica os grupos de estudos com base em variáveis etárias, de sexo, ocupação, profissão, tamanho de família, ciclo de vida, raça, religião e outros interesses.
- ✓ Segmentação psicográfica – o termo psico define o conjunto de idéias do comportamento ou da personalidade e, assim, a psicografia é considerada uma análise psicológica dos turistas. São vários os motivos que levam as pessoas a se deslocarem, dentre eles podem desejar obter satisfação em termos de descanso, negócios, compras, esporte, estudos,saúde, cultura etc.

- ✓ Segmentação econômica – está ligada ao nível de renda dos indivíduos. Pessoas são segmentadas por faixas econômicas em diversas atividades turísticas como, por exemplo, nos aviões e em muitos destinos turísticos, onde as pessoas estão dispostas a pagar uma tarifa mais cara por um serviço diferenciado de altíssima qualidade.
- ✓ Segmentação social – a segmentação social está vinculada a segmentação econômica, visto que o indivíduo que viaja prefira produtos e destinos turísticos que acrescente mais cultura a seus conhecimentos intelectuais. Destaca-se a educação, a ocupação profissional, o status que assume junto à expectativa social, o estilo de vida dos indivíduos, os hábitos e costumes da comunidade, e muitos outros fatores.

3.2.3 Classificação de turista

Os turistas também podem ser classificados de várias formas. Cohen (apud Fennell, 2002,p.63) em 1972, classificou os turistas em institucionalizados e não-institucionalizados. Os primeiros seriam aqueles que individualmente ou em grupos viajam para locais conhecidos através de agências de viagens. Os segundos são aqueles que viajam por conta própria para locais desconhecidos ou pouco conhecidos, fugindo das grandes massas de turistas. O mesmo autor, em 1979, propôs nova classificação para os turistas:

- a) existenciais, aqueles que buscam a paz espiritual, através da quebra de sua rotina cotidiana;
- b) experimentais, aqueles que querem conhecer e experimentar modos de vida diferentes;
- c) diversionários, aqueles que buscam a recreação e o lazer organizados, preferencialmente em grandes grupos;
- d) recreacionais, aqueles que buscam entretenimento e relaxamento para recuperação de suas forças psíquicas e mentais.

McIntosh (1972), também procurou classificar os turistas. Para este autor os turistas são classificados em:

- a) aloccêntricos: aqueles que tem motivos educacionais e culturais, políticos ou de divertimentos caros como jogos de azar e que viajam individualmente;
- b) quase aloccêntricos: aqueles que são motivados por eventos esportivos, religiosos, profissionais e culturais;
- c) mediocêntricos: aqueles que são motivados pela busca do descanso, quebra da rotina, aventuras sexuais e gastronômicas e tratamento de saúde;
- d) quase psicocêntricos: aqueles que viajam motivados pela busca do status social;
- e) psicocêntricos: aqueles motivados por campanhas publicitárias.

3.2.4 Classificação de acordo com a amplitude territorial

Os movimentos turísticos, nas suas mais variadas formas, acontecem em função da destinação turística, que é o local procurado pelos turistas. Essa destinação, de acordo com sua amplitude territorial, pode ser classificada em:

- a) lugar turístico – expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos;
- b) atrativo turístico – recurso natural, cultural e artificial que atrai o turista para visitaçãõ;
- c) paisagem turística – porção visível do espaço geográfico que desempenham importante papel na constituição dos lugares turísticos e no direcionamento dos fluxos turísticos;
- d) complexo turístico – atrativo turístico que já disponha de uma certa infraestrutura turística de alimentação, de hospedagem e de entretenimento, mas ainda não se constitua em um centro urbano (alguns autores classificam os complexos turísticos como um conjunto de centros turísticos);
- e) centro turístico – aglomerado urbano que tem dentro de seu território ou no seu raio de influência atrativos turísticos capazes de motivar visitações turísticas;
- f) área turística – território circundante a um centro turístico que contém vários atrativos e estrutura de transportes e comunicações entre vários elementos e o centro. Alguns autores definem um mínimo de 10 atrativos para uma área ser considerada turística;
- g) zona turística – território mais amplo que congrega mais de um centro turístico.

Cabe ressaltar que o turismo é, antes de tudo uma prática social e que, portanto, tem forte determinação cultural, faz-se necessário reconhecer que os lugares turísticos são inventados culturalmente (Kanafou, 1996) e que da mesma forma, o são os atrativos turísticos e as paisagens turísticas. O turismo moderno incorpora conhecimento do mecanismo dinâmico da teoria microeconômica, com abordagem restrita, dividida em três partes: demanda, oferta e mercado turístico.

3.2.5 Mercado turístico

Segundo Kotler (1996) “... o mercado consiste em todos os consumidores potenciais que compartilham de uma necessidade ou desejo específico, dispostos e habilitados para fazer uma troca que satisfaça essa necessidade ou desejo”. Já Beni (op. cit.) “...os mercados constituem um sistema de informação que permite a milhares de agentes econômicos, produtores e consumidores, até certo ponto isolados entre si, tomar as decisões necessárias para que a sociedade toda possa alcançar as três eficiências – atributiva (quantidade e qualidade), produtiva (como produzir) e distributiva (quem consumir).

Segundo Lage e Milone (2000), mercado turístico é a interação da demanda e da oferta de produtos relacionados com a execução e operacionalização das atividades que envolvem bens e serviços de viagens e afins. Esse mercado pode ser considerado como uma vasta rede de informações de modo que os agentes econômicos – consumidores e produtores – troquem informações e tomem decisões sobre a compra e venda dos diferentes bens e serviços a sua disposição. A linguagem ou a comunicação que estes agentes no turismo usam para o entendimento é feita por meio dos preços de seus bens e serviços, que se constituem no principal mecanismo de todo sistema de mercado.

O preço é determinado pelas forças que atuam no mercado. Do lado da demanda, pelo menor preço que os consumidores podem adquirir o produto turístico, e do lado da oferta, pelo maior preço que os produtores desejam oferecer o mesmo. O equilíbrio do mercado turístico acontece quando ocorre a interação entre estes dois preços, expressos em termos de quantidade de produtos, ou seja, quando as curvas representativas da demanda e da oferta global se interceptam, havendo uma coincidência de desejos. É o

momento em que funciona o equilíbrio da chamada Lei da Oferta e da Procura, não havendo excesso da oferta e nem escassez de demanda.

Lage e Milone (2000), caracterizam o produto turístico como complementares ou substituto. São complementares quando passam a ser consumidos juntamente com outros produtos. É o caso dos pacotes de viagem com seus componentes básicos como: passagens, hospedagem, entretenimento e alimentação. Cada um destes tópicos se complementa entre si de forma a originar o produto turístico integrado.

No entanto, dentro de cada um destes componentes existirão infinitos elementos que, por sua vez, constituir-se-ão em bens e serviços substitutos para os demais a partir do momento que existe a elasticidade-preço e renda da demanda e da elasticidade-preço da oferta, que agem como importantes características nos mercados de forma geral e, em específico, no setor turístico.

Segundo Lage e Milone (2000), o mercado está sujeito à competição e a estrutura das empresas e apresenta tipos diversos de concorrência em função do bem ou serviço produzido. Entre os principais mercados existentes destacam:

- a) Mercado de competição perfeita ou pura – assume que haja uma posição de pleno emprego dos fatores de produção: terra, capital e trabalho, que dificilmente existe atualmente na prática, muito embora esta concorrência pura, em alguns casos, aproxima-se de um tipo de mercadorias padronizadas.
- b) Mercado de monopólio – considerado assim o mercado em que a característica básica da concorrência não existe, havendo apenas um só vendedor de um tipo de bem ou serviço que não apresenta similares próximos. Neste caso, seu poderio mercadológico torna o consumidor praticamente dependente do produtor que dita suas regras e fixa seus preços de venda.
- c) Mercado de oligopólio – é aquele definido pela existência de poucos vendedores, cada qual atendendo um público específico. Estas empresas têm considerável poder de mercado, conhecem o preço de seus concorrentes e seus produtos podem ser homogêneos ou diferenciados.
- d) Mercado de competição imperfeita – é o tipo de mercado que mais ocorre no sistema capitalista moderno, sendo entendido como uma situação mista, intermediária dos tipos anteriores. É verificada uma estrutura de mercado em que muitas empresas produzem inúmeros bens e serviços considerados iguais, mas que para serem preferidos e consumidos, devem ressaltar alguma particular

diferenciação, seja de que forma for. Assim, a concorrência imperfeita é caracterizada pela falta de homogeneização dos bens e serviços, muito embora possam ser assumidos como substitutos entre si.

3.2.5.1 Demanda Turística

Teórica e genericamente pode ser interpretada como a quantidade de bens e serviços turísticos que os consumidores desejam e estão dispostos a adquirir por um dado preço e em um dado período de tempo. A relação entre a quantidade demandada e o preço do produto turístico, chamada de curva da demanda, apresenta uma relação inversamente proporcional, pois à medida que os preços aumentam, os indivíduos tendem a consumir menos quantidade de bens e serviços turísticos e vice-versa.

A demanda, também chamada procura turística, de milhões de consumidores é constituída por inúmeros segmentos. A segmentação da demanda turística pode ser expressa de muitas formas: por exemplo, pelo número de turistas que chegam a uma região, pelo número de bens e de serviços que consomem, pelo número de pernoites em hotéis que utilizam, pelo número de passageiros aéreos que são transportados de uma região para outra, e muitas outras manifestações.

Assim, uma destinação turística deve oferecer produtos que satisfaçam mais de um segmento da demanda, sob o risco de ficar muito vulnerável à concorrência.

A demanda turística pode ser segmentada em:

- a) demanda efetiva – aquela que já consome determinado produto turístico;
- b) demanda potencial – aquela que tem condições para consumir o produto turístico mas não o faz por alguma razão.

A demanda turística efetiva varia de acordo com a influência de uma série de fatores:

- a) preço do produto turístico;
- b) preço dos produtos concorrentes;
- c) preço dos produtos complementares;
- d) renda dos consumidores;
- e) gostos e preferências dos indivíduos;
- f) propaganda;

- g) modismo;
- h) variações climáticas;
- i) catástrofes naturais;
- j) catástrofes artificiais;
- k) disponibilidade de tempo livre.

A mensuração da demanda turística é um processo difícil que reflete a própria complexidade do produto turístico. Considerando que o produto turístico é composto por vários elementos e a demanda turística é formada por inúmeros segmentos, o dimensionamento do número de turistas é bastante difícil.

3.2.5.2 Oferta Turística

Teórica e genericamente a oferta pode ser definida como a quantidade de bens e serviços que os produtores desejam vender por um dado preço e em um dado período de tempo. No turismo, pode-se considerar todos os produtos que são colocados à disposição dos viajantes pelas várias empresas que atuam na área.

Como a demanda, a oferta turística também depende de uma série de fatores, dentre eles:

- a) preço do produto turístico;
- b) preços dos fatores de produção;
- c) tecnologia;
- d) governo.

A oferta turística está relacionada com os custos de produção dos diversos bens, equipamentos e serviços turísticos. Para encontrar a quantidade de produção que maximize seus lucros, as empresas devem conhecer sua estrutura básica de custos: custos fixos, variáveis, bem como total, médio e marginal.

Por fim, em se tratando de oferta turística e sua importância prática, devemos lembrar da necessidade, em estudos de planejamento, da realização do inventário que representa um instrumento de fundamental importância para o conhecimento pleno dos elementos que compõem a estrutura turística de uma determinada localidade. O turismo é constituído por um conjunto de serviços, que, no entanto só existem em função de um atrativo. O produto turístico é o somatório do atrativo turístico mais o somatório dos

serviços turísticos (ou facilidades como usam alguns autores) mais infraestrutura básica e mais o conjunto de serviços urbanos de apoio ao turismo.

3.2.6 Turismo Sustentável

Uma das primeiras estratégias de ação em turismo e sustentabilidade nasceu da conferência Globo, 90, na Columbia Britânica, Canadá. Representantes da indústria do turismo, governos, organizações não-governamentais (ONGs) e acadêmicos discutiram a importância do meio ambiente na sustentação do turismo, e como os empreendimentos turísticos mal planejados muitas vezes destroem as qualidades do ambiente natural e humano que atrai os visitantes. Na Conferência sugeriram que as metas do turismo sustentável são:

- a) desenvolver maior consciência e compreensão das contribuições significativas que o turismo pode trazer ao meio ambiente e à economia;
- b) promover a equidade e o desenvolvimento;
- c) melhorar a qualidade de vida da comunidade anfitriã;
- d) oferecer experiências de alta qualidade para o visitante;
- e) manter a qualidade do meio ambiente do qual dependem os objetivos anteriores.

Na perspectiva da prosperidade e do crescimento financeiro, há um fundamento lógico-econômico para a sustentabilidade; como afirma McCool (1995:3 apud Fennell, 2002, p.26), “...quando as comunidades perdem o caráter que as torna distintas e atrativas para os não-residentes, elas perdem sua capacidade de disputar os rendimentos provenientes do turismo num mercado cada vez mais global e competitivo”. Além disso, McCool (op. cit.) cita Fallon ao sugerir que a sustentabilidade é, em toda parte, a perseguição de metas e a dimensão do progresso em sua direção. Não é mais apropriado aferir-se um desenvolvimento adequado por meio do produto físico ou do ápice econômico; deve haver também uma consideração de ordem social e de justiça social.

Portanto, McCool (op. cit) acha que para o turismo sustentável ter sucesso, os seres humanos devem considerar o seguinte:

- a) como os turistas valorizam e usam os ambientes naturais;
- b) como as comunidades são melhoradas por meio do turismo;

- c) a identificação dos impactos sociais e ecológicos do turismo;
- d) o gerenciamento desses impactos.

Como a conferência Globo 90, foi uma das forças iniciais e integrais a ligar o turismo ao desenvolvimento sustentável, seguiu-se a Globo 92 (Hawkes e Williams, 1993 apud Fennell, 2002) com a transposição dos princípios à prática, na implementação das medidas de sustentabilidade no turismo. Mesmo assim, nessa conferência reconheceu-se que ainda havia muito a ser feito para a implementação dos princípios do turismo sustentável.

O turismo sustentável é uma extensão da nova ênfase no desenvolvimento sustentável. Apesar da literatura sobre turismo e o desenvolvimento sustentável apresentar vários exemplos, poucos projetos resistiram ao tempo.

Para a revista, *Tourism Concern* (1992) em seu artigo, *Beyond the Green Horizon* (Além do Horizonte Verde), sobre turismo sustentável, apresenta em sua composição:

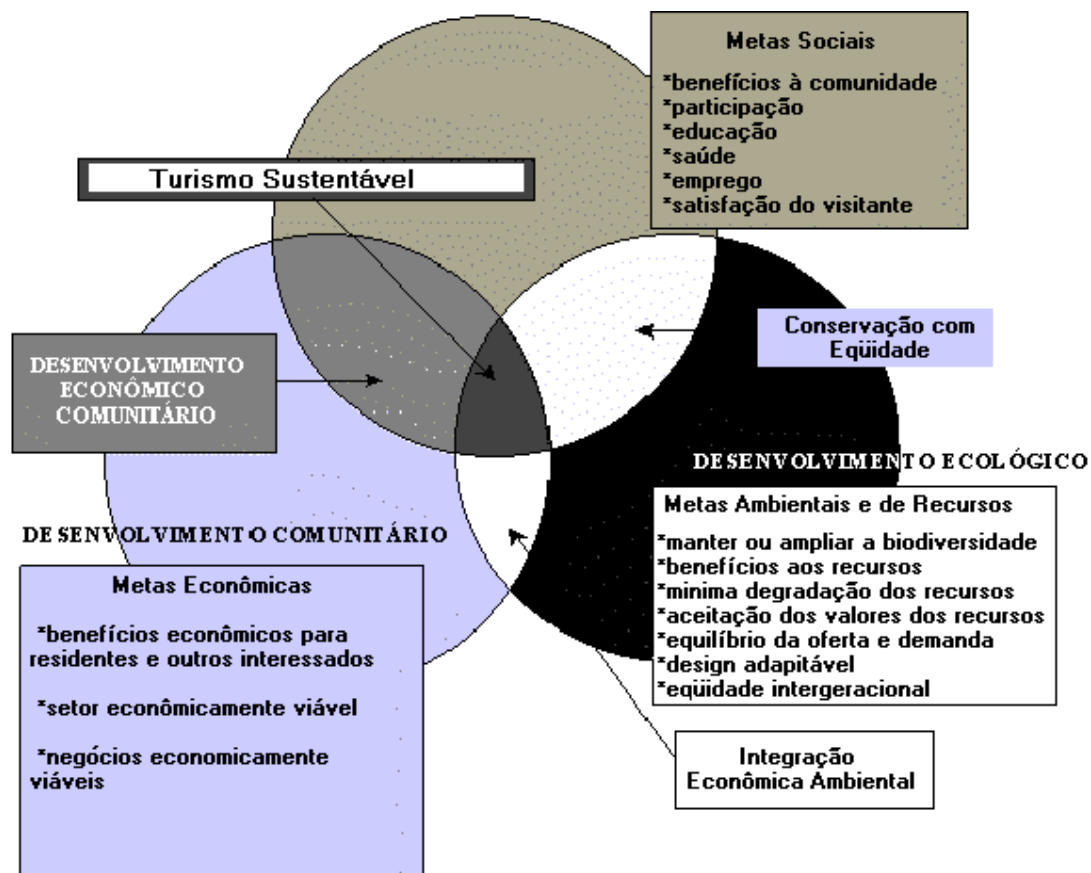
“Turismo e infra-estruturas associadas que agora e no futuro operam dentro das capacidades naturais de regeneração dos recursos naturais e da sua produtividade futura; reconhece a contribuição da população local e das comunidades com seus hábitos e estilos de vida à experiência do turismo; aceita que essas pessoas recebam uma parte justa dos benefícios econômicos do turismo; é guiado pelos desejos da população local e das comunidades das áreas anfitriãs”.

O WWF acredita que o ideal do “turismo Sustentável” é, atualmente, demasiado ambíguo e discutível, pois a indústria envolve aspectos de difícil solução. Para evitar dúvidas, o WWF-Brasil prefere usar o termo “turismo responsável” no contexto de uma estratégia para a sustentabilidade ampla. Portanto, o turismo responsável é aquele que mantém e, onde possível, valoriza os recursos naturais e culturais nos destinos.

Assim, percebe-se que no turismo a sustentabilidade é discutida na perspectiva de indicadores e códigos de ética. Enquanto os indicadores usam variáveis identificadas para medir e monitorar os impactos do turismo, os códigos de ética ou de conduta usam listagens destinadas a evocar uma mudança de comportamento de grupos de investidores específicos, uma forma de consenso sobre o comportamento aceitável em um local de turismo.

A seguir tem-se: a Figura 5, que visualiza a construção de valores e princípios do turismo sustentável; na Tabela 1, os indicadores de núcleos de turismo sustentável e no Quadro 2 os princípios do turismo sustentável, que ilustram muito bem, a questão anterior:

Figura 5: Valores e princípios do turismo sustentável



Fonte: Adaptado ICLEI, 1996 e Hall, 1998

Tabela 1 - Indicadores de Núcleos de Turismo Sustentável

Indicador	Medidas específicas
Proteção do local	Categoria de proteção ao local de acordo com o índice IUCN
Estresse	Número de turistas que visitam o local (por ano/mês pico)
Intensidade de uso	Intensidade de uso no período de pico (pessoas/hectare)
Impacto social	Relação turista/população local (período de pico e ao longo do tempo)
Controle do desenvolvimento	Existência de procedimentos de fiscalização ambiental ou controle formal sobre o desenvolvimento do local, e das densidades de uso
Gestão do lixo	Porcentagem de resíduos do local que recebem tratamento (indicadores adicionais podem incluir limites estruturais de outras capacidades de infra-estrutura do local, como abastecimento de água)
Processo de planejamento	Existência de um plano regional organizado para a região de destinação turística (incluindo o componente turismo)
Ecossistemas críticos	Números de espécies raras ou ameaçadas de extinção
Satisfação dos consumidores	Nível de satisfação dos visitantes (baseado em pesquisas)
Satisfação da população local	Nível de satisfação da população local (baseado em pesquisas)
Contribuição do local	Proporção da atividade econômica total gerada pelo turismo à economia
Índices compostos	
Capacidade de carregamento	Medida composta de advertência previa de fatores-chave que afetam a capacidade do local de suportar diferentes níveis de turismo
Estresse local	Medida composta de níveis de impacto no local (estresse cumulativo nos atributos naturais/culturais e em outros setores devido ao turismo)
Atratividade	Medida qualitativa daqueles atributos da localidade que a tornam atrativa para o turismo e que podem mudar com o tempo

Fonte: Consulting e Audit and Canada (1995)

Quadro 2 - Princípios do Turismo Sustentável

<p>1. Usar os recursos de forma sustentável</p> <p>A conservação e o uso sustentável dos recursos – naturais, sociais e culturais – é crucial, e garante os negócios a longo prazo.</p>
<p>2. Reduzir o consumo exagerado e o desperdício</p> <p>A redução do consumo exagerado e do desperdício evita o custo da recuperação do meio ambiente, danificado ao longo do tempo, e contribui para a boa qualidade do turismo.</p>
<p>3. Manter a diversidade</p> <p>Manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para o turismo sustentável de longo prazo, e cria uma base resistente para a indústria do turismo.</p>
<p>4. Integrar o turismo ao planejamento</p> <p>O empreendimento turístico integrado num contexto de planejamento estratégico, nacional e local, e submetido aos EIAS (Estudos de Impacto Ambientais) aumenta a viabilidade em longo prazo do turismo.</p>
<p>5. Apoiar as economias locais</p> <p>O turismo que apóia uma ampla série de atividades econômicas locais e que leva em conta os custos/valores ambientais protege essas economias e evita danos ao meio ambiente.</p>
<p>6. Envolver as comunidades locais</p> <p>O envolvimento total das comunidades locais no setor do turismo não só traz benefícios a elas e ao meio ambiente em geral, mas também melhora a qualidade da experiência do turismo.</p>
<p>7. Consultar os investidores e o público</p> <p>As consultas a investidores, comunidades locais, organizações e instituições são essenciais se todos quiserem trabalhar juntos e conciliar interesses potencialmente conflitantes.</p>
<p>8. Treinar equipes</p> <p>O treinamento de equipes que integram o turismo sustentável, além do recrutamento de pessoal local em todos os níveis melhora a qualidade do produto do turismo.</p>
<p>9. Fazer o marketing</p> <p>O marketing que fornece informações completas e responsáveis aumenta o respeito dos turistas pelo meio ambiente natural, social e cultural das áreas de destino, e aumenta a satisfação dos clientes.</p>
<p>10. Realizar pesquisas</p> <p>A pesquisa contínua e o monitoramento pela indústria do turismo, coletando e analisando dados, é essencial para a resolução de problemas, além de trazer benefícios às localidades de destino, à indústria do turismo e a seus consumidores.</p>

Fonte: Tourism Concern, 1992

Outras revisões críticas do turismo e da sustentabilidade incluem a crença de Goodall e Cater (1996 apud Fennell, 2002, p.35) de que o turismo sustentável provavelmente nunca será alcançado, apesar do desempenho ambiental o mais comprometido possível; e o trabalho de Burr (1995 apud Fennell, 2002), ilustrando que

o desenvolvimento sustentável do turismo é pouco provável de ocorrer a menos que as pessoas de comunidades rurais onde há turismo trabalhem juntas para que isso aconteça.

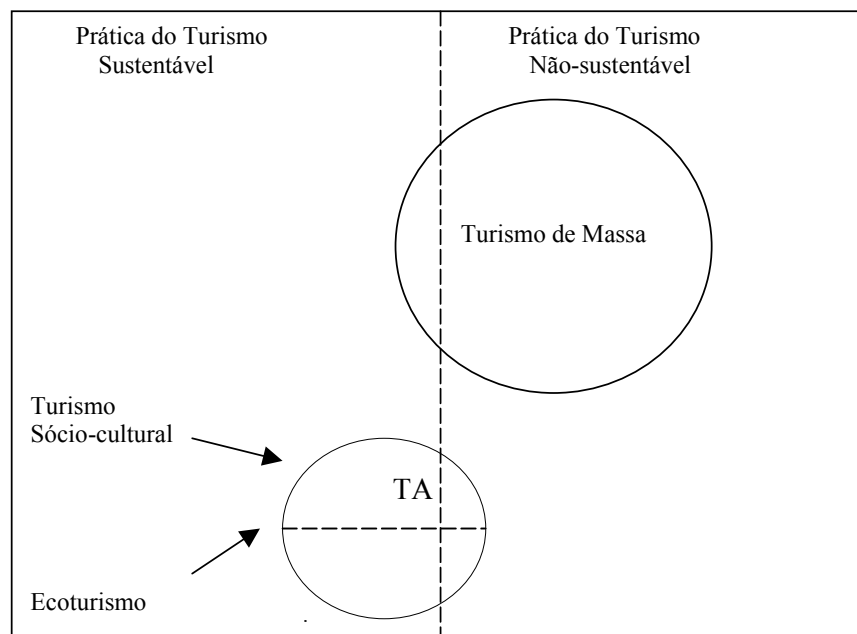
Existe uma certa concordância de que a sustentabilidade deva ocorrer de fato em nível local, e que talvez ocorra desprendidamente por uma política nacional ou internacional mais ampla. As idéias, de Laarman e Gregersen (1994 apud Fennell, 2002), sobre política e participação local, sugere que no turismo sustentável na natureza devem incluir as seguintes estratégias:

- a) apoio nacional e planejamento avançado;
- b) políticas adequadas de gastos e rendimentos;
- c) participação da população local.

Outro consenso é que cada caso é um caso, ou seja, existe a tendência perigosa de encarar o turismo sustentável como um mercado específico, em vez de analisá-lo a partir de uma visão holística.

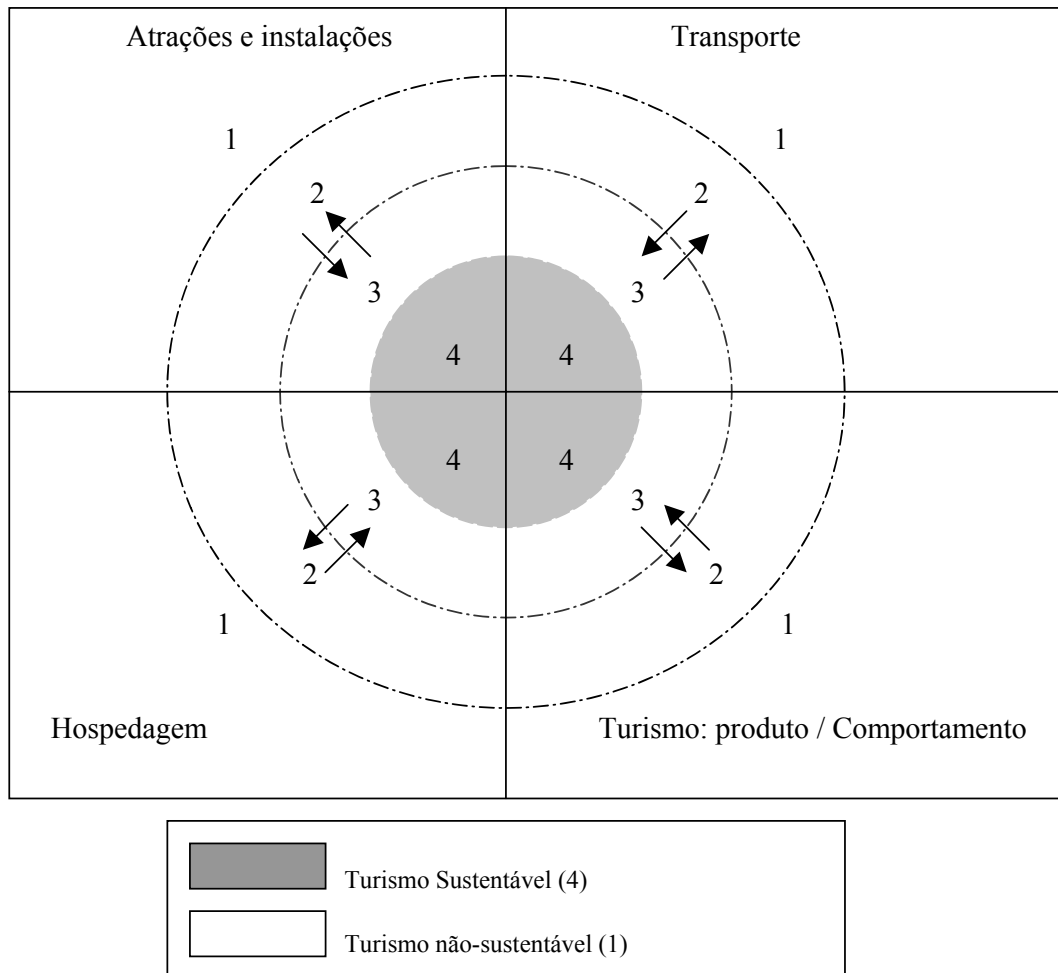
A seguir, apresenta-se as Figuras 6 e 7 que ilustram as dimensões relativas do turismo sustentável:

Figura 6 - Relações do Turismo



Fonte: Adaptado de Butler, 1996 em Weaver, 1998 apud Fennell, 2002.

Figura 7 - Estágios do Turismo Sustentável



Fonte: Fennell, David A (2002, p. 37)

A primeira figura, apresenta num sentido geral, uma boa idéia da dimensão relativa entre o turismo de massa e o turismo alternativo de acordo com os círculos correspondentes no diagrama. A segunda figura, ilustra que a sustentabilidade deve ser mais do que simplesmente um único aspecto da indústria (hospedagem) funcionando de forma sustentável, reconhecendo sua enorme fragmentação, já que a sustentabilidade não é encontrada em todos os setores. A meta para a sustentabilidade é garantir que todos os aspectos funcionem de forma articulada.

3.2 Ecoturismo

O ecoturismo ainda não conta, em nível mundial, com estimativas muito precisas sobre o mercado que representa e sobre o seu potencial de crescimento. A Organização Mundial do Turismo (OMT) estima que 10% dos turistas em todo o mundo tenham como demanda destinos ecológicos. A World Travel & Tourism Council (WTTC) prevê que o ecoturismo represente, atualmente, de 5 a 8% do turismo mundial. Esses valores representariam algo entre US\$ 170 bilhões e US\$ 272 bilhões. Ainda segundo a WTTC, o ecoturismo deve alcançar 20% do volume total do turismo mundial em 2005 (Gazeta Mercantil – Análise Setorial, 2000).

Dados da The Ecotourism Society (Gazeta Mercantil, 2000), a associação mundial de ecoturismo, indicam que os Estados Unidos é um dos maiores pólos emissores de ecoturistas do mundo. Os norte-americanos gastam anualmente, segundo dados do IEB (Instituto de Ecoturismo do Brasil), US\$ 70 bilhões em equipamentos outdoor (utilizados para a prática do ecoturismo e dos esportes de natureza), e há mais de 8 mil agências especializadas em ecoturismo, com uma base de clientela que atinge 40 milhões de norte-americanos. Organizações ambientalistas como a The Nature Conservancy, WWF (Fundo Mundial para a Vida Selvagem), Sierra Club e Audubon Society congregam mais de 20 milhões de colaboradores regulares apenas nos Estados Unidos. As organizações oferecem pacotes turísticos, juntamente com agências especializadas para destinos em todo o planeta (Gazeta Mercantil, 2000).

Se as estimativas sobre o segmento de ecoturismo no mundo não são muito precisas, o mesmo ocorre em relação ao mercado brasileiro. Segundo o Instituto de Ecoturismo do Brasil e a Associação Brasileira de Ecoturismo, mais de 500 mil pessoas viajam por ano no país, através de agentes especializados em ecoturismo. Metade desse público teria como pólo emissor o estado de São Paulo. De acordo com estimativa do IEB, o ecoturismo no país deve faturar anualmente cerca de US\$ 1,5 bilhão por ano, e cerca de 90% das empresas do trade ecoturístico brasileiro são de micros ou pequenas empresas.

Portanto, o ecoturismo é na verdade um amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social. O ecoturismo, como componente essencial de um desenvolvimento sustentável, requer uma abordagem

multidisciplinar, um planejamento cuidadoso (tanto físico como gerencial) e diretrizes e regulamentos rígidos, que garantam um funcionamento estável.

3.3.1 Definições de Ecoturismo

Dada a ambigüidade associada às origens históricas do ecoturismo, o objetivo desta seção é identificar as principais definições do termo, especialmente o elo entre o turismo na natureza (ou turismo orientado à natureza) e ecoturismo, bem como a indefinição em torno do que seja turismo ecológico ou ecoturismo.

Laarman e Durst, em sua antiga referência ao ecoturismo, definiram-no como um turismo na natureza no qual o “viajante” é atraído a um destino por causa de seu interesse em um ou mais aspectos da história natural desse destino. A visita combina educação, recreação e muitas vezes aventura” (Laarman e Durst 1987 apud Fennell, 2002).

Uma outra definição desses autores (Laarman e Durst, 1993, apud Fennell, 2002) identifica uma diferença conceitual entre ecoturismo e turismo na natureza. Reconhecendo as dificuldades em definir o turismo na natureza, eles estabeleceram um escopo estreito e outro mais amplo para essa definição. O mais estreito, dizem eles, refere-se aos operadores que promovem excursões orientadas à natureza: o mais amplo, entretanto, aplica-se ao turismo que utiliza os recursos naturais, inclusive praias e paisagens campestres. Em sua pesquisa, definem o turismo na natureza como aquele que “focaliza principalmente os recursos naturais relativamente intocados, como parques e áreas naturais, pantanais, reservas selvagens e outras áreas de flora, fauna e habitantes protegidos” (idem *ibidem*). Dessa perspectiva, parece que há um certo consenso na literatura que descreve o ecoturismo como parte de um turismo mais amplo, baseado na natureza. Isso se torna evidente na discussão feita por Goodwin (1996 apud Fennell, 2002), o qual escreveu que o turismo na natureza:

“Engloba todas as formas de turismo – turismo de massa, turismo de aventura, turismo de baixo impacto, ecoturismo – que utilizam os recursos naturais de uma forma selvagem ou não desenvolvida – inclusive espécies, habitats, paisagens, atrações aquáticas de água doce e salgada. O turismo na natureza é a viagem

com objetivo de apreciar as áreas naturais não desenvolvidas ou a vida selvagem”.

E inversamente, o ecoturismo é:

“O turismo na natureza, de baixo impacto, que contribui à manutenção de espécies e habitats diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e/ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda” (Goodwin, 1996 apud Fennell, 2002).

Além das diferenças que aparecem no trabalho de Goodwin (apud Fennell, 2002), algumas das principais variáveis ou princípios que separam o ecoturismo da sua contrapartida o turismo na natureza, de uma base mais ampla, incluem-se o componente educativo e de sustentabilidade (Blamey, 1995) e a natureza ética da experiência (Kutay, 1989; Wight 1993; Hawker e Williams, 1993; e Wallace e Pierce, 1996).

Ziffer (1989) identifica uma variedade de termos descritivos do ecoturismo, como viagem na natureza, viagem de aventura e viagem cultural, que são amplamente baseados em atividades; e também os termos que subentendem valores, como turismo responsável, alternativo e ético, que levam em conta a necessidade de se considerar os impactos e as conseqüências das viagens. Ziffer considera que o turismo na natureza, não necessariamente ecologicamente correto em princípio, concentra-se na motivação e no comportamento do turista individual. E inversamente, o ecoturismo é muito mais difícil de se praticar dada a sua abrangência mais ampla (inclui a necessidade de planejamento e a realização de projetos sociais). Ele define o ecoturismo como se segue:

“É uma forma de turismo inspirada principalmente na história natural de uma área, inclusive e sua cultura nativa. O ecoturista visita áreas relativamente não-desenvolvidas com o espírito de apreciação, participação e sensibilidade. O ecoturista utiliza os recursos naturais e de vida selvagem de forma não-predatória e contribui para a área visitada por intermédio de meios financeiros ou com seu esforço pessoal com o objetivo de beneficiar diretamente a conservação do local e o bem-estar econômico dos habitantes. A visita deve fortalecer a conscientização do ecoturista e sua dedicação às questões de conservação em geral e às necessidades específicas dos habitantes locais. O ecoturismo também

pressupõe a prática de uma gestão pelo país ou região anfitriã, que se compromete a planejar e manter os locais com a participação dos habitantes locais, realizando um marketing apropriado, reforçando os regulamentos e usando os lucros do empreendimento para investir na gestão da área e no desenvolvimento da comunidade”. (Ziffer, 1989, p.6)

Wallace e Pierce (1996, p.848) também são bastante abrangente, reconhecendo a importância de um amplo número de variáveis. Para esses autores o ecoturismo é:

“A viagem a áreas naturais relativamente intocadas, para o estudo, o divertimento, ou a assistência voluntária. É a viagem em que há preocupação com a flora, a fauna, a geologia e os ecossistemas de uma área, assim como com as pessoas (guardiãs) que vivem nas vizinhanças, suas necessidades, sua cultura e seu relacionamento com a terra. O ecoturismo encara as áreas naturais como “a casa de todos nós” num sentido global (“eco” significando “casa”), mas também especificamente a “casa dos habitantes das vizinhanças”. Ele é visto como uma ferramenta para a conservação e o desenvolvimento sustentável – especialmente nas áreas onde a população local é solicitada a abrir mão do uso predatório dos recursos naturais em favor de outros tipos de uso”.

Outro impasse refere-se à utilização dos termos, ecoturismo e turismo ecológico. Segundo Selva e Coutinho (2000, p.26) este é o resultado de um descompasso entre teoria e prática, ou ainda, a diferença entre o que é proposto pelo departamento responsável pelo turismo (no Brasil) e o que é efetivamente realizado. A diferença residiria, então, nas propostas, especialmente no que concerne a questões relacionadas com a comunidade local e aos requerimentos básicos para efetivação da atividade: planejamento, localização, capacidade de carga, infra-estrutura adequada, regulamentação, segurança, interação com a comunidade local. Esses autores definem o turismo ecológico como o segmento no qual seus sujeitos – turistas e promotores de viagens – procuram o contato direto com ambientes naturais diversos, sem a preocupação com o equilíbrio ecológico, ou a compreensão das interações e as dinâmicas estabelecidas no ambiente.

Ainda Selva e Coutinho (2000, p.27), afirmam que o termo ecoturismo, por sua vez, surge para designar a modalidade de turismo cujas bases apóiam-se nas propostas do desenvolvimento sustentável: comprometimento com as gerações futuras, justiça social e eficiência econômica; considerando o ambiente nas suas múltiplas conexões – natural, econômicas, sociais e culturais. Em face desta discussão, os autores enunciam as seguintes questões:

- ✓ existe um ecoturismo e um turismo ecológico?
- ✓ qual seria, então, o termo mais apropriado para referir-se ao turismo que, ao consumir paisagem de ambientes preservados, busca contribuir para o desenvolvimento harmônico do lugar onde se desenvolve?

No Brasil, a discussão em torno de turismo sustentável e ecoturismo é semelhante a de outros países. A mais citada definição foi criada em 1994 pelo grupo multidisciplinar que elaborou o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” para a EMBRATUR. De acordo com esta definição, ecoturismo é:

“... um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR 1999).

Segundo o WWF-Brasil (2000, p. 18), o ecoturismo deve ser visto como um tipo de turismo responsável e pode ser descrito como o turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais e gerando benefícios para elas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.

Apesar do grande volume de literatura surgido ultimamente sobre o tema ecoturismo, nesta pesquisa ocorre a formatação da proposta de Miecskwski (1995), apresentada no item 3.2.2.1, que considera o ecoturismo uma forma de turismo alternativo (TA) reconhecendo o conjunto: cultural, educacional, científica, de aventura e de agroturismo, envolvendo os subconjuntos: rural e fazenda (consultar a Figura 4, p.88).

3.3.2 Tipos de Ecoturismo

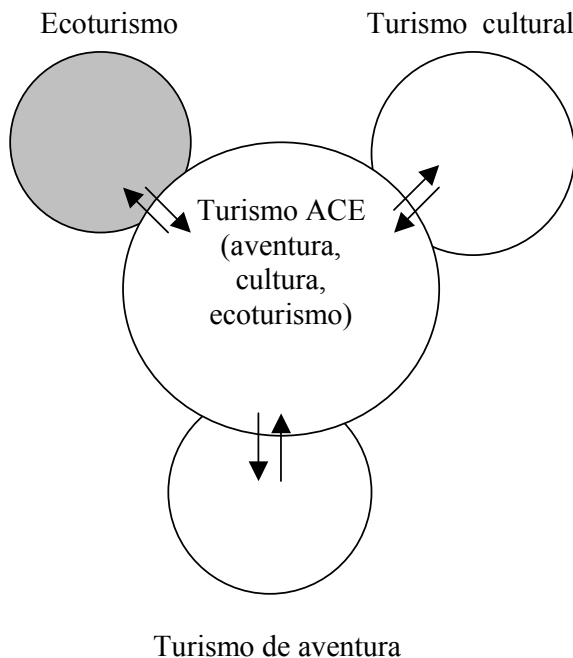
No Quadro 3 a seguir, tem-se a sistematização dos tipos e atividades ecoturísticas, e na página seguinte, na Figura 8, a face mutante do ecoturismo.

Quadro 3 – Tipos e Atividades Ecoturísticas

Tipos de Ecoturismo	Atividades Ecoturísticas
Ecoturismo Científico	Estudos e Pesquisas Científicas em botânica, arqueologia, paleontologia, geologia, zoologia, biologia, ecologia, etc.
Ecoturismo Educativo	Observação da vida selvagem (fauna e flora), interpretação da natureza, orientação geográfica, observação astronômica.
Ecoturismo Lúdico e Recreativo	Caminhadas, acampamentos, contemplação da paisagem, banhos e mergulhos, jogos e brincadeiras, passeios montados etc.
Ecoturismo de Aventura	“Trekking”, montanhismo, expedições, contatos com culturas remotas, etc.
Ecoturismo Esportivo	Escalada, canoagem, “rafting”, bóia cross, rapel, “surf”, vôo livre, balonismo, etc.
Ecoturismo Étnico	Contatos e integração cultural do ecoturista com populações autóctones (primitivas/nativas) que vivem em localidades remotas em estreita relação com a natureza.
Ecoturismo Naturista	Prática do “Nudismo” ao ar livre junto à natureza.

Fonte: Pires, P.S. 1998

Figura 8 – A Face Mutante do Ecoturismo



Fonte: Fennell, 2002 p. 62.

3.3.3 Impactos do ecoturismo

RUSCHMANN (1997) ressalta que os impactos do turismo se referem à gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras, e que eles são conseqüências de um processo de interação entre, turistas, comunidade e meios receptores.

No documento, Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo – MICT/MMA (1994) destaca que o ecoturismo, sendo uma atividade econômica, produz impactos negativos e positivos, em princípio relacionados a danos potenciais ao meio ambiente e à comunidade e, por outro lado, aos benefícios sócio-econômicos e ambientais, esperados em níveis regional e nacional.

Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivo de veículos pesados. Por outro lado, a infra-estrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com

alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos.

O alijamento das populações locais se configura, também, como outro risco, pois a presença de operadores, quase sempre sem nenhuma relação orgânica com a região, pode gerar novos valores incompatíveis com os comportamentos locais, ocasionando conflitos de ordem cultural e de outras ordens.

Em contrapartida aos riscos ambientais e comunitários, o ecoturismo apresenta significativos benefícios econômicos, sociais e ambientais, tais como:

- ✓ diversificação da economia regional, através da indução do estabelecimento de micros e pequenos negócios;
- ✓ geração local empregos e rendas;
- ✓ fixação da população no interior;
- ✓ melhoramento das infra-estruturas de transporte, comunicação e saneamento;
- ✓ criação de alternativas de arrecadação para as Unidades de Conservação;
- ✓ diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural;
- ✓ diminuição do impacto no plano estético-paisagístico;
- ✓ melhoria nos equipamentos das áreas protegidas.

Dessa forma, a compatibilidade do ecoturismo com o dimensionamento do número de visitantes e do fluxo de transportes, a adoção de parâmetros para implantação da infra-estrutura, o respeito e valorização da cultura local são condições básicas e imprescindíveis para o desenvolvimento harmônico da atividade.

3.3.4 Princípios do ecoturismo

Os princípios básicos do ecoturismo, relacionados a seguir são uma adaptação da Conferência Global 90, Corrente Turística, Estratégia de Ação, adotada em Vancouver, Canadá.

- ✓ O ecoturismo estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano.
- ✓ O ecoturismo assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos.

- ✓ O ecoturismo gera emprego local, tanto diretamente no setor de turismo, como em diversos setores da administração de apoio e de recursos.
- ✓ O ecoturismo estimula as indústrias locais rentáveis – hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, produção de artesanato e serviços de guia.
- ✓ O ecoturismo gera divisas estrangeiras para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local.
- ✓ O ecoturismo diversifica a economia local, particularmente nas áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente.
- ✓ O ecoturismo busca a tomada de decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive nas populações locais, de modo que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir. O ecoturismo incorpora o planejamento e o zoneamento, assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema.
- ✓ O ecoturismo estimula a melhoria do transporte, da comunicação e de outros elementos da infra-estrutura comunitária local.
- ✓ O ecoturismo cria instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais. Também estimula, auxiliando seu custeio, a preservação dos sítios arqueológicos e de edifícios e bairros históricos.
- ✓ O ecoturismo estimula o uso produtivo das terras marginais para a agricultura, permitindo que grandes áreas conservem sua cobertura de vegetação natural.
- ✓ O ecoturismo aumenta a auto-estima da comunidade local e proporciona a oportunidade de maior entendimento e comunicação entre pessoas de diversas origens.
- ✓ O ecoturismo demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para o bem-estar econômico e social da comunidade, podendo ajudar a preservá-los.
- ✓ O ecoturismo monitora, avalia e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de contabilidade ambiental e calcula qualquer efeito negativo.

A teoria fala isso, porém o que se observa é que a maioria dos princípios é ignorada.

3.3.5 Infra-estrutura para o desenvolvimento do ecoturismo

Segundo Barreto (2000, p.48), a infra-estrutura turística refere-se ao conjunto de bens e serviços que estão à disposição do turista, como parte integrante, fundamental ou acessória, do fenômeno turístico. A infra-estrutura turística de um núcleo abrange a infra-estrutura de acesso, a infra-estrutura urbana básica, os equipamentos e serviços turísticos, os equipamentos e serviços de apoio e recursos turísticos. A soma e o inter-relacionamento desses elementos será a infra-estrutura que a cidade possui para o turismo.

Quadro 4 – Infra-Estrutura Turística

INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA			
Infra-estrutura		Equipamentos/Serviços	
de acesso	básica urbana	turísticos	de apoio

Fonte: Barreto (2000)

Equipamentos turísticos são aquelas instalações básicas para o turismo, sem as quais ele não existe. São construídas quase que exclusivamente por causa dele. Hotéis, alojamentos extra-hoteleiros, transportadoras, agências de viagens e de transportes.

Serviços turísticos são aqueles serviços que justificam a sua existência quase que exclusivamente em virtude do turismo. Podem requerer equipamento ou ser oferecidos por autônomos. Guias, hospedagem, transporte, recreação.

Equipamentos de apoio são aquelas instalações que existem para atender a outras necessidades da comunidade, mas que são de muita utilidade (algumas imprescindíveis) para o turismo. Postos de gasolina, rede gastronômica, rede de diversões, hospitais, farmácias, bancos, casas de câmbio, lojas de souvenirs e de objetos afins ao local.

Serviços de apoio são aqueles que atendem a outros segmentos da sociedade, mas são também usados pelo turista. Alimentação, assistência médica, serviços mecânicos e de socorro, expedição de documentos, bombeiros, telefones, rádios PX.

Infra-estrutura de acesso são estradas, os aeroportos ou portos que permitem o acesso ao núcleo.

Infra-estrutura urbana são as ruas, as guias, as sarjetas, água, esgoto, luz, asfalto, limpeza pública.

A infra-estrutura, que suportam a atividade ecoturística, tem como funções principais: apoiar e orientar os visitantes, limitar e reduzir os impactos gerados pelas atividades desenvolvidas, bem como a criação de uma “imagem de marca” do empreendimento. Elas devem permitir ao visitante usufruir e ao mesmo tempo aprender e compreender o funcionamento e o significado dos atrativos ecológicos à sua disposição.

O planejamento do tipo e dimensão das infra-estruturas deve considerar os seguintes fatores:

- ✓ Tipo de utilização prevista para o local;
- ✓ Qual a quantidade e qualidade do solo e de água disponíveis;
- ✓ Qual a capacidade do local para suportar as estruturas e as atividades dos visitantes, sem que haja deterioração dos ecossistemas;
- ✓ Possibilidade de manutenção das estruturas, em termos de materiais e/ou de pessoal.

O planejamento das infra-estruturas deve atender não só à satisfação das necessidades dos visitantes, mas também e principalmente às necessidades de gestão da área intervencionada, ou seja, as instalações de ecoturismo baseados nos princípios da sustentabilidade.

Quadro 5 – Necessidades dos Visitantes X Necessidades de Gestão

Necessidades dos Visitantes	Necessidades de Gestão
contemplação e conhecimento da natureza	manutenção
descanso	segurança, vigilância e fiscalização
alimentação	comunicações internas e externas
dormida	abastecimento de água
higiene	abastecimento de energia
transporte para dentro do empreendimento	recolha e eliminação de resíduos sólidos
orientação	tratamento e eliminação de águas residuais
compras	

Fonte: Embratur – Manual de Ecoturismo (1994)

A definição das infra-estruturas necessárias depende dos objetivos, dimensão e natureza de cada projeto de investimento, sendo certo que deverão ser satisfeitas as necessidades dos visitantes e de gestão.

Segundo Fennell (2002), o interesse no *design* sustentável do ecoturismo, decolou no início dos anos 1990 como o primeiro Simpósio do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos. A publicação examina a monitoria, os recursos naturais e culturais, o *design* do local, dos edifícios, a gestão da energia, o abastecimento de água, a disposição de resíduos e as operações das instalações e sua manutenção, em uma visão geral do *design* sustentável.

Andersen (1993,1994 apud Fennell, 2002), considera que junto com os códigos de ética ambientais deve ser usado um *design* de baixo impacto das instalações de ecoturismo para que sejam verdadeiramente sustentáveis – uma abordagem que implicará uma reelaboração completa do *design* convencional dos arquitetos. Anderson defende, alguns princípios que incluem questões organizacionais (vulnerabilidade ecológica da área), questões de planejamento do local (potencial de carga dos atrativos), questões de *design* dos edifícios (manutenção do ecossistema tem prioridade sobre uma bela vista), as questões de utilização da energia e da infra-estrutura (considerar o uso de fontes de energia solar ou eólica passiva ou ativa sempre que possível), questões de disposição dos resíduos (prever instalações para reciclagem) e avaliação (necessidade de prever acomodações para hóspedes idosos e/ou deficientes físicos).

3.3.6 Políticas do ecoturismo

Segundo Fennell (2002), em muitos países o ecoturismo está no estágio inicial de uma consideração política, com reconhecimento da necessidade de uma coordenação política e socioeconômica mais relevante para o setor para que este progrida. O desenvolvimento de políticas para o ecoturismo começou recentemente como resultado da falta de consenso quanto ao desenvolvimento e as atividades apropriadas do ecoturismo.

As políticas de turismo e de ecoturismo englobam um amplo espectro de preocupações ligadas à implementação de programas de turismo em todo o mundo, incluindo-se os relacionamentos sociais, ecológicos e econômicos, mas também a forma

como o turismo afeta ou é afetado pelos turistas, pela população local, pelos operadores, pelo governo etc.

Um dos mais interessantes trabalhos realizados sobre política no contexto do turismo foi a pesquisa sobre o alcance da função dos órgãos públicos referente a políticas no campo do ecoturismo, no Canadá e nos Estados Unidos (Edwards et al., 1998). Os comentários dos entrevistados quanto à natureza de seus papéis indicam que a variação do envolvimento dos órgãos governamentais dedicados ao turismo na elaboração de suas políticas é enorme, indo de um papel mais reativo e passivo, no qual os órgãos apresentam idéias e reagem às políticas estabelecidas por outros órgãos, a um papel proativo no qual os órgãos governamentais dedicados ao turismo pesquisam, redigem, fazem *lobby* e implementam a política. Uma das explicações mais detalhadas sobre o motivo pelo qual se deve dedicar maior atenção ao estudo das políticas públicas foi apresentada por Dye (1992 apud Hall, 2001), que afirmou que política pública pode ser analisada por três importantes razões.

- ✓ A política pública pode ser estudada para se compreender as causas e conseqüências das decisões políticas e melhorar o conhecimento sobre a sociedade. Nesse caso, a política pública pode ser encarada como uma variável dependente ou independente. Se a política é encarada como uma variável dependente, a questão crítica torna-se “...que características socioeconômicas [ou forças ambientais] e do sistema político atuam para moldar o conteúdo da política” (Dye, 1992, p.4 apud Hall, 2001). Se a política pública é encarada como uma variável independente, a questão central torna-se que impacto a política pública (incluindo a referente ao turismo) exerce na sociedade [o ambiente] e no sistema político.
- ✓ A política pública também pode ser analisada por motivos profissionais a fim de compreender causas e conseqüências. Assim, podemos buscar soluções para problemas práticos referentes ao turismo e introduzir esse conhecimento no processo político.
- ✓ As políticas públicas podem ser analisadas por motivos políticos para assegurar que as políticas “certas” sejam adotadas “a fim de alcançar as metas adequadas” (Dye, 1992, p.5, idem, ibidem). Esse último enfoque suscita questões importantes como a de definir e identificar o que e quem

determina o que é “certo”. Essas questões refletem o jogo de interesses e valores que influenciam e definem, o planejamento turístico e os processos políticos (Hall e Jenkins, 1995 apud Hall, 2001).

Edwards et al. (1998, p.25) lista, como exemplo no Quadro 6 a seguir, o alcance dos papéis da política referente a turismo em órgãos canadenses e norte-americanos:

Quadro 6 - Papéis da política referente a turismo em órgãos canadenses e norte-americanos

-
- | | |
|---|--|
| ❖ Envolvimento ativo | ❖ Adaptar/mudar estrutura dos órgãos |
| ❖ Administrar | ❖ Orientar/prestar consultoria |
| ❖ Defender políticas | ❖ Dar esclarecimento a comissões |
| ❖ Participar na redação | ❖ Colaborar com outros órgãos |
| ❖ Coordenar com terceiros | ❖ Depende do problema |
| ❖ Desenvolver a legislação | ❖ Fazer papel de facilitador |
| ❖ Encontrar soluções para problemas de turismo | ❖ Seguir a política do governo |
| ❖ Redigir/formular políticas | ❖ Envolver-se no planejamento do uso do solo |
| ❖ Financiar políticas | ❖ Recrutar pessoas |
| ❖ Implementar políticas | ❖ Órgão oficial para políticas de turismo |
| ❖ Iniciar políticas de turismo | ❖ Servir de mediador |
| ❖ Participar de comitês | ❖ Planejamento de turismo/estratégico |
| ❖ Monitorar políticas | ❖ Nenhum papel/sem envolvimento |
| ❖ Fazer lobby | ❖ convencer |
| ❖ Participar do processo político | ❖ Parcerias com terceiros |
| ❖ Desempenhar papel de liderança/essencial | ❖ Propor políticas |
| ❖ Apresentar idéias para políticas | ❖ Reagir a políticas |
| ❖ Recomendar/sugerir políticas | ❖ Representar o turismo em questões políticas |
| ❖ Pesquisar políticas | ❖ Envolvimento em licenciamento |
| ❖ Formar/participar de conselhos/forças-tarefa | ❖ Seguir políticas estabelecidas por outros órgãos |
| ❖ Trabalhar com terceiros (setor privado, governo do estado, indústria, legislativo, Comissão de Turismo, Conselhos Regionais etc.) | ❖ Provedor de informações/assistência técnica principalmente envolvido em divulgação e marketing |

Fonte: Edwards et al. (1998)

Os termos planejamento e política estão intimamente ligados. Segundo Cullingsworth (1997, p. 5 apud Hall, 2001), “... planejamento é o processo intencional em que se definem metas e se elaboram políticas para implementá-las”. A elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais dos governos e outros aspectos do sistema político. A política deve, portanto, ser encarada como uma consequência do ambiente político, dos valores e das ideologias, da distribuição do poder, das estruturas institucionais e dos processos de tomada de decisão (Simeon, 1976; Hall e Jenkins, 1995; Elliot, 1997 apud Hall, 2001).

O turismo tornou-se parte integrante da máquina de muitos governos. A política pública para o turismo é tudo o que os governos decidem fazer ou não com relação ao setor (Jenkins, 1993; Hall, 1994; Hall e Jenkins, 1995 apud Hall, 2001). Há, entretanto, um crescente ceticismo quanto à eficiência do governo, especialmente o governo central, e as pretendidas consequências e impactos de grande parte da política governamental, inclusive com respeito ao turismo (Jenkins, 1997; Jenkins et al., 1998 apud Hall, 2001). Como observou Richter (1989, 21 apud Hall, 2001), “... os critérios das políticas atuais de turismo estão se conscientizando e estão bastante descrentes quanto aos excessos e “erros” ocasionados por programas de desenvolvimento do turismo nacional”. Todavia, Haughton e Hunter (1994, 263 apud Hall, 2001) afirmam que mesmo considerando-se as exigências de “menor interferência do governo” em grande parte do mundo ocidental, as falhas do mercado ainda oferecem vários fundamentos lógicos para a intervenção econômica do Estado, incluindo:

- ✓ Melhorar a competitividade econômica;
- ✓ Retificar direitos de propriedade;
- ✓ Possibilitar que tomadores de decisão do Estado considerem externalidades;
- ✓ Oferecer benefícios públicos amplamente disponíveis;
- ✓ Reduzir riscos e incertezas;
- ✓ Apoiar projetos com elevados custos de capital e envolver novas tecnologias;
- ✓ Educar e oferecer informações.

No Brasil as recentes políticas de incentivo em implementação pelo Ministério do Esporte e Turismo e outros setores de Governo, somadas a investimentos realizados e planejados pela iniciativa privada, indicam que o turismo no país vai continuar a crescer.

Na Tabela 2, temos os principais investimentos, por área de atuação no país, comprovando este crescimento.

Tabela 2: Investimentos Atuais Diretos e Indiretos que Promovem o Turismo (em US\$)

PRODETUR / EMBRATUR Ministério do Esporte e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • 1,3 bilhões em infra-estrutura básica e capacitação na região Nordeste – Prodetur Nordeste I e II / BID – Governo Federal • 456 milhões em infra-estrutura básica no Sul – Prodetur Sul / BID – Governo Federal (início em 2001) • 287 milhões em infra-estrutura básica no estado de Goiás (Proposta – Prodetur Centro-Oeste) BID – Governo Federal
PROECOTUR / MMA	<ul style="list-style-type: none"> • 213 milhões em projetos de ecoturismo nos 9 estados da Amazônia Legal (2001-2003)
Programa BID / Pantanal	<ul style="list-style-type: none"> • 450 milhões em saneamento básico e infra-estrutura no Pantanal (início em 2001)
Programa “Brasil em Ação” e outros programas nacionais e estaduais	<ul style="list-style-type: none"> • 10 bilhões (em todo o Brasil)
Indústria Privada	<ul style="list-style-type: none"> • 6 bilhões (em todo o Brasil)

Fonte: O Popular (2000); EMBRATUR (2001)

As políticas de desenvolvimento do turismo nacional, elaboradas pela EMBRATUR refletem a prioridade do Governo por algumas áreas específicas. Cinco dos principais programas do Instituto são:

- ✓ PNMT, já mencionado anteriormente, voltado para a descentralização do turismo;
- ✓ RINTUR, focado na coleta de dados de municípios turísticos;

- ✓ Clube da Melhor Idade, incremento da oferta de produtos turísticos para a população acima de 50 anos;
- ✓ Projeto de Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo;
- ✓ Programa de Capacitação Profissional para o Turismo, fomento da competitividade do produto brasileiro por meio da capacitação profissional (EMBRATUR, 1999);
- ✓ Plano Nacional de Estímulo ao Turismo de Aventura, destinado a organizar e incrementar o turismo de aventura.

Outros cinco programas são listados na Tabela 3 e merecem destaque por se relacionarem mais diretamente ao ecoturismo e ao seu uso de recursos naturais e culturais.

Tabela 3 - Políticas de Desenvolvimento do Turismo da EMBRATUR

PRODETUR	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar o turismo regional através da implantação de infraestrutura básica em áreas com potencial turístico para atrair investimento do setor privado.
TURISMO RURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o turismo rural tendo o “homem e o meio ambiente” como o atrativo principal.
TURISMO DE PESCA	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a pesca amadora como instrumento de desenvolvimento social e econômico e de conservação ambiental beneficiando diretamente as populações ribeirinhas e costeiras.
TURISMO NÁUTICO	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o uso dos 7.480 Km de costa brasileira e 32.550 Km de águas navegáveis e reservatórios de hidrelétricas.
ECOTURISMO	<ul style="list-style-type: none"> • Associar o ecoturismo e a conservação de áreas naturais, fortalecer a cooperação interinstitucional e motivar a participação de todos os segmentos, estimular a capacitação, promover a melhoria e a ampliação de infra-estrutura ecoturística e promover o ecoturismo como instrumento de educação ambiental. O projeto Pólos de Ecoturismo é o pilar desta iniciativa.

Fonte: EMBRATUR, 1999

3.3.7 Casos de ecoturismo

Existem diversos exemplos em que a população local tomou a iniciativa de garantir, tanto individualmente quanto de modo comunitário, o benefício advindo do ecoturismo. O ecoturismo não é apenas o ramo da indústria turística que cresce mais rapidamente, ele também é considerado tanto um novo e promissor instrumento para preservar áreas naturais frágeis e ameaçadas quanto um meio de propiciar oportunidades para o desenvolvimento das comunidades dos países subdesenvolvidos. A seguir apresenta-se uma série de casos que ilustram o potencial do ecoturismo como estratégia alternativa de desenvolvimento, desenvolvimento este, conduzido e controlado pela comunidade local, em parceria com setores governamentais e ONGs internacionais.

Embora o Brasil conte com uma combinação única de atrativos naturais, como a vasta extensão litorânea, aliada aos ecossistemas da Amazônia, do Pantanal, do Cerrado e da Mata Atlântica, além das ilhas de Fernando de Noronha, Abrolhos e Trindade, o país ainda não é um dos fortes destinos ecoturísticos do mundo.

Diversos países da América Central são destinos ecoturísticos mais importantes que o Brasil. Tais países têm ampliado sua base de produtos turísticos ao apresentar seus atrativos naturais e arqueológicos, como é o caso de Costa Rica, Belize, Jamaica e México. O ecoturismo tornou-se um elemento-chave da crescente indústria de turismo costarriquenho, especialmente por seu potencial como meio alternativo de retorno econômico, mas também por seu estímulo à conservação dos recursos naturais. Em 1992, o turismo tornou-se a maior indústria da Costa Rica, com mais de 500.000 visitantes internacionais (Bowermater, 1994, p. 136 apud Wearing & Neil, 2001). No ano de 1999, o turismo na Costa Rica era a terceira maior fonte de receita externa, passando de US\$ 89,9 milhões no fim da década de 1980 para US\$ 193,3 milhões no início de 1990 (Banco Central da Costa Rica apud Wearing & Neil, 2001), e a receita era estimada em US\$ 331 milhões (CIDA, 1995, p. 15), apresentando uma taxa média anual de crescimento de 25%. A política de desenvolvimento turístico de Belize está centrada no ecoturismo, embora o país seja bastante conhecido por suas barreiras de corais, que oferecem oportunidades únicas de mergulho, o uso dos bens naturais e culturais como atração para os ecoturistas é relativamente recente. Esta nova combinação de aspectos naturais e culturais tornou-se um destino de viagem muito

popular, que no período compreendido entre 1980 e 1990 o fluxo de turista aumentou cerca de 55% (Boo, 1990). Belize tem desenvolvido projetos de modernização para conquistar o potencial da indústria turística, todos os projetos integrados com o desenvolvimento da economia local. Até mesmo a Espanha, país que constitui um dos principais destinos turísticos do mundo, redireciona recursos para a manutenção de seu patrimônio natural e histórico, fortalecendo-se como destino de turismo rural e ecoturismo, ao mesmo tempo em que mantém sua tradicional característica de possuir alguns dos mais visitados balneários de toda a Europa.

Entre alguns fatores que dificultam o Brasil a tornar-se um grande destino ecoturístico encontra-se a falta de vôos diretos entre os principais pólos emissores de ecoturistas (Europa e Estados Unidos) e os destinos ecoturísticos brasileiros. Além disso, muitos operadores de turismo no exterior entendem que ainda falta ao ecoturismo brasileiro melhor oferta de produtos, maior gama de informações e mais profissionalismo.

Os ecoturistas estrangeiros dirigem-se, em grande parte, para a Amazônia, enquanto os ecoturistas brasileiros são a maioria nos destinos ecoturísticos localizados em outras regiões do país. Entre os destinos ecoturísticos de maior crescimento nos anos 90, destacam-se o arquipélago de Fernando de Noronha (PE) e a cidade de Bonito (MS).

Na página seguinte, apresenta-se os principais pólos ecoturísticos do território brasileiro.

Quadro 7 - Principais Pólos Ecoturísticos do Brasil

ESTADOS	PÓLOS
Amazonas	Manaus
Pará	Ilha de Marajó
Maranhão	Reentrâncias Maranhenses - Patrimônio Histórico Cultural (São Luís) - Lençóis Maranhenses - Delta do Parnaíba Maranhense - Chapadas
Piauí	Parque Nacional da Serra da Capivara – Parque Nacional Sete Cidades – Delta do Parnaíba
Ceará	Vale Monumental – Serra do Baturité – Cariri – Ibiapaba – Litoral Oeste Cearense – Litoral Leste Cearense
Rio Grande do Norte	Litoral Leste Potiguar – Litoral Norte Potiguar – Serra do Sul – Cabugi – Seridó – Serras do Sudoeste
Paraíba	João Pessoa – Litoral Norte Paraibano – Serra da Borborema – Sertão Paraibano
Pernambuco	Fernando de Noronha – Litoral Norte Pernambucano – Litoral Sul Pernambucano – Buique – São Benedito do Sul – Afogados da Ingazeira – Pólo Bacia do São Francisco
Alagoas	Litoral Norte Alagoano – Zona da Mata Alagoana – Sertão Alagoano – Baixo São Francisco
Sergipe	Sertão Sergipano do São Francisco – Propriá – Cotinguiba – Agreste de Itabaiana – Litoral Sul Sergipano
Bahia	Chapada Diamantina – Costa dos Coqueiros – Baía de Todos os Santos – Costa do Dendê – Costa do Cacau – Costa do Descobrimento – Costa da Baleia/Abrolhos
Goiás	Chapada dos Veadeiros – Pirenópolis – Parque Nacional das Emas
Mato Grosso	Pantanal Norte – Chapada dos Guimarães – Amazônia Mato-grossense
Mato Grosso do Sul	Pantanal Sul – Serra da Bodoquena/Bonito
Espírito Santo	Itaúnas – Delta do Rio Doce – Passos de Anchieta – Serras Capixabas – Serra do Caparaó
Minas Gerais	Grutas, Serras e Diamantes – Zona da Mata – Circuito do Ouro – Terras Altas da Mantiqueira – Canastra – Caminhos do Cerrado
Rio de Janeiro	Costa Verde – Região de Itatiaia – Rio/Niterói – Região Serrana – Região dos Lagos – Vale do Paraíba – Costa Doce
São Paulo	Alto Paranapanema – Serras Paulistas – Região das Cuestas – Vale do Ribeira/Iguape – Vale do Paraíba Sul – Mantiqueira – Litoral Paulista – Grandes Lagos
Paraná	Paranaguá – Campos Gerais – Costa Oeste
Santa Catarina	Alto Vale do Itajaí – Ilha de Santa Catarina – Planalto Serrano
Rio Grande do Sul	Serra Gaúcha – Região Central

Fonte: Gazeta Mercantil, Panorama Setorial / EMBRATUR/MMA/MICT,2000.

3.4 Conclusão

Diante da rica literatura emergente sobre o turismo e ecoturismo, é premente refletir a necessidade de se ir além da retórica e ir para a prática. O aumento do tempo de lazer, o crescimento da receita real, a mobilidade, o desenvolvimento tecnológico das comunicações e do transporte internacional e as mudanças demográficas do mundo ocidental levaram à vigorosa demanda global pelo turismo. No que concerne à sua prática nos países desenvolvidos, é um espelho no qual podemos ver possíveis erros, identificáveis nos estilos de vida consumistas e predatórios.

O Brasil apresenta hoje um cenário com várias dificuldades e várias possibilidades na atividade turística. Por essa razão, o turismo tem que ser valorizado em nosso país, pois ele desempenha importante papel nas estratégias de desenvolvimento, devido ao seu significativo potencial de sustentar o câmbio e os empregos locais.

O ecoturismo situa-se em algum lugar dessa “explosão” do turismo, cujos benefícios, emprego e renda para as populações autóctones estão entre os mais apregoados e por vezes alçados como bandeira da promoção do crescimento sócio-econômico. Não se pode desprezar a importância da participação local na operacionalização do ecoturismo.

No entanto deve-se considerar que com a interdependência dos diversos agentes envolvidos na atividade pode ocorrer uma sobreposição de atribuições, de modo a não reforçar uma situação comum, onde interesses privados são priorizados em detrimento de interesses públicos, devendo a mesma ser evitada.

Desta forma, tornou-se imperioso apontar algumas argumentações que conduzissem este trabalho a um entendimento coerente desta problemática. Partiu-se então, para a análise de alguns estudos realizados por pesquisadores preocupados com a questão do “desenvolvimento” através do turismo, que muito colaboraram para o amadurecimento teórico desta temática.

Nessa trajetória, o ecoturismo deve ser entendido como um processo de co-responsabilidade, de solidariedade, de soma, de integração. Constitui-se, por outro lado, um “meio” ou um caminho à operacionalização de processos decisórios ao gerenciamento de recursos ambientais e o desenvolvimento local.

CAPÍTULO 4 MÉTODO PROPOSTO

4.1 Introdução

Neste capítulo será abordadas a caracterização e estruturação do método da pesquisa com base no referencial teórico exposto da ferramenta na qual o modelo proposto se apóia, visando apresentar um modelo de ecoturismo competitivo com foco no processo sustentável de desenvolvimento de base local no município de Paraúna/GO. Uma confrontação entre os diversos princípios conceituais que guiam a aplicação do método direciona este trabalho para o método da **pesquisa-ação**.

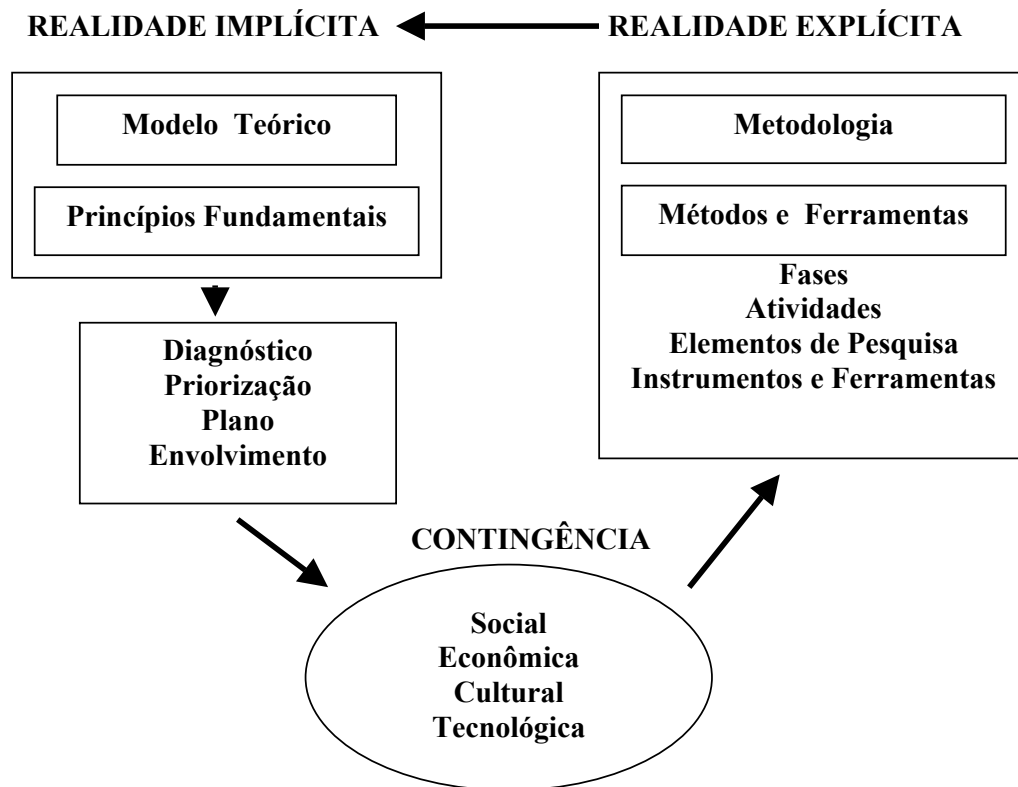
O modelo teórico básico para a construção do desenho da presente pesquisa-ação está na proposta de Márcio de Souza Pires, autor da tese de doutorado “Construção do Modelo Endógeno, Sistêmico e Distintivo de Desenvolvimento Regional e a sua Validação através da Elaboração e da Aplicação de uma Metodologia ao Caso do Mercoeste” (Pires, 2001), onde os princípios conceituais são integrantes da realidade implícita, não-visível, que direciona a ótica, as decisões e as ações relacionadas com a implantação metodológica. Os princípios são confrontados com o contexto no qual a metodologia deve ser desenvolvida.

De acordo com as particularidades deste ambiente, é elaborado um método que respeita os princípios teóricos e as especificidades do seu contexto de aplicação. Esta é a parte visível do modelo teórico, ou seja, a realidade explícita. De acordo com os resultados da aplicação do método, o próprio contexto pode ser modificado, o que acarretará em mudanças na metodologia em uso, ou até mesmo, no caso de alterações profundas, nos princípios do modelo teórico.

Pires (2001), apresenta graficamente esta discussão na Figura 9 - O uso do Modelo Teórico, onde a realidade é dividida em dois níveis: um nível, não visível, que é a “realidade implícita”, e o outro nível, aparente aos atores, chamado de “realidade explícita”, que é uma adaptação da nova ótica da física quântica, onde David Bohm (1980) chama a atenção para a “ordem implícita”, formada pelo mundo quântico, não visível aos olhos humanos, mas que em última instância guarda a causa fundamental de tudo o que vemos e vivemos. Porém, estes elementos da realidade implícita não guardam uma relação linear e direta de causa e efeito com os elementos da realidade explícita, pois entre estes dois níveis da realidade existe o contexto. O contexto, onde os

atores estão incluídos, altera inexoravelmente a forma como os princípios da realidade implícita se apresentam na realidade explícita.

Figura 9 - Uso do Modelo Teórico



Fonte: Pires (2001)

Esta distinção é particularmente útil para o caso da presente pesquisa, pois se trata de uma pesquisa-ação, onde o pesquisador, apesar de conhecer os princípios teóricos fundamentais e participar da aplicação prática, observa a transformação destes princípios nos mais diversos elementos metodológicos, de acordo com o contexto onde o mesmo está inserido. Como poderá ser observado na descrição prática no capítulo seguinte, o resultado das aplicações metodológicas são influenciadas por quatro elementos:

- ✓ O modelo teórico, que guarda a ótica a partir da qual se percebe o ambiente e se tomam as decisões;

- ✓ O contexto, que em constante mudança, influencia o padrão de decisões e ações tomadas (ética);
- ✓ O pesquisador, que apesar de fazer parte do contexto de aplicação, interage com o ambiente e com o modelo teórico, a partir de sua ótica pessoal, influenciando o curso das ações empreendidas;
- ✓ Os resultados da aplicação metodológica em si, que modificam o ambiente e a maneira como o pesquisador percebe o modelo teórico e a realidade.

No próximo capítulo, estes elementos serão apresentados em maiores detalhes, com aplicações práticas do método em questão e alterações que estas produziram no ambiente.

4.2 O Modelo Competitivo de Desenvolvimento

Os princípios fundamentais que fazem parte do modelo teórico Competitivo de Desenvolvimento proposto por Pires (2001), são em número de três que ele considera importantes quando se pretende utilizar o método, a saber:

- ✓ **Princípio 1** – A competitividade é sistêmica, isto é, complexa, apresentando círculos de causalidade entre elementos distantes no espaço e no tempo (Senge, 1990). No entanto, para sua compreensão, necessita-se de mecanismos avançados de apresentação da mesma aos atores regionais. Desta forma, a metodologia a ser elaborada deve prever elementos que levem os atores regionais a ampliarem a sua percepção a cerca da sua realidade competitiva, percebendo-a de forma sistêmica. Este princípio possui especial influencia sobre as redes de PMEs, particularmente importantes no atual contexto competitivo, sendo uma das expressões mais claras da integração de ações e decisões entre organizações. Esta integração é fruto de uma maior visão sistêmica.
- ✓ **Princípio 2** – O processo sustentável de desenvolvimento regional é endógeno, ou seja, deve ser fruto do acúmulo de capital social que garante maior governância, sobre o território e seus elementos, por parte dos atores regionais ampliam a sua visão sistêmica sobre a situação competitiva, ganhando maior capacidade de atuar sobre o seu contexto e fortalecendo a

identidade regional, a confiança nos recursos próprios e a capacidade de trabalhar de forma integrada. Desta forma, a metodologia a ser elaborada deve conter elementos que levem os atores regionais à discussão e à elaboração de soluções próprias para os problemas da sua região e das suas empresas. Este princípio possui especial influência sobre o processo de regionalização, resposta das regiões com mais acúmulo de capital social e governância ao processo de globalização.

- ✓ **Princípio 3** – A vantagem competitiva, sustentável, de uma região, está baseada na criação de diferenciais e aspectos distintos de sua posição. Em todos os casos, onde se encontram regiões com elevados resultados competitivos, sustentados ao longo do tempo, o caráter eminente é bastante claro. Estas regiões são diferenciadas em áreas específicas de atuação, únicas, com formas de organizações produtiva e social diferentes, fruto do processo endógeno de aprendizagem, que leva a região e seus atores a encontrarem as soluções sistêmicas para seus problemas e seus desafios em particular. O caráter distintivo é o que dará a vantagem competitiva sustentável à região (Porter, 1997). Contudo, para ser distintiva a região deve ter uma estratégia diferenciada de atuação e contar com formas únicas de organização das suas atividades e de integração das mesmas com a sua estratégia, o que é fruto da governância. Neste terceiro princípio é onde fica mais claro o papel da liderança regional, capaz de colocar um desafio, uma visão de futuro distintiva, que passa a ser compartilhada e perseguida pelos atores regionais (Senge, 1990). Dessa forma, a metodologia deve conter elementos que levem a região a fortalecer sua identidade regional, valorizando suas peculiaridades, suas vantagens comparativas e sua capacidade de diferenciação em forma de vantagens competitivas sustentáveis.

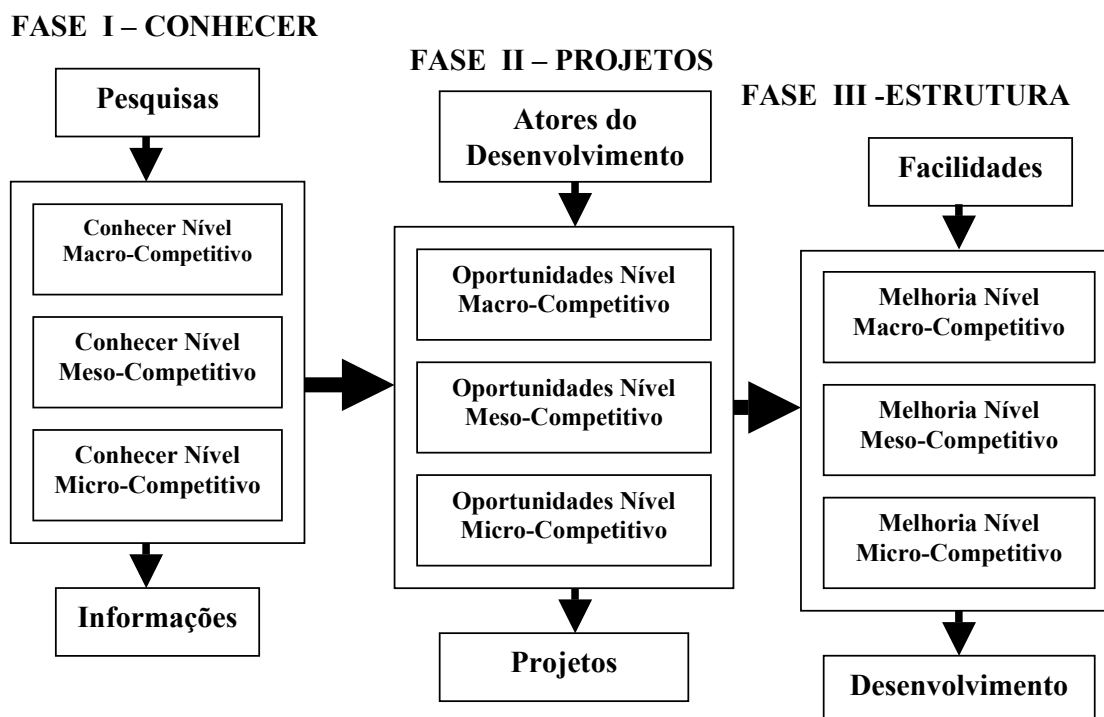
Segundo Pires (2001), estes três princípios diferem do modelo clássico de desenvolvimento regional, baseado em ações exógenas, pontuais (normalmente em nível macro ou micro competitivo) e pouco distintivas. No modelo clássico, as ações de auxílio (exógenas) às pequenas e micro empresas, com as estruturais e as, macro e micro competitivas, ficavam por conta do governo. Contudo, outras regiões, apesar de

não possuírem estas características, também se mostraram extremamente competitivas, como é o caso da Itália, onde as redes de PMEs e a Regionalização são traços fortes da sua forma de competir. Neste caso, os princípios: sistêmicos, endógenos e distintivos passaram a fazer parte do próprio contexto regional. Este é o modelo utilizado neste trabalho, pelo fato de estar mais próximo ao contexto regional brasileiro, com enfoque ao desenvolvimento do turismo de base local.

4.2.1 Fases e níveis do método

No decorrer do capítulo, será visto que o método desenvolvido é decorrência da aplicação do modelo teórico apresentado anteriormente ao contexto regional em questão. De acordo com os princípios do modelo teórico caracterizado na Figura 10, da página seguinte, o método desenvolvido deve induzir, através de ações, o fortalecimento da ótica desenvolvimentista na região.

Figura 10 – Fases e Níveis do Método



Fonte: Pires, 2001

4.2.1.1 Fase I - Conhecer

É a fase onde o objetivo principal é direcionar os atores, através de uma análise sistêmica da sua realidade competitiva e da elaboração de um conjunto de informações estruturado, a ampliar a sua percepção da realidade, levando-os a identificar projetos coletivos de desenvolvimento e articulando-os em torno de idéias-guia. Esta fase se torna necessária porque não existe uma visão comum, compartilhada pelos atores regionais, e sistêmica, sobre a sua situação competitiva. Por esse motivo as ações integradas tornam-se raras, uma vez que não percebem a inter-relação entre seus problemas.

Como salientam Casarotto e Pires (1998) e Bertini (1998), para que o pacto territorial se consolide, é preciso que os atores regionais trabalhem sobre uma mesma base de informações, que esteja estruturada de forma a induzi-los a uma visão sistêmica sobre sua situação competitiva. O objetivo desta primeira fase do método é exatamente este: levar os atores regionais a debater seus problemas sobre uma mesma base de informações. Para que esta base de informações seja estruturada de forma sistêmica, ela é inicialmente dividida em três níveis de análise, para posteriormente ser sistematizada, sob a forma de um sistema competitivo, onde estes três níveis aparecem relacionados entre si, e dividido em cinco critérios que orientam as coletas de dados e as análises realizadas, conforme descrito na página seguinte.

Quadro 8 - Níveis e Critérios de Análise do Perfil Competitivo Regional

NÍVEIS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE DO PERFIL COMPETITIVO REGIONAL	
Nível Macro-Competitivo	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado • População • Infra-estrutura • Investimentos • Governo
Nível Meso-Competitivo	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre empresas da cadeia produtiva • Relação entre empresas da cadeia e a estrutura de fornecimento • Relação entre empresas da cadeia e o mercado • Relação entre empresas da cadeia e as instituições de apoio • Competitividade da cadeia
Nível Micro-Competitivo	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão • Recursos Humanos • Capital e Informação • Tecnologia • Operações

Fonte: Pires (2001).

4.2.1.1.1 Níveis da Fase I

a) Nível Macro Competitivo - Segundo Pires (2001), neste nível a realidade competitiva regional deve ser analisada com base em indicadores sociais, econômicos e de infra-estrutura, além de informações sobre o mercado, cenários e tendências futuras com o objetivo de montar um quadro da situação macro competitiva regional. Este nível é analisado e apresentado aos atores regionais segundo cinco critérios:

- ✓ Critério 1 – Mercado local, neste critério analisa-se como o mercado influencia, ou poderia influenciar, o desenvolvimento da região.
- ✓ Critério 2 – População, verificam-se as condições da população para atuar no desenvolvimento regional, tanto em termos de formação quanto em termos de qualificação.

- ✓ Critério 3 – Infra-estrutura, examinam-se os elementos “clássicos” da competitividade regional como: estrutura de saúde, educação, transportes, comunicação, energia e recursos naturais.
- ✓ Critério 4 – Investimentos, são analisadas as previsões de investimentos públicos e privados para a região, como forma de garantir a melhoria de condições de infra-estrutura para o desenvolvimento.
- ✓ Critério 5 – Governo, onde se procura identificar ações relacionadas com o governo local, estadual e federal que estejam de acordo com as prioridades estratégicas regionais, bem como sua influencia no contexto competitivo da região.

b) Nível Meso Competitivo – Neste nível o foco de análise e ação são as principais cadeias produtivas presentes na região. Trata-se de uma marca bastante clara do modelo teórico em questão, onde a nova geografia econômica pode ser mais bem compreendida quando se segue a lógica de agregação de valor dentro de inúmeras relações de negócio existentes entre os elos das cadeias produtivas regionais (Porter, 1996; Bianchi, 1997).

- ✓ Critério 1 – Relação entre as empresas nas cadeias produtivas, é enfocada a capacidade de atuação integrada entre as empresas de uma cadeia produtiva com o objetivo de resolverem seus problemas comuns. Este aspecto é muito importante, pois traz para o ambiente de negócio das empresas a visão sistêmica através da sua cadeia produtiva.
- ✓ Critério 2 – Relação entre as empresas das cadeias produtivas e sua estrutura de fornecimento, da mesma forma como é analisada a inter-relação entre as empresas, a relação entre as empresas e a sua estrutura de fornecimento é abordada de forma específica neste critério, pois o adensamento da cadeia produtiva, a partir do desenvolvimento de fornecedores capazes, é fundamental para a sua competitividade (Porter, 1997).
- ✓ Critério 3 – Relação entre as empresas da cadeia produtiva e o seu mercado, do mesmo modo como o critério mercado é alvo de ação no nível macro competitivo, neste critério ele é enfocada de maneira específica sob o ponto de vista da cadeia produtiva em questão, procurando-se estabelecer a

existência de uma integração inteligente entre as demandas de mercado e a estratégia de atuação da cadeia produtiva em questão.

- ✓ Critério 4 – Relação entre as empresas da cadeia produtiva e as instituições de apoio competitivo existentes no território, procura-se identificar problemas e oportunidades para a ação das instituições de apoio competitivo, sob uma ótica sistêmica, detectando os pontos de alta alavancagem competitiva das diversas cadeias, onde a ação destas instituições se faz mais necessária e onde as mesmas estão sendo desempenhadas.
- ✓ Critério 5 – Competitividade da cadeia produtiva, por fim, procura-se encontrar os gargalos em termos de gestão, tecnologia e organização produtiva que podem estar impedindo o excelente desempenho competitivo da cadeia produtiva em questão.

c) Nível Micro Competitivo - Neste nível o ponto focal de análise e atuação é a empresa. As empresas da região também são analisadas de acordo com cinco critérios, que darão os subsídios necessários para a atuação nas prioridades organizacionais. Estes critérios foram escolhidos por representarem as cinco áreas onde a competitividade das empresas é analisada, a partir de uma adaptação do modelo de análise utilizado por Fleury e Fleury (2000).

- ✓ Critério 1 – Gestão - Neste critério é estudada a capacidade das empresas em incorporarem a melhor tecnologia de gestão aos seus negócios.
- ✓ Critério 2 – Recursos Humanos - Analisa-se a qualificação e formação do capital humano utilizado pelas empresas.
- ✓ Critério 3 – Capital e Informação - Neste critério a metodologia avalia a capacidade das empresas regionais em obter acesso à informação e capital, com a qualidade e quantidade necessárias ao seu melhor desempenho competitivo.
- ✓ Critério 4 – Tecnologia - Procura-se analisar como as empresas incorporam tecnologia em termos de equipamentos, procedimentos e informação, como diferencial competitivo.

- ✓ Critério 5 – Operações - Examina-se a maneira como as empresas da região estão operando seus negócios e quais ações trariam melhores resultados ao seu desempenho operacional.

A idéia não é agir individualmente sobre cada um dos problemas encontrados nestes critérios, que totalizam quinze se juntarmos os três níveis de atuação. Mas sim, ter uma visão integrada e sistêmica, num mesmo quadro de análise da situação competitiva, a partir do qual, possa-se identificar as ações de alta alavancagem que devem ser desenvolvidas pelos atores regionais (Senge, 1990).

4.2.1.1.2 Atividades da Fase I

- ✓ Atividade 1 - Estruturação da equipe de projeto, que deve contar com um responsável pela aplicação da metodologia. Esta equipe deve estar qualificada na metodologia em implementação e possuir os recursos necessários para a realização das atividades previstas. Nestas atividades, é importante que a equipe compreenda os princípios conceituais sobre os quais o projeto se embasa e como estes foram transformados na metodologia em implantação. Faz parte desta primeira atividade o planejamento das atividades subseqüentes de projeto, bem como o lançamento oficial do projeto na região.
- ✓ Atividade 2 - Entrevista com atores-chave, realização de entrevistas com os atores regionais com o objetivo de se ter uma visão preliminar do escopo de atuação regional e das fontes de dados secundários existentes. Como produto destas entrevistas, o responsável pela implementação metodológica obtém: a) uma lista de documentos secundários que devem ser coletados para análise; b) uma lista de atores regionais que devem ser entrevistados; c) uma lista de fontes para coleta de dados secundários; d) uma lista das principais cadeias produtivas da região; e) pontos importantes para a competitividade regional, que devem ser levados em consideração na estruturação das demais pesquisas e na análise dos dados coletados.
- ✓ Atividade 3 - Coleta e Análise de Dados Secundários, a partir da lista de atores a serem entrevistados e documentos a serem coletados, procede-se a

respectiva coleta de dados secundários e sua análise. A análise destes dados enriquece a lista de atores a serem entrevistados e a própria lista de documentos a serem coletados. Nesta fase, pretende-se reunir todas as informações necessárias para a consolidação do Perfil Competitivo Regional, de acordo com seus níveis e critérios. Apenas as lacunas de informação, não preenchidas pelos dados secundários coletados, é que serão alvos de pesquisas primárias (de campo). A coleta e análise de dados secundários devem tentar minimizar as pesquisas de campo, tornando esta primeira fase da metodologia, o mais breve possível.

- ✓ Atividade 4 - Elaboração dos Planos de Pesquisa e de Entrevistas, com base nos dados secundários analisados e nos resultados das primeiras entrevistas realizadas, surgem os objetivos das pesquisas de campo (caso seja necessárias) e das entrevistas em profundidade. Estes objetivos de pesquisa são convertidos em variáveis de pesquisa, e estas, por sua vez, devem nortear a elaboração dos instrumentos de pesquisa: a) questionários de pesquisa de campo; b) roteiros de entrevistas com os atores regionais selecionados; c) planos de amostragem.
- ✓ Atividade 5 - Realização das Pesquisas e das Entrevistas, de acordo com o plano de pesquisa elaborado, as pesquisas de campo e as entrevistas são executadas. É importante salientar que as entrevistas devem ser realizadas pela própria equipe do projeto, uma vez que o contato com estes atores, além de muito importante para a consolidação do Perfil Competitivo Regional, é a primeira oportunidade de iniciar o processo de fortalecimento do pacto territorial.
- ✓ Atividade 6 - Análise das Pesquisas e Entrevistas, com base nos resultados compilados das pesquisas de campo, das entrevistas com os atores regionais e da coleta dos dados secundários, é realizada a análise destas informações, com o objetivo de consolidar o Perfil Competitivo Regional. Para tanto, as informações são analisadas dentro dos três níveis de atuação da metodologia, e dentro de cada nível em relação aos cinco critérios mencionados anteriormente. Esta consolidação toma a forma de relatórios, por meio dos quais os atores regionais poderão debater e analisar a situação competitiva.

Pires (2001), com o objetivo de fornecer um panorama simples, estruturado e de fácil compreensão por parte dos atores regionais, bem como, possibilitar uma visão sistêmica e ampliada dos diversos elementos da realidade e de como estes estão interligados, sugere o “Método de Avaliação Competitiva Sistêmica”, onde são criados três índices competitivos, um para cada nível de análise, que se fundem num Índice de Competitividade Regional, conforme demonstrado.

Quadro 9 - Índices de Avaliação Competitiva

<p style="text-align: center;">SITUAÇÃO COMPETITIVA REGIONAL</p> <p style="text-align: center;">MÉTODO DE AVALIAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">Para a avaliação da situação competitiva regional, em função da complexidade da análise envolvida, foram escolhidos 3 índices:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ICMacro - Índice de Competitividade Macro • ICMeso - Índice de Competitividade Meso • ICMicro - Índice de Competitividade Micro <p style="text-align: center;">$ICM_{Regional} = \frac{ICM_{Macro} + ICM_{Meso} + ICM_{Micro}}{3}$</p> <p style="text-align: center;">3</p>
--

Fonte: Pires (2001)

Cada Um dos critérios, em cada um dos três índices, deve ser avaliado conforme uma escala simples:

- ✓ **Avaliação Alta**, para os critérios onde a região alcança elevados níveis de performance, se comparados aos padrões regionais na atualidade.
- ✓ **Avaliação Média**, para os critérios onde a região se encontra numa situação estável, apresentando virtudes e deficiências que não chegam, nem a comprometer de forma definitiva, nem a impulsionar de maneira direta o desenvolvimento local.

- ✓ **Avaliação Baixa**, para os critérios onde a região possui deficiências que afetam diretamente, de forma clara e grave, a sua situação competitiva, sem a presença de pontos positivos que venham a amenizar estes efeitos indesejáveis.

Por se tratar de notas subjetivas, a grande função dos índices é apresentar aos atores regionais de forma um pouco mais estruturada a identificação dos gargalos competitivos e a partir daí priorizar as ações.

4.2.1.1.3 Método de Validação da Fase I

A aplicação geral da metodologia de Pires (2001), apresenta um método de transição de uma fase para outra, ou seja, da Fase I para a Fase II, buscando maximizar os esforços da fase I na forma de projetos integrados e coerentes com os princípios do modelo teórico em questão, composto pelos seguintes passos:

- ✓ Passo 1 - Pré-validação dos relatórios na sua versão preliminar junto com o grupo de atores das instituições diretamente envolvidos no projeto. Esta é uma atividade interna, que tem por objetivo definir se o conteúdo apresentado nas análises feitas está coerente. As sugestões provenientes das reuniões de pré-validação devem ser incorporadas aos relatórios, que passam para a versão “pré-validada”.
- ✓ Passo 2 - Validação dos relatórios na versão “pré-validada” junto a deferentes grupos de atores regionais. Antes da versão final dos relatórios, sugere-se reuniões de validação: a) reunião para discussão do nível macro competitivo, com atores relacionados com esta problemática; b) reuniões para discussão das cadeias produtivas estudadas (nível meso competitivo), tomando o cuidado para que os atores macro e micro, dentro do escopo de atuação estejam presentes; c) reunião para discussão do nível micro competitivo, com empresários e instituições de apoio competitivo.
- ✓ Passo 3 - Finalização dos relatórios, com base nas sugestões e críticas feitas durante as reuniões de validação, oportunizando novos dados secundários, novas entrevistas e novas análises, elaborando-se a versão “final” dos

relatórios de forma fiel aos atores regionais. Ele deve ter a ótica dos próprios atores regionais, ampliada a partir do processo de debate e discussão, apresentada de modo estruturado e dentro do princípio sistêmico.

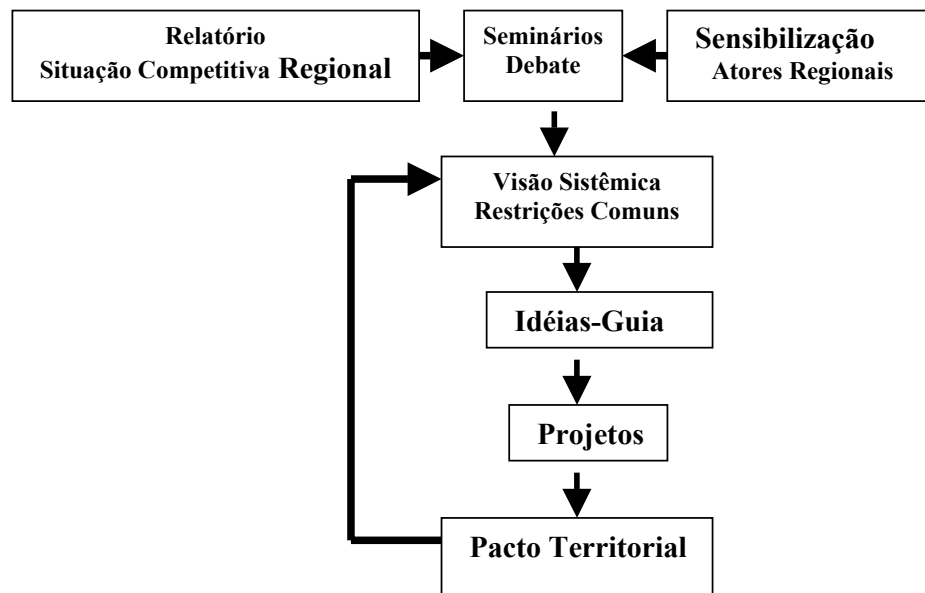
- ✓ Passo 4 - Identificação de Idéias-Guia. Ao final de cada reunião de debate deve ser elaborada uma lista de idéias-guia e oportunidades de projetos, com base nas deficiências discutidas durante as reuniões, que poderiam ser alvo de ações integradas para o seu desenvolvimento. Esta memória de reunião será o ponto de partida da Fase II – PROJETO.
- ✓ Passo 5 - Identificação de Parceiros Potenciais. Com base nas idéias-guia levantadas, os atores regionais, ainda durante a reunião de validação, devem identificar os possíveis parceiros que deveriam ser convidados para participar de uma reunião de elaboração de um pré-projeto com base na idéia-guia em questão.

A partir deste ponto inicia-se de forma mais efetiva a Fase II da metodologia, como descrito a seguir.

4.2.1.2 Fase II – Projetos

Projetos é a fase que Pires (2001) chama os atores regionais a debater os resultados das análises competitivas realizadas na fase I. A segunda fase da metodologia tem por objetivo principal iniciar o dialogo entre os atores regionais, por meio de uma mesma base de informações que induza uma nova ótica desenvolvimentista. Nesta fase, a percepção dos atores é aguçada e a partir daí são capazes de identificar ações prioritárias no sentido de alavancar seus resultados competitivos. Os atores devem ser levados a entender que existem problemas comuns, fora do seu ambiente individual de ação, e que necessitam da ação conjunta para sua solução. Estes problemas comuns (restrições do sistema) são as idéias-guia (Casarotto e Pires, 1998) que motivarão a elaboração de projetos integradores de desenvolvimento na forma de pacto territorial.

Figura 11 – Esquema de Funcionamento da Fase II



Fonte: Pires. 2001

4.2.1.2.1 Níveis da Fase II

As oportunidades no Nível Macro Competitivo estão ligadas às variáveis de análise, como por exemplo: elaboração de programas de reconversão profissional, estruturação de políticas de fomento e incentivos, formação de vias de acesso, etc. Já as oportunidades no nível Meso Competitivo devem estar relacionadas com melhoria competitiva nas principais cadeias produtivas da região, atuando nas restrições competitivas das mesmas. Estes projetos, de caráter cooperativo, podem ser: redimensionamento da cadeia produtiva, logística, programas de qualificação, consórcios, balanceamento produtivo, valorização de produto (marketing conjunto), etc. As oportunidades no Nível Micro Competitivo deverão abordar as restrições competitivas identificadas nas empresas da região e dirão respeito a fatores bastante específicos, como tipos de treinamento necessários, necessidade de capital de giro, qualificação profissional e tecnologia, processos produtivos, etc.

Pires (2001), salienta que dentre as inúmeras deficiências encontradas na fase I, os atores regionais devem identificar aquelas prioritárias, onde possam integrar seus recursos no sentido de gerar sempre resultados positivos.

4.2.1.2.2 Atividades da Fase II

- ✓ Atividade 1 - Promoção de Eventos de Debate com os atores regionais (parceiros potenciais), devendo ser planejadas e executadas com objetivo de sair com uma proposta de projeto pré-definida, envolvendo vários atores regionais de forma integrada.
- ✓ Atividade 2 - Formação de Parcerias com base nas idéias-guia surgidas nos eventos de debate que possibilita aproximação entre os atores regionais e suas instituições, o que favorece a consolidação efetiva de parcerias, com a celebração de um convênio específico para a elaboração e execução do pré-projeto acordado. Este convênio deve definir contrapartidas financeiras e/ou técnicas entre os parceiros do projeto.
- ✓ Atividade 3 - Estruturação da Equipes de Projeto com base nos pré-projetos definidos, a primeira atividade a ser desempenhada é estruturação de uma equipe encarregada da elaboração do projeto em questão. Esta equipe, composta por representantes dos parceiros envolvidos na iniciativa, deve ser qualificada na metodologia de desenvolvimento regional segundo a abordagem teórica utilizada neste modelo competitivo, bem como nos seus princípios norteadores.
- ✓ Atividade 4 - Elaboração de Projetos Integrados de Desenvolvimento, a equipe estruturada elabora o projeto em questão, apresentando o seu resultado final para validação dos parceiros. Para isso, o projeto deve contar com exequibilidade técnica e financeira. Após esta validação, o projeto pode ser oficialmente lançado na região.
- ✓ Atividade 5 - Execução dos Projetos Integrados de Desenvolvimento, após a validação seguir a execução, de acordo com o plano financeiro, cronograma e esquema de funcionamento definido previamente. Se bem formatados, os projetos iniciais são os que trarão os primeiros resultados da metodologia.

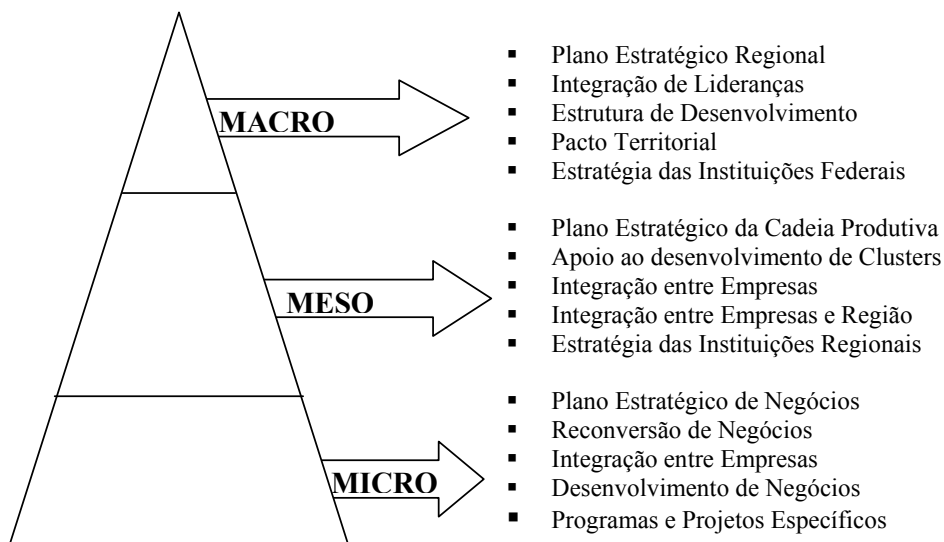
Estes resultados, corretamente divulgados darão um forte impulso no seu ciclo de amadurecimento e desenvolvimento, dando início à elaboração da Fase III.

4.2.1.2 Fase III – Estrutura

A construção dessa fase se dá a partir das duas fases anteriores. Como esta terceira fase da metodologia é uma consequência direta dos resultados obtidos nas duas primeiras, não se pode prever com exatidão elementos ou métodos de trabalho, por se tratar de uma metodologia endógena-induzida totalmente construída pelos próprios atores regionais. É o que Pires (2001) chama a atenção para a uma nova ótica sistêmica de desenvolvimento regional, estabelecida pelo rompimento com a ótica desenvolvimentista antiga, limitada, política, setorial e geográfica. Nesta fase surgem as instituições intermediárias de governância regional, como forma de solucionar alguns problemas comuns de ordem estrutural do território em questão.

A fase III é a fase onde a região, representada pelos atores, articulados na forma de uma matriz de parceiros, ainda em formato preliminar, organiza-se para capturar todas as oportunidades que começam a surgir, conforme detalhamento.

Figura 12 – Oportunidades de Desenvolvimento



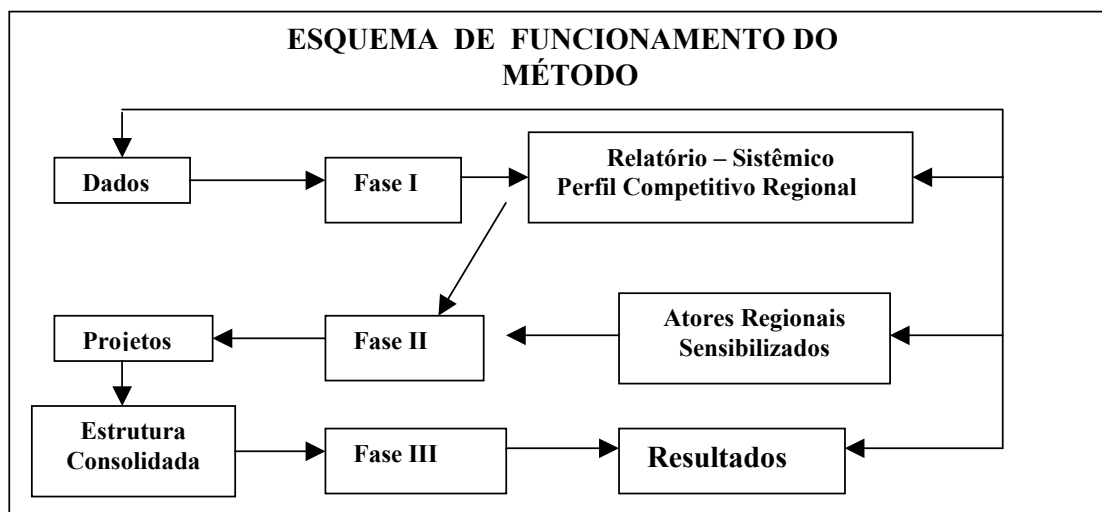
Fonte: Pires (2001).

4.2.1.3.1 Atividades da Fase III

- ✓ Atividade 1 - Divulgação dos Resultados obtidos com os projetos executados na fase II, fortalecendo a motivação para que um número maior de atores e instituições participe desta iniciativa.
- ✓ Atividade 2 - Consolidação da Matriz de Parcerias. Envolvendo parceiros já interados em projetos específicos e outros parceiros motivados pela divulgação dos resultados da iniciativa, esta fase procura consolidar formalmente o pacto territorial sob a forma de uma matriz de parcerias consolidada. Esta matriz de parceiros deve contar com as instituições que tenham interesse no desenvolvimento regional e que estão realizando, ou planejando realizar, ações de melhoria das condições competitivas da região, para minimizar o número de iniciativas paralelas e divergentes no território. Com isso, a possibilidade de integração de esforços, recursos e de alavancagem dos resultados é muito maior.
- ✓ Atividade 3 - Institucionalização. A matriz de parceiros consolidada deve institucionalizar o processo iniciado sob a forma de um projeto. Esta institucionalização pode acabar desenvolvendo, inclusive, uma forma jurídica específica para esta iniciativa. Nesta fase, raramente são criadas estruturas inteiramente novas. Na maioria das vezes, os atores, através da ampliação da sua percepção da realidade, enxergam novas funções e formas de organização para as estruturas já existentes. Estruturas pequenas ou informais passam a ganhar maior força de atuação regional. A análise sistêmica da realidade regional aponta também, uma série de espaços intermediários que podem ser preenchidos por instituições do território. Por sua vez, este processo é basicamente de integração e organização dos esforços regionais já existentes, como será apresentado na aplicação do modelo.
- ✓ Atividade 4 - Sistematização. Os esforços realizados nos projetos iniciais, as fases e as atividades da metodologia devem ser sistematizados, dentro do escopo institucional criado para a iniciativa, que visa garantir a sua continuidade na região.

O método formulado por Pires (2001) que embasa essa dissertação, apresenta um caráter inovador a partir de sua sistematização em três fases que fecham um ciclo (Figura 10) que, à medida que vai sendo desenvolvido, traz resultados crescentes, tanto em termos de amplitude das ações desenvolvidas pelos atores regionais, quanto em termos de ampliação da sua visão sistêmica acerca da sua situação competitiva, dos seus negócios e da sua região, reforçando os conceitos de governância, capital social e identidade regional.

Figura 13 – Esquema de Funcionamento do Método



Fonte: Pires (2001)

Quadro 10 - Estrutura do Método

Fase	Atividade	Método ou Instrumento
Fase I - CONHECER	Diagnóstico e Estruturação de Projeto	Coleta e análise dos dados e informações Entrevistas com os atores-chave
	Dimensionamento	Ordenamento das ações (capital social e pacto territorial)
Fase II - PROJETOS	Promoção de eventos e debates Formação de parcerias	Lista de Idéias-Guia Lista de Parceiros Potenciais/convênios
	Elaboração de Projetos Integrados de Desenvolvimento	Estrutura de Apoio Técnico/Gestores de Projetos – Sistema de Informações
Fase III - ESTRUTURA	Institucionalização Sistematização Consolidação da Matriz de Parceiros	Estrutura de Marketing e Divulgação Projetos e Subprojetos Matriz de Parceiros

Fonte: Adaptado da Estrutura do Método (Pires, 2001).

CAPÍTULO 5 APLICAÇÃO DO MÉTODO

5.1 Introdução

Neste capítulo apresenta-se a aplicação do teste da viabilidade do modelo proposto, descrito no Capítulo 4, aplicado no município de Paraúna/GO.

O município pesquisado situa-se na Região Centro-Oeste do Brasil, no Estado de Goiás, na Mesorregião do Sul Goiano e na Microrregião do Vale do Rio dos Bois. Paraúna está localizada a 158 Km de Goiânia, capital do Estado e a 365 Km de Brasília capital do País (Anexos 8.6, 8.7, e 8.8).

Segundo dados do IBGE (1996), a população total do município é de aproximadamente 10.851 habitantes, sendo 7.677 na zona urbana e 3.184 na zona rural e densidade demográfica de 2,88 hab/Km², caracterizando uma alta taxa de urbanização associada a intensiva mecanização do campo. Paraúna encontra-se entre os maiores produtores de grãos do Estado e apresenta uma das maiores áreas irrigadas, em torno de 2.576,63 ha. Apesar do grande avanço da agricultura no cerrado, a base da economia de Paraúna ainda é a pecuária extensiva, com um plantel de bovinos entorno de 248.100 cabeças e produção leiteira de 29.620 litros. O comércio local é modesto com uma tendência ao abastecimento da agropecuária. A indústria também está atrelada à agropecuária, com laticínios, postos de resfriamento e indústria caseira: polvilho, farinha e queijo.

Assim como outros municípios goianos, Paraúna enfrenta uma grave crise ocasionada pelo êxodo rural, como foi levantado acima na relação população rural e urbana, e com uma crescente evasão populacional como demonstram os últimos censo realizado pelo IBGE (1996).

Paraúna é um dos 55 municípios goianos classificados pela EMBRATUR como MPT (Município de Potencial Turístico) pela Deliberação Normativa nº 417 de 13 de dezembro de 2000. Esta classificação tem como base a pesquisa anual do RINTUR – Roteiro de Informações Turísticas, o qual identifica os Municípios Prioritários para o desenvolvimento turístico, conforme a Lei nº 8.18./91 e o Decreto nº 448/92, distinguindo os Municípios Turísticos (MT) dos Municípios de Potencial Turísticos (MPT). Apesar desta classificação, Paraúna ainda não tinha se despertado para o

desenvolvimento do turismo local por diversos fatores que serão descritos posteriormente.

Nesta parte da dissertação, descreve-se o processo de aplicação do método, tanto no contexto conceitual descrito nos capítulos anteriores como na sua abordagem sistêmica de econegócios, trazendo a luz algumas questões que deveriam ser respondidas antes de sua multiplicação:

- ✓ O método, principalmente com os passos previstos para a Fase I, seria capaz de mobilizar os atores regionais para a elaboração integrada de projetos inovadores?
- ✓ Os princípios do método (sistêmico, endógeno e distintivo) seriam fortalecidos no contexto regional, após esta aplicação?
- ✓ Quais os instrumentos de pesquisa e as categorias de informações que seriam necessárias para a composição de uma visão sistêmica da situação competitiva regional?
- ✓ Qual a estrutura, principalmente em termos de pessoal e de capacitações, necessária para a consecução dos objetivos da metodologia?
- ✓ Qual o tempo realmente necessário para cada um dos passos previstos no método?
- ✓ Os resultados alcançados com a aplicação prática justificariam o esforço da aplicação do método, principalmente do ponto de vista da sua instituição promotora?

Estas questões tinham por objetivo principal garantir maior segurança à instituição promotora na multiplicação do método. A aplicação do método, com o objetivo de validação utilizou o segundo semestre de 2001 para execução da Fase I – CONHECER, com todos os seis passos descritos no capítulo 4. A partir de janeiro de 2002, foi implementada a Fase II – PROJETOS, com as suas cinco atividades. E nos últimos meses, foi dado início à Fase III – ESTRUTURA, com preparação para a implementação geral.

5.2 Execução das Atividades

Em primeiro contato com o gestor municipal, que se mostrou interessado em saber por que Paraúna é classificada pela EMBRATUR, como MPT e não como MT, e o que deveria ser feito para o desenvolvimento do turismo no município. Para buscar tais respostas formalizou-se o acesso a todas as informações do município para a presente pesquisa-ação, cujo detalhamento do método se pautou no diagnóstico dos atuais espaços turísticos.

Em vários contatos com a administração local, evidenciou-se a falta de dados para compor o inventário dos recursos ambientais naturais, culturais e artificiais do município, necessitando, pois de um levantamento geoambiental. Ficou patente que o município não possuía o conhecimento real de sua potencialidade turística, tanto o gestor como também a população em geral, que se comprova nas respostas dos questionários e entrevistas aplicados na presente pesquisa.

Foram então realizadas entrevistas, com o secretariado municipal, os empresários locais e as lideranças políticas e religiosas, bem como, as entidades organizadas da sociedade. Os questionários (Anexos 8.2 e 8.3) foram aplicados em reuniões com os segmentos descritos acima e com a comunidade em geral. O processo foi dividido em duas etapas: a primeira aplicada de porta em porta e a segunda nas escolas do ensino fundamental e ensino médio, totalizando 10% da população do município. O referido processo foi aplicado pelos alunos dos Cursos de Hotelaria e Turismo do CEFET-GO (Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás).

Partindo do problema de pesquisa e do objetivo geral identificado, procurou-se estabelecer os propósitos da pesquisa-ação para responde-los: O que se pretendeu investigar? Estes propósitos do estudo podem ser vinculados aos objetivos específicos da pesquisa? A aplicação do método baseia-se na resolução do problema de pesquisa cuja síntese está descrita no Quadro 11, “operacionalização dos objetivos específicos da pesquisa com suas questões”. Assim, foram estipuladas questões subjetivas para direcionar a pesquisa de campo e servir de base para um roteiro de entrevistas com os atores da integração do projeto.

Quadro 11 - Operacionalização dos objetivos específicos da pesquisa com suas questões

PROPÓSITOS DA PESQUISA-AÇÃO	
Objetivo Específico (1) e suas questões	
Estabelecer a ordenação geopolítica e administrativa dos recursos ambientais naturais, culturais e artificiais do Município de Paraúna/GO.	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar meios administrativos institucionalizados que determinam políticas e estratégias de uso e ordenamento dos recursos turísticos. 2. Caracterizar a questão do ecoturismo na Gestão Municipal de Paraúna sob a ótica dos dirigentes municipais. 	
Objetivo Específico (2) e suas questões	
Promover o desenvolvimento endógeno, auto-centrado, participativo e articulado com os diversos segmentos sociais, visando a eficácia/eficiência econômica, a prudência ecológica e a justiça social.	
<ol style="list-style-type: none"> 3. Manter a diversidade e estabilidade do meio ambiente com destaque ao seu significativo e fundamental papel na melhoria da qualidade de vida das populações. 4. Refletir a vontade da população em seu envolvimento e participação nas atividades de planejamento e desenvolvimento. 	
Objetivo Específico (3) e suas questões	
Relacionar a política de sustentabilidade com eficiência econômica e a justiça social no Município de Paraúna/GO.	
<ol style="list-style-type: none"> 5. Analisar o caráter multidimensional da inter-relação turismo e meio ambiente de forma sistêmica como principal meio de integração a partir da visão de seus atores. 6. Verificar como o Ecoturismo integra a questão ambiental na visão de seus dirigentes. 7. Qual o papel de cada segmento da sociedade na integração do projeto ecoturístico municipal. 	
Objetivo Específico (4) e suas questões	
Caracterizar, classificar e quantificar a demanda atual de bens e serviços ecoturísticos no Município de Paraúna/GO.	
<ol style="list-style-type: none"> 8. Identificar projetos e/ou experiências que apresentem a integração entre setores/órgãos municipais no planejamento e ações que provocam grande impacto no gerenciamento da atividade ecoturística. 9. Identificar demandas integrativas deste projeto 10. Identificar dificuldades para atingir tal integração. 	

Fonte: Própria adaptado de Yin (1994)

a) As unidades de análise da pesquisa

A Prefeitura Municipal de Paraúna, as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, o PNMT, as entidades organizadas da sociedade local seus gestores e técnicos constituem as unidades de análise desta pesquisa. Foram estudadas a unidade principal, a Gestão Municipal, e as unidades referenciais, o que Yin (1994) chama também de sistema, os elementos que compõem a política nacional de desenvolvimento do turismo. Um elemento chave para o acesso às informações sobre o município foi sem dúvida a continuidade da administração municipal pelo mesmo segmento político em seu terceiro mandato.

b) A ligação lógica dos dados com os propósitos da pesquisa

Para a busca dos dados e fatos, foi elaborado um roteiro básico a partir dos propósitos da pesquisa levantados dos objetivos específicos. No planejamento de turismo subentende um conceito fundamental: é um sistema inter-relacionado de fatores de oferta e demanda. Os fatores de demanda são os mercados de turismo internacionais e domésticos que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos. Os fatores da oferta compreendem atrativos e atividades turísticas. Os atrativos são os aspectos característicos do local e seus respectivos diferenciais turísticos e todas as atividades desenvolvidas em função deles. Os fatores da oferta turística, em seu conjunto podem ser denominados produto turístico.

O processo de planejamento em turismo apresenta as seguintes etapas: determinação dos objetivos; inventário de todos os recursos turísticos naturais e culturais, com destaque para seus respectivos diferenciais; análise e síntese da situação encontrada; formulação da política e do plano de turismo e também de recomendações de viabilidade; e implementação e controle de gestão do processo total. Entre os principais agentes econômicos que participam do processo, destacamos os produtos turísticos que podem ser interpretados por toda e qualquer caracterização de bem e de serviço que produzido para atender às necessidades das atividades de viagens e de lazer, independentemente das motivações, inclui o transporte, a hospedagem, o agenciamento, a alimentação, o entretenimento e outras manifestações de produção que atendam às necessidades dos consumidores reais destes produtos, chamados de turistas.

c) Os critérios para interpretar as descobertas da pesquisa

Neste estudo, a investigação sobre como ocorre o gerenciamento integrado do turismo no Município de Paraúna partiu das observações iniciadas em 2001 de análise do potencial turístico do município e as ações existentes para o desenvolvimento do turismo local. O primeiro passo foi a coleta de dados sobre o município e a análise das ações das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Paraúna (PMP), visando integrar a questão turística às políticas de desenvolvimento econômico e social. Adicionalmente são vistos alguns projetos menores que, também mostram experiências práticas de integração.

Na pesquisa de campo procurou-se identificar a visão da população sobre o turismo de Paraúna, a atuação do gestor municipal, as barreiras enfrentadas por ele e as alternativas a estas. A pesquisa relata elementos para a aplicação de uma política ecoturística, dada a vocação turística do município, em uma organização como uma Prefeitura, a sua institucionalização e possíveis questões de gerenciamento de conflitos e poder.

Visando melhor compreender como ocorre a gestão ecoturística, e os motivos de eventuais sucessos e falhas ocorridas, ao final do trabalho foi realizada uma análise específica sobre as abordagens institucional e de poder e conflitos nas organizações. Tais contextos, global e local, foram os motivadores deste trabalho, no qual procurou-se empreender uma análise acadêmica da gestão ecoturística do município e do que vem sendo chamado de “Sistema Integrado de Gestão Ecoturística” na PMP. Para tanto, fez-se uma análise do que seria esta integração e do modo como vem se concretizando, focalizando-se o principal instrumento da gestão municipal para esse fim.

d) Roteiros de pesquisa e coleta de dados

Como foi visto, o ecoturismo é uma atividade que, se bem desenvolvida, pode ser uma ferramenta de preservação biológica e de promoção do desenvolvimento local sustentável. Mas, para sabermos se esta hipótese é real, torna-se necessário a elaboração de um roteiro de pesquisa e coleta de dados para realização de um diagnóstico do local, dentro da Fase I do método descrito no Capítulo 4.

Os impactos causados pelo ecoturismo, seus custos e benefícios já são conhecidos. Não se sabe até que ponto esses benefícios podem ser maximizados e os custos minimizados. Mas sabe-se que, sem planejamento e principalmente sem um bom gerenciamento o ecoturismo não terá sucesso. Muitas áreas, consideradas naturais, estão diante de um acelerado crescimento nos números de visitantes. A maioria destas áreas, não está preparada para a tendência consumista. Muitas das áreas não são designadas ou desenhadas como locais turísticos e carecem de fundos e recursos humanos para a satisfação das necessidades dos turistas (Boo, 1995).

O local em que se desenvolverá o ecoturismo deve ser avaliado e deve-se decidir qual o melhor nível de turismo, para então elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento do Ecoturismo para o município alcançar tal nível. Este Plano deverá ser um guia de desenvolvimento e administração do ecoturismo, para assegurar que essas áreas não serão devastadas e destruídas pelos turistas, estabelecendo mecanismos de geração de empregos e renda para a área e comunidades locais e vizinhas (Boo, 1990).

5.2.1 Fase I

A Fase I – CONHECER - utilizado no presente trabalho dividi-se em duas ações:

- ✓ **Diagnóstico** - Análise do local, identificação das potencialidades ou, no caso de áreas onde o ecoturismo já está desenvolvido, identificação das oportunidades de melhoria (Anexo 8.1).
- ✓ **Dimensionamento** - Elaboração de Planos de Ação. Deve-se decidir qual é o melhor nível de turismo para o local. Essa decisão deve refletir um balanço entre necessidades dos visitantes, recursos naturais, comunidades vizinhas e governo local.

Esta divisão tem por base o enfoque sistêmico do planejamento e gerenciamento, no qual se deve colher informações, analisar tais informações e tomar uma decisão. Agora o sujeito está em condições de realizar a ação. Em seguida o sistema é realimentado por uma nova informação, resultante de suas ações, e o ciclo inicia

novamente. Sobre uma mesma base de informações é possível identificar projetos coletivos de desenvolvimento instituindo o pacto territorial.

No diagnóstico (Anexo 8.1) identifica-se o elemento necessário ao conhecimento do local, compreendendo o processo de análise da situação comunitária, desenvolvendo habilidades e conhecimentos básicos sobre a qualificação de recursos. O processo de diagnóstico do local apresenta duas fases:

- ✓ Coleta de informações;
- ✓ Análise dos dados e informações.

São coletados dados e informações do local, sobre o seu entorno físico natural - atrativos naturais, elementos silvestres, condições ambientais, hidrografia, morfologia, potencialidades do espaço - e sobre o seu entorno físico artificial - bens culturais, históricos e religiosos, bens e serviços de infra-estrutura (geral e turística), vias de acesso e meios de transporte, superestruturas e modo de vida e comportamento. Esses dados são analisados e, conseqüentemente, mostram os pontos fortes e fracos do local. Os pontos fortes devem ser reforçados, enquanto que os pontos fracos devem ser minimizados.

Outra análise essencial é a análise externa ao local, ou seja, estudar ameaças e oportunidades através da participação das partes interessadas, envolvidas direta ou indiretamente com o turismo, tais como: "trade" turístico, agências de viagens e operadoras, entidades do turismo, governo federal, estadual e municipal, faculdades de turismo, sindicatos, imprensa, hoteleiros, segurança pública, educação e pesquisa (Anexo 8.5), etc.

Essa análise deve mostrar os pontos fortes e fracos do local, bem como as possíveis ameaças e oportunidades que, o rondam. As ameaças serão transformadas em oportunidades e as oportunidades, desenvolvidas. Todas as informações coletadas serão sintetizadas e dispostas em um documento.

Segundo Barros (1999) para a coleta e a qualificação de fatores no local, serão utilizadas algumas fontes, tais como:

Fontes Secundárias: documentos, estudos, experiências, projetos e pesquisas existentes que possam ser catalogados e que contenham informações sobre o local em questão ou sobre outras regiões do país e do mundo.

Fontes Primárias: existem quatro formas de contato direto com os principais atores:

- ✓ *Questionários* – Serão respondidos com a presença de pesquisadores em empresas e instituições de apoio, segundo amostra representativa de cada segmento e porte organizacional (Anexos 8.2 e 8.3).
- ✓ *Entrevistas* – Serão realizadas pela equipe técnica do projeto com os principais atores, a serem identificados previamente.
- ✓ *Reuniões de Integração Social* – Haverá encontros com as lideranças comunitárias e com a sociedade em geral, quando serão apresentadas as etapas do projeto e a importância da colaboração da comunidade em todas elas. São previstos ainda encontros nas comunidades rurais, onde, a exemplo dos anteriores, sugestões, críticas e contribuições ao projeto serão encaminhadas.
- ✓ *Opiniões de Especialistas* - De acordo com o assunto em questão, consultores poderão ser contratados para proferirem palestras e/ou apresentarem estudos e pareceres técnicos sobre questões específicas. Esses especialistas podem vir a participar de grupos, coordenados por um moderador, visando identificar percepções sobre uma ou mais questões levadas a discussão, objetivando a riqueza de elementos qualitativos provenientes de um debate.

A Comunidade local, administração pública, setor privado, representante da indústria turística e ONG's serão fontes potenciais de informação. A partir dessa base de informações estruturada de forma sistêmica é possível estabelecer o perfil competitivo regional/local.

No dimensionamento deve-se decidir o quanto o turismo deve ser incrementado e criar um plano a partir das informações e dos dados coletados. A finalidade desta fase é definir as decisões básicas que articulam as políticas turísticas do local, ou seja, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do ecoturismo, as atividades que se quer desenvolver, os mercados a serem atingidos, a posição desejada nesse mercado, as estratégias dos planos de ação, as metas a serem alcançadas, a definição de programas específicos.

A estratégia deve incluir uma lista de atividades necessárias para o desenvolvimento do ecoturismo no local, detalhando-as em ordem de prioridade: quanto tempo irá levar para ser finalizada, e qual será o custo de cada uma das atividades. É importante considerar a existência, no local, de algumas áreas, que são mais ameaçadas pelo turismo e quais requerem maior atenção.

No dimensionamento tem-se o levantamento geoambiental do lugar pesquisado, demonstrado na seqüência de mapas (Anexos 8.8, 8.9, 8.10, 8.11, 8.12 e 8.13). Todas estas ações conduzirão inventários, monitoramento, registro de dados, infra-estruturas, qualificação e formação do capital humano.

Esta base de informação será socializada a toda comunidade na forma de Atlas Geográfico sobre o município, como parte integrante do Plano de Desenvolvimento Ecoturístico de Paraúna. Como veremos na descrição do plano a seguir.

5.2.2 Fase II

A Fase II – PROJETOS, na aplicação geral apresenta-se as seguintes atividades:

Atividade 1 – Promoção de Eventos de Debate

Paralelamente às atividades da Fase I, a partir de agosto de 2001, realizou-se uma série de eventos de apresentação do projeto e de divulgação dos seus resultados preliminares envolvendo diversas instituições e grupos de atores locais. Estes eventos tinham por objetivo envolver os atores e as instituições da região, já nas primeiras fases da aplicação geral.

Depois de identificar que comunidades sofrerão impactos pelo turismo no local na fase I, na fase II esta interação com a comunidade deve continuar. A interação irá depender da cultura local e condições sócio-econômicas:

- ✓ deve-se interagir somente com os mais velhos em alguns lugares e com toda a comunidade em outros.
- ✓ deve-se estabelecer encontros individuais com cada comunidade para debater seus interesses no turismo e que papel eles gostariam de desempenhar com o turismo no local; listar que habilidades são necessárias para trabalhar com

- ✓ comunidades, quem se encarregará das relações com a comunidade, quanto tempo irá levar para fazer os contatos iniciais, e qual será o custo.
- ✓ deve-se selecionar representantes das comunidades para participar dos planos de desenvolvimento turístico e para serem membros do comitê de ecoturismo do local.
deve-se dar assistência e suporte às comunidades que quiserem mais informações sobre o turismo no local, tiverem interesse no assunto ou quiserem ter acesso ao treinamento ou receber dinheiro em troca da participação no desenvolvimento do turismo; listar quais as habilidades necessárias para auxiliar a comunidade, quem será encarregado das relações com a comunidade, quanto tempo irá levar e quanto irá custar.
- ✓ deve-se realizar encontros regulares com as comunidades para assegurar que eles estão sendo beneficiados pelo turismo e que o custo de vida está sendo minimizado. Listar quem se encarregará das relações com a comunidade, quanto tempo irá levar e quanto irá custar.

Atividade 2 – Formação de Parcerias

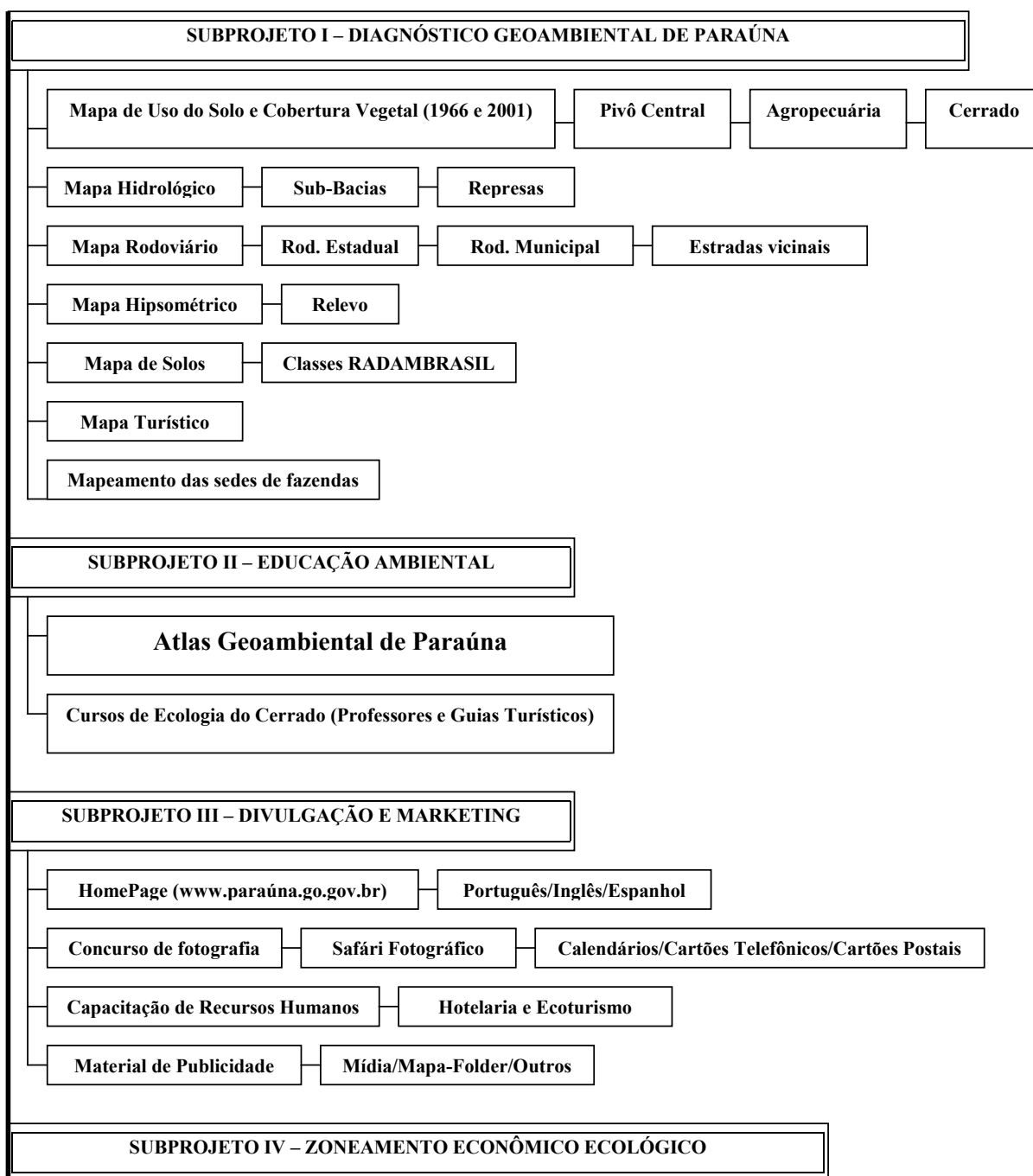
Esta atividade foi conduzida a partir da apresentação do projeto onde as parcerias foram se sistematizando com o envolvimento dos atores regionais com o projeto em questão. A partir de reuniões gerais, formou-se grupos setorial com objetivos comuns efetivando a formação de parcerias buscando a elaboração de sub-projetos de desenvolvimento. Nesta atividade os esforços são para a integração física de esforços regionais, através dos atores regionais de desenvolvimento em função de projetos de desenvolvimento específicos e/ou apresentados na segunda fase do projeto.

Depois de definidos e aprovado o plano de ação, deve-se executá-lo de acordo com as prioridades de cada um, através da atuação de equipes locais e de consultores externos. Mais do que começar a execução busca-se a formação de uma estrutura física, sólida e permanente que garanta a continuidade dos esforços iniciados. É muito provável que, nesta fase, seja proposta a criação de uma estrutura física para o fomento do ecoturismo no local. Não basta ter boas idéias e excelentes projetos. Importa colocar em prática os projetos definidos como prioritários nas fases anteriores. Deve-se criar

condições ideais para o surgimento do projeto, e prover, ainda, o surgimento e a manutenção do mesmo.

Na página a seguir (Figura 14), tem-se a construção, na forma de esquema, da base de informação sistematizada que levaram a elaboração de projetos integradores de desenvolvimento na forma de pacto territorial.

Figura 14 - Esquema do Projeto



Fonte: Própria por se tratar da descrição do esquema (etapas/passos) desenvolvido e em desenvolvimento no município em estudo.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Projeto: Paraúna, Município Geodigital

Ecossistema da área de projeto: Cerrado

Ambiente: Urbano/Rural/Natural/Modificado

a) Identificação do Objeto

O projeto Paraúna, Município Geodigital (PMGeo) caracteriza-se como sendo parte componente do Plano de administração para o município de Paraúna-Goiás na atual gestão.

É um projeto que envolve concomitantemente governo e comunidade regional organizada como forma de incrementar novos rumos aos atuais indicadores econômicos e sociais existentes no município, motivo pelo qual tem sua base no Desenvolvimento Sustentável delineado pela exploração ecologicamente correta entre uso do solo, pecuária, agricultura, agroindústria, turismo, dentre outros.

Para tanto, foi dimensionado para gerar elementos técnicos que favoreçam a identificação da relação entre as estruturas antrópicas e o meio natural no espaço territorial rural, bem como a ordenação da área urbana no referido município.

Enquanto projeto, integrará num mesmo ambiente de trabalho geotecnologia moderna como imagens digitais do satélite Landsat 7 e técnicas de geoprocessamento, uma vez que são ferramentas indispensáveis no auxílio ao desenvolvimento de ações técnicas, publicitárias (Divulgação e marketing), planejamento, administração e monitoramento. Dado a amplitude e complexidade deste PMGeo (Paraúna Município Geodigital), será conduzido de forma que obedecerá a uma hierarquização de ações dispostas em quatro subprojetos inter-relacionados:

- ✓ SUB-PROJETO I - Levantamento Cadastral Rural e Urbano (Iniciado em 1999)
- ✓ SUBPROJETO II - Programa de Educação Ambiental para o Ensino Fundamental
- ✓ SUBPROJETO III - Programa de Divulgação Turística
- ✓ SUBPROJETO IV - Banco de Dados Georelacional;

Como estratégia de sistematização de dados, foram eleitas como subunidades de planejamento e monitoramento do espaço geográfico rural, a Agropecuária, Hidrografia e vegetação natural, enquanto que para o espaço territorial urbano o elemento básico de planejamento será formado pelo Cadastro Técnico Urbano que por sua vez estarão definidos pelo levantamento cadastral imobiliário.

Este ordenamento parte do pressuposto que os trabalhos serão desenvolvidos atendendo a um método de aquisição e geração de dados voltados para a confecção dos concernentes ao Zoneamento Econômico e Ecológico e do Plano Diretor do município de Paraúna.

Desta forma, este projeto de trabalho, além de nortear o ordenamento territorial das atividades produtivas dentro dos limites geográficos do município em questão, será, também responsável pela criação de novos cenários na esfera econômica, social, turística, política e administrativa do município.

Dentre os novos instrumentos a serem criadas pelo projeto destaca-se a construção de uma base digital contendo o Cadastro Municipal de Imóveis Rurais (CMIR), onde a sede da propriedade rural estará georreferenciada ao Sistema Geodésico Brasileiro e dados como área, número de matrícula, nomes dos proprietários serão armazenados num ambiente informatizado.

Outro aplicativo importante também a ser criado será o Sistema Informatizado de Cadastro Imobiliário de Paraúna (SICAP) — Instrumento responsável pelo armazenamento e gerenciamento das informações concernentes aos imóveis urbanos municipais.

Este conjunto de ações supracitadas fornecerá aos dirigentes municipais não só informações sobre a geoespacialização dos problemas existentes sobre o município, como também ferramentas que possibilitem conduzir com mais segurança o conjunto de eventos que contribuirão para com a dinamização da atual administração municipal.

b) Justificativa da Proposição

A confecção do Projeto Paraúna, Município GeoDigital, tem como premissa orientar soluções exequíveis para o planejamento, condução e gerenciamento na administração de um espaço territorial do município nos próximos anos.

c) Objetivos

Geral

- ✓ Elaborar um plano de trabalho que contemple de forma ordenada diretrizes, ações e atividades de curto, médio e longo prazos, voltadas para ampliar a sustentabilidade de atividades desenvolvidas no espaço territorial do município goiano de Paraúna.

Específicos

- ✓ Realizar o levantamento do atual uso e ocupação do solo e vegetação natural remanescente no município;
- ✓ Dinamizar o atual programa de desenvolvimento e divulgação do potencial turístico do município;
- ✓ Criar um programa de educação ambiental regional voltado inicialmente para jovens estudantes do ensino fundamental
- ✓ Dividir a rede hidrográfica municipal em microbacias regionais, assinalando os trechos de matas ciliares que necessitam de reflorestamento ou regeneração natural;
- ✓ Confeccionar um “Banco de Dados GeoRelacional” para armazenar e manipular num ambiente computacional, informações gerais concernentes as diversas secretarias municipais;
- ✓ Incentivar o comércio e a agroindústria local a discutir os novos rumos para a economia do município;
- ✓ Confeccionar um Sistema de Controle de Arrecadação dos tributos referentes a imóveis urbanos (IPTU e ITU) e imóveis rurais (ITR) – previsão futura.

SUB-PROJETO I - Levantamento Cadastral Rural e Urbano

O cadastro oferece ao poder executivo um conjunto de informações de uso múltiplo. É composto por: base cartográfica, cadastro físico-territorial, cadastro de

informações sociais, planta genérica de valores, cadastro de informações econômicas, cadastro de informações rurais.

A seguir, tem-se a descrição das ações empreendidas, na busca da estruturação de uma mesma base de informações, que possa induzir a uma visão sistêmica sobre a ótica desenvolvimentista, levando o município a uma situação competitiva.

- ✓ BASE CARTOGRÁFICA – É o acervo cartográfico Rural e Urbano composto basicamente por: Mapa Geral do Município (Temáticos), Planta de Referência Cadastral Urbana, Planta de Equipamentos e Serviços Urbanos, Planta Genérica de Valores, Planta Quadra.
- ✓ CADASTRO FÍSICO-TERRITORIAL – Contém as informações necessárias para conduzir o planejamento territorial urbano, delimitação de zonas a partir do uso predominante do solo, localização dos equipamentos e serviços urbanos. É composto pelo Boletim de Informações Cadastrais (BIC), onde se registra as características de cada Unidade Imobiliária (UI), necessária ao cálculo e lançamento de tributos imobiliários; pela planta referencial cadastral, que estabelece a codificação dos setores e quadras; e pelas plantas de quadra, composta pelas UIs.
- ✓ CADASTRO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – Gerado pelo Boletim de Informações Sociais (BIS), armazenando dados sobre as condições sociais, demográficas, emprego, educação, habitação, saúde e saneamento. Esta modalidade de informações cadastrais, fornece elementos norteadores para delinear o planejamento de ações que visam a melhoria da qualidade de vida da população.
- ✓ PLANTA GENÉRICA DE VALORES – É elaborada através de pesquisa de mercado por isso é considerado um dos instrumentos mais importantes para melhorar a arrecadação, atuando na cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Territorial Urbano (ITU). Esta planta orienta a fixação prévia de valores básicos unitários dos terrenos, expresso por metro quadrado de área edificada em função do tipo e padrão de acabamento. A PGM reflete os índices de valorização imobiliária, porém, é complexa e deve ser constantemente

- ✓ aprimorada e atualizada, além do que, só possui validade de fato e de direito quando obedece ao rigor das normas de engenharia para avaliações. Sistema Informatizado de Cadastro Imobiliário de Paraúna (SICAP) - O SICAP é um instrumento informatizado construído na linguagem de programação Delphi 5.0 e Interbase 6.0. Foi desenvolvido para controlar as informações concernentes a Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e também o Imposto Territorial Urbano (ITU).

A arquitetura do SICAP é composta por:

- ✓ Controle de usuários do sistema;
 - ✓ Cadastramento de lotes e proprietários
 - ✓ Geração de anuidades (IPTU, ITU)
 - ✓ Posição financeira (Identificação de pagantes e inadimplentes)
 - ✓ Emissão de boletos
 - ✓ Baixa automática dos títulos pagos (Seqüencial fornecido pelo banco)
 - ✓ Relatórios em geral
 - ✓ Pesquisas variadas
-
- CADASTRO DE INFORMAÇÕES RURAIS – É composto por informações que geram ferramentas para avaliar o potencial do binômio agricultura-pecuária na economia local, apontando possíveis pontos de estrangulamento na geração de divisas na receita municipal. O Módulo – Cadastro Municipal de Imóveis Rurais (CMIR) é uma ferramenta dirigida às propriedades rurais, ela armazena e manipula inicialmente informações do tipo: área, nome do imóvel, nome do proprietário, coordenada geográfica de localização da sede. Este segmento de informação será o veículo de ligação entre o município e o Imposto Territorial Rural (ITR) no momento em que esta categoria de tributo passar para a responsabilidade do município.
 - CADASTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS – É composto por um conjunto de informações sobre cada agente econômico: Comércio, serviços essenciais, indústria, agricultura, pecuária, turismo. Estas informações são de

extrema valia para definir o perfil do município no que concerne a fontes de recursos gerados pela cobrança de Impostos Sobre Serviços – ISS.

- CADASTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS – Reporta as informações que dizem respeito a posicionamento, acesso, infraestrutura dos pontos turísticos, unidades visuais.
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEO-RELACIONAL – São aqueles concebidos e implementados com base técnicas que estão relacionadas a ciência da computação (Processamento digital de imagens, Computação gráfica e Banco de dados), além da matemática, utilizando um conjunto de relações referentes a “álgebra relacional”, que inclui operações e conceitos de projeção, seleção, união, interseção e produto cartesiano.

SUBPROJETO II - Programa de Educação Ambiental para o Ensino Fundamental

A expressão “Meio Ambiente” nunca esteve tão em voga como nos últimos tempos. Provavelmente, porque a humanidade descobriu que os recursos naturais não são finitos como até então era conclamado.

Outra particularidade desta transição de milênio, diz respeito a obrigatoriedade da inclusão do fator “variável ambiental” como parâmetro de todas propostas de projetos que possam causar impactos ao Meio Ambiente e conseqüentemente aos seres vivos de uma maneira geral.

Por outro lado, estamos cientes das necessidades mundiais voltadas para alimentar uma crescente população, porém, este programa de trabalho estruturado para atender aos alunos do Ensino Fundamental no Município de Paraúna, tem por objeto principal dar ênfase ao “Desenvolvimento Sustentável” como forma de exploração ordenada e garantia de que os recursos naturais deverão ser utilizados com responsabilidade.

Partindo do pressuposto que para aprender a preservar um ecossistema, a população regional antes de tudo deverá conhecê-lo, surgiu uma lacuna a ser preenchida por material didático que viesse a retratar detalhes básicos deste ecossistema. Para preencher esta lacuna no que tange a material de auxílio didático, foi estruturado o Atlas Geoambiental de Paraúna. Este Atlas (Anexo 8.17) será construído com base em conteúdos que retratam a realidade cotidiana regional no que concerne a flora, fauna,

turismo, recursos hídricos, economia, pecuária, agricultura, base cartográfica, dados estatísticos, dentre outros. Portanto, poderá ser utilizado principalmente para auxiliar os professores nas aulas de educação ambiental, geografia, ciências, biologia, ecoturismo. Inicialmente, a Secretaria Municipal de Educação poderá distribuir a partir do segundo semestre a primeira versão do Atlas Geoambiental de Paraúna, para as escolas de ensino fundamental, na forma de Livro Didático, porém, num futuro próximo o Atlas poderá também ser editado em formato digital e distribuído em mídia magnética tipo CD-ROM. A seguir apresenta-se a estrutura do atlas.

ATLAS GEOAMBIENTAL DE PARAÚNA

Capítulo I – O Mundo em que vivemos

Conteúdo do Capítulo: Mapa do Brasil contendo as unidades da federação e destaque para o estado de Goiás; Aspectos gerais da região Centro-Oeste (texto + mapa da região Centro-Oeste contendo a divisão estadual); Mapa do Estado de Goiás reportando as microrregiões homogêneas com destaque especial para a Microrregião Homogênea do Vale Rio dos Bois; Mapa da divisão administrativa do Estado de Goiás, destacando o município de Paraúna; Domínios morfoclimáticos do Brasil (Texto caracterizando a vegetação do ecossistema Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Zonas Costeiras, faixas de transição; Fotografias coloridas mostrando algumas destas formas de vegetação.

Capítulo II – Origem e evolução de Paraúna

Conteúdo do Capítulo: Texto sobre a História da criação do município; mapas Históricos; Limites intermunicipais descritos pela lei de criação do município; dados numéricos (censitivos) e gráficos estatísticos sobre o perfil do município.

Capítulo III – Paraúna visto por imagem de satélites

Conteúdo do Capítulo: Texto explicativo (conceitos, definições) e diagramas coloridos mostrando de forma clássica as principais aplicações do sensoriamento remoto e como interpretar uma imagem de satélite.

Capítulo IV – Aprendendo a construir e interpretar mapas

Conteúdo do Capítulo: Generalidades, procedimentos para leitura de uma mapa, formas da Terra, Coordenadas geográficas, Paralelos e meridianos, Escalas numéricas e gráficas.

Capítulo V – Flora de Paraúna e o processo de ocupação do cerrado

Conteúdo do Capítulo: Texto apresentando a flora nativa de Paraúna, conceitos de Cerradão, Campo limpo, Cerrado; Plantas alimentares, condimentares, aromatizantes, corantes, taníferas, produtoras de óleos e gorduras, medicinais, ornamentais, empregadas em artesanatos, apícolas e frutíferas com potencial para exploração comercial; Catalogo ilustrado das principais espécies vegetais inventariadas, quadro demonstrativo reportando nomes vulgares, nome científico, principais utilidades e alerta para aquelas espécies em vias de extinção.

Capítulo VI – Macro e micro Fauna de Paraúna

Conteúdo do Capítulo: Microfauna Ilustrada (importância dos invertebrados para a espécie humana – Classes: insetos, aracnídeos, quilópodes e diplópodes, gastrópodes, anelídeos). Macrofauna Ilustrada (Ordem, família, hábitos alimentares, reprodução, outros); Catalogo ilustrado das principais espécies, quadro demonstrativo reportando nomes vulgares, nome científico e alerta para aquelas espécies em vias de extinção.

Capítulo VII – Recursos hídricos superficiais

Conteúdo do Capítulo: Mapa do Brasil reportando as principais Bacias Hidrográficas, Conceitos de: Nascente, córrego, ribeirão, rio, microbacia hidrográfica, bacia hidrográfica (ilustrações utilizando fotos 35mm e imagem de satélites); Mapa da malha hidrográfica de Paraúna contendo subdivisão em subbacias.

Capítulo VIII – Ecoturismo em Paraúna

Conteúdo do Capítulo: Aspectos naturais: Solo, relevo, clima, atrações turísticas; Mapa turístico do município. Destaque especial para a unidade de conservação Serra das Galés (mapa, fotos, outros)

Capítulo IX – Legislação Ambiental

Conteúdo do Capítulo: Importância da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente no equilíbrio do ecossistema (conceitos e definições e valores exigidos pela legislação); Mata ciliar (texto + fotografias 35mm).

Capítulo X – Créditos e referências bibliográficas

SUBPROJETO III - Programa de Divulgação Turística

Segundo Escobar (Folha de São Paulo, 1995) o turismo é apontado como uma das mais dinâmicas atividades econômicas da atualidade, situando-se entre os maiores contribuintes do Produto Interno Bruto Mundial, com receitas da ordem de US\$ 3,4 trilhões anuais conforme a Organização Mundial de Turismo – OMT.

Entretanto, em Paraúna a variável turismo ainda é algo incipiente comparado com o potencial cênico existente no município. Possivelmente porque até então tentou-se trabalhar o turismo de forma pontual ou desordenada.

Por este motivo, uma equipe de técnicos com formação multidisciplinar estudou e discutiu juntamente com a administração municipal da gestão 2001/2004, um conjunto de ações ordenadas a serem implementadas a partir do segundo bimestre de 2002.

Dentre as atividades previstas estão:

- 1) Criação de uma Homepage – www.parauna.go.gov.br (Anexo8.16)

As modernas tecnologias a serviço da informação permitem estudar os dados acumulados sobre os clientes para passar a ser uma comunicação indiferenciada de massa a mensagens com alvo preciso sobre categorias estreitas de clientes, ou mesmo uma informação individualizada; e isto a um custo relativamente baixo comparado aos enormes investimentos nas mídias tradicionais, cujo impacto, quanto mais tangível for o serviço, será menos eficaz. A publicidade e a comunicação via Internet desenvolveram-se consideravelmente e o impacto de uma home-page publicitária em termo de atrativo exerce um maior efeito do que qualquer outra forma de comunicação, já que possibilita

uma relação personalizada com os clientes selecionados (marketing direto). Segundo Bissoli (2001) “a Internet permite mais o marketing direto reduzindo o segmento de clientela-alvo até o indivíduo. Quando este último visita um *site*, pode ser recebido com sugestões de produtos ou de oferta de serviços de acordo com seu estilo de vida”. Tal tecnologia aumenta o valor percebido e permite atuar em todos os aspectos do serviço, a saber:

- ✓ Variedade - uma paisagem virtual pode oferecer uma seleção de vários aspectos de seu produto, permitindo o cliente acessar fontes de informação múltiplas sobre a localidade;
- ✓ Personalização - a grande vantagem da informática é permitir individualizar a oferta;
- ✓ Facilidade e velocidade de acesso - é um ganho de tempo, de deslocamento, de esforço e de não-espera.

Desse modo, pode-se ajustar seus serviços a segmentos estreitos e bem delimitados. Em razão da rede de Internet e dos programas inteligentes que levarão em conta as preferências dos usuários, pode-se recolher, por um custo muito baixo, uma quantidade muito grande de dados sobre os hábitos de viagens de seus clientes, sobre o poder de compra e seus destinos preferidos.

A criação da Homepage – www.parauna.go.gov.br , tem por objetivo globalizar as fontes de divulgação das atividades turísticas, sociais e econômicas do município de Paraúna, estruturada em três idiomas: Português/Inglês/Espanhol, com hospedagem: provedor a ser contratado e com registro do domínio – parauna.go.gov.br - (FAPESP). O conteúdo das páginas apresentam informações:

- ✓ Município - mapa de localização; rodovias de acesso; clima, tipo solo predominante; temperatura média anual; principais rodovias de acesso; distância dos principais centros (Goiânia, Brasília, São Paulo, Cuiabá, Uberlândia, Campo Grande); festas tradicionais, dados socioeconômicos, outros.

- ✓ Turismo - Mapa turístico; roteiros incluindo balneários, unidades visuais (Trilhas autoguiadas, trilhas de aventura, trilhas e passeios para 3ª idade, Informações técnicas sobre cada trilha); balneários;
- ✓ Serviços essenciais – Centro de Atendimento ao Turista, bancos, posto de combustível, farmácias e drogarias, hospitais e postos de saúde, restaurantes, correios, telefonia, etc.
- ✓ Secretarias Municipais – Uma página para cada secretaria com assuntos a serem discutidos com cada secretário municipal.
- ✓ Notícias – Periódicos
- ✓ Observação – Antes de iniciar a construção do site, a equipe consultora visitará cada uma das secretarias municipais no sentido de ouvir suas sugestões e eleger, juntamente com o grupo de gestores municipal, o teor do anteprojeto da home page [www. parauna.go.gov.Br](http://www.parauna.go.gov.Br)

2) Mapa-Folder

A construção e edição do Mapa Folder Turístico – Paraúna (Anexo 8.13), tem por objetivo fornecer ao turista a possibilidade de se posicionar geograficamente e planejar seu passeio turístico durante sua permanência no município. Apresenta-se em dois idiomas: Português/Inglês e patrocinado pelos estabelecimentos comerciais do município.

3) Concurso de fotografias temáticas

O concurso de fotografias temáticas (Anexos 8.14 e 8.19) tem por objetivo criar um novo conceito de concurso de fotografia, envolvendo a comunidade local, ao mesmo tempo em que o resultado do concurso será mais um instrumento de divulgação das belezas naturais de Paraúna em nível local, estadual, nacional e internacional. No sentido de melhor operacionalizar a realização do concurso de fotografias, os organizadores dividiram o mesmo em duas categorias distintas, a saber: profissionais e amadores.

No que concerne à categoria amadora, as atenções estão voltadas para a participação da comunidade local e circunvizinha representada por pessoas que possuam

máquinas fotográficas independentemente de marca ou modelo. O concurso apresenta o despertar da população local para um “novo olhar de Paraúna”, possibilitando um conhecimento efetivo dos ecossistemas locais.

Para alcançar tais objetivos, foi programada a realização de oficinas fotográficas caracterizadas por mini-cursos de fotografias para este público regional, seguidas de uma prática de campo, na forma de safári fotográfico.

O safári fotográfico acontecerá no município, numa atividade que envolverá simultaneamente, turismo e ecologia num trajeto pré-estabelecido na forma de circuito ecológico, elaborado pela comissão organizadora do concurso de fotografias temáticas. Na oportunidade o aluno deverá por em prática os ensinamentos adquiridos durante o curso de fotografias que lhe foi oferecido e aprender um pouco sobre a fauna e flora regional.

No momento da inscrição para o curso de fotografias, na Secretaria Municipal de Turismo de Paraúna, o candidato deverá apresentar especificações, marca e modelo do equipamento fotográfico a ser utilizado durante curso, uma vez que o filme, a revelação e o conteúdo básico do curso estarão associados ao conjunto máquina-fotógrafo, patrocinados pela PMP.

No momento da inscrição para concorrer, o fotógrafo-concorrente estará assinando um termo de cessão de direitos onde à Prefeitura Municipal de Paraúna, poderá utilizar as fotografias como material de propaganda e publicidade turística, na sua home page, em cartões postais, cartões telefônicos e calendários. Composto o acervo publicitário do município.

4) Projeto de sinalização turística

O projeto de sinalização turística – Paraúna, tem por objetivo estreitar as parcerias, pois as mesmas serão doadas por um empreendedor existente no município, razão pela qual, a placa receberá no rodapé o nome da empresa patrocinadora.

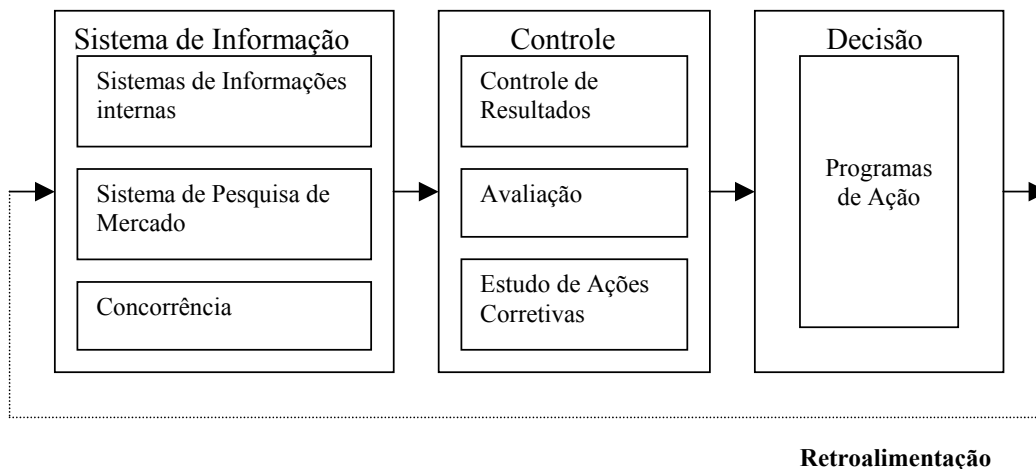
O mapa turístico desenvolvido com base em imagem digital do satélite Landsat 7 e a base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), serão as ferramentas de auxílio ao planejamento da sinalização vertical que orientará o turista nos seus deslocamentos dentro de Paraúna.

Para tanto, existirá no projeto placas sinalizadoras, indicativas e educativas. Todas construídas utilizando o mesmo tipo de material, tamanho de escrita, cor e formato. No que tange a natureza da informação (mensagem), tudo será inicialmente elaborado em escala reduzida (programa de computador), impressa e submetida para apreciação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

SUBPROJETO IV – Bancos de Dados

O banco de dados, segundo Bissoli (2001) “... é uma coleção de numerosas entradas, especialmente organizadas para facilitar a recuperação de informações e a tomada de decisões. Uma base de dados é um corpo de informações derivadas dos ciclos anteriores de atividades e organizado para ajudar na condução dos ciclos futuros. Um banco de dados sobre a capacidade do processo constitui uma coleção organizada de avaliações de capacidades de processos”. A estrutura desse sistema deve conter fases distintas que compõem o processo de tomada de decisões, Figura 15.

Figura 15 - Esquema básico da Estrutura de um Sistema de Informação e Controle



Fonte: Acerenza, 1992.

A palavra “processo” aqui utilizada é uma série sistemática de ações dirigidas à realização de uma meta, no caso, o desenvolvimento competitivo local. Esta definição genérica cobre uma ampla variedade de processos:

- O processo global de gerência de um negócio. Esta é responsabilidade do Chief Executive Officer (CEO), no caso, o gestor municipal.
- As amplas atividades funcionais executadas dentro de grandes funções. Que são os processos funcionais, com sua base de orientação descrito na Fase I – Níveis e Critérios de Análise do Perfil Competitivo Regional – Quadro 06 e Oportunidades de Desenvolvimento – Figura 09, já na Fase III – Estrutura. Onde:

- ✓ Os macroprocessos - amplos sistemas multifuncionais através dos quais são conduzidas as políticas públicas.
- ✓ Os mesoprocessos - são compostos por operações comparativas (apoio, integração, etc.), às vezes chamados de subprocessos ou procedimentos.
- ✓ Os microprocessos – são compostos pelos subsídios necessários para as atuações prioritárias capazes de estruturar programas e projetos específicos.

Como é usado aqui, o termo “processo” inclui os componentes humanos, bem como as instalações físicas e satisfaz os seguintes critérios:

- ✓ **Orientado para metas.** Não se pode planejar no abstrato, somente através do conhecimento da meta a ser alcançada. Para planejar para o desenvolvimento de processos precisa-se antes estabelecer as metas de qualidade desse produto.
- ✓ **Sistemático.** As atividades que compõem um processo são interligadas através de uma visão holística do desenvolvimento dos mesmos.
- ✓ **Capaz.** O resultado final de planejamento para o desenvolvimento de processos tem que ser capaz de atingir as metas de qualidade do produto em condições operacionais.
- ✓ **Legítimo.** O desenvolvimento de processos evolui através de canais autorizados. Ele ostenta a aprovação daqueles a quem foram

delegadas as responsabilidades associadas, instituição do pacto territorial.

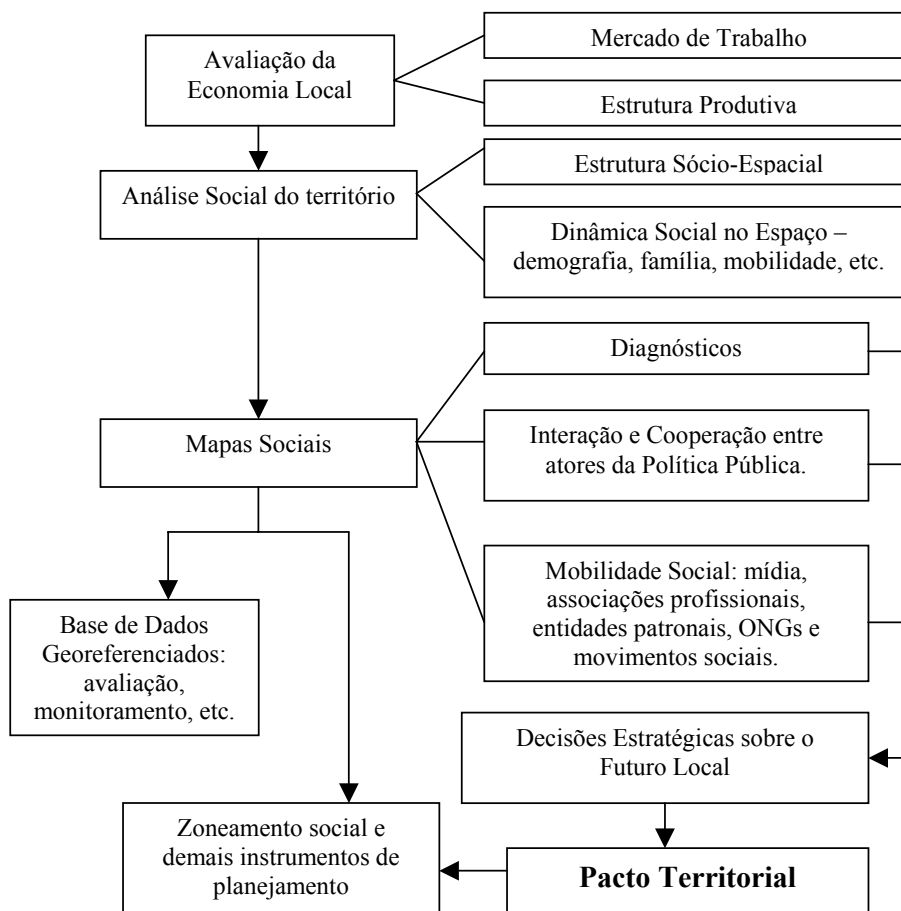
No sentido em que é aqui usado, desenvolvimento de processos é uma expressão abrangente que inclui as atividades de: acompanhamento, avaliação, revisão, escolha e provisão de processos.

5.2.3 Fase III - ESTRUTURA

Como a presente pesquisa-ação sistematizada na forma do Projeto “Paraúna Município Geo-Digital” na Fase III – ESTRUTURA, que é consequência direta das fases anteriores, não se pode prever com exatidão elementos e métodos de trabalho por tratar-se de um método endógeno-induzido. Onde seus atores entram em ação, ou seja, está fase é totalmente construída pelos atores regionais. É a fase onde os atores regionais, sob a forma de uma matriz de parceiros regionais já consolidada, buscam sistematizar os esforços feitos até então, garantindo ao mesmo tempo, a sua continuidade. Com os resultados já alcançados no pacto territorial e nos projetos integradores de desenvolvimento, a nova ótica sistêmica de desenvolvimento regional necessita garantir a sua permanência com uma estrutura dedicada a este fim, rompendo com a ótica desenvolvimentista antiga, limitada política, setorial e geográfica. O ponto aqui em questão é a viabilidade do projeto a médio e longo prazo.

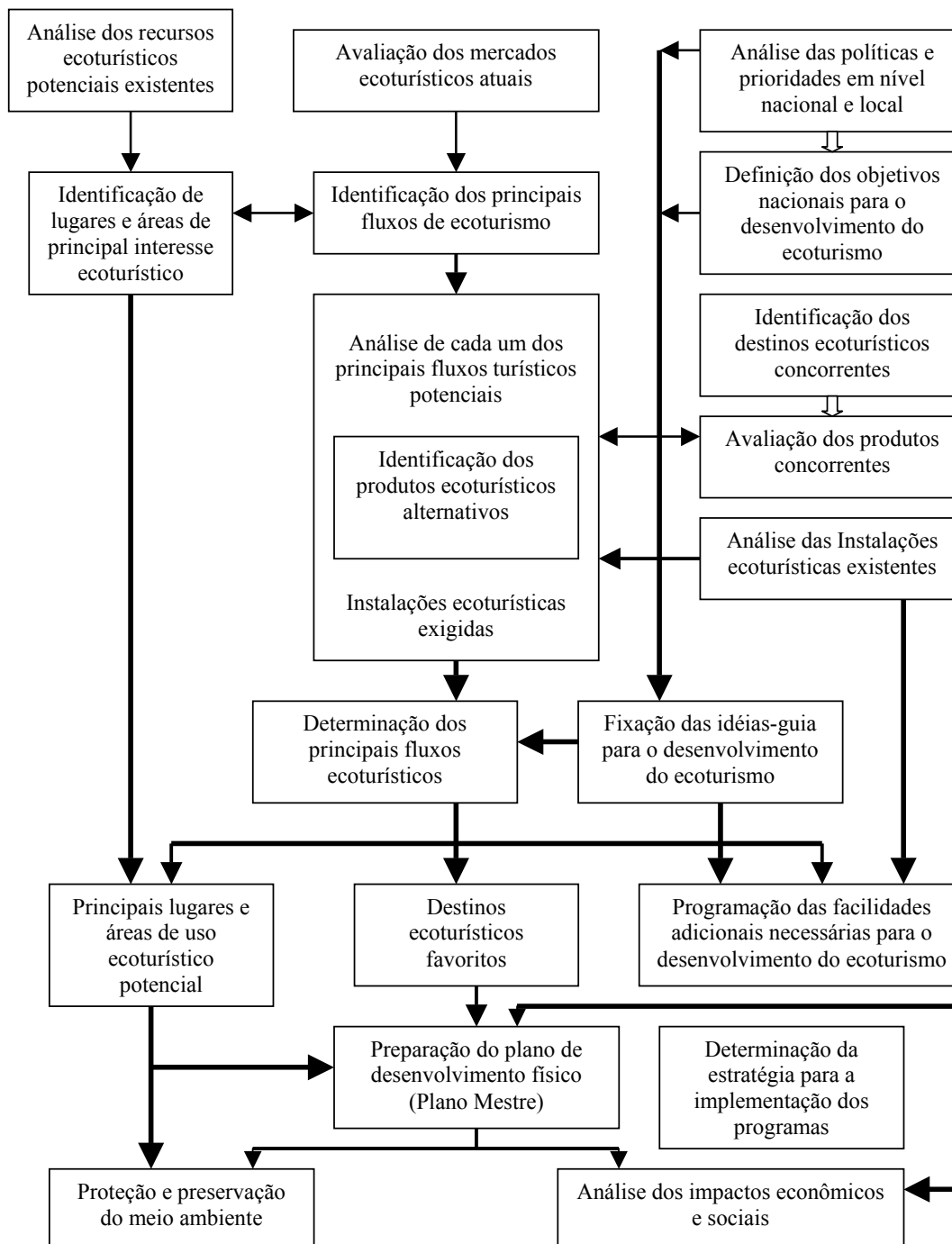
A seguir tem-se nas Figuras 16 e 17 o processo de construção de análise do espaço e o diagrama da competitividade sistêmica.

Figura 16 – Processo de Construção da Análise do Espaço



Fonte: Própria

Figura 17 - Diagrama da Competitividade Sistêmica do Ecoturismo



Fonte: Adaptado do modelo de planejamento turístico de Acerenza, 1992.

Nas Figuras 16 e 17, tem-se a estruturação de competitividade sistêmica local, cujo objetivo é visualizar a situação competitiva regional, relacionando os principais elementos das análises feitas para os três níveis competitivos (macro, meso e micro), que apesar de suas limitações, possibilita a identificação dos gargalos competitivos e das prioridades de ação, constituindo um instrumento de avaliação constante para os atores regionais.

Com isso, os atores regionais em seus diferentes níveis são levados a perceberem a inter-relação entre situações próprias e comuns, levando-os à cooperação como forma de solucionar seus problemas.

5.3 Conclusão

Para as organizações dedicadas ao ecoturismo se conscientizarem do seu espaço e papel na atividade, é importante que cada uma delas perceba as diferentes necessidades das comunidades locais e que alinhe esses grupos com as estratégias nacionais de conservação/desenvolvimento. O método aqui descrito foi idealizado para demonstrar aos interesses setoriais como eles se inter-relacionam com outros setores, revelando, por meio disso, novas oportunidades para a conservação e desenvolvimento possam trabalhar juntos. Esse processo adota as áreas de proteção como foco para favorecer os valores das comunidades locais, enquanto proporciona educação para os turistas, em relação tanto às questões de conservação quanto às da própria comunidade local.

O maior acesso a informação garante à população local maior espaço no planejamento e no processo de tomadas de decisão. A educação desempenha um papel poderoso no aumento do envolvimento da população local.

Os programas apresentados e outros similares acabam levando a um maior controle local sobre as áreas de proteção e a atividade turística. Portanto, a população local ao se envolver no estudo, na discussão e no planejamento das estratégias de controle do processo de tomadas de decisão relativo ao desenvolvimento, está adotando um passo crucial no aumento e na valorização de seu papel no ecoturismo e no desenvolvimento local.

Crocker (citado em Encel & Encel, 1991:150) sustenta que o ecodesenvolvimento participativo é um meio de confrontar os efeitos danosos do turismo. O ecodesenvolvimento participativo inclui elementos de cooperação, autogestão, co-gestão e solidariedade. Embora a maioria dos países subdesenvolvidos admita que os velhos modelos econômicos não funcionem e só beneficiem os países desenvolvidos, os quais acabam controlando a economia, existem modelos alternativos, como foram relacionados nesta pesquisa, funcionando atualmente de diversas formas.

A resposta ao problema da pesquisa foi dada através da soma de dados descritivos coletados com a percepção dos entrevistados, os quais foram analisados sob a ótica do referencial teórico proposto. Conforme as perguntas da pesquisa, pode-se salientar que o referencial teórico foi balizar nesta pesquisa-ação. Este procedimento foi adotado devido à falta de um modelo adequado ao caso, usando-se um cruzamento de princípios de gestão da qualidade e produtividade para a questão do ecoturismo na forma de um modelo competitivo para o desenvolvimento local, objetivando legitimar o ecoturismo como ferramenta de promoção do desenvolvimento do município de Paraúna/GO, através do seu gerenciamento pelos atores regionais, garantindo a sustentabilidade das áreas naturais e melhoria da qualidade de vida da população local.

CAPÍTULO 6 CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

6.1 Conclusões Finais

O trabalho propôs um modelo de ecoturismo competitivo como contribuição para o desenvolvimento local na menor unidade federativa, o município, que no caso é Paraúna/GO. A inserção do modelo ocorre através do desenvolvimento endógeno, auto-centrado, participativo e articulado com os diversos segmentos sociais. Esta ação é uma construção permanente, que vai da sedução até a conquista, que teve seus primeiros ensaios nos diversos eventos, patrocinados por todo o tipo de público, num resgate da auto-estima local e na consolidação do pacto territorial. O resultado provável deste modelo competitivo de desenvolvimento é a eficácia/eficiência econômica, respaldado pela prudência ecológica e a justiça social, que só será possível a médio e em longo prazo.

Neste aspecto, ao estruturar as ações específicas indutoras de ordenação geopolítica e administrativa, foi dado o primeiro passo para a construção uma base sólida de informações dos atrativos do município, oportunizando seu pronto acompanhamento, avaliação e revisão.

As lideranças da região possuem um viés político muito grande, o que provoca constantemente divisões em prol de interesses particulares, o que tem exigido um esforço de articulação contínua, mas por se tratar de uma comunidade pequena não é difícil sensibilizar os atores locais que eles constituem os agentes de mudança.

O intuito de combinar o levantamento de dados quantitativos com o resgate do capital social local ficou evidente que os resultados quantitativos são insignificantes diante de um universo a ser valorizado.

O turismo nesta pesquisa é conduzido de forma integrada ao processo de planejamento mais amplo, a fim de promover determinadas metas de melhoria ou maximização econômica, social e ambiental, por meio do desenvolvimento do ecoturismo adequado. Conseqüentemente, sua condução deve ser um processo baseado na pesquisa e avaliação, com objetivo de otimizar o potencial de contribuição do ecoturismo ao bem-estar humano e à qualidade do meio ambiente.

As ações necessárias para dar prioridade máxima ao desenvolvimento competitivo envolvem mudanças que afetam todas as sociedades, já que são meras correções em processos gerenciais e ou tecnológicos. Entretanto, qualquer mudança pretendida consiste, na verdade, em duas mudanças: a mudança pretendida e a consequência social da mudança pretendida. A consequência social é a causadora de problemas. O problema nasce de um choque de duas culturas: a dos defensores da mudança e a da sociedade receptora.

Mudar uma organização social para que ela tenha uma visão estratégica de desenvolvimento competitivo é uma tarefa complexa a ser executada. A escolha da forma que esta mudança ocorrerá, dependerá das necessidades e possibilidades da organização, de seus atores regionais, além dos recursos disponíveis.

A mudança é um processo lento e traz consigo especificidades entre os espaços sub-regionais e intermediários (estados e municípios) e conseqüentemente entre as instâncias político-administrativas correspondentes. Nesse sentido, a organização social deve aprender a se tornar adaptável às mudanças em seu ambiente.

Para a governância mais efetiva do território a ação conjunta entre universidades/institutos de pesquisa, governo e meio empresarial fundamenta-se de forma balizar para o desenvolvimento do modelo aqui apresentado.

Assim, a abordagem utilizada nesta pesquisa, identifica duas grandes limitações: a primeira de ordem conceitual que ainda não se define oficialmente, de maneira clara, o que se entende por desenvolvimento, sustentabilidade e ecoturismo; e a segunda de ordem operacional através da aplicação do modelo onde a terceira fase – Estrutura – cujos resultados preliminares não serão suficientes para realizar-se uma validação do modelo teórico quanto do método proposto de desenvolvimento competitivo local, haja vista, que a proposta aqui definida tratar-se-á da viabilidade do projeto.

Apesar dos resultados ainda parciais, a implementação do método através do projeto de Paraúna Município GeoDigital, permite concluir que se forem bem gerenciados durante os próximos anos, com certeza poderão alterar de forma significativa o perfil competitivo da região.

Portanto, o modelo proposto considerado no referencial teórico como sendo um novo paradigma de desenvolvimento competitivo regional é válido e se configura como tal.

6.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Este trabalho apresentou a aplicação do método de Pires (2001) na menor unidade federativa, o município, e no alvo de estudo o turismo, que segundo sua pesquisa original, foi a única cadeia produtiva, sobre a qual não foi elaborado nenhum projeto de desenvolvimento, onde a iniciativa não obteve resultado.

Nesse sentido, uma continuação natural deste trabalho seria:

- ✓ Aplicação do método em outros cenários turísticos;
- ✓ Estudo da validação do modelo proposto na região;
- ✓ Estudo do Impacto Ambiental da proliferação de pivô central e seus reflexos no potencial turístico do município;
- ✓ Estudo da vinculação do ecoturismo com o turismo esotérico;
- ✓ Estudo da Cadeia Produtiva da região;
- ✓ Estudo de levantamento e reconstrução do acervo cultural do município;
- ✓ Estudo e revisão do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, pois apesar de uma série de equívocos cometidos em sua operacionalização, não se pode negar que com ele se cria a possibilidade de o turismo ser pensado na instância do lugar e para atender, sobretudo ao interesse de seus moradores.

Portanto, espera-se que este trabalho tenha continuidade em sua aplicação em outras esferas territoriais, que mesmo não tendo o tempo necessário de validação do método, pode-se garantir que sua aplicação prática demonstrou um potencial de atuação amplo, e que pode levar a melhoria das condições sociais e econômicas em muitas outras regiões do país e que venham a definir como modelo teórico de desenvolvimento regional brasileiro.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERENZA, Miguel A. Administración del turismo: planificación y dirección. 2. ed. México, editorial Trillas, v. 2, 1992.

AGENDA 21. Cúpula da Terra: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Centro de Informações das Nações Unidas, 1992.

_____. Brasileira. Bases para discussão/ por Washington Novaes (coord.) Otto Ribas e Pedro da Costa Novaes. Brasília: MMA/PNUD, 2000, p. 196.

AGRUPAMENTOS (Clusters) de pequenas e médias empresas: uma estratégia de industrialização local. Brasília, DF, CNI, 1998.

ALLEN, T. F.H. et al. The Ecosystem Approach: Theory and Ecosystem Integrity. Canada: International Joint Commission United States and Canada, 1997.

ALTENBURG, HILLEBRAND e MEYER-STAMER. Policies for building systemic competitiveness: conceptual framework and case studies of Korea, Brazil, México and Thailand, Berlim, German Development Institute, 1997.

ANDRADE, José Vicente de. Turismo Fundamentos e Dimensões. São Paulo, Ática, 1992.

BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.

BARONI, M. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 32, n. 2 p. 14-24, abr/jun, 1992.

BARRETO, M. Manual de iniciação ao estudo do turismo. São Paulo, Papirus, 2000.

BARROS, Patrícia Matos de. Modelo de planejamento para implementação e desenvolvimento do ecoturismo: diagnóstico ecoturístico – Estudo de caso. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BATISTA, Paulo Nogueira. O novo fator do desenvolvimento. Rumos, Rio de Janeiro, n. 102, jul/ago, p. 23-27, 1993.

BEBBINGTON, A. Capitals and Capabilities. A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes. London: IIED-DFID, Policies that Work for Sustainable Agriculture and Regenerating Rural Economies, January 1999, 54 p.

- BELLIA, Vitor. *Introdução à Economia do Meio Ambiente*. Brasília: IBAMA, 1996.
- BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo*, São Paulo: Editora senac, 1997.
- BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- BERTINI, Silvano, BALDONI, Gianluca, MILLER, Lee M. e PAPINI, Paola. *Small-firm consortia in Italy: an instrument for economic development*. Paper apresentado a UNIDO sob o projeto US/GLO/95/144, 1997.
- BERTINI, Silvano. *SMEs, Industrial development and competitiveness in Italy, Asia-Europe*. SME Conference, Itália, 1998.
- BIANCHI, Patrizio. *Nuevo enfoque em el diseño de políticas para las pymes: aprendiendo de la experiencia europea*. Buenos Aires, CEPAL, 1997.
- BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. *Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação*, São Paulo, Futura, 2001.
- BOCKING S. *Visions of Nature and Society: a History of the Ecosystem Concept*. Waterloo: Alternatives, v.20, n.3, 1994.
- BOISIER, Sergio. *Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector publico*. Santiago do Chile, CEPAL, 1995.
- _____, Sergio. *La política regional em América Latina bajo el signo de la globalización*. In: *A política regional na era da globalização*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, coleção Debates, n. 12, 1996 a, p.83-110.
- BOO, Elizabeth. *Ecoturismo, potenciales y escollos*. Washington D. C.: WWF – World Wildlife Found e The Conservations Foundation, 1990.
- _____, Elizabeth. “O Planejamento Ecoturístico para Áreas Protegidas”. In: LINDBERG, Kreg & HAWKINS, Donald E. (ed.) *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995. p.31-58.
- BRANDON, Katrina. 1995. “Etapas Básicas para incentivar a Participação da Comunidade em Projetos de Turismos de Natureza”. In: LINDBERG, Kreg & HAWKINS, Donald E. (ed.) *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, p.225-256.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal, p. 292, 1988.
- BRITO, Adriana Fernandes de, BONELLI, Regis. *Políticas industriais descentralizadas: as experiências européias e as iniciativas sub-nacionais no Brasil*. In: *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, IPEA, n. 15, jun/1997, p. 163-208.

- BRÜGGER, Paula. Educação ou adestramento ambiental? São Paulo, Letras Contemporâneas, 1994.
- BUTLER, R. HALL, C. M. and JENKING, J. (eds). Tourism and recreation in rural areas. John Wiley and Sons, Chichester, 1998.
- CALDWELL, Lynton K. Uma política mundial para o meio ambiente. Correio, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, mar. P. 4-7, 1973.
- CALGAGNO, E. Evolución y actualidad de los estilos de desarrollo. Revista de la CEPA. Nº 42, 55-67, 1990.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo, Cultrix, 1982.
- CARLOS, ANA F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo, Hucitec, 1996.
- CASAROTTO Filho, Nelson e PIRES, Luis Henrique. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana, São Paulo, Atlas, 1998.
- CASTRO, J. Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro. Antares/Achiamé, 1985.
- CAVACO, Carminda. Turismo Rural e Desenvolvimento Local. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.) Geografia e turismo reflexões: teóricas e enfoques regionais. São Paulo, Hucitec, 94-121, 1996.
- CMMD – Relatório de de Brundland, São Paulo, FGV, p.46, 1988.
- COMISSÃO Mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, FGV, p.44-50, 1988.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Agenda 21. RJ, Centro de Informações das Nações Unidas, 1992.
- CNI. Idealismo Pragmático. Revista CNI, Rio de Janeiro, FGV, p.24-27, 1995.
- DALLA VALENTINA, Luis V. O. Desenvolvimento de um modelo integrado de reengenharia de processos com melhoria contínua para o redesenho de processos. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 1998.
- DEADEN, P., MITCHELL, B. The Ecosystem Approach. In: Environmental Change and Challenge: the Canadian Perspective. Toronto: Oxford University Press, 1998.
- DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO – MICT/MMA, Brasília, EMBRATUR/IBAMA, 1994.

- EDWARDS, A. et al. Sustainable Tourism? Londres. G. K. Priestley, 1998.
- EMBRATUR, Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais. Brasília, OMT e Ministério da Indústria e do Turismo, 1995.
- _____, Política Nacional de turismo (1996-1999). Brasília, Embratur, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e Instituto Brasileiro de Turismo, 1999.
- _____, A indústria do Turismo no Mundo e no Brasil, {internet}. EMBRATUR, Disponível: www.Embratur.gov.br {2001}.
- ENCEL, J. R. and ENCEL, J. C. Ethics of environmental development: global challenge and international response. University of Arizona Press: Tucson, 1991.
- FENNELL, David A . Ecoturismo – uma introdução; tradução de Inês A . Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.
- FLEURY, Afonso e FLEURY, Maria Tereza L. Estratégias empresariais e formação de competências. São Paulo, Atlas, 2000.
- FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Turismo, jun, 1995.
- FUSTER, Luiz Fernandez. Teoria y Técnica Del Turismo. Madri, Nacional, 1973.
- GALVÃO, Antônio C. e VASCONCELOS, Ronaldo R. Política regional à escala subregional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional. Rio de Janeiro, IPEA, 1999.
- GARAFOLI, G. New firm formation and local development: the Italian experience. Entrepreneurship & Regional Development, , 1992.
- GAZETA MERCANTIL – Análise Setorial: Operadoras de turismo e agencias de viagens, jul. 2000.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUIMARÃES, Fausto. O Brasil na Conferencia de Estocolmo. Ecologia & Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, maio, p. 39-41, 1992.
- HALL, Colin Michael. Tourism and politics. New York. Wiley, 1994.
- _____, Colin Michael. Planejamento turístico – políticas, processos e relacionamentos. São Paulo, Contexto, 2001.
- HIRSCHMAN, A. O. Introduction: Political Economics and Possibilism. IN: HIRSCHMAN, A. O . A bias for hope: essays on development and latin American. New Haven and London, Yale University Press, 1971. 16.
- HIRSCHMAN, A. O. Auto-Subversão – Teorias Consagradas em Xeque. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

IBGE – Anuário Estatístico do Estado de Goiás. IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IGNARRA, Luiz R. Planejamento turístico municipal: um modelo brasileiro. São Paulo, CTI Edições Técnicas, 1991.

_____, Luiz R. Fundamentos do Turismo. São Paulo. Pioneira, 1999.

INTERNATIONAL COUNCIL FOR LOCAL ENVIRONMENTAL INITIATIVES (ICLEI). The Local Agenda 21 Planning Guide. Toronto. CA, ICLEI, 1996.

INTERNATIONAL DEVELOPMENT RESEARCH CENTRE - IDRC, Canadá in the World: New Challenges for CIDA. Ottawa, n. 95, 1995 (<http://acdici-da.gc.ca/express/dex/dex9508.htm>).

IUCN-UNEP-WWF. Cuidando do Planeta Terra: Uma Estratégia para o Futuro da Vida. São Paulo: Editora CL-A Cultural, 1991.

KANAFU, Rémik. Turismo e Território. “Por uma abordagem científica do turismo”. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.) Turismo e geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, pp. 62-74, 1996.

KAY, J.J. On the Nature of Ecological Integrity: Some Closing Comments. In: WOODLEY, S. et al (orgs.), Ecological Integrity and the Management of Ecosystems. Florida: St. Lucie Press, 1993.

_____. Huron Natural Area Co-operative Project. Waterloo, 1994.

KAY, J.J., SCHNEIDER, E. Embracing Complexity: the Challenge of the Ecosystem Approach. Waterloo: Alternatives, v.20, n.3, 1994.

KLIKSBERG, B. El rol Del capital social y de la cultura em el processo de desarrollo. IN: KLIKSBERG, B. e TOMASINI, L. Capital Social y Cultura: claves estratégicas para el desarrollo. Buenos Aires: BID/FCE, 2000.

KLIKSBERG, B. O desafio da exclusão: para uma gestão eficiente. São Paulo, FUNDAP, 1997.

KOTLER, Philip. HAIDER, D. H. e REINI I. Mercadotecnia de localidades. Tradução: Luz Broissin. México: Diana, 1994.

LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César (organizadores). Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva. M. MARCONI, Marina. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1993.

LAUSËN, J. R. A generalization of the growth pole notion. En R. S. Thomas Proceedings of the Commission on Regional Aspects of Development of the IGU, v.1, Canadá, 1994.

LELÉ, S. Sustainable development: A critical review. *World Development*, v.6. 19. In: VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector, R. A evolução das políticas ambientalistas no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, UNICAMP, 1995.

LUBCHENCO, J., et. al. "The Sustainable Biosphere Initiative: an ecological research agenda". *Ecology*. 1991 V.72. 371-412.

LUDWIG, Donald; HILBORN, Ray & WALTERS, Carl. "Uncertainty, Resource Exploitation and Conservation: Lessons from History". *Ecological Applications*. 1993 v.3. n.4.547-549.

MAIMON, Dália. *Ensaio sobre Economia do Meio Ambiental*. Rio de Janeiro: APED- Associação de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento, 1992.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, N. 15, 2000, 53-86.

MANGEL, Marc; HOFMAN, Robert J.; NORSE, Elliot. A . & TWISS Jr., John. R. "Sustainability and Ecological Research". *Ecological Application*. V. 3 .n. 4 573-575, 1993.

MANUAL DE ECOTURISMO. Assistência técnica ao setor do turismo – Brasil. Commission Dês Communautés Europeennes. EMBRATUR/MICT/IBT, maio, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. São Paulo. Atlas, 2000.

MARTINE, George. *População: meio ambiente e desenvolvimento*. Campinas: UNICAMP, 1996.

MASUTTI, S. L. Modelo para o desenvolvimento produtivo planejado: Uma aplicação à região sudoeste do Paraná. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

MAX-NEEF, Manfred A . *Desarrollo a Escala Humana: Conceptos, Aplicaciones y algunas Reflexiones*. Montevideo, Noraan Comunidad/ICARIA, 1994.

MCCOOL, S. F. Planning for sustainable nature dependent tourism development: the limits of acceptable change system. *Tourism Recreation Research*, 1995.

MCINTOSH, Robert. *Tourism, principles, practices and philosophies*. Columbus: Grid, 1972.

_____, Robert e GUPTA, Shashkant. *Turismo Planeación, Admisnistración y Perspectivas*, Cidade do México: Imusa Grupo Noriega Editores, 1993.

MEADOWS, Donella. H. *Limites do Crescimento*. São Paulo, Perspectiva, 1973.

MEADOWS, D. H. et al. Más allá de los límites del crecimiento. Madrid: El País Aguilar, 1993.

MERICO, Luiz F. K. Introdução à Economia Ecológica. Blumenau, FURB, 1996.

MIECZKOWSKI, Z. Environmental issues of tourism and recreation. University Press of America, Inc: Lantarn, Maryland, 1995. p. 459.

MILLÁN CONSTAÍN, Felipe. Competitividad internacional de regiones. Santiago do Chile, CEPAL, 1994.

MILONE, Paulo C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: Equipe de professores da USP. Manual de economia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MIRANDA, E. E. de. A ecologia. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MOONEY, Harold A. & SALA, Osvaldo E. "Science and Sustainable Use". Ecological Applications. V. 3 n. 4. 564-566, 1993.

MORAN, E.F. Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica. São Paulo: EDUSP, 1994.

MORCILLO, Francisco Mochon. Elementos de Economia. Unknow, 1993.

_____, Francisco Mochon. Introducción al analisis economico. McGraw-Hill, 1987.

MORIN, E. Sociologia: a sociologia do microsocia ao macroplanetário. Portugal: Publicações Europa-América, 1984.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1988.

OECD. Local economies and globalization. Paris, 1995.

OECD. Development Assistenca Committee. Shaping the 21st century: the contribution of development co-operation. Paris, 1996.

OMT – Organização Mundial de Turismo. Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizações Locais, EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, 1995.

OMT, Lo que todo Gestor Turístico Debe Saber – Guia Práctica para el Desarrollo y Uso de Indicadores de Turismo Sostenible, Madri: Organización Mundial de Turismo, 1997.

PELLEGRINI FILHO, Américo. Ecologia Cultural e Turismo, Campinas: Editora Papirus, 1993.

PIRES, Márcio. Construção do Modelo Endógeno, Sistêmico e Distintivo de Desenvolvimento Regional e a sua Validação Através da Elaboração e da Aplicação de uma Metodologia ao Caso do Mercoeste. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PIRES, Paulo S. A Dimensão Conceitual do Ecoturismo – Visão e Ação. V.1 n.1 75-91, 1998.

PITELKA, Louis F. & PITELKA, Frank A. “Environmental Decision Making Multidimensional Dilemmas”. *Ecological Applications* v. 3 n. 4 566-568, 1993.

POMPILIO, M. J. O Homem e as inundações da bacia do Itajaí: uma contribuição aos estudos da geografia do comportamento e da percepção na linha da percepção ambiental. 1990. Tese (Doutora em Geografia), USP, São Paulo.

PORTER, Michael. Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, Nov/Dec, 1997, p. 77-90.

_____, Michael. What is strategy? *Harvard Business Review*, Nov/Dec, 1996, p. 61-78.

PRIGOGINE, I., STENGERS, I. A nova aliança: metamorfose da ciência. Brasília: UNB, 1997.

PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO – PNMT. Procedimentos do PNMT. Programas Nacionais, Brasília: EMBRATUR, 1999.

PRORENDA – Programa do desenvolvimento local sustentável no RS, 2002, www.scp.rs.gov.br/gtz

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUELHAS, Osvaldo L. O Papel do Latec, do Neict e da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da UFF como Facilitadores no Processo de Construção e Difusão do Conhecimento Tecnológico e dos Modelos de Gestão, com Base na Pesquisa Aplicada e nas Parcerias com as Micro e Pequenas Empresas. Artigo. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense - LATEC, 2001.

RIST, G. La cultura y el capital social: cómplices o víctimas del “desarrollo”. IN: KLIKSBERG, B. e TOMASINI, L. Capital Social y Cultura: claves estratégicas para el desarrollo. Buenos Aires: BID/FCE, 2000.

RODRIGUES, Adyr B. (org). Turismo e Geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, Hucitec, 1996.

RODRIGUES, Adyr B. (org). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo, Hucitec, 1997.

ROJAS, Álvaro L. Desarrollo regional a través del estímulo a las empresas de pequeña dimensión. Una respuesta para el diseño y puesta en práctica de programas de promoción. Chile, 1995. Tese (Doutorado). Departamento de Ingeniería de Organización, Administración de Empresas y Estadística. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Industriales.

RUSCHMANN, Doris. Turismo e Planejamento sustentável – a proteção do meio ambiente. Campinas/SP, Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Revista do PNMA, 1993.

SALAMA, P. DESTREMAU, B. O Tamanho da Pobreza. Rio de Janeiro, Garamond. 2001.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo, Hucitec, 1985.

_____, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

SCHMIDHEINY, Stephan. Mudando o Rumo: Uma perspectiva Global sobre Desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992.

SELVA, Vanice. S. F. & COUTINHO, Solange. F. S. “Ecoturism X Ecological Tourism in Brazil: A necessary distinction?”. Annals of Second International Congress & Exhibition on Ecoturism. Salvador. Biofera. p. 26-28, 2000.

SEN, Amartya. Desenvolvimento com liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SENGE, Peter. A Quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo, Best Seller, 1990.

SHRIVASTAVA, Paul e HART, Stuart. Por uma gestão ambiental total, HSM Management, São Paulo, nº 06, p. 92 a 96, Janeiro-Fevereiro, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Refletindo a pesquisa participante. São Paulo, Cortez, p. 161-162, 1997.

SINGER, P. “Por uma economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo”. Revista proposta, n. 72 (mar), Rio de Janeiro, FASE, p. 6-13, 1997.

SOUZA, Marcelo J. L. Planejamento integrado de desenvolvimento: natureza, validade e limites. São Paulo, Terra Livre, nº 10, 123-139, AGB-SP, 1992.

SOUZA, Marcelo José. “O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, in: Castro, Iná et al., Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento de uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. Rio de Janeiro. Revista Território, ano 1 nº 1.5-25, 1996.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva. Rumo à prática empresarial sustentável. ERA, São Paulo, v. 4, n. 33, jul/ago, p. 40-52, 1993.

STARKE, Linda. Sinais de esperança: lutando por nosso futuro comum. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

STEER, Andrew. Meio Ambiente e Desenvolvimento. Finanças & Desenvolvimento, Rio de Janeiro, jun, p. 18-23, 1992.

STRONG, Maurício. O destino da terra está em nossas mãos. Ecologia & Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, mai, p. 12-15, 1992.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo, CORTEZ, 1986.

TORRE, Oscar De La. El turismo, fenómeno social. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômico, 1992.

TOURISM CONCERN. Beyond the green horizon: Principles for sustainable tourism, Reino Unido, Fundo Mundial para a Natureza, 1992.

TRIVINÕS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VALADAO, A. Capital social y poder. IN: KLIKSBERG, B. e TOMASINI, L. Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo. Buenos Aires: BID/FCE, 2000.

VEIGA, J. E. A Face Territorial do Desenvolvimento. In: Taller sobre Desarrollo Rural. Anais, Madrid, 2000.

_____, J. E. O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. São Paulo, NEAD, 2001.

WAHAB, Sahah-Eldin A . Introdução à Administração do Turismo. São Paulo, Pioneira, 1977.

WALLACE, G. e PIERCE, S. M. An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil, Annals of Tourism Research, 1996.

WEARING, Stephen e NEIL, John. Ecoturismo, impactos e possibilidades. Manole, São Paulo, 2001.

WWF-Brasil. Certificação em Turismo: Lições Mundiais e Recomendações para o Brasil. Coordenação Sérgio Salazar; Revisão de Ana Cláudia Barbosa. Série Técnica – Programa de Turismo e Meio Ambiente, Brasília, 2001.

YIN, Robert K. Case Study Research: Design and Methods. Thousands Oaks : SAGE,1994.

ZIFFER, K. Ecotourism: The Uneasy Alliance. Conservation International and Ernst and Young, Washington, DC, 1989.

INVENTÁRIO/DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE PARAÚNA/GO

1. INTRODUÇÃO

Este relatório é o resultado final das atividades de pesquisa executada no município de Paraúna, Estado de Goiás.

O trabalho de pesquisa teve início no segundo semestre de 2001, logo após acordo verbal com o gestor municipal, que deu todo apoio logístico para sua realização. Todos os dados aqui apresentados foram obtidos por meio de levantamentos de pesquisas e trabalhos já realizados na região do Município de Paraúna.

Os trabalhos de mapeamentos foram executados pela Empresa Geo-Carta (Consultoria e Projetos) contratada pela Prefeitura Municipal de Paraúna, sobre minha coordenação, e a parte de pesquisa de campo, com o apoio dos alunos dos cursos tecnológicos de Hotelaria e Turismo do CEFET-GO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.

1.2 Apresentação e Histórico

O município pesquisado de Paraúna situa-se na região Centro-Oeste do Brasil, no Estado de Goiás, na Mesorregião do Sul Goiano, na Microrregião do Vale do Rio dos Bois localizado a 158 Km de Goiânia, capital do Estado e a 365 Km de Brasília capital do país.

Paraúna, localiza-se a 16° 56' 52" S e 50° 26' 55" W Gr , a 721 m de altitude, com uma área de 3.823 Km². Ver anexos 8.6, 8.7 e 8.8, mapeamento da área de estudo.

Os municípios limítrofes de Paraúna são:

Ao Norte: São João da Paraúna, Aurilândia e Cachoeira de Goiás

Ao Sul: Acreúna, Santo Antônio da Barra e Rio Verde

Ao Leste: Palminópolis e Jandaia

Ao Oeste: Ivolândia e Montividiu

A microrregião do Vale do Rio dos Bois localiza-se a sudoeste da microrregião de Goiânia, onde está situada a capital do Estado, Goiânia. Compõe-se de treze municípios: Acreúna, Campestre de Goiás, Cezarina, Edealina, Edéia, Indiara, Jandaia, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, **Paraúna**, São João da Paraúna, Turvelândia e Varjão. Nenhuma das cidades desta microrregião destaca-se como centro regional, dependendo da prestação de serviços de centros regionais como Goiânia. Destacam-se como municípios de potencial turístico, segundo a EMBRATUR, Jandaia e Paraúna.

O acesso principal ao município é feito pela BR-060, Goiânia, Trindade, Santa Bárbara, Claudinápolis, Nazário, entrando a direita a GO-320 – Indiara, Jandaia e Paraúna. Via GO-050, Goiânia, trindade, Campestre, Palmeiras, Palminópolis, São João da Paraúna e Paraúna. Distante de Goiânia a 158 Km, Brasília a 365 Km, Belo Horizonte a 1.062 Km, São Paulo a 1.075 Km e Rio de Janeiro a 1.464 km.

O município de Paraúna conta com uma rede de estradas vicinais, interligando fazendas, estando a maioria, em boas condições de tráfego, exceto no período de chuva.

Destaca-se como área de preservação a RPPN, Serra das Gales e ainda em processo de criação o Parque Estadual de Paraúna com 3250 ha, e como nas demais regiões do Estado sofre sérios efeitos do desmatamento.

O município de Paraúna foi criado pelo Decreto Lei de numero 5.108 de 10 de novembro de 1934, sendo desmembrado do município de Palmeiras de Goiás. Paraúna na língua tupiguarani quer dizer Rio Preto, “para” significa rio e “una” significa preto. Paraúna é uma cidade sem memória significativa, seu acervo cultural precisa ser levantado ou reconstituído.

Segundo dados do IBGE (Censo, 1996), a população total do município é de aproximadamente 10.851 habitantes, sendo 7.677 na zona urbana e 3.184 na zona rural, com densidade demográfica de 2,88 hab/Km², caracterizando uma alta taxa de urbanização, associada a intensa mecanização do campo. Ver anexo 12 de uso da terra.

1.3 Classificação turística do Município de Paraúna

Segundo a Deliberação Normativa nº 417 de 13 de dezembro de 2000, edita a relação dos municípios prioritários para o desenvolvimento turístico, classificando-os segundo suas características físico-geográficas, histórico-culturais e econômicas. Cuja

pesquisa é realizada com base nos dados coletados através do formulário RINTUR – Roteiros de informações turísticas, o qual identifica os municípios prioritários para o desenvolvimento turístico, conforme a Lei nº 8.181/91 e o Decreto nº 448/92 da EMBRATUR. O município de Paraúna é identificado pela EMBRATUR como Município com Potencial Turístico (MPT). Os Municípios com Potencial Turístico (MPT): são aqueles possuidores de recursos naturais e culturais expressivos, encontrando no turismo, diretrizes para o desenvolvimento sócio-econômico do município. Recebendo tratamento diferenciado em relação aos Municípios Turísticos (MT) que são aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capaz de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente.

2. FISIOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE PARAÚNA

2.1 Geomorfologia

Regionalmente, a área pesquisada situa-se no Planalto do Rio Bonito o qual prolonga-se paralelamente à Cuesta do Caiapó, em direção ao anticlinal de Bom Jardim ao qual, esta geneticamente ligado.

Topograficamente este planalto apresenta-se bastante irregular com cotas variando de 700 a 900 metros, sustentando vários morros testemunhos, os quais representam fragmentos reversos da “Cuestas do Caiapó, sustentados pela camada conglomerática, silicificada e resistente, da Formação Irati. No afastamento da cuesta, predominam os chapadões recobertos pôr espesso manto arenoso resultantes da desagregação dos arenitos Devonianos/Carbonífero, pertencentes à Formação Ponta Grossa e Aquidauana, nos quais este planalto foi esculpido pela drenagem obsequente da Bacia do Alto Araguaia.

Os rios são, na maioria, encaixados, com vales de fundo chatos, às vezes meandrantés, com planícies aluvionares duvidosamente associados ao Ciclo Paraguaçu. Ao sul a região esta inserida em superfície que se desenvolveu sobre o Planalto do Rio Verde a partir das camadas superiores do Grupo Passa Dois e São Bento, culminando com uma deposição detrítica, de cobertura envolvendo material desagregado das unidades estratigráficas acima referenciadas.

Funciona como divisor parcial das águas das bacias Platina (Alto Paraná) e Amazônica (Alto Araguaia), suportando uma rede de drenagem bastante dispersa, com rios conseqüentes, entalhados, principalmente nas formações areníticas e basálticas do Grupo São Bento, com padrão em parte radial, adensando para fora da área e assumindo, em primeira ordem, conformação retangular, ao dirigir-se a SE, para o rio Paranaíba.

O rio Claro de Jataí representa o único elemento de drenagem que tem o curso controlado pôr linhas de fraturas e falhamentos, encontrando-se muito bem encaixado na zona do planalto, onde corta, a montante, todas as camadas resistentes da cuesta do Capai, para, em seguida, penetrar no planalto Bonito ao norte.

Papel mais importante exerce o rio Verde, com nascente junto a Portelândia que, em seu trabalho erosivo, cortou as coberturas e todo pacote de rochas do Grupo São Bento, exumando a SSE de Mineiros a rochas do Grupo Passa Dois.

A partir deste entalhamento mais profundo, atingido cotas de 650 a 700 metros, instalou-se uma superfície erosiva, provavelmente correlacionável ao ciclo Velhas, que dissecou ativamente o planalto, dando origem ao que poder-se-ia chamar de Depressão do Rio Verde, com decliveis verticalizados e um desnível de aproximadamente de 200 metro sem relação ao planalto homônimo. O recuo desta escarpa, alinhada segundo SE-NW, é o resultado, em parte, pela presença de sill de diabásio e arenitos silicificados do Grupo São Bento e pelas coberturas detrito-lateríticas, que recobrem o planalto.

Outra unidade geomorfológica presente na região é a Cuesta do Caiapó, destacando-se como a unidade mais importante do sudoeste goiano pela sua própria extensão. Alonga-se, mais ou menos na direção leste oeste, pôr mais de 250 km, sendo interrompido pelo “gap” do rio Claro de Jataí, nas adjacências de Perolândia. Representa faixas de conexão entre os planaltos de Rio Verde, ao sul, (900 a 1000 metros) e de Bonito, ao norte, com cotas variando de 500 a 700 metros, dando um desnível médio pouco acima de 300 metros.

A ausência de basalto sustentando a cuesta, à semelhança da cuesta do Botucatu, em São Paulo, é explicado pelo fato de o “front” da cuesta ter sido talhado e evoluído dos arenitos, quase sempre friáveis, do topo da Formação Aquidauana, datadas do Carbonífero, enquanto os basaltos são juro-cretácicos, o que explica a ausência dos mesmos. Todavia, é preciso frisar a existência de inúmeros sills de diabásio, alojados ao

longo desta estrutura. Pôr outro lado, foi comprovada, no campo, a existência do conglomerado basal da Formação Irati, representando a "cornija" da cuesta sustentando. Em virtude da friabilidade dos arenitos subjacentes e da pequena espessura desta camada a erosão progressiva dá-se pôr solapamento, resultando numa escarpa praticamente vertical sem talus.

Acima deste horizonte resistente, o relevo é marcado pôr escarpas abauladas de declives médios, esculpido em siltitos-argilitos, arenitos finos, folhelhos, calcários e silexitos do Grupo Passa Dois, evolutivamente controlado pelo último e, mais raramente pôr sills de diabásio e derrames basálticos, formando, neste caso, pequenas escarpas abruptas. Recobrimo estas rochas, vem a cobertura Detrito-Laterítica, originando escarpas de até 50 metros, porem de contornos arredondados com freqüentes vossorocas, bem marcadas em fotografias aéreas.

2.2 Hidrografia

A rede hidrográfica é Constituída pôr drenagens que pertencem a duas grandes bacias: ao norte a Bacia Amazônica e ao sul a Bacia do Paraná, separadas pela Serra do Caiapó, que constitui um grande divisor de águas de direção geral sudoeste-nordeste.

Bacia Amazônica - O sistema de drenagem, que na região constitui esta grande bacia é formada pelos rios Araguaia, Garças, Babilônia, Peixe e Diamantino. Apresentando um sistema bastante adensado e ativa de segunda e terceira grandeza, apresentando um padrão retangular dentrítico, apresentando uma textura fina nos fácies sílticos argilosas devido à baixa permeabilidade destas rochas sendo freqüentemente controladas pôr falhas e fraturas. O nível de base é representado pelo rio Araguaia, com cota pouco acima de 400m, que ocorre no sentido SW-NE, meandrante, na maior parte do seu curso e, em alguns trechos, encaixado ao longo de falhas e fraturas.

Bacia do Paraná - Ao sul a rede de drenagem pertencem à Bacia do Paraná sendo representadas pelos rios Verde, Claro, Invernadinha, Doce e Paraíso. Nesta região, o sistema de drenagem é mais grosseira, enquadrando-se no tipo dentrítica, localmente retangular controlado pôr falhas e fraturas. Freqüentemente os rios apresentam-se encaichoerados, em virtude da erosão diferencial nos arenitos, siltitos e basalto; o rio verde, que drena todo o planalto homônimo, corre no sentido NW-SE e representa o nível de base regional.

Sobre os chapadões, onde o relevo é extremamente aplainado, a drenagem é bastante esparsa senil, enquadrando-se no padrão sub-paralelo. Em alguns lugares pode refletir um condicionamento de antigas falhas, hoje recobertas pelas coberturas terciárias-quartenárias, DNPM/CPRM (1981).

2.3 Clima

O Sudoeste Goiano, onde se localiza a área pesquisada, faz parte da grande Região Centro-Oeste, cujo clima é tropical semi-úmido, apresentando duas estações bem definidas, verão chuvoso e inverno bastante seco, com temperatura média do mês mais frio, superior a 18° C e no mês mais quente entorno de 30°C com média anual de 22°C. A estação chuvosa ocorre entre os meses de setembro a abril, coincidindo com o período de temperaturas mais elevadas e o período seco dá-se entre os meses de maio a agosto. O mês de maior precipitação é o mês de dezembro e o de menor o mês de agosto.

2.4 Vegetação

A cobertura vegetal da área está intimamente relacionada às características climáticas e pedológicas, de unidade e de relevo, e encontra-se representadas pôr campos cerrados, matas e mata-galerias.

Em vários locais, a vegetação original foi substituída pôr pastagens ou campos agrícolas, sendo uma prática bastante comum, na região, a renovação das pastagens naturais através da queimada dos campos e cerrados, o que provoca uma degradação dos mesmos.

Campos - Apresentam-se em todas as suas variedades, de campos limpos e sujos e distribui-se nos chapadões, constituindo uma faixa de transição para o cerrado. É constituído, principalmente pôr gramíneas, com arbustos e subarbustos dispersos. A espécie vegetal mais freqüente é uma pequena palmeira, conhecida, regionalmente como Indaiá.

Cerrados - Constituem a cobertura vegetal predominante na área do projeto, ocupando tanto as áreas montanhosas e chapadões como a superfície rebaixada da serra

do Caiapó. Da mesma forma que os campos, apresenta-se com diversas variedades. É formado pôr arbustos e árvores baixas, retorcidas geralmente com casca grossa. Sob o estrato arbóreo aparece um tapete de gramíneas, freqüente em toda zona do cerrado. As espécies arbóreas mais comuns, na área são: lixeira (Curatella americana), pau-terra (Qualea cordata), pequizeiro (Caryoca brasiliensis), jacarandá (caviúna), (Dalbrerga violácea), faveiro (Plotypadium), angiquinho (Enterolobim ellipticum), jatobá do campo (Hymenea Stigonocarpa), mangabeira (Hancornia speciosa), araticum do campo (Anona cariacea), peroba do campo (Aspidosperma sp), canela de ema (Vellosiácea sp).

Matas - Localiza-se nas áreas de maior umidade, geralmente próximas às escarpas ou relacionadas às ocorrências de rochas básicas ou carbonáticas. São caracterizadas por árvores de médio e grande porte, com copas bem desenvolvidas e tamanho acima de 10 m. De suas espécies, as mais encontradas são: jatobá (Hymenea camboril), óleo (Myrocarpus frondosus), angico (Piptadenia rigida), ipê (Tabebuia impetiginosa), marilheiro (Guarea trichilioides), cedro (Cedrela fissilis) e a aroeira (Astronium sp).

Mata-galerias - Dispõem-se ao longo dos cursos d'água da área, sendo, também encontradas nas cabeceiras dos córregos que nascem nas encostas abruptas dos chapadões, que formam o Planalto do Rio Verde. De suas espécies, as mais freqüentemente encontradas são: o jatobá (Hymenaea sp), cedro (Cedrela fissilis), peroba (Aspidosperma sp), angico (Piptadenia sp), aroeira (Astronium sp), ipê (Tabebuia sp), pau-ferro (Caesalpinia ferrea) e tarumã (Vitex orinocensis).

3. ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE PARAÚNA

O município de Paraúna encontra-se entre os maiores produtores de grãos do Estado. Com tecnologia avançada, consegue produzir o ano inteiro. O município destaca-se na produção de algodão herbáceo, tomate, arroz, milho e soja. O algodão produzido na microrregião do Vale do Rio dos Bois possui um dos melhores rendimentos médio por hectare, o mesmo acontecendo com o tomate, arroz, milho e a soja. Paraúna conta também com um grande número de pivô central, com uma área irrigada entorno de 2.576,63 ha.

Apesar do grande avanço da agricultura no cerrado, a base da economia de Paraúna, ainda é a pecuária extensiva, com um plantel de bovinos entorno de 248.100

cabeças, com uma produção de leite de 28.620 litros (Anuário Estatístico de Goiás, IBGE, 1996).

O comércio local é modesto e pouco diversificado, com uma tendência ao abastecimento de sua principal atividade econômica que é a agropecuária. Paraúna é sede da Empresa de Transportes urbanos e intermunicipais, de mesmo nome do Município “Paraúna”.

O município possui indústria de laticínios, com fábrica de laticínios e posto de resfriamento, além de movelaria e olaria. Conta também com indústrias caseiras como, farinha, polvilho e queijo. O município possui uma unidade da Cooperativa “Comigo” de fabricação e refino do óleo de soja.

4. ATRATIVOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE PARAÚNA

4.1 Atrativos Naturais

A cidade de Paraúna oferece inúmeras opções de lazer, a começar pelo Morro da Igrejinha, onde há a Capela de Nossa Senhora da Guia, ao lado da qual está a imagem do Cristo Redentor, com mais de 10 m de altura, local que oferece uma visão panorâmica da cidade de Paraúna. Fora da cidade encontramos a RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Serra das Gales, a 27 Km de Paraúna. É uma região mística e caracteriza-se por formações rochosas em arenito, com forte intemperismo, moldando formas bisaras como a Pedra da Tartaruga, o Cálice de Pedra, a Esfinge, o Índio e outras formas dependendo da sua imaginação.

Na fazenda São Domingos, temos a Serra da Portaria, a 200 Km de Goiânia, envolta num misticismo, com suas figuras rupestres, cenários de antigas civilizações. A região também é conhecida como Vale da Serra da Portaria ou Vale da Felicidade. A Muralha de Ferro com 83 Km de extensão em pedras. A Ponte de Pedra na fronteira com o município de Rio Verde, onde o Rio Ponte de Pedra ou Verde esculpiu um monumento natural que originou seu nome, situada a 60 Km de Paraúna. Além das cachoeiras do córrego do Couro e do Cervo. Todos sem infraestrutura para receber turistas.

4.1.1 Aspectos Geológicos dos Atrativos Naturais de Paraúna

Os tipos litológicos da região do entorno da cidade de Paraúna, segundo Mendonça (2002), apresentam as seguintes constituições por ordem de abrangência:

- 1) **Grupo Aquidauana (Ca)** – predominantemente arenoso, de cor vermelho-telha e, de maneira geral, há uma classificação granulométrica para o topo. Próximo ao vulcão de Amarinópolis, ocorre um Conglomerado de caráter lenticular, com espessura de 5 a 10 metros com seixos bem arredondados de quartzo e arenito Furnas. Onde falta esse Conglomerado, aparece um Arenito grosseiro bem classificado, pouco feldspático, branco e muito friável, com grãos de quartzo bem arredondados. Para o topo, passa a um Arenito argiloso vermelho, com pontos brancos milimétricos de feldspato, cimento ferruginoso, granulometria média à grossa, mal a regularmente classificado. Aí aparecem bolsões e lentes de diamictitos e intercalações de arenitos brancos e róseos, grosseiros. Na parte mais basal arenosa, ocorrem Tilitos com seixos de quartzitos, tipicamente facetados, polidos e estriados pelos gelos, com aspecto de “ferro de engomar”. No topo do grupo, próximo ao contato com o Grupo Bauru (Ponte de Pedra na divisa Rio Verde/Paraúna é formada por rochas areno-carbonáticas pertencentes a este grupo), nota-se uma transição de siltito para um folhelho vermelho. Não foram localizados fósseis nesse grupo, na área mapeada, apenas por implicações estratigráficas e de correlação, foi considerado como sendo do Carbonífero inferior. Devido a cor vermelha, a presença de estratificação em canal, de tilitos, de diamictitos e a sua grande variação faciológica, pode-se tentativamente sugerir sua origem a partir da lavagem de depósitos glaciais e flúvio-glaciais, em ambiente continental e periglacial. As esculturas naturais da Serra das Galés (Cálice, Tartaruga, Bigorna, Índio, etc.), forma formadas pelo trabalho lento e persistente da água e do vento sobre os Arenitos Aquidauana durante milhares de anos. A Serra da Portaria, Serra da Arnica e a elevação com a Imagem de Jesus Cristo no centro de Paraúna são também formados pelos mesmos arenitos.

- 2) **Formação Botucatu (Jksba)** – Estudado pela primeira vez em 1889 em Botucatu-SP. Seu nome sugerido em 1953 para designar os Arenitos eólicos da seqüência inferior do Grupo São Bento. Sua espessura é estimada em mais de 100 metros, próximo a Serranópolis. Carvalho (1954) chegou à conclusão de que esse sedimento formou-se a custa de rochas magmáticas, com contribuição de rochas metamórficas trabalhadas pelo vento e água. A idade jurássico-cretácica desta Formação é baseada em sua posição estratigráfica entre os basaltos cretácicos e as camadas Santa Maria, do Triássico Médio. Litologicamente é constituída de Arenitos róseos a amarelados, granulação fina à média, com grãos arredondados a subarredondados, com superfícies foscas, estriadas e proeminentes estratificação cruzada. Às vezes, mostra-se extremamente silicificada e recozida pelas lavas que a recobrem.
- 3) **Grupo Iporá (Ki)** – Complexo de rochas magmáticas de filiação alcalina, intrusivas em rochas do Complexo Basal, Grupo Bauru, Grupo Aquidauana, Grupo Paraná e Formação Botucatu. Estratigraficamente, o Grupo Iporá pode ser considerado pós-carbonífero, já que corta o Complexo Basal, alcançando as Formações Furnas e Ponta Grossa (Grupo Paraná) e o Grupo Aquidauana. Datações radiométricas efetuadas acusaram a idade de 70 milhões de anos a essas intrusões alcalinas, situando-as no Cretáceo. Petrograficamente é constituído de rochas magmáticas félsicas, intermediárias e ultramáficas. A “Muralha”, como é conhecida localmente pelos turistas, situada próxima a propriedade de D. Virgilina e próxima à “Serra da Portaria”, nada mais é do que uma estrutura rochosa linear discordante, cujo comprimento ultrapassa 15 Km e largura média de 1,5 m, denominada “dique”. Sua constituição litológica é um Lamprófiro, rocha magmática pórfira, de cor negra, com fenocristais de biotita, hornblenda, augita, olivina e plagioclásio imersos em matriz afanítica, pertencente ao Grupo Iporá.

4.2 Atrativos Culturais

Paraúna é uma cidade sem passado ou memória. Seu acervo cultural precisa ser levantado ou reconstituído. O moderno substituiu o antigo, os monumentos históricos que conseguiram sobreviver a este afã de modernidade são: os prédios da Prefeitura e do

Fórum, primeiros prédios públicos da cidade; poucos casarões e a igreja de Nossa Senhora da Guia, construída em 1933.

As festividades do município se restringem ao aniversário da cidade; festas religiosas (São Sebastião, Nossa senhora da Guia), carnaval, feira agropecuária e torneio de Motocross, já que Paraúna faz parte do circuito estadual desta modalidade de esporte.

Devido a riqueza dos aspectos naturais (formações rochosas, rios, cachoeiras, canyons, vales, grutas, etc) do município de Paraúna, existe uma forte tendência para o desenvolvimento do turismo místico ou esotérico, haja vista, as interpretações populares dada para o cenário paisagístico do município.

5. INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE PARAÚNA

5.1 Meios de hospedagem

01 Hotel

01 Pousada

03 Pensões

01 SPA Terapêutico

01 Área de Camping

5.2 Entretenimentos

01 Chube Social

01 Ginásio de Esportes

01 Campo de Futebol

01 Área de Exposições e de Rodeios

05 Bares

02 Pesques e Pague

5.3 Alimentação

03 Restaurantes

01 Pizzaria

05 Lanchonetes

03 Sorveterias

5.4 Serviços Públicos de apoio turístico

03 Agências bancárias

03 Farmácias

03 Hospitais

01 Terminal Rodoviário

01 Agência dos Correios

01 Oficina de trabalhos manuais

02 Postos de gasolina

03 Táxi

03 Moto-táxi

01 Posto de Informações turísticas

01 Emissora de Rádio Comunitária

01 Posto Telefônico

5.5 Infra-Estrutura Básica

- ✓ Rodovias Estaduais asfaltadas – GO-050, GO-164 e GO-320
- ✓ Várias estradas vicinais não asfaltadas e algumas carroçáveis
- ✓ Pavimentação asfáltica presente em boa parte das avenidas e ruas da sede do município
- ✓ Captação, tratamento e distribuição de água
- ✓ Coleta, tratamento e despejo de esgotos
- ✓ Coleta e tratamento de lixo
- ✓ Distribuição de energia
- ✓ Rede de telefonia comum e celular
- ✓ Antena de captação de rádio e televisão
- ✓ Serviços de correios
- ✓ Serviços de policiamento
- ✓ Serviços de bombeiros

- ✓ Abastecimento de gás
- ✓ Formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra (Santo Ofício)

5.6 Demanda turística

Inexistência de qualquer controle de demanda.

5.7 Pesquisa de opinião com a comunidade

É favorável à atividade turística no município, esperando que o turismo traga mais renda à população; considera a demanda quase inexistente por falta de divulgação e equipamentos turísticos; preços praticados pelo setor estão entre adequados e altos.

6. CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa constatou-se que o município, apesar do grande potencial turístico, possui pouca ou nenhuma infra-estrutura turística em serviços, principalmente na área de hospedagem e alimentação, pois no quesito infra-estrutura de serviços públicos, Paraúna se destaca como um dos poucos municípios goianos, possuidores de infra-estrutura básica: água, energia, esgoto, coleta de lixo e telefonia celular. Os dados coletados são suficientes para justificar a implantação de empreendimentos ecoturísticos, devido a vocação turística da região como um todo, num processo de demanda de médio a longo prazo, o que corresponde à realidade da maioria dos municípios turísticos de Goiás.

DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE PARAÚNA/GO

Tendo em vista as leituras feitas, as entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo e o aprofundamento dos estudos sobre a concepção de desenvolvimento competitivo e desenvolvimento local, pode-se chegar a algumas conclusões que se consideram de grande importância para se repensar os rumos desenvolvimentistas no setor de turismo. Essas conclusões, por vezes acompanhadas de propostas, visam:

- a) o reconhecimento da interdependência e complementaridade entre as diversas regiões do Município, principalmente do meio rural com a área de ocupação mais intensiva, através da integração de pólos ecoturísticos com infra-estrutura comuns, possibilitando desta forma, o aumento da capacidade do Poder Público em formular respostas adequadas à sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- b) a qualificação do patrimônio natural do município, enquanto amostras significativas dos ecossistemas originais do sítio, indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção de espécies ameaçadas de extinção; das manifestações fisionômicas que representem marcos referenciais da paisagem e dos elementos naturais que contribuam para assegurar novas condições de equilíbrio do ecossistema;
- c) a incorporação de conceitos como "Manejo de Conservação", "Espaços de Conservação" na cultura local, como princípio da conservação da qualidade ambiental, cujas áreas de atrativos turísticos poderão receber atividades destinadas ao lazer e à recreação, desde que não impliquem na destruição dos recursos naturais, nem na descaracterização da paisagem;
- d) a obrigatoriedade da Administração Municipal de estabelecer, em prazos definidos, detalhadamente os critérios para a abordagem dos espaços a serem protegidos e, a partir do conhecimento aprofundado do meio natural, identificando conflitos e potencialidades;
- e) a elaboração do Plano Diretor de Ecoturismo pelos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Paraúna, a partir da consolidação dos planos setoriais de saneamento, saúde, energia, proteção ambiental, turismo, Código de Edificações e das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Geral do Município, lançando os critérios e as diretrizes integradas que orientarão as ações prioritárias para a qualificação ambiental.

DESENVOLVIMENTO DE BASE LOCAL

1. Meta

O ecoturismo como modelo competitivo para o desenvolvimento local, visando a eficácia/eficiência econômica, a prudência ecológica e a justiça social. O planejamento sistêmico integrado do turismo e os projetos estratégicos devem refletir a vontade da população em seu efetivo envolvimento e participação.

2. Estratégias Institucionais

- ✓ Criar um Programa de Valorização do Patrimônio Cultural, que envolve ações e políticas que permitem identificar e classificar elementos de valor cultural, estabelecer diretrizes e desenvolver projetos com vistas ao resgate da memória cultural, tais como restauração, revitalização e potencialização de áreas significativas, e criar ou aperfeiçoar instrumentos normativos para incentivar a preservação e embelezamento;
- ✓ Criar Programa de Proteção às Áreas Naturais, que propõe desenvolver estudos para a identificação de espaços representativos de valor natural, com vistas a estabelecer usos sustentáveis, resguardando as características que lhe conferem peculiaridade e envolvendo a recuperação de áreas degradadas e a preservação de riscos ambientais;
- ✓ Criar Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas, que envolve ações permanentes de implantação e manutenção de parques e praças, de disciplinamento da arborização nos passeios públicos e de criação de incentivos à arborização e ao ajardinamento em áreas privadas;
- ✓ Criar Programa de Gestão Ambiental, que propõe a elaboração do Plano de Gestão Ambiental, contendo diretrizes gerais de atuação consolidadas a partir dos planos setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, gerenciamento de resíduos sólidos e de energia e do plano de proteção ambiental, visando a estabelecer prioridades de atuação articuladas, qualificando soluções e reduzindo custos operacionais no âmbito das bacias hidrográficas;
- ✓ Integrar ao Patrimônio Natural os elementos naturais ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, assim como as amostras significativas dos ecossistemas originais do sítio de Paraúna indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção, as manifestações fisionômicas que

representam marcos referenciais da paisagem, que sejam de interesse proteger, preservar e conservar a fim de assegurar novas condições de equilíbrio, essenciais à qualidade de vida;

- ✓ Socializar os espaços de discussões, com o fortalecimento e engajamento da população nos conselhos municipais, em observância a composição do conjunto de agentes locais de desenvolvimento e se o trabalho destes realmente atende aos anseios coletivos;
- ✓ Detectar a existência de uma dinâmica produtiva que resulte em benefícios coletivos;
- ✓ Verificar se a produção econômica local está resultando em geração de impostos e de que maneira estes sejam investidos em benfeitorias locais que melhorem a qualidade de vida da população.

3. Estratégias de Marketing

- ✓ Utilização de meios de comunicação tanto eletrônicos quanto gráficos (folheto, folder, jornal, rádio, TV e revistas especializadas).
- ✓ Incrementar as ações da Secretaria Municipal de Turismo, juntamente com o Conselho Municipal de Turismo na sistematização de parcerias entre o poder público local, empresariado em geral e as ONGs (organizações não governamentais).
- ✓ Readequar ou redimensionar a estratégia mercadológica.
- ✓ Promover palestras com profissionais capacitados da área de ecoturismo.

4. Diretrizes Institucionais

- ✓ Instalação de toda a infra-estrutura necessária e recursos humanos, materiais e físicos da Secretaria Municipal de Turismo.
- ✓ Legitimação dos Conselhos Municipais existentes e Criação dos Conselhos que se fizerem necessários, como o Conselho Municipal da Defesa dos Patrimônios Cultural e Natural.
- ✓ Elaboração de roteiros turísticos temáticos.
- ✓ Implantação do posto de informações e recepção no município.
- ✓ Promoção de material publicitário sobre os atrativos naturais e culturais do município em parceria com a iniciativa privada.

- ✓ Promoção e realização de seminários e oficinas com a participação de órgãos como IBAMA, Universidades e ONGs, para o desenvolvimento da educação ambiental, artesanatos, culinária e capacitação profissional.
- ✓ Implantação de sinalização turística em toda a área do município.
- ✓ Incentivos para a formação e capacitação de guias de turismo e animadores culturais.
- ✓ Desenvolvimento de programas de melhoria da qualidade no setor de serviços turísticos.
- ✓ Permanente atualização do cadastro de oferta turística do município.
- ✓ Organização, promoção e realização e/ou apoio de eventos no município.
- ✓ Fiscalização da implantação de projetos nas áreas de recursos naturais.
- ✓ Resgatar, incrementar e dinamizar as festas tradicionais do município.
- ✓ Melhorar a estrutura de eventos, com a implantação do calendário de eventos do município.
- ✓ Montagem de exposições dos valores culturais do município.
- ✓ Realização de concursos sobre a cultura e a riqueza paisagística do município.
- ✓ Iniciação escolar para o turismo e o ecoturismo, ensino fundamental e médio.

CONCLUSÕES FINAIS

Com base nos levantamentos cartográficos, documentais e de campo realizados no município de Paraúna/GO, entre os meses de Setembro de 2001 a Setembro de 2002, pode-se observar que este é um espaço dotado com forte potencial para a prática do ecoturismo, mas que ainda necessita de uma série de intervenções para que possa assegurar um desenvolvimento competitivo local, que venha de encontro com o anseio da população, ou seja, que tenha a participação dos atores locais.

Realizadas as discussões anteriores, pode-se concluir que:

- ✓ O setor hoteleiro não oferece condições adequadas de hospedagem para os visitantes, de modo que se torna necessário não só melhorar a oferta existente, mas, sobretudo ampliá-la.
- ✓ O setor de alimentação e de lazer necessita passar por melhorias em sua estrutura física e de oferta, visto que em muitos estabelecimentos o atendimento

ainda não apresenta o profissionalismo necessário para o sucesso de um núcleo receptor.

- ✓ Em Paraúna, existem determinados elementos da paisagem urbana que realmente possuem potencial para a criação de produtos turísticos, que requer tombamento, restauração e embelezamento.
- ✓ O trânsito, com a intensificação do fluxo de turistas torna-se um transtorno, tanto para os moradores como para os turistas, necessitando um reordenamento que contemplem a oferta de vagas de locais de estacionamento e implantação urgente de sinalização turística na cidade.
- ✓ As ações públicas e empresarias em parcerias devem banir situações de exclusão social, através de ações integradas de qualificação profissional para o setor de turismo.
- ✓ Promoção da educação ambiental, valorização da cultura local nos vários níveis de ensino do município, através do conhecimento efetivo da potencialidade do município de Paraúna.
- ✓ Promoção de eventos que possibilite a participação efetiva da população de Paraúna, para resgatar a auto-estima do cidadão Paraunense.
- ✓ Promoção de cursos em parcerias com as Instituições de Ensino do Estado (Universidades e Centros Tecnológicos, etc.), visando treinamento e qualificação profissional da população local.
- ✓ Uso da moderna tecnologia para divulgação dos atrativos turísticos do município de Paraúna, socializado à comunidade.
- ✓ Produção de material didático sobre o município de Paraúna, e promoção de cursos de capacitação e dos professores para melhor exploração do material didático.
- ✓ Pela vocação ecoturística do município, incrementar a prática de turismo de aventura em suas diferentes modalidades e posteriormente integrá-lo ao “Circuito Ecoturístico de Brasília/DF”, que atualmente é o maior pólo emissor de ecoturistas da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DNPM/CPRM, Projeto de prospecção nas bordas norte e oeste da Bacia do Paraná, DNPM/CPRM, Estudo da Cuesta do Caiapó/ Bacia Amazônica e Bacia do Paraná. DNPM/CPRM, 1981.

EMBRATUR, Descobrindo o Brasil: Inventário da Oferta Turística, Brasília; EMBRATUR, 1998.

IBGE, Anuário Estatístico do Estado de Goiás, IBGE, 1996.

MENDONÇA, Roberto Coelho, Relatório de Campo da Geologia da Região do Entorno de Paraúna, Texto, 2002.

RINTUR, Processo de identificação de municípios, EMBRATUR, 2000.

8.4 TABULAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA APLICADA

1.1 – Qual sua idade

Respostas/Faixa etária	Nº amostra	%
10 a 20	606	5,6
21 a 30	210	2,4
31 a 40	106	1,0
41 a 50	70	0,6
acima de 51 anos	106	1,0

1.2 – Sexo

Respostas	Nº amostra	%
Masculino	450	4,0
Feminino	636	6,0
Total Geral	1086	10,0

1.3 – Estado Civil

Respostas	Nº amostra	%
Solteiro	528	4,8
Casado	492	4,5
Outro	66	0,7

1.4 – Você trabalha?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	460	4,3
Não	626	5,7

1.5 – Na sua atividade você tem alguma preocupação com o meio ambiente?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	1022	9,4
Não	64	0,6

1.6 – Você sabia que Paraúna é um município com potencial turístico?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	1051	9,7
Não	35	0,3

1.7 – Você acha importante o desenvolvimento da atividade turística no seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	1076	9,9
Não	10	0,1

– O turismo exerce alguma influência em sua atividade profissional?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	468	4,3
Não	628	5,7

1.8 – Você já ouviu falar em ecoturismo ou turismo ecológico?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	1018	9,7
Não	78	0,3

Se sua resposta foi afirmativa, assinale uma ou mais alternativas (R.M)

Respostas	Nº amostra	%
Jornais/resvistas	202	1,9
Televisão	511	4,7
Na escola	186	1,7
Palestras	108	1,0
Outros	58	0,5

1.9 – Você já praticou alguma atividade ecoturística?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	86	0,8
Não	1000	9,2

1.10 – Você tem conhecimento de alguma atividade ecoturística no seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	420	2,9
Não	766	7,1

1.11 – Você gostaria de saber mais sobre ecoturismo?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	895	8,3
Não	192	1,7

1.12 – Você se preocupa com a preservação de sua cidade?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	911	8,4
Não	175	1,6

1.13 – Você conhece a História que deu origem ao nome de seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	782	7,2
Não	404	2,8

1.14 – Você conhece o calendário de festividades de seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	590	5,4
Não	496	4,6

Se sua resposta foi afirmativa diga qual(ais) festividade(s)

Respostas	Nº amostra	%
Religiosa	220	2,0
Pecuária	726	6,7
Esporte/Motocross	140	1,3

1.15 – Na sua opinião, tratar bem o turista significa: (R.M)

Respostas	Nº amostra	%
Ser simpático	200	1,8
Ser gentil	500	4,6
Dar informações corretas	260	2,4
Cobrar preços justos	126	1,2

1.16 – Você acha que o turista: (R.M)

Respostas	Nº amostra	%
Depreda a cidade	52	0,4
Traz recursos para a cidade	692	6,4
Não respeita os moradores	50	0,4
Passa informações sobre a cultura	292	2,8

1.17 – Você conhece os pontos turísticos de seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	890	8,2
Não	196	1,8

Se sua resposta foi afirmativa diga qual(ais) ponto(s).

Respostas	Nº amostra	%
Serra das Gales	432	4,0
Ponte de Pedra	590	5,4
Muralha	22	0,2
Portaria	22	0,2
Outros	20	0,2

1.18 – Você conhece o artesanato de seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	788	7,3
Não	298	2,7

Se sua resposta foi afirmativa diga qual(ais)

Respostas	Nº amostra	%
Santo Ofício/Trabalhos manuais	865	8,0
Outros	221	2,0

1.19 – Você conhece alguma personalidade de seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	795	7,3
Não	291	2,7

Se sua resposta foi afirmativa diga qual(ais)

Respostas	Nº amostra	%
Político	648	6,0
Religioso	438	4,0

1.20 – Você saberia indicar um local para hospedagem e alimentação em seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Hotel Vale da Portaria	499	4,6
Zé Piau Restaurante	497	4,6
Outros	90	0,8

1.21 – Você está satisfeito com o mercado de trabalho em seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	293	2,7
Não	793	7,3

1.22 – Você gostaria de saber mais sobre o turismo em seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	1032	9,5
Não	54	0,5

1.23 – Você tem conhecimento de alguma área de proteção ambiental em seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	441	4,0
Não	645	6,0

1.24 – Você sabe qual a principal atividade econômica de seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	650	6,0
Não	436	4,0

1.25 – Você gostaria de participar do plano ecoturístico de seu município?

Respostas	Nº amostra	%
Sim	1020	9,4
Não	66	0,6